

19 ISSN
2595-1092

DUCC IN ALTUM

Revista de Ciência e Conhecimento

Faculdade Santa Marcelina-Muriae / MG - Vol. 19 - n° 1-2021



Santa Marcelina
FACULDADE MURIAÉ

FACULDADE SANTA MARCELINA

Presidente da Associação Santa Marcelina

Ir. Tânia Conceição Cruz

Diretora

Ir. Tânia Aparecida de Souza

Coordenação de Curso

Lucas Esperança da Costa – **Letras**

Everaldo Graciliano Souza Ribeiro – **Análise e Desenvolvimento de Sistemas**

Felipe da Silva Costa – **Ciências Biológicas**

Maria de Lourdes Lima Malafaia – **Geografia e História**

Maryster Nascimento de Barros Ribeiro – **Pedagogia**

Carla de Souza Manhanini – **Matemática**

Eduardo de Paula Miranda- **Engenharia de Produção**

Camila Rodrigues Amaral Torres- **Química**

Comissão Editorial

Lucas Esperança da Costa – **Letras**

Sérgio Antônio de Paula Almeida – **História**

Eduardo Gomes de Oliveira – **Análise e Desenvolvimento de Sistemas**

Camila Rodrigues Amaral – **Ciências Biológicas**

Vitória Fernanda Schettini de Andrade – **História**

Kelly Fumian da Silva – **Pedagogia**

Douglas Barbosa Castro – **Ciências Biológicas**

Conselho Editorial

Amitza Torres Vieira – UFJF

Ana Teresa César Silva – IF Sudeste MG

Érica Marques da Silva – UEMG/FASM

Leonardo Figueiredo Reis de Sá – UENF – UniFSJ - UNIG

Daniela Matins Cunha - IFNMG

Leiva de Figueiredo Viana Leal - UFMG

Paôla Pinto Cazetta – Rede Doctum

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo – UFV

Janaína Gonçalves Rios Barros – U-Évora

Érica Luciana de Souza Silva - IFF

Assistente de Editoração

Aryclênis Alves Goulart

Sumário

APRESENTAÇÃO	6
TECNOLOGIA	9
Direito e Segurança na Era Digital: novas tecnologias, privacidade e os novos desafios da lei geral de proteção de dados (Lei 13.709/18)	10
Tassiana Lara de Oliveira Paiva	
Eduardo Gomes de Oliveira	
O direito ao esquecimento na internet: uma análise jurídica e sociológica	34
Genice de Lima Oliveira	
Eduardo Gomes de Oliveira	
EDUCAÇÃO	50
Aplicação da metodologia ativa por meio da produção científica: Experiência vivenciada entre graduandos e alunos do Ensino Médio	51
Camila Rodrigues Amaral Torres	
José Lucas de Oliveira Serafim	
Gabriel Santos Gonçalves	
Hércules Sobreira de Mello	
Débora Barbosa Thomazini	
Lívia Marchese de Melo	
O pedagogo empresarial: possibilidades de atuação	59
Ana Paula Marinho Batista Coelho	
Giselda Maria Dutra Bandoli	
Isabel Azeredo Uchôa	
José Ignacio Ribeiro Marinho	
Juliana Moura Almenara Marinho	
Laio Henrique de Oliveira	
Uma abordagem teórico-prática em geografia sobre urbanização com alunos do ensino médio no sul do Espírito Santo	70
Marcelo Henrique de Souza	
Maikom Joaquim Barbosa Ecard da Silva	
Criação e manutenção do Herbário FASM: Uma ferramenta para o ensino e preservação da biodiversidade	81
José Lucas de Oliveira Serafim	
Douglas Barbosa Castro	
Elaine Arminda de Souza Nascimento	
Ruth de Andrade Baía	
Gabriel Santos Gonçalves	
Hércules Sobreira de Mello	
GEOGRAFIA	90
Análise da Gestão Ambiental em um meio de hospedagem 2011-2017: Estudo de Caso no Praia Sol Hotel- Paraná- Brasil	91
Marcia da Luz Leal	
Wagner Grizorti	
Claudio Alexandre Souza	

A produção do espaço urbano através da relação Homem X Natureza: escritos sobre a produção espacial nas cidades médias.....	109
Felipe Perdigão Barbosa	
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	121
Uso de extratos no controle biológico <i>in vitro</i> de <i>Hypothenemus hampei</i> (Broca-do-café).....	122
Milena da Silva Oliveira	
Vitória Aparecida de Souza e Silva	
José Lucas de Oliveira Serafim	
Camila Rodrigues Amaral Torres	
Felipe da Silva Costa	
Construção do Software QuantoNema e sua aplicação nos estudos nematológicos pelo método de quantificação de ovos de Fitonematoides.....	134
Felipe da Silva Costa	
Angelus Giuseppe Pereira da Silva	
MATEMÁTICA	151
Estudo sobre a relação dos alunos e professores de Muriaé e região com a OBMEP e sua contribuição para o ensino da matemática	152
Wanderlúcia Falco Miranda	
Érica Marques da Silva Santos	
Influência da música na aprendizagem de matemática: Musicalizar para somar na aprendizagem.....	168
Ir. Mayara Romeiro Valentin	
Érica Marques da Silva Santos	
LETRAS.....	183
A obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago - A experiência da clandestinidade em <i>Até Amanhã, Camaradas</i>.....	184
Juliana Moura Martins da Fonseca	
Fofoca como recurso de descrição: Relações entre o romance Dom Casmurro e a minissérie Capitu	199
Rodrigo Ribeiro Mansor	
“Agora és uma mulher. Já és uma mulher”: a construção da identidade feminina no <i>Caderno de Memórias Coloniais</i>.....	211
Lucas Esperança da Costa	
Rompendo o Silêncio d’A Escrava: Vociferando a História	226
Laura Henriques de Almeida Demarque	
Lucas Esperança da Costa	
Não existe lápis cor de pele! A construção da identidade negra na literatura infantil.....	238
Cristiane Veloso de Araujo Pestana	

Por um sol que ainda não brilha: uma entrevista com Anthony Ray Hinton e Lara Love Hardin252

Larissa Amaral Souza

Lucas Esperança da Costa

A adaptação literária como recurso pedagógico para formação do leitor257

Ione Silva Vilela Pícoli

Rogério de Souza Sergio Ferreira

Apresentação

Datado no primeiro quartel do século XIX, Beato Biraghi, quando da publicação de um informativo instrucional que circulou em Milão por cerca de cinquenta anos, questiona “quais serão, então, os assuntos de que trataremos neste jornal?”. Nesse mesmo editorial, ele responde a esse questionando, afirmando que “argumentar-se-á sobre a boa educação, os estudos verdadeiramente úteis, as piedosas instituições, a beneficência organizada”. É com as palavras de nosso fundador que apresentamos a Duc in Altum nº 19.

Em um ano assolado por uma pandemia, que redefiniu os modelos de convivência, isolando as pessoas em suas casas e itens como máscara e álcool gel tornaram-se tão indispensável para nossa sobrevivência, a produção do conhecimento científico nunca se tornou tão fundamental. Cientistas ao longo do mundo se mobilizaram na busca por uma vacina eficaz contra essa ameaça. Por outro, infelizmente, assistimos também aos ataques as instituições e ao pensamento científico que minorizaram os alertas de médicos e cientistas quanto ao isolamento social, a utilização de recursos para conter a essa doença, baseando seus discursos em argumentos anti-ciência ao redor do mundo.

Entretanto, resistimos e resistiremos a esse cenário onde *Fake News* e mensagens de *Whatsapp* tornam-se verdades incontestáveis. Mostramos e mostraremos que a construção de uma sociedade está pautada na ciência e na divulgação de conhecimento. Retomando as palavras de nosso fundador que afirmava “o mundo exige ciência, e vocês, (...) sirvam-se da ciência para vencer o mundo. O mundo muitas vezes a emprega para o mal, vocês empreguem-na para o bem”. Desse modo, a ciência é um instrumento para fazer o bem e meio também para levar a palavra de Deus.

Nesse espírito que a Revista Duc in altum, nº 19, da Faculdade Santa Marcelina Muriaé torna-se esse veículo de difusão das ciências dos homens, refletindo sobre as questões mais atuais nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

Na seção de Tecnologia, os dois artigos discutem questões acerca das Lei 13.709/2018, sobre a proteção de dados na internet. No artigo, **Direito e Segurança na Era Digital: novas tecnologias, privacidade e nos desafios da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18)**, os autores refletem sobre o direito à privacidade nas relações mediadas pela internet. **O direito ao esquecimento na internet: uma análise jurídica e sociológica** introduz o tema direito ao esquecimento ligado ao Direito Digital tão atual em nosso contexto.

Refletindo sobre o papel dos educadores e refletindo a prática pedagógica, a seção Educação apresenta três relatos de experiências que auxiliam no repensar educacional de docentes e discentes. Em **Aplicação de metodologia ativa por meio da produção científica** apresenta a vivência de graduandos e alunos do Ensino Médio ressaltando a importância da experiência na construção do saber, transformando os

educandos em agentes ativos do processo de aprendizagem. Refletindo sobre a construção do espaço urbano com alunos, o artigo **Uma abordagem teórico-prática em geografia sobre a urbanização com alunos do ensino médio no sul do Espírito Santo**, traz experiência sobre aulas de campo na construção e na reflexão sobre o conhecimento da geografia. Ainda, repensando as práticas em sala de aula em Ciências Biológicas, o texto **Criação e manutenção do Herbário FASM: uma ferramenta para o ensino e preservação da biodiversidade**, valoriza a cultura *maker*, orientando os estudantes na construção de recurso didáticos, além de possibilitar a reflexão sobre a biodiversidade. Por último, o artigo **O pedagogo empresarial: possibilidades de atuação** apresenta a ampliação do pensamento pedagógico para as áreas empresariais, buscando desenvolver estratégias e metodologias que melhorem o desempenho dos funcionários.

A relação homem e natureza são discutidas nos dois artigos que compreende a seção de Geografia. O texto **Análise da gestão ambiental em meio de hospedagem 2011-2017: Estudo de Caso no Praia Sol Hotel – Paraná-Brasil**, reflete sobre a consciência ambiental dos funcionários de um hotel no Paraná. Já em **A produção do espaço urbano através da relação Homem x Natureza: escritos sobre a produção espacial nas cidades médias**, discute a interferência do homem na construção da paisagem urbana e demonstra as contradições existentes entre a ocupação e organização espacial e a legislação urbana brasileira.

Na seção de Ciências Biológicas, o artigo **Uso de extratos no controle biológico in vitro de *Hypothenemus hampei* (Broca-do-café)** traz o relato de experiências realizadas no laboratório da FASM Muriaé que podem abrir caminhos para o controle da broca-do-café, especialmente, na região da Zona da Mata. Aliando ciência e tecnologia, a **Construção do Software QuantoNema e sua aplicação nos estudos nematológicos pelo método de qualificação de ovos de Fitonematoides**, apresenta o software além de mostrar as possibilidades de uso nos estudos na área da nematologia.

As Olimpíadas Brasileira de Matemáticas as Escolas Públicas é o interesse do **Estudo sobre a relação dos alunos e professores de Muriaé e região com a OBMEP e sua contribuição para o ensino de matemática**, apresentando possíveis contribuições desta competição para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, associada a seus programas e portais, e a metodologia da resolução de problemas. Ainda trabalhando com metodologias para o ensino de matemática, o artigo, **Influência da música na aprendizagem de matemática: Musicalizar para somar na aprendizagem**, apresenta uma abordagem lúdica para um ensino efetivo da disciplina.

Encerrando essa edição, a seção das Letras traz artigos de temáticas variadas, mas que discutem temas debatidos atualmente no campo dos Estudos Culturais. Em **A obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago - A experiência da clandestinidade em *Até Amanhã, Camaradas*** apresenta a relação do líder histórico do Partido Comunista Português, além do importante papel que assumiu na política portuguesa do século XX, também realizou trabalhos artísticos, no campo da literatura e da pintura. Ainda em se falando de Portugal e de uma revisão histórica, o artigo **“Agora és uma mulher. Já és uma mulher”**: a construção da identidade feminina no *Caderno de Memórias coloniais*

discute sob a ótica de Simone de Beauvoir a construção da identidade feminina no período colonial português em Moçambique e o enfrentamento da personagem ao “retornar” a Portugal.

Os processos de adaptação aparecem nas discussões mais atuais da academia. Em **Fofoca como recurso de descrição: Relações entre o romance Dom Casmurro e a minissérie Capitu**, o artigo pretende identificar recursos da transposição da obra literária para a audiovisual que auxiliam na identificação das intenções sociais dos personagens envolvidos na fofoca. Nessa temática também, **A adaptação literária como recurso pedagógico para formação do leitor** aponta o uso das obras adaptadas como um recurso didático literário importante para a formação do leitor.

Rediscutindo o passado negro da nossa história colonial, **Rompendo o silêncio d’A Escrava: Vociferando a História** mostra a relação entre a literatura e história, destacando o papel da literatura para questionar os horrores durante os séculos do escravagismo no Brasil. Além disso, essas discussões sobre o passado refletem no modo de pensar e afetam na construção das identidades das crianças negras, sendo essa discussão em **Não existe lápis cor de pele! A construção da identidade negra na literatura infantil**. Por último, o processo colonial afeta todos os países que viveram sob a égide da escravidão. Racismo, violência contra negros, discriminação de forma estrutural. Essas questões são discutidas na entrevista **Por um sol que ainda não brilha: uma entrevista com Anthony Ray Hinton e Lara Love Hardin**, a respeito de seu relato autobiográfico.

Encerramos essa apresentação com duas palavras em nossos corações: Gratidão e Fé. Gratidão por todos os obstáculos vencidos nesse ano de 2020 e pela generosa colaboração das pessoas que tiveram oportunidade de contribuir para a construção dessa edição. Fé em acreditar que dias melhores virão e que todas as superações foram ensinamentos para que nos tornássemos seres humanos melhores. Terminamos com a frase de Monsenhor Biraghi que diz que juntos devemos nos animarmos, nos alegrarmos, nos animarmos para o bem.

Lucas Esperança da Costa

Editor-chefe da Duc in Altum

Fevereiro de 2021



Tecnologia

Direito e Segurança na Era Digital: novas tecnologias, privacidade e os novos desafios da lei geral de proteção de dados (Lei 13.709/18)

Tassiana Lara de Oliveira Paiva¹
Eduardo Gomes de Oliveira²

RESUMO: O presente artigo científico foi elaborado com a finalidade de fornecer informações relativas ao Direito Fundamental à Privacidade nas relações tangentes à Rede Mundial de Computadores, e principalmente com as questões advindas da Lei Geral de Proteção de Dados. Diante das transformações tecnológicas e digitais, a percepção do comportamento humano vem se modificando, transformando-se conforme as novidades tecnológicas que influenciam e transformam a vida cotidiana, ensejando uma resposta clara do Direito para que sejam sanados os problemas de como o ser humano se comporta diante as transformações e se a lei geral de proteção de dados está apta a responder às novas problemáticas geradas, para proteger os elementos formadores desta identidade como a privacidade e os dados. Tais questões derivam de características intrínsecas da internet, como a transnacionalidade da rede e a difusão de informações, motivo esse que se faz necessário um estudo acerca da prestação da tutela jurisdicional no âmbito da internet. Por outro lado, quanto ao nível de profundidade, temos a pesquisa exploratória, em que consiste justamente em proporcionar um maior esclarecimento do tema. Assim, este artigo vem ponderar se os alicerces das novas legislações conseguirão proporcionar aos indivíduos a proteção necessária de sua privacidade e dados, assim como pesquisar se ela se encontra em sintonia com os novos paradigmas propostos pela modernidade transformada pelos avanços tecnológicos, para a que proporcione uma vida segura ao ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Privacidade. Transformações. Lei. Dados. Proteção.

Introdução

A evolução técnica- científica que levou à origem da rede mundial de computadores, conhecida como Internet/web, proporciona novas e distintas possibilidades de futuro, porém pode representar uma ofensa aos direitos fundamentais da privacidade e da proteção aos dados. O progresso da humanidade se baseia na habilidade de proporcionar informações, considerando, portanto, que as questões de lapso temporal e distância no campo da informação não estão paralelos na história.

O presente trabalho de conclusão buscou analisar a tutela jurisdicional do sigilo de dados face aos direitos à privacidade e à intimidade dos usuários na era digital em que vivemos, bem como foi avaliado o grau de informação dos usuários quanto ao

¹ Graduanda em Direito; Rede de Ensino Doctum – Unidade João Monlevade – tassianalara02@gmail.com.

² Professor do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) da Faculdade de Santa Marcelina Muriaé

Professor do curso de Sistemas de Informação das Faculdades Unificadas de Cataguases (Doctum) prof.eduardo.goliveira@gmail.com.

Mestre em Engenharia pela Coppe - Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de Redes de Computadores, sendo integrante do Grupo de Teleinformática e Automação (GTA) dessa instituição.

conhecimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, após, as divergências jurisprudenciais acerca da matéria.

As tecnologias da informação, especialmente as redes informáticas além de propiciar facilidades e vantagens nunca cogitadas, também se revelam uma extrema facilitadora para o acometimento de ilícitos. A necessidade de uma legislação específica para a proteção de bens jurídicos informáticos e de outros, igualmente relevantes, que possam ser ofendidos por meio de computadores é um dos problemas que vem sendo apresentado aos operadores do Direito. Ninguém conhece a dimensão do problema do crime/delito informático, principalmente quanto à proteção dos dados pessoais. O Direito, por estar a serviço da sociedade, não é, e nem poderia ser estático, mas sim, dinâmico.

As normas existentes no ordenamento jurídico brasileiro não são suficientemente claras e objetivas com relação às novas tecnologias de comunicação eletrônicas e digitais. Quais os fatores que contribuem para a ocorrência sistemática de abusos e violações e, conseqüentemente, para a redução da eficácia plena de proteção a estes direitos fundamentais? Quantos sistemas são invadidos? Quantas pessoas são adeptas a essa prática ou qual é o total dos danos econômicos?

A partir dessa comprovação, foram ponderados os aspectos brasileiros da implantação de marcos regulatórios para a administração e proteção dos dados pessoais, com o fim de indicar o modo e em que tal medida normativa é capaz de assegurar a proteção jurídica do direito à privacidade e à inviolabilidade dos dados pessoais.

A presente pesquisa analisa ideias reflexivas, sob a ótica da aplicação da lei de proteção de dados, tecnologias, metodologias a fim de gerir demandas judiciais, bem como a eficácia da Lei de proteção de Dados, seus aspectos positivos e negativos e constatar o que poderá ser feito para melhorar aplicação da lei.

Portanto o objetivo do presente artigo é analisar a eficácia da aplicação de Lei Geral de Proteção de Dado, assegurando a proteção jurídica do direito à privacidade e à inviolabilidade dos dados pessoais, bem como entender a construção desse modelo normativo que deverá respeitar as premissas de dos direitos fundamentais como a privacidade e intimidade, sem que ocorram rupturas paradigmáticas com a sua constituição e com a constante adaptação para que possa atender a todos.

Considerações Iniciais sobre a Lei 13.709/18

Com o rumo da experiência sobre o tema LGPD, o legislador brasileiro movimentou-se para disciplinar, de modo específico a questão de tratamento de dados pessoais.

Com efeito, a Lei 13.709/18, comumente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) entre várias disposições cria regras para o tratamento dos dados pessoais, notadamente no ambiente digital, a modo de proteção da liberdade e da privacidade na internet.

A LGPD decorre de um comportamento contemporâneo, eis que a mudança do centro de consumo e das interações sociais do plano exclusivamente “analógico” para o ambiente digital interconectado pela rede mundial de computadores forçou a adaptação de regras jurídicas para esta nova realidade, garantindo, assim, o império da lei tanto na vivência “off-line” quanto na experiência “online”, sobretudo à luz da constatação de que a informação, conceitualmente considerada, é hoje um ativo com uma autêntica atribuição mercantil e exploração “monetizável”.

Como explica Patrícia Peck Pinheiro:

A LGPD surge com intuito de proteger direitos fundamentais como privacidade, intimidade, honra, direito de imagem e dignidade. Pode-se pontuar também que a necessidade de leis específicas para a proteção de dados pessoais aumentou com o rápido desenvolvimento e expansão da tecnologia no mundo, que trouxe cômodos desdobramentos da globalização, que trouxe como uma de suas consequências da informação. Isso quer dizer que a informação passou a ser ativo de alta relevância para governantes e empresários: quem tem acesso aos dados, tem acesso ao poder. [...] Assim como o GPDR³ – lei europeia que trata do mesmo assunto -, a LGPD advém da evolução e expansão dos direitos humanos e resulta da atualização/adaptação de documentos internacionais de proteção de direitos humanos. (PINHEIRO, 2019).

A LGPD aplica-se aos dados pessoais armazenados e decorrente de qualquer meio, analógico ou digital, e cuida de deixar claro seu amplo espectro de aplicação já no inaugural art. 1º⁴:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (BRASIL, 2020)

Assim, como sucede diplomas temáticos cujo objeto é tecnológico, como por exemplo, o Marco Civil da Internet, trata-se de lei multidisciplinar que ostenta disposições de direito material e processual, inclusive quanto à sua aplicabilidade no espaço, tendo optado o legislador pela aplicação extraterritorial da lei brasileira. Nesse sentido, o art. 3º:

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: (BRASIL, 2020)

³ Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês), um rigoroso conjunto de regras sobre privacidade válido para a União Europeia, mas que também afeta pessoas em outras partes do mundo, inclusive no Brasil.

⁴ Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Dentre as suas várias disposições, a LGPD elege como cerne interpretativo de sua proteção o consentimento do titular de dados pessoais, assim entendido, a par de expressão própria, com a “manifestação, livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada” (art. 5º, XII).

No entanto, mais do que o simples aceite do usuário/titular, a LGPD impõe uma série de atribuições que, em matéria de tratamento de dados, evidencia se estiver diante de um consentimento complexo, específico e informado:

- a) Complexo porque deve ser expresso, mediante fornecimento por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular (art. 8º, caput);
- b) Específico porque deve se referir a finalidades determinadas e tornando nulas autorizações genéricas (art. 8º, § 4º e 11, I);
- c) Informado eis que se impõe ao agente de tratamento de dados o dever de fornecer ao titular informações claras e ostensivas quanto aos seus direitos e às finalidades pretendidas, o processo técnico e os sujeitos envolvidos no processo de tratamento (art. 9º). (TEIXEIRA apud MAGRO, 2020)

O conceito de tratamento abrange qualquer sorte de operação de índole telemática sobre dados pessoais de indivíduos, desde seu simples armazenamento, modificação, compartilhamento ou até mesmo eliminação. De fato, bastante amplo é o rol de condutas de tratamento tipicamente previstas, a título evidentemente “*numerus apertus*”⁵, no art. 5º, X da Lei Geral, que assim denomina “toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração”.

É ainda patente que a LGPD, além de tratar com grande especificidade das operações que podem envolver o tratamento de dados pessoais, também procurou impor limites à sua duração, eis que dentre seus norteadores se acham justamente os princípios da finalidade e da necessidade, destacado quanto a este o evidente esforço de garantir a minimização de dados.

A finalidade refere-se à exigência de que quaisquer operações de tratamento de dados realizados pelos agentes de tratamento (controladores e, em seu nome, os operadores) se prestem a fins específicos e determinados, inquinando de nulidades eventuais autorizações genéricas ou “brancas”.

Quanto à necessidade, e dentro desta a exigência de minimização de dados, alude-se à política legislativa confessa de reduzir o volume de dados coletados dos

⁵ É um termo jurídico usado para se referir ao “rol” de interpretação de uma lei. Isto é, quando uma lei é considerada “*numerus apertus*” ela pode ser entendida a partir de uma perspectiva mais ampla considerando a validade de situações análogas àquela descrita por ela.

titulares e movimentado ao longo da cadeia de tratamento preservando, e permitindo o tratamento, apenas dos dados estritamente necessários. Nesse sentido é o art. 60 da Lei, que define o princípio da necessidade como a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados".

Desta forma, com os novos modelos de mercado em evidência, verificou-se uma demanda expressiva para a regulamentação das questões relativas aos dados, como as hipóteses de tratamento de dados, os direitos do titular dos dados, as responsabilidades e a segurança, principalmente como forma de delimitar os requerimentos contidos nas Políticas de Privacidade das aplicações de internet.

A privacidade como direito fundamental

O direito à privacidade, previsto no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, tem o seguinte teor "X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" e pertence a gama de direitos relativos à personalidade. Foi criado com o intuito de proteger a vida privada dos indivíduos contra a conduta invasiva de outros particulares ou do próprio Estado. Embora tenha suas origens na antiguidade clássica, o conceito de direito à privacidade utilizado atualmente é uma construção recente.

Quando se trata de direito à privacidade, a sua origem pode remeter a um tempo tão distante quanto à própria história da civilização ou quanto ao conceito de propriedade, uma vez que algo é meu, pertence ao meu íntimo, é privado. A busca pelo direito à privacidade inicia-se uma vez que exista uma necessidade da confirmação de um local íntimo e particular.

Em razão das transformações socioeconômicas trazidas pela revolução industrial, surgiu a necessidade de tutelar o direito à privacidade contra ingerências alheias, cujo marco se deu por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948 (que o reconheceu como um direito fundamental) e, posteriormente, tendo sido positivado em nosso ordenamento jurídico, no texto da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002. Segue o direito à privacidade consagrado nos incisos X, XI e XII do artigo 5º da Carta Magna brasileira:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. (BRASIL, 2020)

E o texto de ordem similar verificado no art. 21 do CC/02:

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma. (BRASIL, 2020)

Apesar da positivação no ordenamento jurídico brasileiro, será possível perceber, que a privacidade online em que vivemos de certa forma, possui uma realidade paralela com o mundo antes de haver eficácia na defesa do direito à privacidade dos indivíduos. Quando estamos conectados ao mundo digital, as paredes não têm “ouvidos” como em outrora, mas os microfones dos aparelhos estão ouvindo, as câmeras estão vendo e tudo pode estar sendo gravado.

Definir o significado deste direito fundamental é importante, bem como a distinção entre intimidade e privacidade, uma vez que a Constituição Federal de 1988 faz referência à “intimidade” e “vida privada”.

Os conceitos constitucionais de intimidade e vida privada apresentam grande interligação, porém podem ser diferenciados por meio da menor amplitude do primeiro, que se encontra no âmbito de incidência do segundo. (MORAES, 2017, p. 97)

Para este autor, enquanto a intimidade diz respeito às relações subjetivas e de trato íntimo das pessoas como relações familiares e de amizades, a vida privada envolve todos os demais relacionamentos humanos, tais como relações comerciais, profissionais, acadêmicas etc.

De difícil conceituação em razão da ampla abrangência que a palavra “privacidade” representa este direito foi compreendido de diversas maneiras ao longo das décadas, especialmente porque a forma como a privacidade dos indivíduos pode ser violada também foi mudando com o tempo.

Assim, desde o fim do século XIX, até os conceitos de privacidade que conhecemos hoje, muitas mudanças ocorreram (sociais, políticas, econômicas, tecnológicas), modificando e ampliando o conceito de privacidade.

O direito à intimidade e privacidade funcionam como limites às intromissões abusivas e ilícitas de terceiros, possibilitando, inclusive, indenização por danos materiais e morais eventualmente causados. A garantia à privacidade é o direito dos indivíduos de resguardarem-se dos sentidos alheios, em especial da vista e ouvidos. (MIRANDA apud DONEDA, 2006)

Assim, o direito à privacidade permite que o indivíduo mantenha o domínio daquilo que se relacione consigo mesmo, como o corpo, casa, propriedade, pensamentos, sentimentos, segredos e identidade, e tenha liberdade para escolher que

parte deste domínio deseja permitir que outras pessoas tenham acesso. Ou seja, é uma garantia de que o indivíduo possa controlar a exposição e a disponibilidade de dados e informações sobre si mesmo que deseja tornar público.

Caracteriza a intimidade como “a esfera secreta da vida do indivíduo na qual este tem o poder legal de evitar os demais”, reforçado por meio da garantia de inviabilidade de domicílio, de correspondências, do segredo profissional, sigilo bancário, entre outras (RENÉ ARIEL DOTTI apud AFONSO DA SILVA, 2004, p. 206).

No entanto, na sociedade contemporânea, em que os meios de comunicação em massa, as redes sociais, e os avanços tecnológicos são incessantes e cada vez mais rápidos, o conceito de privacidade vem sofrendo mutações constantes, extravasando a ideia de isolamento e tranquilidade antigamente aceita (DONEDA, 2006).

No âmbito jurídico há diversos institutos e princípios que visam proteger aspectos e direitos da vida do cidadão. Nesse sentido, os direitos que originaram a proteção aos dados pessoais foram o direito à vida privada e o direito à intimidade. A teoria dos direitos da personalidade surgiu nos países de língua germânica, a qual se baseava na ideia de um direito subjetivo além dos direitos reais e pessoais (GIACCHETTA apud MENEGUETTI, 2014, p.377).

O mesmo aconteceu com a Lei 12.737/2012, batizada com o nome da atriz Carolina Dieckmann que teve sua intimidade exposta com a divulgação de fotos íntimas. A lei foi extremamente direta, com o acréscimo de dois artigos ao Código Penal – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e a alteração de outros dois.

Diz o artigo 154-A, do Código Penal que foi acrescido pela Lei 12.737/2012:

Art. 154-A- Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:
Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. (BRASIL, 2020)

Dessa forma, o conceito inicial que caracterizava o direito à privacidade como o direito “de estar só”, “ser deixado só” não representa a realidade atual. Como explica Alice Monteiro de Barros (2009), a utilização indevida das tecnologias que hoje estão ao alcance de todos permite que a privacidade das pessoas seja invadida à distância, sem a presença física do infrator.

Considerando-se a infinidade de meios pelos quais as informações pessoais dos indivíduos podem ser divulgadas e compartilhadas em razão da internet, é seguro afirmar que o conceito de privacidade está em constante mutação. Percebe-se que, anteriormente ao surgimento da internet, as formas de violação da privacidade alheia eram significativamente menores.

A divulgação indevida de informações a respeito de alguém alcançava um grupo limitado de pessoas e exigia, geralmente, a presença física do infrator, diferentemente

dos dias atuais, em que o banco de dados de clientes de uma determinada empresa ou órgão público, por exemplo, pode ser compartilhado ou divulgado ilicitamente, com instituições e empresas localizadas em qualquer parte do mundo, muitas vezes não sendo possível sequer identificar o responsável pelo ato.

Inúmeros são os casos em que a privacidade de pessoas ou grupo de pessoas é violada. A gravidade dos casos varia entre a circulação de algum vídeo constrangedor de algum aluno pelos corredores da escola, e a venda não autorizada de banco de dados de clientes/usuários com informações privadas para empresas e instituições tirarem proveito político, econômico e financeiro.

Assim, por mais que não seja o objetivo artigo discutir questões relativas ao direito de liberdade de informação na internet, percebe-se que a privacidade e a liberdade estão extremamente conectadas e até mesmo se confundem em diversos momentos nas relações do mundo digital.

A Lei 13.709/2018 e o novo paradigma da privacidade

Explanado o que se pode entender sobre o novo paradigma da privacidade é de suma importância que este conceito esteja presente em uma legislação que se proponha a defesa de um direito tão fundamental quanto importante quanto a privacidade para a atual conjuntura da sociedade.

A conectividade que testemunhamos nascer na virada dos anos 2000 tem escalas sem precedentes e impacta a sociedade de uma forma tão profunda que qualquer ideia de que se possa retornar a um mundo anterior se mostram nada mais do que meramente ilusórias. O mundo se tornou a hiperconectividade propagada por eletrônicos e cimentada pela Internet.

Neste contexto, o Direito não pôde se furtar de contemplar tais questões, justamente pelo fato de que, se tratando a ciência jurídica do estudo das leis que regulam a experiência humana, revela-se como uma questão que interfere tão profundamente nas relações humanas que há a necessidade de regulamentação para que os direitos fundamentais sejam respeitados.

Se tratando de um fenômeno global, não é surpresa ver que a iniciativa para a proteção de dados também seja em escala mundial. Mesmo sendo a legislação brasileira considerada pioneira com a promulgação da Lei 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, pôde se ver um relativo silêncio das autoridades após um primeiro momento, onde se acreditava que a o Marco Civil conseguiria suprir qualquer problemática que poderia ser causada no âmbito virtual, inclusive em relação aos dados pessoais.

A preocupação acerca do sigilo dos dados pessoais também se torna algo de suma importância para a preservação da integridade individual. Em um processo de dano moral por divulgação de informações pessoais de cunho trabalhista o relator Min. Sebastião Geraldo de Oliveira julgou o Recurso Ordinário impetrado pelo Réu como improcedente, corroborando em seu voto que “a exposição de dados pessoais da autora

gera constrangimentos decorrentes da imediata afetação da intimidade e vida privada da reclamante, valores resguardados constitucionalmente” (TRT-3, 2018).

Pode-se ver que até mesmo antes da promulgação da Lei 13.709/18 a discussão sobre a importância dos dados bem como sua proteção em um mundo onde a informação obteve valor em si próprio sempre ocorreu de certa forma, numa multiplicidade de campos. Também é imperioso notar que a disposição dos julgadores se dá de forma favorável a proteção que, mesmo não sendo dada por legislação específica, era respeitada como princípio constitucional.

Com o desenvolvimento de ferramentas mais sofisticadas de coleta e processamento de dados, além do acontecimento de novos casos de brecha de segurança e a circulação indiscriminada de dados por agentes com interesses ulteriores, acabaram por causar certos incidentes internacionais que expuseram a necessidade de criação de mecanismos jurídicos que pudessem assegurar com maior afinco os dados e a privacidade dos cidadãos.

Em uma análise do pré-projeto que viria ser a LGPD, Vinícius Borges Fortes faz uma comparação com as legislações europeia, analisando como a lei brasileira propunha uma maior abrangência no tratamento da matéria pela legislação brasileira.

Por análise comparativa das diretivas europeias, verifica-se que o rol de definições do anteprojeto de lei dos dados pessoais é significativo e consistente para abranger diversas hipóteses fáticas, relacionadas ao que o anteprojeto define como tratamento de dados. Observa-se também que o anteprojeto brasileiro recepciona o conceito do consentimento como um dos elementos de tutelados dados pessoais. (FORTES, 2016)

A LGPD busca por meio de uma série de artifícios jurídicos regulares a questão dos dados pessoais e como eles são administrados, de forma que o seu intuito seja sempre o respeito aos direitos dos indivíduos, tratando os dados com transparência e responsabilidade.

O objetivo da LGPD é o de “proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade natural”. O verbo “proteger” diz muito sobre a forma como o legislador enxergou o titular dos dados, ou seja, em posição desigual em relação aos responsáveis pelo tratamento de dados, ficando patente sua vulnerabilidade. (COTS & OLIVEIRA, 2018)

Este parâmetro da hipossuficiência daquele que cede seus dados muito se assemelha ao pressuposto que norteia o Código de Defesa do Consumidor. A LGPD reconhece as limitações técnicas quase infindáveis que indivíduo tem ao tratar com um sistema tão complexo quanto à captação e processamento de dados, muitas vezes representando um obstáculo quase intransponível entre o indivíduo e seus dados.

A LGPD está disposta a tratar a proteção de dados em um contexto atual, reconhecendo as minúcias práticas de como o usuário de tecnologia interage com as inovações tecnológicas e como se tornou integral para a atual economia baseada em

informação o tratamento de dados. É imperativo que se averigüe a capacidade da LGPD em respeitar a privacidade dos dados de acordo com o novo paradigma da privacidade, criando defesas e mecanismos que tratem os dados em um contexto moderno, sob o risco de uma lei ineficaz que não produzirá os efeitos desejados, pondo em risco os direitos fundamentais daqueles que visa proteger.

A LGPD é um produto da necessidade atual, sendo a sua relevância e eficácia ainda por serem postas à prova, entretanto, é possível afirmar que ela terá um ótimo desempenho em sua vigência como lei, alcançando os objetivos garantindo ao indivíduo os seus devidos direitos.

Os princípios da segurança da informação e do tratamento de dados pessoais

A LGPD chegou ao ordenamento jurídico brasileiro, e entrou em vigor a partir de setembro de 2020, devido à necessidade de uma regulamentação acerca das questões relacionadas aos dados pessoais, principalmente com o crescente mercado publicitário nas redes, que movimenta uma quantia monetária titânica, sendo responsável pela consolidação de muitas das maiores empresas do mundo, como as chamadas “Big Four” da tecnologia, quais sejam o Facebook, Google, Amazon e Apple.

A Lei Geral de Proteção de Dados traz diversos institutos acerca do tratamento de dados, sendo este a peça central da legislação. Enquanto o consentimento é o vetor principal para o tratamento de dados, este último é a matriz que deve ser observada nas relações que envolvam os dados.

O artigo 6º da LGPD indica que, no tratamento de dados pessoais, deve ser observada a boa-fé e outros princípios elencados, sendo importante destacar todas as definições trazidas pela lei, conforme seguem:

O princípio da finalidade, elencado no inciso I do artigo supra, tem sua definição como a “realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular”. (BRASIL, 2020).

Logo, deve ser respeitado o consentimento de finalidade cedido pelo titular, não podendo o tratamento dos dados superar os limites estabelecidos claramente pela manifestação da pessoa a quem se referem os dados. Quanto à legitimidade do interesse do controlador no tratamento de dados.

O artigo 10 da LGPD traz duas hipóteses exemplificativas, sendo a principal o apoio e promoção de atividades do controlador.

O princípio da adequação, contido no inciso II do mesmo artigo, significa a “compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento” (BRASIL, 2020).

O tratamento de dados não pode desviar seu curso daquele estabelecido, respeitando a finalidade para a qual foi concedido o consentimento, devendo ser aplicado o princípio da razoabilidade, uma vez que depende do contexto.

O princípio da necessidade, contido no inciso III, significa a “limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados” (BRASIL, 2020).

Nessa linha, não deve o tratamento de dados superar o que baste para cumprir a finalidade, mesmo que este poder tenha sido outorgado pelo titular. O artigo 10, § 1º, da LGPD traz uma confirmação deste instituto, ao ponto que afirma que “quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados”. (BRASIL, 2020). O inciso IV trata:

O princípio do livre acesso, sendo a “garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais” (BRASIL, 2020).

Ou seja, deve ser fornecida a possibilidade para que o titular consulte facilmente e gratuitamente os aspectos do tratamento de seus dados, para que possa exercer certa fiscalização e controle.

O artigo 9º da LGPD complementa este princípio, elencando algumas informações que devem ser disponibilizadas ao titular, como a finalidade, forma e duração do tratamento e informações de contato do controlador. Já no inciso V, está positivado o princípio da qualidade dos dados, como a “garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento” (BRASIL, 2020).

Com efeito, o tratamento de dados deve corresponder à realidade daquilo que foi coletado, devendo manter-se atualizado.

O princípio da transparência, positivado no inciso VI, é a “garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial” (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, assemelha-se muito ao princípio do livre acesso, a diferença é que, enquanto o livre acesso busca a formação de uma estrutura de consulta de forma facilitada e gratuita, a transparência objetiva que o conteúdo dessa estrutura seja

condizente à realidade, e que abrace os mais diversos campos do tratamento com informações claras. No inciso VII, verifica-se:

O princípio da segurança, que trata da “utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão” (BRASIL, 2020).

Com a grande quantidade de vazamento de dados e ataques cibernéticos, é essencial que sejam fornecidas garantias aos usuários para que não sofram prejuízos pelo tratamento de seus dados, motivo pelo qual este tratamento deve ser realizado da forma mais segura possível, utilizando-se as medidas técnicas e administrativas cabíveis.

Ainda, a LGPD traz alguns institutos fundamentais relacionados à aplicação e efetividade deste princípio, contidos entre os artigos 46 e 49 da lei, de forma que é importante destacar a possibilidade da autoridade nacional dispor sobre medidas de segurança mínima que devem ser observadas e também a responsabilidade de garantir a segurança dos dados por parte de todo agente de tratamento, e até mesmo por parte de qualquer pessoa que venha a intervir no tratamento, ainda que após o término deste. Por sua vez, o inciso VIII trata:

O princípio da prevenção, sendo que deve haver a “adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais” (BRASIL, 2020).

Diferentemente do princípio da segurança, o da prevenção não abrange hipóteses de proteção contra erro ou violação no âmbito do tratamento de dados, e sim determina que, caso verificadas as hipóteses de erro ou violação, o agente de tratamento tenha meios de prevenção da efetiva geração de danos, também indica a utilização de medidas preventivas para que o ato de tratamento de dados não cause danos aos indivíduos. O inciso IX traz:

O princípio da não discriminação com a definição de “impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos” (BRASIL, 2020).

Assim, conforme Bioni (2018), a proteção de dados é, também, instrumento de contenção às práticas discriminatórias, e esta tutela permite ao usuário a possibilidade de se relacionar e se realizar na sociedade sem as barreiras discriminatórias, servindo assim até mesmo como uma ferramenta de isonomia.

Por último, o inciso X traz:

O princípio da responsabilização e prestação de contas, sendo, portanto, conforme indica a norma, a “demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das

normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas” (BRASIL, 2020).

Dessa maneira, ficou estabelecido que é de responsabilidade dos agentes a adoção de medidas eficazes para o cumprimento das normas, sendo necessária a demonstração da adoção e de eficácia.

Assim, o artigo 42 da LGPD definiu que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. (BRASIL, 2020).

Além disso, o artigo 42 também instituiu duas responsabilidades solidárias de grande impacto no ordenamento jurídico:

- i.- a primeira é a do operador, que responde solidariamente junto do controlador quando “descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador” (BRASIL, 2020);
- ii.- a segunda se dá de forma horizontal entre todos os controladores que estiverem diretamente envolvidos no processo de tratamento que gerou danos ao titular. BRASIL, 2020);

Os princípios citados serão, como o próprio nome indica, a base de toda a regulamentação acerca do tratamento de dados, que inicia de forma mais específica no artigo 7º da LGPD, quando cita as hipóteses em que o tratamento de dados será possível, de forma que qualquer violação a estas hipóteses implica em uma invasão de privacidade. O inciso I deste artigo aponta o primeiro (e principal) caso em que será permitido o tratamento de dados, que é “mediante o fornecimento de consentimento pelo titular”, sendo que este consentimento deve ser, conforme o artigo 8º da mesma lei, “[...] fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular” e, caso seja escrito, “[...] esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais” (§ 1º) (BRASIL, 2020).

Ainda, são nulas as autorizações genéricas para o tratamento de dados, devendo o consentimento referir-se a finalidades específicas (§ 4º), sendo que ele pode ser revogado a qualquer momento, caso manifeste de forma expressa o titular (§ 5º).

Ademais, é importante frisar que o § 4º do artigo 7º deixou claro que não se exige consentimento quando o titular tornar públicos os dados, ou seja, ninguém pode alegar que teve sua privacidade invadida quando o próprio titular disponibiliza seus dados de forma pública na aplicação de internet utilizada.

É possível perceber que a grande maioria das aplicações de internet estão em desconformidade com as regras supracitadas. Certamente, a mera disponibilização de um texto escrito após o processo de cadastramento do Facebook (2018), na forma que segue “ao clicar em Inscreva-se, você concorda com nossos Termos, Política de Dados e Política de Cookies. Você pode receber notificações por SMS e pode cancelar isso

quando quiser”, assim como visualizado em diversos outros sites, não caracteriza um destaque sobre as formas de tratamento de dados, não sendo verificado então o consentimento por parte do titular em ter seus dados tratados pela aplicação, que desconhece, em parte ou totalmente, o que está sendo cedido.

A responsabilidade pelo descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18)

No âmbito do tratamento de dados pessoais sensíveis, uma vez que se referem a questões relacionadas à discriminação, de forma que possuem um potencial de dano maior caso não sejam tratados da maneira mais adequada, a LGPD optou por suprimir algumas das hipóteses de cabimento de tratamento de dados pessoais quando a relação se referir a dados pessoais sensíveis, determinando, por exemplo, a impossibilidade no caso de proteção de crédito, que é viável quando forem simplesmente dados pessoais.

A priori, faz-se de suma importância conceder o devido destaque ao órgão responsável pelo estabelecimento de diretrizes, fiscalização, de cumprimento e imposição de sanções ao desrespeito normativo da LGPD, qual seja, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Em curtas linhas, as atribuições, e a natureza jurídica do órgão de acordo com o canal de comunicação do Senado Federal, “Agência Senado”, reproduzindo a reportagem da “Agência Câmara Notícias”, são as seguintes:

De acordo com a nova lei, entre as competências da ANPD estão zelar pela proteção dos dados pessoais, elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado de forma irregular. A ANPD terá natureza transitória, podendo ser transformada em autarquia vinculada à Presidência da República após dois anos, a critério do governo. O novo órgão terá a seguinte estrutura organizacional: Conselho, Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, Corregedoria, Ouvidoria, órgão de assessoramento jurídico próprio e unidades administrativas necessárias à aplicação da lei. A ANPD será formada por diretores que serão nomeados para mandatos fixos. O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 23 representantes, titulares e suplentes, de órgãos públicos e da sociedade civil.⁶

Como cediço, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados possui, em síntese, as atribuições disciplinares, fiscalizatórias e sancionadoras. A Lei Geral de proteção de Dados, assim estabelece em seu artigo 52, caput e incisos, sanções administrativas, a serem aplicadas pela ANPD, bem como os critérios para a aplicação, nos termos do parágrafo primeiro, e respectivos incisos do mesmo dispositivo.

⁶ SENADO FEDERAL, Senado Notícias; AGÊNCIA SENADO. Lei que cria Autoridade Nacional de Proteção de Dados é sancionada com vetos. 2019. Disponível em: <https://www.12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/09/lei-que-cria-autoridade-nacional-de-proteção-de-dados-e-sancionada-com-vetos>. Acesso em: 15 de jul. de 2019

As sanções variam, previstas desde advertência e prazo para a tomada de medidas corretivas, passando pela imposição de multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica, limitada em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, assim como publicização da infração, bloqueio e/ou eliminação dos dados pessoais relativos ao ilícito.

Os critérios a serem adotados, de acordo com o caso em concreto, para a aplicação de sanções, após devido processo administrativo, são:

- a) Gravidade e natureza da infração e dos direitos afetados;
- b) Boa-fé do infrator;
- c) Vantagem auferida ou pretendida;
- d) Condição econômica do infrator;
- e) Reincidência;
- f) Grau do dano;
- g) Cooperação do infrator;
- h) Adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos internos capazes de amenizar o dano;
- i) Adoção de boas práticas e governança;
- j) Pronta adoção de medidas corretivas; e
- k) Proporcionalidade entre gravidade da falta e intensidade da sanção.

Quando se há uma questão pendente, sabe-se que para sua correta apreciação é imprescindível buscar a fundo as suas origens e suas mudanças ao longo da história, dessa forma, compreender o contexto ao qual está inserido o tema é de extrema relevância. Apesar do pouco tempo de vigor da LGPD, há entendimentos jurisprudenciais divergentes acerca da matéria, vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSAS PRATICADAS CONTRA MULHERES EM REDES SOCIAIS. INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DANO MORAL COLETIVO. CONFIGURAÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR. REDUÇÃO. 1. Configura dano moral coletivo a publicação de mensagens ofensivas à dignidade das mulheres em redes sociais, legitimando a propositura de ação civil pública pelo Ministério Público na defesa de interesses difusos e coletivos. 2. A condenação por dano moral coletivo tem dupla função: compensatória para a coletividade e punitivo-pedagógica para o ofensor, devendo o valor da indenização considerar a extensão do dano, as circunstâncias do fato, assim como a capacidade econômica do ofensor. 3. Apelação conhecida e parcialmente provida. Preliminares rejeitadas. (TJ-DF 07147693620198070001 DF 0714769-36.2019.8.07.0001, Relator: Robson Teixeira de Freitas, Data de Julgamento: 10/06/2020, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 15/06/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.).

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - VIOLAÇÃO DE SIGILO DE DADOS POR ATAQUE CIBERNÉTICO - DANO MORAL CONFIGURADO - REDUZIR VALOR DA INDENIZAÇÃO. - As consequências que decorreram da invasão dos dados cadastrais da autora por terceiros desautorizados, causaram abalos moral, passíveis de reparação - Em acordo com as peculiaridades do caso, entendo que o valor da indenização fixada pelo juiz

sentenciante deve ser reduzido, O que proporciona a reparação pecuniária do dano à ofendida e o efeito pedagógico ao ofensor, evitando-se a reiteração de condutas dessa natureza, sem que haja enriquecimento ilícito sem causa.(TJ-MG - AC: 10000190612994001 MG, Relator: Shirley Fenzi Bertão, Data de Julgamento: 14/08/2019, Data de Publicação: 19/08/2019).

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - EXCLUSÃO DE POSTAGENS EM REDE SOCIAL - REQUISITOS DO ART. 300, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - AUSÊNCIA - MARCO CIVIL DA INTERNET - LEI Nº 12.965/14 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709/18, ALTERADA PELA LEI Nº 13.853/19 - REVOGAÇÃO DA DETERMINAÇÃO DE RETIRADA. - Consoante o disposto no art. 300, do CPC/2015, "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo" - Nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), a disciplina do uso da internet no Brasil tem como princípios "a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal" - Segundo determina o art. 2º, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18, alterada pela Lei nº 13.853/19), a proteção de dados pessoais tem como fundamentos, dentre outros, o respeito à privacidade, à autodeterminação informativa e à liberdade de opinião - "Efetuando-se uma ponderação de interesses, em uma análise sumária, não se vislumbra qualquer abuso ou excesso no conteúdo das postagens capaz de gerar abalo moral ao autor." (TJMG - AI nº 1.0000.17.052899-6/001).(TJ-MG - AI: 10000200181519001 MG, Relator: Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 08/10/2020, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/10/2020).

Assim, analisando o acima exposto, cumpre salientar a importância do desenvolvimento tecnológico que se traduz no advento de mecanismos capazes de alterar panoramas globais de relacionamento interpessoal, e compartilhamento de informações.

Ante tudo o que mais fora demonstrado no decorrer desse artigo científico em comento, calha, pois a exposição das considerações, posto que as premissas estão devidamente traçadas com o intuito de embasar o escorço conclusivo.

Metodologia

O presente artigo tem como finalidade a elaboração de questionário para colher informações acerca do tema, baseia-se em uma busca qualitativa, que através de estudo de casos e novas legislações, poderão surgir novas soluções que visam demonstrar a importância da intervenção jurídica nos meios tecnológicos, podendo de tal modo resolver as lides acerca do tema.

Dentre os métodos existentes foram selecionados diversos métodos de pesquisa, levando em consideração, pesquisas documentais, jurisprudenciais, bibliográficas e jurídicas.

No campo de estudo, é preciso analisar métodos de aplicações investigativas qualitativas, através de análise de casos reais, seja por meio de artigos acadêmicos, seja por doutrinas.

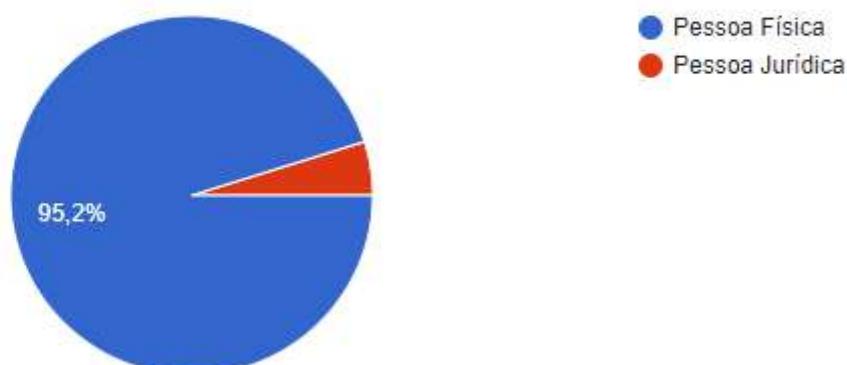
Para que seja construída uma pesquisa lógica, inicialmente serão realizados os princípios constitucionais do direito a privacidade e liberdade, elaborando uma temática desde o surgimento dos primeiros fatos até a sua evolução jurídica atual.

Após será realizada uma pesquisa particularizada do cenário atual, através de questionários eletrônico, legislações atuais, documentos que abrangem todo o território nacional, para concluir-se o que poderá ser aperfeiçoado juridicamente na investigação de crimes relacionados ao e para o aumento da privacidade de dados pessoais e seus limites.

Resultados e discussões

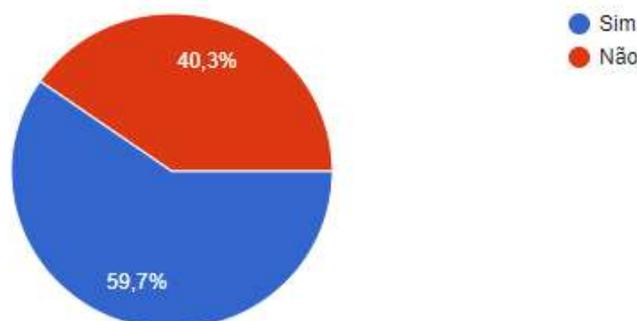
1) Você é pessoa física (PF) ou pessoa jurídica (PJ)?

62 respostas



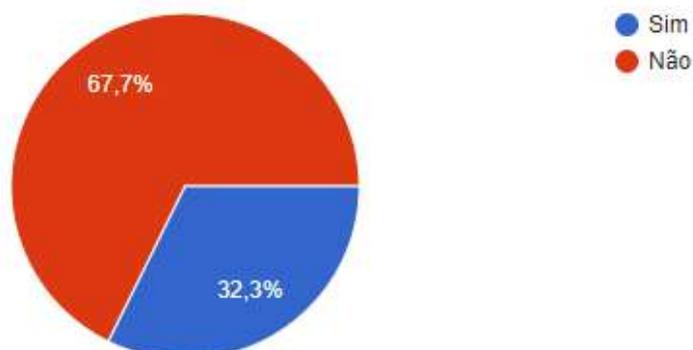
2) Você conhece ou já ouviu falar na LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), que entrou em vigor na data de 18 de setembro de 2020?

62 respostas



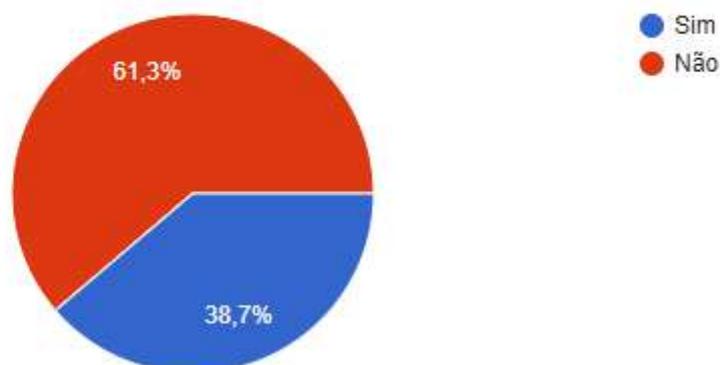
3) Conhece quais são seu direitos amparados pela LGPD?

62 respostas



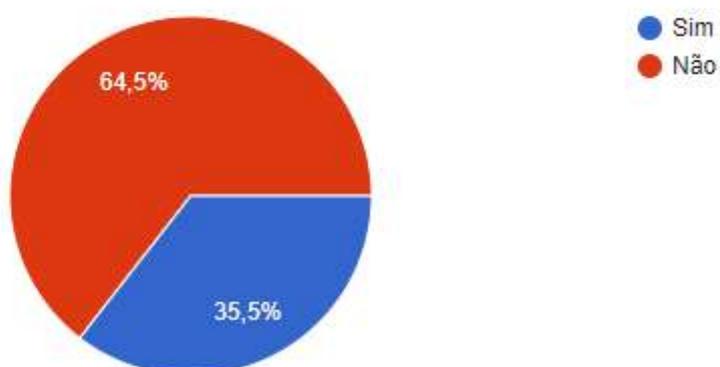
4) Você já protegia seus dados antes da aprovação desta lei?

62 respostas



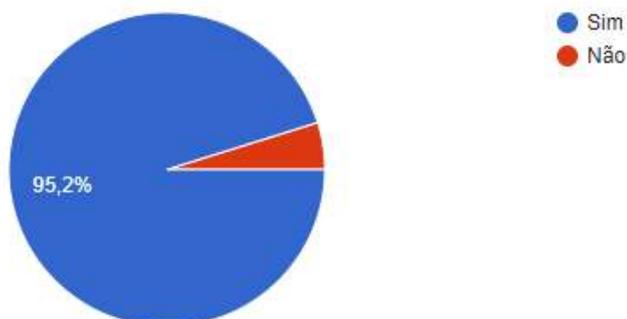
5) Sabe informar quais os tipos de dados serão protegidos pela LGPD?

62 respostas



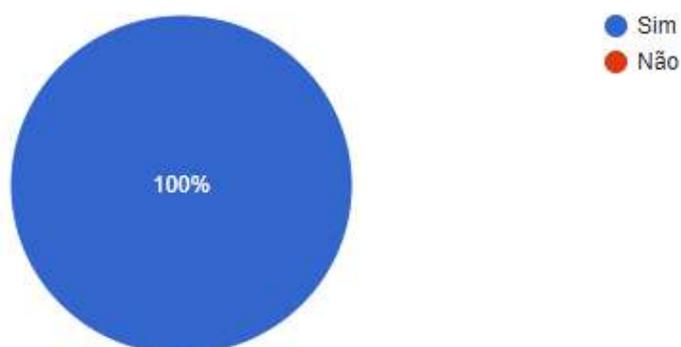
6) Concorda que todo dado pessoal precisará ter o consentimento das pessoas para serem armazenados?

62 respostas



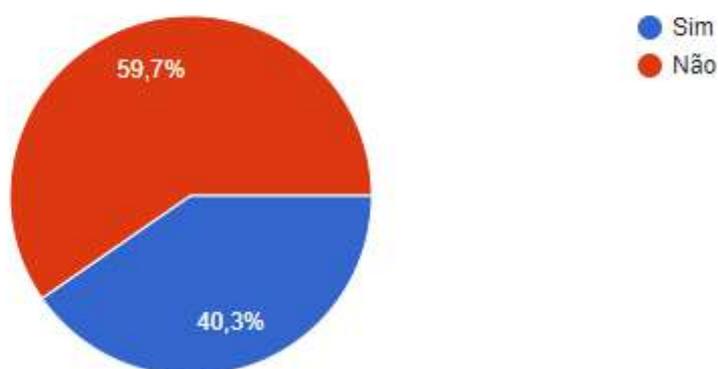
7) Concorda que o Brasil demorou a aprovar uma lei tão importante, mas que apesar da demora, a proteção de dados pessoais é um avanço para o país?

62 respostas



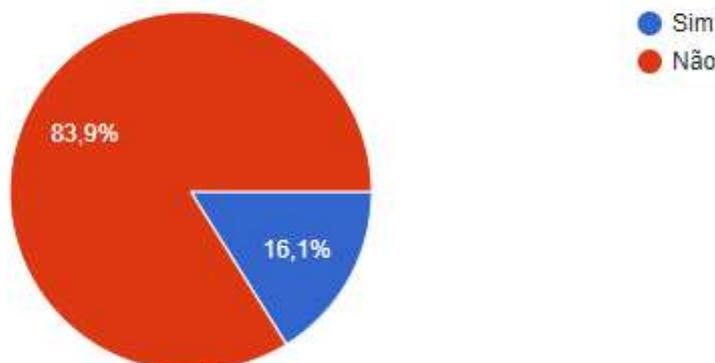
8) Saberá como agir quando uma empresa descumprir a lei?

62 respostas



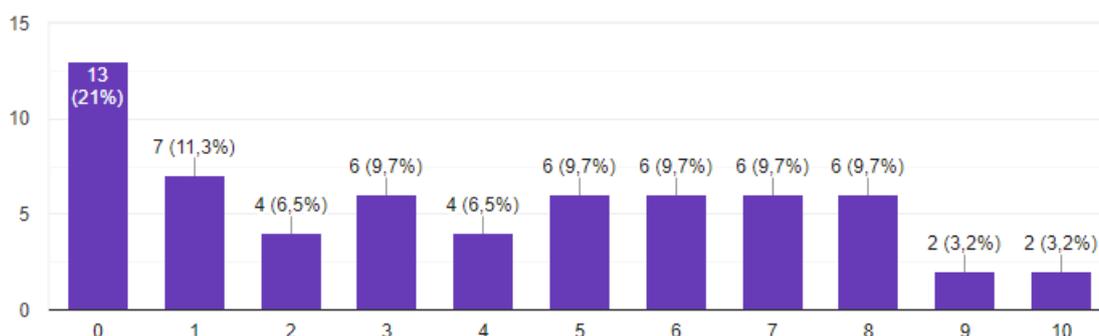
9) Sabe informar como ocorrerá a fiscalização do cumprimento dessa lei?

62 respostas



10) Em uma escala de 0 a 10 qual o seu nível de conhecimento sobre a LGPD?

62 respostas



No presente artigo foi elaborado um questionário para um público de pessoas físicas e jurídicas com objetivo de colher informações acerca do tema proposto.

Conforme gráficos anexados acima, foram obtidas 62 (sessenta e duas) respostas, sendo 59 (cinquenta e nove) de pessoas físicas e 03 (três) de pessoas jurídicas. Apesar de todo o trabalho para coleta de informações, as pessoas físicas se propuseram a manifestar o seu interesse de resposta em maior quantidade de respostas em relação às pessoas jurídicas. Assim, o presente questionário levará em conta o percentual respondido por pessoas físicas, tendo em vista equivalerem as maiores informações conforme dados coletados na pergunta número um.

A pergunta número dois, indagou a questão do conhecimento sobre a LGPD, na qual se obteve o percentual de 59,7% de pessoas que sabem da existência desta lei, mas o simples conhecimento não significa que as pessoas sabem do que se trata a LGPD.

Na pergunta número três foi questionada acerca dos direitos amparados pela LGPD, a qual foi obtida resultado negativo de 67,7%, o que mostra que apesar das pessoas saberem a existência da LGPD, não comprova o conhecimento quanto aos direitos nela amparados.

Quanto à pergunta número quatro foi demonstrada quanto as pessoas não se preocupavam em proteger os seus dados pessoais, sendo obtido também resultado negativo de 61,3%.

No que tange a pergunta de número cinco, nota-se que o desconhecimento acerca de quais dados serão protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, é evidente sendo obtido o resultado de 64,5%.

Já as perguntas seis e sete, demonstram expressamente o interesse das pessoas em proteger seus dados pessoais através do seu consentimento, e a importância da criação da LGPD mesmo com toda a demora.

No que tange as perguntas oito e nove, demonstram claramente a falta de ação dos indivíduos caso forem vítimas da violação de seus dados e ausência expressa de conhecimento do órgão responsável pela fiscalização.

Por fim, a pergunta número dez relata claramente que a maioria das pessoas desconhece a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18).

Considerações Finais

O direito de proteção de dados configura-se um direito de personalidade do indivíduo, o que significa dizer que temos um direito fundamental de proteção de dados na sociedade informacional, que conseqüentemente exige o esforço do aparato estatal para tutela legal.

Devido ao importante estudo do tema proteção de dados, exige-se ao operador do direito buscar entender o conceito e funcionamento, reservado na medida em que cabe ao direito da era digital, garantir a execução e elaboração efetiva das normas voltadas a essa era. Ora, se não há como garantir uma previsibilidade das futuras tecnologias, cabe ao direito o desenvolvimento de princípios e fundamentos centrais, a fim de assegurar limites éticos.

A interpretação da LGPD não pode ser realizada sem a observação de seus princípios norteadores, sendo essencial e necessário entender a forma como a privacidade alterou-se diante da sociedade informacional, moldando-se para dar ao indivíduo o poder de controle sobre a coleta e tratamento de seus dados pessoais.

A Lei 13.709/2018 encontrará diversos desafios para concretizar seus objetivos, mas é um grande passo que o país toma para satisfazer a lacuna normativa em relação ao direito fundamental de proteção de dados. A forma como os dados pessoais são tratados atualmente, a LGPD poderá barrar diversas ilegalidades, como a forma abusiva

de publicidade direcionada, conservando o binômio de adequação e necessidade para coleta e tratamento de dados.

A Lei de Proteção de Dados Pessoais é um produto dos ditos da necessidade de uma área do Direito que ainda tem muito a crescer e se transformar. Uma preocupação fundamentada, apesar de recente, é essencial para a construção de respeito à identidade e privacidade dos indivíduos e já está preparada para transformar a ciência jurídica de modo a aperfeiçoá-la para que produza resultados reais e pertinentes com um mundo cada vez mais conectado e complexo.

Conclui-se então, que a criação da Lei Geral de Proteção de Dados, é emergente, e que talvez o poder público pudesse investir mais em levar informações ao público em geral com intuito de evitar a busca ao judiciário, para que o indivíduo tenha seu direito respeitado.

REFERÊNCIAS DE BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Carlos. **Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - Agravo de Instrumento: AI 2009198-32.2020.8.26.0000 SP 2009198-32.2020.8.26.0000**. [S. /], 29 jan. 2020. Disponível em: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/886410616/agravo-de-instrumento-ai-20091983220208260000-sp-2009198-3220208260000/inteiro-teor-886410636?ref=serp>. Acesso em: 18 out. 2020.

ALECRIM, Emerson. **O que é GDPR e que diferença isso faz para quem é brasileiro**. [S. /], 2018. Disponível em: <https://tecnoblog.net/245101/gdpr-privacidade-protECAo-dados/>. Acesso em: 18 out. 2020.

BERTÃO, Shirley Fenzi. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Apelação Cível : AC 10000190612994001 MG -**. [S. /], 14 ago. 2019. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/746244457/apelacao-civel-ac-10000190612994001-mg/inteiro-teor-746244547?ref=serp>. Acesso em: 18 out. 2020.

BEZERRA, André Luiz Martins. **A lei 13.709/18 e os Novos Desafios da Proteção de Dados Pessoais e Identidade Recife. A lei 13.709/18 e os Novos Desafios da Proteção de Dados Pessoais e Identidade Recife**, [S. /], 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36323/1/TCC%20-%20A%20lei%2013.70918%20e%20os%20Novos%20Desafios%20da%20Prote%20%C3%A7%C3%A3o%20de%20Dados%20Pessoais%20e%20Identidade%20-%20over1.0-con2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CARMO, Valter Moura do. **XXVII Congresso nacional do Conpedi Porto Alegre – RS.. DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS I**. CONPEDI (27: 2018 :Porto Alegre, Brasil). Disponível em: <<https://publica.fesppr.br/index.php/publica/article/view/129>> Acesso em: 18 de outubro. 2020.

CARVALHO, Victor Miguel Barros de. **O Direito fundamental à privacidade ante a monetização de dados pessoais na internet: apontamentos legais para uma perspectiva regulatória**. [S. /], 31 ago. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26851>. Acesso em: 18 out. 2020.

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, Código Penal Brasileiro, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 18 de outubro. 2020.

DE OLIVEIRA, Mario André Chaves. **Existe dano moral pelo tratamento irregular de dados pessoais sob a LGPD?**. [S. /], 14 fev. 2020. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/320453/existe-dano-moral-pelo-tratamento-irregular-de-dados-pessoais-sob-a-lgpd>. Acesso em: 18 out. 2020.

FORTES, Vinícius Borges. Scielo. **A privacidade e a proteção dos dados pessoais no ciberespaço como um direito fundamental: perspectivas de construção de um marco regulatório para o Brasil**. 68 Florianópolis: Jan./June 2014, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2177-70552014000100006&script=sci_art-text> Acesso em: 18 de outubro. 2020.

GOUVÊA, Sandra. Google Acadêmico. **O Direito na Era Digital**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=3vzmW3DtAuQC&oi=fnd&pg=PA11&dq=DIREITO+E+SEGURAN%C3%87A+NA+ERA+DIGITAL:+informatiza%C3%A7%C3%A3o,+novas+tecnologias,+lei+de+prote%C3%A7%C3%A3o+de+dados+e+meios+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+criminal.&ots=TFwE\\$S\\$Piys&sig=1oJbGzCBrk1jwABkOFTCLwJHQhU#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=3vzmW3DtAuQC&oi=fnd&pg=PA11&dq=DIREITO+E+SEGURAN%C3%87A+NA+ERA+DIGITAL:+informatiza%C3%A7%C3%A3o,+novas+tecnologias,+lei+de+prote%C3%A7%C3%A3o+de+dados+e+meios+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+criminal.&ots=TFwESPiys&sig=1oJbGzCBrk1jwABkOFTCLwJHQhU#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 18 de outubro. 2020.

KAMINSKI, Omar – **INTERNET LEGAL: O Direito na Tecnologia da Informação – Doutrina e Jurisprudência**, Editora Juruá, Curitiba –Paraná, 2003-2009, p. 292.

LEI Nº 12.737, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 – Lei Carolina Dieckmann, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm> Acesso em: 18 de outubro. 2020.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>, Acesso em: 18 de outubro. 2020.

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 – Marco Civil da Internet, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm> Acesso em: 18 de outubro. 2020.

MARQUES, Jader; SILVA, Maurício Faria, **O DIREITO NA ERA DIGITAL**, Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre/RS, 2012, p. 198.

PAESANI, Liliana Minardi, **DIREITO DE INFORMÁTICA: Comercialização e Desenvolvimento Internacional de Software**, Editora Atlas S.A, São Paulo/SP, 2012, 8ª edição, p. 144.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários a Lei N. 13.790/18 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 56/57.

TEIXEIRA, Tarcísio; MAGRO, Américo Ribeiro. **Proteção de Dados: Fundamentos Jurídicos**. 1ª. ed. Salvador -Bahia: Juspodivm, agosto 2020. 272 p. v. Unico. ISBN 978-85-442-3137-1.

VASCONCELLOS, Roberto. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv : AI 0181527-47.2020.8.13.0000 MG**. [S. /], 8 out. 2020. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/944828126/agravo-de-instrumento-cv-ai-10000200181519001-mg/inteiro-teor-944828176?ref=juris-tabs>. Acesso em: 18 out. 2020.

Law and security in the Digital Age: new technologies, privacy and the new challenges of the general data protection law (Law 13.709/18)

ABSTRACT: This scientific article was prepared with the purpose of providing information related to the Fundamental Right to Privacy in relations tangent to the World Wide Web, and mainly with issues arising from the General Data Protection Law. In view of technological and digital transformations, the perception of human behavior has been changing, changing according to the technological innovations that influence and transform daily life, giving rise to a clear answer on the part of the Law so that the problems of how the human being behaves in the face of transformations are resolved. The general data protection law is able to respond to the new issues generated, in order to protect the elements that form this identity, such as privacy and data. Such issues derive from intrinsic characteristics of the internet, such as the transnationality of the network and the dissemination of information, which is why a study on the provision of jurisdictional protection in the scope of the internet is necessary. On the other hand, as for the level of depth, we have exploratory research, in which the objective is precisely to provide further clarification on the topic. Thus, this article considers whether the foundations of the new laws will be able to provide individuals with the necessary protection of their privacy and data, as well as researching whether it is in line with the new paradigms proposed by modernity transformed by technological advances, for which it provides a safe life for human beings.

KEYWORDS: Privacy. Transformations. Law. Data. Protection.

Data de envio: 30 de novembro de 2020.

Data de aceite: 20 de dezembro de 2020.

O direito ao esquecimento na internet: uma análise jurídica e sociológica

Genice de Lima Oliveira⁷
Eduardo Gomes de Oliveira⁸

RESUMO: O Direito ao Esquecimento é um tema atual do direito contemporâneo ligado ao Direito Digital, neste sentido, este artigo baseia-se na introdução deste tema na sociedade analisando como esta garantia poderá se dar. O assunto em voga encontra-se em desenvolvimento em países da América Latina, nos Estados Unidos e na União Europeia, onde foi criado um modelo consagrado pelo Tribunal de Justiça Europeu. Procura-se utilizar o direito comparado para fundamentar e estabelecer critérios científicos e recortes metodológicos que possam reconhecer o direito ao exercício do Direito ao Esquecimento na Internet, além disso, irá analisar o impacto social na sociedade da informação, pautar considerações frente aos direitos da personalidade a fim de verificar limites em sua aplicação. Metodologicamente, utiliza-se o estudo antropológico para levantar as origens e a construção do Direito ao Esquecimento nos países em que se encontra consolidado e no Brasil, através de recursos bibliográficos, exame jurisprudencial e legislação concernente ao tema. Para o reconhecimento do direito ao exercício do direito ao esquecimento no Brasil faz-se necessário alcançar uma legislação que permita a sua plena aplicação, disseminação da possibilidade de sua utilização pelos particulares, o que resultará na criação de precedentes, jurisprudências e doutrinas. Além do direito de ser esquecido, outros direitos da personalidade são de extrema importância, por isso devem estar intimamente ligados, uma vez que o Direito ao Esquecimento é uma das formas de desenvolvimento da Dignidade da Pessoa Humana.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao Esquecimento. Impacto. Direitos da Personalidade. Exercício. Dignidade da Pessoa Humana.

Introdução

O Direito ao Esquecimento é um tema ainda novo dentro do direito moderno contemporâneo sendo pouco discutido, contudo, dado o avanço da informação e da facilidade de acesso a ela, este direito vem sendo cada vez mais discutido dentre doutrinadores e estudiosos do Direito. Nesta perspectiva, notou-se que ainda se fazem necessários maiores estudos do objeto a fim de que se possa compreender como esta garantia poderá ser dirimida nos Tribunais brasileiros e como a sociedade, no geral, se comportará mediante essa novidade jurídica.

Em um contexto geral, esta pesquisa objetiva a análise do Direito ao Esquecimento no meio digital. Por se tratar de uma novidade na bancada jurídica, optou-se por nortear o presente estudo em noções já trazidas à público a fim de que se possa entender como esta garantia poderá se efetivar, haja vista que a tutela do Direito

⁷ Graduanda em Direito pela Rede de Ensino Doctum – Unidade João Monlevade – oliveiragenice@gmail.com.

⁸ Professor do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) da Faculdade de Santa Marcelina Muriaé

Professor do curso de Sistemas de Informação das Faculdades Unificadas de Cataguases (Doctum) prof.eduardo.goliveira@gmail.com.

Mestre em Engenharia pela Coppe - Universidade Federal do Rio de Janeiro na área de Redes de Computadores, sendo integrante do Grupo de Teleinformática e Automação (GTA) dessa instituição.

ao Esquecimento voltado para o meio digital no Brasil ainda não possui entendimento pacificado dos Tribunais Superiores – Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal -, tão somente alguns casos que o ilustram. Por tal motivo, se utilizou do direito comparado, notadamente nos EUA, na América do Sul e na Europa, onde esta garantia já vem se desenvolvendo, estando mais visível mundialmente sob a alcunha do que se chama no espanhol de “*derecho al olvido*”.

Valendo-se da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial como primeiras fontes para promoção de argumentos críticos que sustentem tal pesquisa, especificamente, o que se pretende responder por meio deste artigo são algumas questões relevantes concernentes à aplicação do Direito ao Esquecimento Digital no mundo atual, levando-se em consideração os países pioneiros nesta prática e o Brasil. Diante disso, procurou-se analisar o impacto social da efetividade deste direito para a história, além de confrontar a análise deste tema com os direitos da personalidade tais como a Liberdade de Expressão e a Proteção a Intimidade, e até que ponto esses direitos poderiam ser suprimidos em razão da tutela da proteção ao indivíduo.

Assim, a justificativa que rege este artigo está pautada nas indagações que atrelam os direitos fundamentais de Direito à Privacidade e à Liberdade de Expressão ao Direito ao Esquecimento e que, embora venham se consolidando em outros países, ainda não possuem no Brasil, um entendimento consolidado sobre a aplicação deste último. Isto porque, quando confrontados os direitos supracitados há certa “confusão” acerca da prevalência de um sob o outro e, partindo do pressuposto de que nenhum direito é absoluto, não é possível suprimir um direito fundamental para que outro venha a se sobrepor sob este primeiro. Justifica-se ainda por versar sobre questões do Direito ao Esquecimento quanto à pessoa privada e a pessoa pública e o impacto das questões concernentes ao tema na vida social. Justificada pela concepção de que quando se trata de pessoa notória a informação passa do interesse particular ao interesse coletivo, portanto poderia representar grande perda à sociedade a mudança em um determinado ponto da História, seja pela exclusão ou por uma mudança no sentido do que foi publicado, o que viria a gerar perdas a gerações futuras também.

Primeiro Caso Brasileiro: Como Pensam os Ínclitos Ministros

O Direito ao Esquecimento no mundo digital é um tema já abordado no cenário jurídico brasileiro, haja vista a sua discussão em países da América Latina – Argentina, Peru, Chile e Colômbia – nos Estados Unidos e, principalmente, no modelo consagrado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, para o ministro do Superior Tribunal de Justiça -- STJ, Luís Felipe Salomão, o direito ao esquecimento na internet é diferente de censura à imprensa, segundo ele "o direito ao esquecimento não é espécie de censura", no mesmo sentido, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, afirma que "não podemos ser saudosistas de uma época ultrapassada, quando tínhamos no Brasil um verdadeiro regime de exceção". "Refiro-me à censura"

Concernente ao tema, o ministro Marco Aurélio Bellizze em seu voto no REsp. nº 1.660.168 - RJ (2014/0291777-1)⁹, assim se manifestou: “Não se trata de efetivamente apagar o passado, mas de permitir que a pessoa envolvida siga sua vida com razoável anonimato, não sendo o fato desabonador corriqueiramente rememorado e perenizado por sistemas automatizados de busca”. Ainda no caso em comento foi proferido o seguinte acórdão:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. 1. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. 2. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO CONFIGURADO. 3. PROVEDOR DE APLICAÇÃO DE PESQUISA NA INTERNET. PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DESVINCULAÇÃO ENTRE NOME E RESULTADO DE PESQUISA. PECULIARIDADES FÁTICAS. CONCILIAÇÃO ENTRE O DIREITO INDIVIDUAL E O DIREITO COLETIVO À INFORMAÇÃO. 4. MULTA DIÁRIA APLICADA. VALOR INICIAL EXORBITANTE. REVISÃO EXCEPCIONAL. 5. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Debate-se a possibilidade de se determinar o rompimento do vínculo estabelecido por provedores de aplicação de busca na internet entre o nome do prejudicado, utilizado como critério exclusivo de busca, e a notícia apontada nos resultados. 2. O Tribunal de origem enfrentou todas as questões postas pelas partes, decidindo nos estritos limites da demanda e declinando, de forma expressa e coerente, todos os fundamentos que formaram o livre convencimento do Juízo. 3. A jurisprudência desta Corte Superior tem entendimento reiterado no sentido de afastar a responsabilidade de buscadores da internet pelos resultados de busca apresentados, reconhecendo a impossibilidade de lhe atribuir a função de censor e impondo ao prejudicado o direcionamento de sua pretensão contra os provedores de conteúdo, responsáveis pela disponibilização do conteúdo indevido na internet. Precedentes. 4. Há, todavia, circunstâncias excepcionalíssimas em que é necessária a intervenção pontual do Poder Judiciário para fazer cessar o vínculo criado, nos bancos de dados dos provedores de busca, entre dados pessoais e resultados da busca, que não guardam relevância para interesse público à informação, seja pelo conteúdo eminentemente privado, seja pelo decurso do tempo. 5. Nessas situações excepcionais, o direito à intimidade e ao esquecimento, bem como a proteção aos dados pessoais deverá preponderar, a fim de permitir que as pessoas envolvidas sigam suas vidas com razoável anonimato, não sendo o fato desabonador corriqueiramente rememorado e perenizado por sistemas automatizados de busca. 6. O rompimento do referido vínculo sem a exclusão da notícia compatibiliza também os interesses individual do titular dos dados pessoais e coletivo de acesso à informação, na medida em que viabiliza a localização das notícias àqueles que direcionem sua pesquisa fornecendo argumentos de pesquisa relacionados ao fato noticiado, mas não àqueles que buscam exclusivamente pelos dados pessoais do indivíduo protegido. 7. No caso concreto, passado mais de uma década desde o fato noticiado, ao se informar como critério de busca exclusivo o nome da parte recorrente, o primeiro resultado apresentado permanecia apontando link de

⁹ RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.168 - RJ (2014/0291777-1) caso em que uma promotora de Justiça do Rio de Janeiro pleiteou ação e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) conseguiu dar efetividade ao direito de não ter mais seu nome associado ao tema "fraude em concurso para juiz". A decisão foi dada em 08/05/2018 e permite que os mecanismos de busca da internet, como Google e Yahoo, não mostrem mais o nome da servidora relacionado ao episódio da fraude no concurso para magistratura cuja a veracidade não foi apurada.

notícia de seu possível envolvimento em fato desabonador, não comprovado, a despeito da existência de outras tantas informações posteriores a seu respeito disponíveis na rede mundial. 8. O arbitramento de multa diária deve ser revisto sempre que seu valor inicial configure manifesta desproporção, por ser irrisório ou excessivo, como é o caso dos autos. 9. Recursos especiais parcialmente providos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, dar parcial provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze, que lavrará o acórdão. Vencidos os Srs. Ministros Nancy Andrichi e Ricardo Villas Bôas Cueva. Votaram com o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze (Presidente) os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Moura Ribeiro. Brasília, 08 de maio de 2018 (data do julgamento). (Superior Tribunal de Justiça – STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 1.660.168 - RJ 2014/0291777-1).

A alta propagação de conteúdo na internet é inevitável e à medida que algo é lançado na rede mundial toma grandes proporções rapidamente, estando em pouco tempo nas mãos de milhares de pessoas, por tal motivo é relevante discutir os limites no que concerne ao lançamento de dados de terceiros no meio digital.

Por tratar-se de um veículo quase que sem custos de divulgação, haja vista que, para atingir o grande público não se faz necessário que o provedor venha a despender altos custos, pois além da velocidade de promoção do conteúdo ser muito rápida, os compartilhamentos realizados pelos próprios usuários tornam a notícia ainda mais rápida e acessível, logo, todo o conteúdo disseminado toma então publicidade e assim a memória de dados, reais ou não, é vinculada ao perfil digital de cada um dos milhões de usuários.

Frente às infringências aos direitos da personalidade surge assim um novo cenário para o Direito que agora tem o papel de regular as relações que se dão em ambientes virtuais, sejam estes sites de pesquisas, redes sociais, ou outro meio eletrônico de divulgação ou relacionamento.

O Direito ao Esquecimento

O Direito ao Esquecimento no meio digital tem como berço jurídico a Europa, o que se deu após a figurada decisão afirmada pelo Tribunal de Justiça Europeu, em 2014, no caso Mario Osteja González contra a empresa Google Espanha e o jornal espanhol *La Vanguardia*. A referida decisão culminou em condenar o buscador e o jornal local a obrigação de “desindexar” dos motores de busca da internet (Google, Bing, Yahoo, etc.) o caso que o envolvia, objetivando assim a efetivação da proteção do sujeito através do direito individual ao esquecimento.

Apesar de assunto cada vez mais recorrente, o Direito ao Esquecimento não possui ainda um conceito popularmente definido dentro da comunidade acadêmica, contudo, todas as suas definições são semelhantes entre si.

Segundo o conceito desenvolvido por Cécile Terwangne (2012) P. 54, o direito ao esquecimento é: “aquele direito das pessoas físicas de fazer que a informação sobre elas seja borrada depois de um período de tempo determinado”, como se fala na Proposta do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais da União Europeia, do ano 2012. Assim, segundo o entendimento *supra*, o direito ao esquecimento tem por objetivo evitar que se tenha a disseminação da informação pessoal passada, que deixando de cumprir a sua finalidade deixe de ser mera informação de interesse coletivo e passe a ser um motivo que possa provocar danos à pessoa.

O Enunciado 531, aprovado durante a VI Jornada de Direito Civil, realizada em março de 2013, pelo Centro de Estudos do Judiciário do Conselho da Justiça Federal (CJE/CJF), assegura que: “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”, neste sentido, o Direito ao Esquecimento seria parte integrante da Dignidade da Pessoa Humana, princípio basilar da Constituição Federal.

Viviane Maldonado (2017) aponta que a sociedade possui o direito a obter informações, inclusive as pretéritas sobre determinado fato ou indivíduo. Por outro giro, também seria possível que tais informações antigas não mais ostentam qualquer interesse público na atualidade e, por conseguinte, sejam prejudiciais a uma determinada pessoa.

Ainda segundo a autora, emergiria em tese o direito ao esquecimento para a pessoa eventualmente prejudicada, “assim entendido como a possibilidade de alijar-se do conhecimento de terceiros uma específica informação que, muito embora seja verdadeira e que, preteritamente, fosse considerada relevante, não mais ostenta interesse público em razão de anacronismo”.

Para Schreiber (2014), o direito ao esquecimento não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou de reescrever a História, ainda que se trate de sua própria história. De fato, o direito ao esquecimento assegura a possibilidade de se discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, primordialmente o modo e a finalidade com que são lembrados.

Registra o autor que o exercício do direito ao esquecimento impõe, por vezes, necessária ponderação com o exercício de outros direitos, tais como liberdade de expressão e direitos da personalidade. Neste sentido, é claro que nem sempre a lógica ponderativa prevalecerá em seu favor, devendo ser analisado o caso concreto em suas peculiaridades.

Por sua vez, Marineli (2017) reconhece o direito ao esquecimento como um desdobramento do direito à privacidade, sendo “o direito de não reprodução de determinados acontecimentos públicos ligados à história de vida pretérita de alguém. Neste ponto tem-se a ilação de que o Autor não o considera como direito autônomo, e o compara ao segredo como mais uma manifestação do direito à privacidade.

Neste diapasão Branco (2017), aduz que o direito ao esquecimento deve ser aplicado de maneira excepcionalíssima e somente quando presentes de forma conjunta os seguintes critérios:

Violação à privacidade por meio de publicação de dado verídico, após lapso temporal, capaz de causar dano a seu titular sem que haja interesse público, preservando-se em todo caso a liberdade de expressão e desde que não se trate de fato histórico, cuja demanda é direcionada, em última instância, ao Poder Judiciário, que deverá, se entender cabível, ordenar a sua remoção ao meio de comunicação onde a informação se encontra (e nunca ao motor de busca).

O pensamento do autor é interessante, pois diferencia expressamente o simples desejo de desindexação dos provedores de pesquisa como Google, Bing, Yahoo! e outros e o próprio direito ao esquecimento. Neste sentido, a remoção do link da lista de busca não causaria o efeito esperado, visto que, o conteúdo repudiado continuaria a existir no site originário.

Nesta esteira, a “desindexação” seria espécie do gênero “direito ao esquecimento” ou, em outras palavras, um desdobramento protetivo necessário diante da importância dos buscadores da internet (Google, Bing etc.). Neste ponto, não se pode olvidar que a difusão das informações no meio ambiente digital é multiplicada de forma exponencial pela atuação dos motores de busca, sendo quase impossível medir sua extensão.

De outra forma, o autor registra ainda em seu conceito que o direcionamento do pedido de esquecimento, em última instância, deverá ser realizado ao Poder Judiciário. Neste ponto, adverte que a consequência prática do reconhecimento ao direito ao esquecimento na forma decidida pelo Tribunal de Justiça Europeu, a ser vista posteriormente, é deixar a cargo dos buscadores como o Google (ou outro gestor de ferramenta de busca) a decisão de remover, ou não, o conteúdo que se pretende ser esquecido.

Pode-se afirmar assim que o direito ao esquecimento se trata de um direito contemporâneo ligado ao Direito Digital e que seu cerne está na garantia de impedir que fatos pretéritos venham a acompanhar a vida de alguém perpetuamente, ainda que tal conteúdo não tenha sua veracidade verificada pelos buscadores que a divulgam.

Direito ao Esquecimento e Redes Sociais

Inegavelmente, a sociedade vive hoje constantes mudanças. A todo tempo, uma remessa de informações é lançada minuto a minuto na rede mundial de computadores e ainda não é possível medir com exatidão a veracidade dos conteúdos lançados.

Mais do que nunca a frase do poeta Mário Quintana: “Nós vivemos a temer o futuro; mas é o passado quem nos atropela e mata”, faz muito sentido, pois, analisando o mundo conectado a *internet* dos tempos atuais, pode-se ter a ideia de que todo conteúdo é rápido e acessível, o que dá à frase do poeta uma conotação ainda maior, pois ela se torna ainda mais perceptível o impacto da “memória intelectual” dos meios digitais, diante de tamanha facilidade de acesso à informação, o passado constituído sob os domínios da internet é uma, por vezes, uma constante ameaça à intimidade e

privacidade dos usuários, pois corrobora em impactos que vão além das páginas das redes sociais, tornando-se objeto de repúdio por seus próprios autores.

Nestes termos, ainda que o conteúdo desejado seja “deletado”, não há uma garantia de que este realmente deixou de existir, prova disso são os constantes ataques a pessoas famosas da internet através de *retweets* de publicações feitas por elas no passado, por vezes em um contexto diferente do que se pretende colocar atualmente, ou ainda quando a mentalidade e a influência do autor eram muito menores, com o intuito de denegrir e difamar a imagem pública desta pessoa.

Instagram, Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, estes são apenas algumas das redes sociais e aplicativos de mensagens mais conhecidas da *internet*. Impossível não conhecer algum indivíduo que não tenha acesso a pelo menos uma destas mídias. Com um público mundial gigantesco, essas redes sociais estão cada vez mais recheadas de informações e dados pessoais, colhidos através da própria disposição do usuário, por este motivo, o Direito, notadamente, não pode mais negar a preocupação com a proteção dos usuários.

Nestas redes o produto comercializado é a imagem, a atenção e o tempo despendido atrás das telas dos *smartphones, tablets* e computadores, portanto, o produto é o próprio usuário e ele mesmo as alimenta com publicações que imprimem sua imagem pessoal, suas ideias, seus gostos, afinidades, pessoas e lugares que estima e tudo mais que seja possível compartilhar, traçando assim o seu perfil de forma inocentemente voluntária.

Dentre os estudos complementares que embasam este artigo, utilizou-se da pesquisa desenvolvida pela ComScore Inc¹⁰, empresa estadunidense que revelou que em 2019, o Brasil era o país mais está conectado as redes sociais em toda a América Latina. O estudo revelou que cerca de 88% da população brasileira acessa redes como o *YouTube, Facebook, Twitter, Instagram, Snapchat, Pinterest e LinkedIn*. Assim, o Brasil superou as taxas de países como a Argentina e os 83% da sua população e o México com aproximadamente 80% da população conectada. Estes números são da última pesquisa da ComScore, divulgada em abril de 2019.

Ainda sobre a pesquisa, ela mostrou que a faixa etária mais conectada é formada por adultos maiores de 45 anos (cerca de 27%), seguidos de pessoas entre 25 a 34 anos (cerca de 25%).

Não é preciso muito estudo para entender assim como a população mundial está cada vez mais conectada às redes sociais.

¹⁰ A ComScore é uma empresa dos Estados Unidos especializada em análise da internet que fornece serviços para grandes empresas, agências de publicidade e de mídias do mundo. A pesquisa relacionada foi divulgada pelo site Olhar Digital no sítio <https://olhardigital.com.br/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-na-america-latina/87696>.

Direitos da Personalidade e Direito ao Esquecimento no Meio Digital

Sabe-se que, no passado, o esquecimento era a regra, pois é no sentido mais simplório algo muito simples e normal e de certo é o que ocorre de forma natural com o passar dos anos, mas este pensamento não cabe no meio das mídias sociais e as recordações que antes se esvaíam com o tempo, não mais são esquecidas tão facilmente. O esquecimento se tornou exceção.

Neste sentido, pode-se afirmar que antes havia maior esforço para lembrar o passado, hoje, contudo, pode-se dizer que, difícil é ser totalmente esquecido.

De fato, isso ocorre porque a sociedade da informação inverteu essa regra. Ser lembrado ou ser esquecido passou de uma decisão unipessoal para algo coletivo, uma vez que as publicações são lançadas na rede viralizam muito rápido, atingem incontáveis acessos em minutos, e são armazenadas nos buscadores, nas galerias dos *smartphones* através de um *print* instantâneo para que o fato não se perca e seja possível armazená-lo por um tempo, assim, percebeu-se que, uma vez publicado um conteúdo pode-se afirmar que, possivelmente, este jamais será definitivamente deletado. Isto porque, um simples clique em “*delete*” não mais garante que esta desapareceu do limbo infinito que é a internet e os sites que armazenam informações, assim, nada desaparece definitivamente de todos os provedores possíveis.

Como dito inicialmente, a dignidade da pessoa é o fundamento principal do direito ao esquecimento, neste sentido pode-se afirmar que este direito pretende a eliminação de informação pretérita que não mais cumpre a finalidade que antes tinha e que provoca danos ao indivíduo. Assim, o que o direito a ser esquecido pretende é simplesmente resguardar a dignidade humana da pessoa (e de sua família, dada a possibilidade de dano moral por ricochete aplicado no direito civil) diante de informações, notícias, fotos, e outras publicações, que restam nas redes sociais e representam um prejuízo.

Por outro lado, há um ponto interessante, quando colocamos frente a frente o Direito ao Esquecimento e o Direito à Privacidade e Intimidade, também o Direito a Liberdade de Expressão, pois o primeiro é resultado da efetividade dos demais em relação a proteção do indivíduo nos meios digitais.

Nesta esteira, o Princípio da Inviolabilidade à Privacidade e à Intimidade é garantido pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso X, no qual dispõe que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, estando assim assegurado o direito a indenização por dano moral ou material decorrentes de violação.

Incide que, nos tempos atuais, dado o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, tornou-se cada vez mais comum a violação a este princípio, o que vem a calhar em inúmeras ações levadas a apreciação do Poder Judiciário onde se pretende a indenização por danos materiais e principalmente por danos morais, o que nem sempre é o bastante, pois muitas vezes os danos ultrapassam a figura da imagem ou dos prejuízos materiais sofridos, assim trazem consequências irreparáveis por motivo da repercussão social de certos atos ser muito maior na *internet*.

Desta feita, é fundamental o desenvolvimento de normas e/ou políticas eficazes que tenham o objetivo de garantir a proteção à Inviolabilidade à Privacidade, à Intimidade, à Honra e a Imagem das pessoas para evitar a ocorrência de danos que muitas vezes se tornam irreparáveis.

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. [...]. (BRASIL, 1988).

Em se tratando do Direito à Intimidade cumpre dizer que este é um direito personalíssimo, pois trata de aspecto inerente à Dignidade da Pessoa Humana cujo fundamento está na proteção das informações da vida íntima. A intransmissibilidade do direito é definida pelo impedimento da transferência hereditária dos direitos de personalidade, ainda que a tutela de alguns interesses vinculados à personalidade possa ser reclamada após a morte do sujeito.

No avanço das discussões acerca da proteção de dados pessoais no direito ao esquecimento, recorda-se a importante iniciativa do Enunciado 531 da VI Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em abril de 2014, o qual preleciona: “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”. (BRASÍLIA, 2014).

Elementos a Considerar Quanto ao Direito ao Esquecimento

Na construção do presente diálogo, pode-se perceber alguns elementos que necessitam ser abordados dentro da temática, tais como: (a) a violação à privacidade e à intimidade por meio de publicação de dados verídicos, neste sentido não pode ser considerado “normal” que o indivíduo carregue o temor de que um fato passado venha a acompanhá-lo perpetuamente quando há, juridicamente, a possibilidade de garantir sua proteção através da desindexação definitiva de conteúdos digitais, ainda que se trate de fatos pregressos de ordem criminal; (b) a existência de lapso temporal razoável entre a publicação e o exercício do direito de ser esquecido, nesta esteira, cumpre argumentar que a existência de lastro temporal mensurável é relativa, pois depende do caso concreto. Como se vê cotidianamente, publicações antigas, de anos atrás são resgatadas e novamente publicizadas muitas vezes com o intuito de manchar a imagem do autor que, na maioria dos casos, ganhou um público maior com o passar dos anos, e assim trazer fatos que estão vinculados a sua pessoa, contudo, podem não mais condizer com sua personalidade atual, imprimindo a ideia de que mudar de posição ou ideia é algo impossível, contraditório ou inaceitável; (c) a capacidade das publicações de causar danos a seu titular; nota-se que os danos vinculados a propagação de conteúdos passados podem ir além da exposição do titular, podem, por exemplo ocasionar danos

à imagem de terceiros incorrendo na lesão chamada de “dano moral por ricochete”, pretensão garantida pelo Direito Civil Brasileiro, dentre outros prejuízos de ordem material, psicológica e financeira; (d) a inexistência de interesse público ou de fato histórico em face desta publicação, havendo interesse público sobre a publicação, será necessária analisar, no caso concreto, a extensão do possível dano à pessoa privada em detrimento do coletivo, a fim de que se preserve o Direito à Informação; e por último, (e) a preservação em todos os casos – em maior ou menor medida - da liberdade de expressão no caso concreto analisado. Ressalta-se que a propagação massiva de informações na internet ocorre, em sua maioria, através de sites de pesquisa mundialmente conhecidos como o Google, Bing, Yahoo!, MSN e outros. Estes que por sua vez estão devidamente habilitados para tal, contudo, há que se analisar também, para além do dano aos direitos fundamentais, sua responsabilização civil e criminal, pois é indiscutível que possuem legitimidade *ad causam* para integrar o polo passivo das ações de reparação com base no Direito ao Esquecimento como garantia fundamental.

Perspectivas do Direito ao Esquecimento na Sociedade Atual – Resultados e Discussões

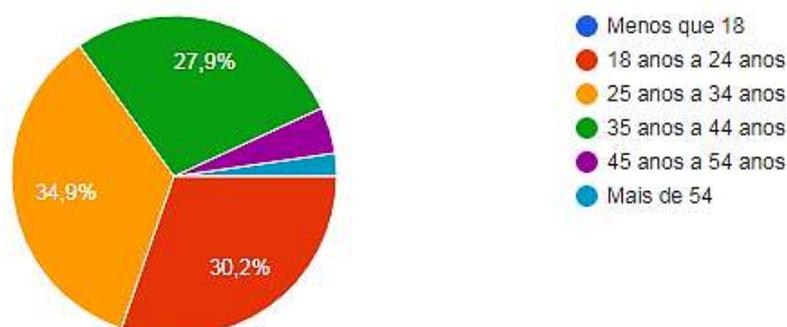
Percebeu-se durante o desenvolvimento deste artigo a necessidade de apurar a opinião e o conhecimento da sociedade acerca do Direito ao Esquecimento na *Internet*, para que este estudo pudesse se tornar ainda mais palpável. Assim, foi desenvolvido um estudo quantitativo baseado na coleta de resultados através de um questionário aplicado a um pequeno grupo de pessoas.

Foi utilizada a plataforma de formulários *Google Forms*, aplicativo desenvolvido pela *Google Corp.* O formulário foi enviado há 43 pessoas de faixas etárias e níveis de escolaridade diversos.

No primeiro plano, procurou-se apurar o público-alvo da pesquisa, onde pode-se perceber a faixa etária e nível de escolaridade dos entrevistados. Deve-se ressaltar aqui que a maioria dos entrevistados tem entre 18 e 34 anos, como se observa:

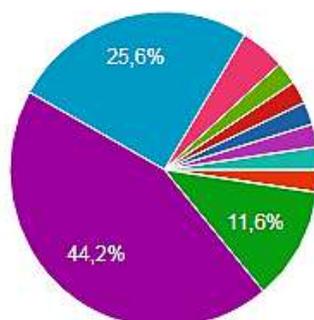
Qual é a sua idade?

43 respostas



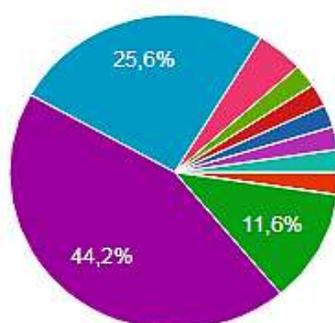
Qual é a sua formação?

43 respostas



- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Mestrado
- Pós graduação

▲ 1/2 ▼



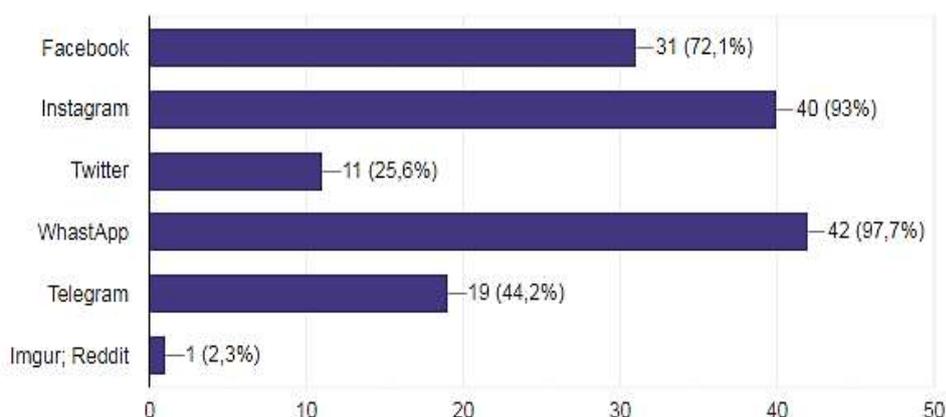
- Superior em curso
- Especialista
- Mestra
- Mestrado

▲ 2/2 ▼

Quando perguntadas acerca de quais mídias sociais mais utilizam as partes entrevistadas responderam conforme abaixo:

Quais mídias sociais você utiliza?

43 respostas



Neste contexto pode-se apurar que grande parte dos entrevistados, cerca de 97,7% utilizam aplicativos de mensagens como o *WhatsApp*, enquanto cerca de 93% utilizam a rede social *Instagram*, cuja função principal é compartilhar fotos e vídeos, mas também fornece a função de troca de mensagens, seguindo logo atrás o *Facebook* com 72% do público.

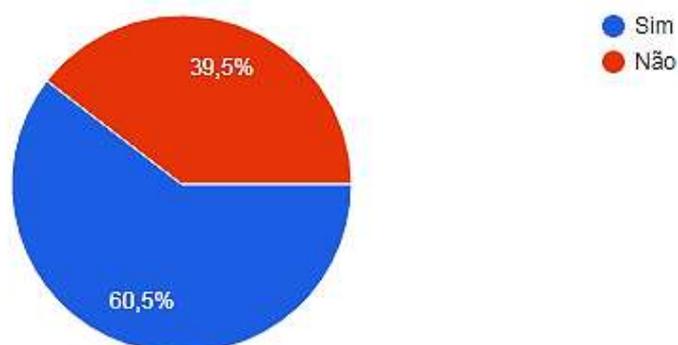
Este quesito levou em consideração as redes que cada entrevistado costuma acessar, não sendo uma questão de múltipla escolha, mas uma questão cumulativa, de forma a concluir que todos os envolvidos possuem mais de uma conta ativa nas mídias sociais citadas acima.

Estes dados demonstram a realidade de que grande parte da sociedade desenvolveu novos hábitos de comunicação através da troca de mensagens, abandonando cada vez mais as chamadas de voz convencionais.

Trazendo a pesquisa para mais próximo do tema abordado, quando perguntados acerca do desejo de apagar publicações, cerca de 60% dos entrevistados concordaram que já postaram algo particular tendo sentido arrependimento após algum tempo, apagando a publicação tempos depois.

Alguma vez, você já postou algo a seu respeito e se arrependeu, tendo apagado a publicação algum tempo depois?

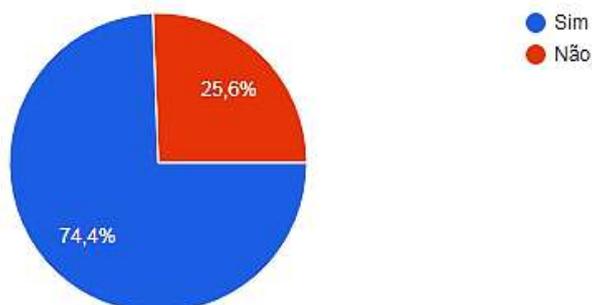
43 respostas



Grande porcentagem dos quesitados, aproximadamente 61%, assinalaram também o desejo de solicitar ou de apagar determinadas publicações difamatórias de algum conhecido realizada nas redes sociais, cujo conteúdo sabe ser de ordem difamatória. Assim, pode-se afirmar que havendo meios, a sociedade irá sim, acionar os sites, redes sociais e até o Poder Judiciário para impedir danos a terceiros. Isso conota uma boa percepção em relação à denúncia das *Fake News*, por exemplo.

Você já viu alguma publicação na internet difamando alguém que você sabia ser vítima desta e sentiu vontade de apagar ou pedir que a mesma fosse apagada?

43 respostas

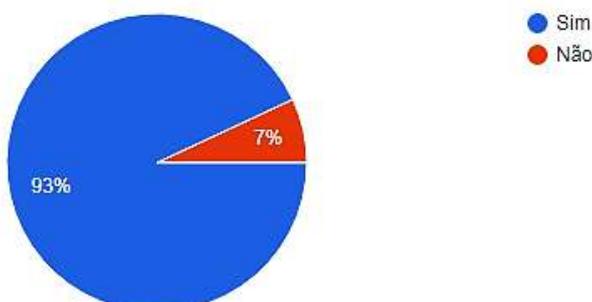


Neste mesmo sentido, o público demonstrou interesse em procurar o Poder Judiciário para dirimir questões relacionadas a redes sociais, como demonstrado logo abaixo.

Com um índice tão alto de respostas afirmativas em relação à possibilidade do acionamento do Poder Judiciário, notou-se que a temática abordada é de extrema relevância e traz à baila a preocupação do público quanto a seus dados seja nas redes sociais, seja em outros sites. Demonstra também que, caso haja lesão de direitos, o Poder Judiciário será acionado para apontar o melhor plano de solução destes conflitos. O que precisa ser questionado neste ponto é a capacidade legislativa para dirimir estas questões, além disso, como a Corte dos Tribunais formada por ministros conservadores irá reagir frente a temas tão atuais e ainda pouco levados a sua apreciação.

Se você pudesse acionar o Poder Judiciário para pedir que alguma publicação a seu respeito, seja em redes sociais ou outro site, fosse apagada, você faria?

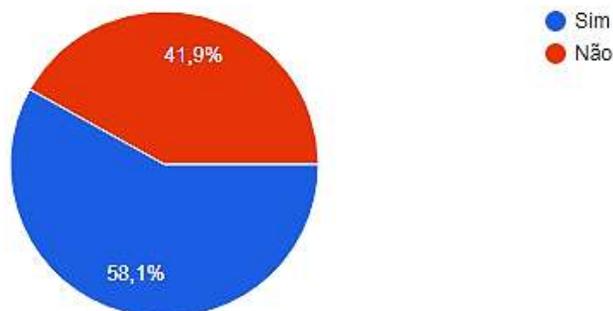
43 respostas



Por fim quando perguntado sobre o panorama do Direito ao Esquecimento grande porcentagem demonstrou conhecer do tema.

Você já ouviu falar sobre “Direito ao Esquecimento na Internet”?

43 respostas



Considerações Finais

Com a finalidade de esclarecer e dar maior publicidade ao tema, o presente artigo procurou, dentre outros pontos, analisar a problemática atual que o assunto representa no mundo atual, sobretudo do ponto de vista do Direito Comparado fundado nas pesquisas e julgamentos a seu respeito nos países da América Latina – Argentina, Peru, Chile e Colômbia – nos Estados Unidos e, principalmente, no modelo consagrado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, buscou-se utilizar deste ramo para fundamentar os critérios científicos a fim de alcançar o reconhecimento ao da existência do Direito ao Esquecimento na Internet pela sociedade.

A fim de estabelecer um estudo lógico da questão apontada, primeiramente, foi realizado um estudo antropológico por meio de artigos e *websites* acerca do tema a fim de pontuar sua origem e construção no meio digital pelo mundo, partindo dos países que possuem entendimento consolidado sobre sua aplicação, mas ainda em constante desenvolvimento, até seu reconhecimento no Brasil, neste sentido, o parâmetro de estudos se deu através do direito comparado.

Ante todo o exposto, procurou-se também materializar o estudo de modo a torná-lo palpável por meio da pesquisa quantitativa de caráter sociológico. Através desta, observou-se que o Direito ao Esquecimento, embora ainda pouco dirimido no meio jurídico brasileiro e acadêmico, já demonstra sua importância. Por meio do estudo quantitativo realizado pode-se perceber que a sociedade demonstra interesse e preocupação com a proteção de dados compartilhados nas redes e com a manutenção destes, deixando nítida a necessidade de adequação dos meios jurídicos para efetivação dos direitos ligados aos meios eletrônicos.

Neste sentido, o presente artigo visou demonstrar que, para reconhecimento e exercício do direito ao esquecimento pela sociedade em geral, faz-se necessário alcançar ainda alguns pontos essenciais, contudo, pela influência internacional dos Estados Unidos e da Europa, o Brasil já caminha para consolidar entendimentos que possibilitem sua ampla aplicação, o que possibilitará o resguardo da proteção não só ao direito de ser esquecido, mas também da proteção à Dignidade da Pessoa Humana, aos princípios

constitucionais e demais direitos individuais garantidos pela Constituição Federal da República no contexto das mídias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado Federal

MALDONADO, Viviane Nóbrega. **Direito ao esquecimento**. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2017.

MARINELI, Marcelo Romão. **Privacidade e rede sociais virtuais: sob a égide da Lei nº 12.965/2004 – Marco civil da internet**. 1ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2017.

MARQUEZAN, Bibiana Lara Simões. **O Direito ao Esquecimento na internet e suas implicações no ordenamento jurídico brasileiro**. 4º Congresso Internacional e de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 8 a 10 de novembro de 2017.

O Direito ao esquecimento na internet: uma possível construção teórico-valorativa no Direito Comparado (EUA, América do Sul e Europa). Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/0ds65m46/1f77gz03>. Acesso em 05/04/2020.

RIBEIRO, Renison Carlos Brilhante. VIANA, Rejane da Silva. **O direito ao esquecimento na era digital diante da liberdade de expressão e do acesso à informação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 01, pp. 22-38. Janeiro de 2020. ISSN: 2448-0959.

SCHREIBER, Anderson (coord.). **Direito e mídia**. São Paulo: Atlas, 2013. **Direitos da personalidade**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.660.168/RJ**. , Relator Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 08/05/2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

Tribunal de Justiça da União Europeia. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/juris/>>. Acesso em: 05. abr. 2020.

VIDIGAL, Leonardo Bruno Marinho. **O direito ao esquecimento e a incipiente experiência brasileira: incompreensões sobre o tema, limites para sua aplicação e a desafiadora efetivação no ambiente virtual**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2017.

THE RIGHT TO FORGETTING ON THE INTERNET: a legal and sociological analysis

ABSTRACT: The Right to Oblivion is a current theme of contemporary law linked to Digital Law, in this sense, this article is based on the introduction of this theme in society, analyzing how this guarantee can happen. The current issue is under development in Latin American countries, the United States and the European Union, where a model established by the European Court of Justice was created. It seeks to use comparative law to support and establish scientific criteria and methodological cuts that can recognize the right to exercise the Right to Forget on the Internet, in addition, it will analyze the social impact on the information society, guide considerations regarding personality rights in order to check limits on your application. Methodologically, anthropological study is used to survey the origins and construction of the Right to Oblivion in the countries in which it is consolidated and in Brazil, through bibliographic resources, jurisprudential examination and legislation concerning the theme. For the recognition of the right to exercise the right to be forgotten in Brazil, it is necessary to reach legislation that allows its full application, dissemination of the possibility of its use by private individuals, which will result in the creation of precedents, jurisprudence and doctrines. In addition to the right to be forgotten, other personality rights are extremely important, so they must be closely linked, since the Right to Forgetfulness is one of the ways of developing the Dignity of the Human Person.

KEYWORDS: Right to Oblivion. Impact. Personality Rights. Exercise. Dignity of human person.

Data de envio: 30 de novembro de 2020.

Data de aceite: 20 de dezembro de 2020.



Educação

Aplicação da metodologia ativa por meio da produção científica: Experiência vivenciada entre graduandos e alunos do Ensino Médio

Camila Rodrigues Amaral Torres¹¹

José Lucas de Oliveira Serafim¹²

Gabriel Santos Gonçalves¹³

Hérculles Sobreira de Mello

Débora Barbosa Thomazini

Lívia Marchese de Melo

RESUMO: A metodologia ativa é um dos modos mais consagrados para encaminhar à formação profissional e a produção científica é um caminho eficaz para o desenvolvimento de competências enfatizando a construção do conhecimento. O presente trabalho consiste em uma proposta de aprendizagem através da experimentação científica prática. Realizado na FASM com o envolvimento de 30 alunos do ensino médio e 8 graduandos em Ciências Biológicas o projeto permitiu um ambiente didático a partir das experimentações realizadas com os alunos.

Palavras-chaves: Produção Científica. Ensino-aprendizagem. Metodologia ativa.

Introdução

O cenário da educação vem sofrendo grandes transformações nas últimas décadas; em especial, as concepções e técnicas de ensino têm sido questionadas. As tendências do século XXI indicam que a característica central da educação é o deslocamento do enfoque individual para o enfoque social. Assim, são elaboradas novas compreensões de ensino e propostas alternativas para sua operacionalização, entre elas as denominadas metodologias ativas de ensino-aprendizagem (PAIVA et al., 2016).

A metodologia ativa valoriza o processo de construção coletiva e promove a liberdade no processo de pensar e no trabalho em equipe. Através das metodologias ativas, é possível usar a problematização como estratégia, estimulando o aluno a refletir, escolher, criar, intervir, transformar e estimular a reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafio, além de disponibilizar recursos para pesquisar problemas e a formulação de soluções adequadas (MIRANDA, 2017).

Com o incentivo da utilização da metodologia ativa, o aluno passa a fazer parte da construção do saber e a ter melhor resposta aos seus questionamentos e dúvidas. Uma das maneiras de desenvolver uma metodologia ativa é organizar o ensino-aprendizagem a partir da pesquisa como uma alternativa eficaz para desenvolvimento

¹¹ Doutora em Engenharia e Ciência dos Materiais-UENF, Professora de Química da Faculdade Santa Marcelina, Muriaé-MG.

¹² Graduado em Ciências Biológicas, Técnico dos Laboratórios de Ciências Biológicas e Química da Faculdade Santa Marcelina-FASM- Muriaé, Mestrando em Genética e Melhoramento –UFV E-mail: jose.l.serafim@ufv.br

¹³ Graduandos do curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina, Muriaé-MG.

de habilidades e atitudes, além de aquisição de conhecimento e do desenvolvimento de competências, pois se opõe a métodos e técnicas que enfatizam apenas a transmissão do conhecimento (RICHARTZ, 2015).

O uso da produção científica no planejamento e desenvolvimento das práticas escolares tem potencial para se tornar um elemento fundamental para a superação das práticas tradicionais de ensino. A interação entre os alunos na execução das atividades, bem como sua interação durante e após as dinâmicas são aspectos fundamentais do aprendizado ativo.

Diante desta perspectiva, o objetivo do presente estudo foi promover a produção científica com alunos do ensino médio de uma escola da rede pública em conjunto com graduandos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas sob supervisão de professores da FASM, que atuaram como orientadores nos projetos.

Referencial Teórico

A metodologia ativa é uma concepção educativa que estimula processos de ensino-aprendizagem crítico reflexiva, nos quais o estudante deixa o papel de receptor passivo e assume o papel de agente e principal responsável por sua aprendizagem. A implementação da metodologia ativa pode ser motivante a partir do momento em que o aluno percebe a si próprio como origem da própria ação, ao serem apresentadas oportunidades de problematização de situações a que estão sujeitos (MIRANDA, 2017).

As metodologias ativas se caracterizam por colocar o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o construtor do seu próprio conhecimento e permitindo que ele desenvolva um olhar amplo acerca do ser humano, nas suas relações com a sociedade e com o ambiente (SIQUEIRA-BATISTA, 2009). Elaborar estratégias que visem à articulação entre a teoria e a prática no momento do processo de ensino pode criar concepções e construir seu próprio modelo de aprendizagem (Fig. 1). Pode-se usar a produção científica como espinha dorsal neste processo formativo, buscando um olhar investigativo e reflexivo para uma atuação transformadora.

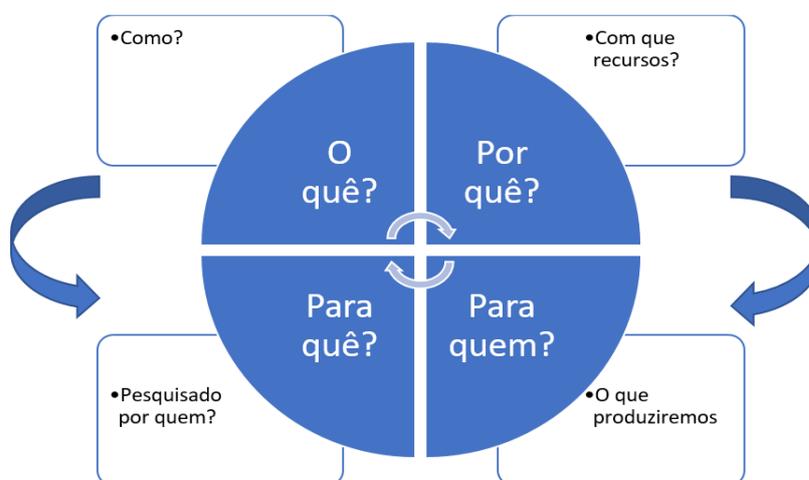


Figura 1: Fluxograma operacional da aplicação de metodologias ativas (GAROFALO, 2018)

A produção científica é o modo pelo qual o aluno de graduação inicia as atividades de investigação e produção de conhecimento científico. Segundo CALAZANS (2002), as contribuições da produção científica apresentam benefícios acadêmicos, profissionais e pessoais. São benefícios acadêmicos: a participação do aluno no processo de construção do conhecimento, a possibilidade de promover aumento do desempenho acadêmico e o contato direto com pesquisa e investigação.

A pesquisa na graduação pode ser um caminho para a autonomia intelectual do jovem, que passa a ter a possibilidade real de exercer sua criatividade e de construir um raciocínio crítico (BRASIL, 2001). Outro benefício da pesquisa para o aluno é que ela pode permitir a articulação entre os vários conhecimentos, ou seja, a pesquisa pode se constituir em um dos caminhos para a execução de projetos interdisciplinares, que envolvam, também, a superação da dicotomia teoria e prática. Além disso, a pesquisa pode proporcionar ao estudante momentos de grande satisfação (FREIRE, 2002).

Os benefícios da produção científica podem ser observados em vários níveis, a partir das contribuições do corpo docente, discente e do próprio curso, como a viabilização de ações, dentre as quais estão: a produção, atualização, aprofundamento de conteúdo específicos da área; criação de linhas de pesquisa que, por vezes, permitem a criação de projetos interdisciplinares; atividades de ensino mais criativas; aproximação do aluno ao instrumental metodológico para atividades científicas; estímulos à concepção de novos enigmas e a legitimação da produção dos conhecimentos (ANDRÉ, 2001).

A integração entre a produção científica, a pesquisa e a prática profissional indicada como necessária por Gatti e Barreto (2009), manifesta-se restrita quando se diz respeito à interação entre instituições de formação superior e escolas, isto é, as escolas e as faculdades realizam poucos projetos em conjunto. Além disso, há pouca divulgação da pesquisa nas escolas, o que dificulta o acesso por parte de professores atuantes na educação básica.

Sabendo das habilidades e competências cobradas no cenário atual da educação brasileira, sendo estas baseadas em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), torna-se clara a percepção da dependência entre a pesquisa científica e a escola para o desenvolvimento dos alunos da educação básica, visto que não são apenas cobrados saberes cristalizados, mas reais habilidades práticas a fim de que estes sejam fatores contribuintes e alteradores da realidade em que vivem. Portanto, é essencial que a produção Científica vivenciada no ensino superior venha a disseminar-se na educação básica, transformando o processo de ensino-aprendizagem.

O aluno engajado no processo de produção torna-se protagonista no processo de sua formação. Professores/alunos, alunos/alunos juntos em novas descobertas, aprendendo e pesquisando juntos. A aprendizagem e a prática como foco da formação acadêmica.

Procedimentos metodológicos

A proposta do trabalho induziu a discussão do tema, buscando proferir conceitos e metodologias que permitissem a compreensão da relação entre a prática de ensino e pesquisa. O trabalho foi pautado na implementação e o desenvolvimento da atividade prática com graduandos do curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina e alunos dos 1º e 2º anos do ensino médio da Escola Estadual Professor Gonçalves Couto, localizada na cidade de Muriaé- MG.

O projeto foi realizado em quatro etapas descritas a seguir:

Primeira etapa: A primeira etapa ocorreu na Faculdade Santa Marcelina Muriaé e constituiu-se na elaboração e construção de 11 projetos organizados por 8 graduandos do curso de Ciências Biológicas e professores orientadores. Esses, foram desenvolvidos relacionando-se aos conteúdos de Química e Biologia (Tab. 1).

Tabela 1- Relação de trabalhos elaborados e executados pelos graduandos, professores e alunos do ensino médio

GRUPOS	PRODUÇÃO CIENTÍFICA
1	Controle Biológico de cochonilhas utilizando extrato de <i>syzygium aromaticum</i> como potencial inseticida
2	Determinação de oxigênio dissolvido em diferentes pontos do Rio Muriaé-MG
3	Potencial alelopático de <i>Dieffenbachia picta</i> na germinação e crescimento inicial de <i>Phaseolus vulgaris</i>
4	Controle biológico de formigas <i>Camponotus sp. in vitro</i> com uso de extrato de tabaco
5	Análise microbiológica dos bebedouros dos Hospitais de Muriaé-MG
6	Caracterização Físico-Química de amostras de leite <i>in natura</i> comercializados em Muriaé-MG
7	Determinação do teor de álcool na gasolina de postos de combustíveis do município de Muriaé-MG
8	Aplicação da eletrofloculação como método de separação no tratamento de efluentes

9	Uso do extrato de <i>Syzyguim aromaticum</i> no controle biológico de formigas <i>Camponotus sp.</i>
10	Potencial herbicida a base de limão, ureia e vinagre
11	Avaliação do extrato de tabaco com potencial no controle biológico de cochonilhas em laboratório

Segunda etapa: ocorreu na Escola Estadual Gonçalves Couto com a organização de 11 grupos (sendo 30 alunos no total) sob orientação dos graduandos, onde expuseram a importância da realização da pesquisa e a contribuição que ela pôde trazer. Houve também uma reflexão sobre a problemática e a relevância de cada trabalho e a distribuição dos graduandos em cada projeto, tendo como intuito a articulação do processo de orientação, gerando oportunidades de experiências práticas no exercício de docência e orientação.

Terceira etapa: A terceira etapa se deu nos laboratórios de Química e Biologia da FASM, com a execução de cada projeto sob orientação dos graduandos responsáveis pelos seus respectivos grupos e a supervisão dos professores orientadores. Nesse momento, ocorreu a comunicação, colaboração, estímulo, análise, o questionamento e a solução de problemas. Alunos confiantes desenvolvendo suas competências e habilidades (Fig. 2).



Figura 2: Esquema de habilidades desenvolvidas dentro dos projetos de pesquisa pelos graduandos.

Quarta etapa: Apresentação dos projetos no XVII Encontro de Iniciação Científica promovido pela Faculdade Santa Marcelina. Nesta etapa os estudantes apresentaram seus trabalhos científicos juntamente com outros trabalhos de graduação. A ocasião proporcionou a socialização dos alunos e possibilitou expor um panorama do processo de elaboração, execução e resultados produzidos.

Resultados e Discussões

A aplicação da metodologia ativa por meio da produção científica permitiu desenvolver nos alunos a habilidade de transformar questionamentos em processos de investigação. Ao passar por essas diversas experiências no decorrer do processo (coleta de dados, estudos, análises e elaboração das conclusões) os alunos empregaram diferentes conhecimentos, competências e habilidades, que conseqüentemente, contribuíram para o desenvolvimento de seu raciocínio autônomo (Fig. 3).



Figura 3: Benefícios da aplicação de Metodologias ativas (GAROFALO, 2018)

Os participantes puderam compreender como o conhecimento pode ser produzido a partir da interpretação, e que o levantamento de dados deve ser feito com base em conceitos e conhecimentos da área que se investiga, e que esses conceitos e conhecimentos podem mudar ao longo do tempo em razão de novas descobertas.

Os resultados mostraram uma série de benefícios no processo de ensino-aprendizagem, como a valorização da experiência cotidiana dos alunos, o estímulo à leitura, análise e interpretação de textos e letramento científico, além do desenvolvimento de competências de investigação e compreensão.

Considerações Finais

Com o desenvolvimento deste trabalho, pode-se concluir que a experiência na prática da orientação e elaboração dos projetos possibilitou novas descobertas em um processo investigativo, e contribuiu no processo de ensino-aprendizagem dos envolvidos, estimulando-os a buscarem conhecimento com senso crítico e postura proativa e de autonomia.

A realização dos projetos possibilitou aos discentes uma construção de referenciais, metodologias de pesquisa e de ensino, promovendo uma valiosa experiência prática de ensino e coordenação de pesquisas. Além da articulação conjunta entre alunos e professores o projeto promoveu uma preciosa aproximação entre o processo de aprendizagem e a pesquisa científica, confirmando esse método como uma alternativa altamente eficaz na formação dos alunos e graduandos como profissionais da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 2. ed. Campinas, 2001.

BAPTISTA, G. C. S. **A importância da reflexão sobre a prática de ensino para a formação docente inicial em ciências biológicas**. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 5, n. 2, p. 85-93, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Graduação – PNG**. Brasília, 2001.

CALAZANS, J. **Iniciação científica: construindo o pensamento crítico**. São Paulo: Cortez, 2002.

DA COSTA, W. L.; ZOMPERO, A. DE F. **A Iniciação Científica no Brasil e sua propagação no Ensino Médio**. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, v. 8, n. 1, p. 14-25, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília, UNESCO, 2009.

GAROFALO, D. **Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado**. Nova escola. 25 de junho de 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

MIRANDA, A. P. **Análise crítica-reflexiva na utilização da metodologia ativa**. *Enfermagem Brasil*, v. 16, n. 3, p. 182-189, 2017.

OVIGLI, D. F. B. **Iniciação científica na educação básica: uma atividade mais do que necessária**. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, v. 1, n. 1, p. 78-90, 2014.

PAIVA, M. R. F. et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa**. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, 2016.

RICHARTZ, T. Metodologia ativa: a importância da pesquisa na formação de professores. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 13, n. 1, p. 296-304, 2015.

SIQUEIRA-BATISTA, R. Os anéis da serpente: a aprendizagem baseada em problemas e as sociedades de controle. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1.183-1.192, 2009.

Application of active methodology through scientific production: Experience experienced by undergraduate and high school students

ABSTRACT: Active methodology is one of the most established ways to lead to professional training and scientific production is an effective way to develop skills, emphasizing the construction of knowledge. The present work consists of a proposal for learning through practical scientific experimentation. Held at FASM with the involvement of 30 high school students and 8 undergraduates in Biological Sciences, the project allowed a didactic environment from the experiments carried out with the students.

KEYWORDS: Scientific production. Teaching-learning. Active methodology

Data de envio: 30 de outubro de 2020.

Data de aceite: 20 de dezembro de 2020.

O pedagogo empresarial: possibilidades de atuação

Ana Paula Marinho Batista Coelho¹⁴

Giselda Maria Dutra Bandoli¹⁵

Isabel Azeredo Uchôa¹⁶

José Ignacio Ribeiro Marinho¹⁷

Juliana Moura Almenara Marinho¹⁸

Laio Henrique de Oliveira¹⁹

RESUMO: A pedagogia por muito tempo foi um campo de trabalho restrito ao ambiente educacional. O pedagogo empresarial surge em um contexto de transformações tecnológicas e do mercado de trabalho. A partir de uma pesquisa bibliográfica, o presente estudo pretende apresentar as práticas de atuação do pedagogo empresarial, identificando suas principais atividades, uma vez que esse tem a função de desenvolver estratégias e metodologias capazes de estimular os funcionários a buscar melhorias para as atividades desempenhadas.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Pedagogia empresarial. Processos de ensino/aprendizagem. Treinamento e desenvolvimento de pessoas.

Introdução

A pedagogia, de acordo com o Dicionário Aurélio (2008, p. 617), é: “*sf.* Teoria e ciência da educação e do ensino”. Neste sentido, pode-se entender por pedagogia qualquer prática ou estratégia que, dedicada à melhoria na aprendizagem, além de gerar

¹⁴ Graduada em Normal Superior pela Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro, em Itaperuna/RJ. Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina, em Muriaé/MG. Especialista em Língua Portuguesa, Literatura e Artes pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, em Venda Nova do Imigrante/ES. Professora de Língua Portuguesa na SEEMG, em Muriaé/MG, e de Educação Infantil, em Muriaé/MG. E-mail: anacoelho.anacoelho@hotmail.com.

¹⁵ Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes/RJ. Professora de Língua Portuguesa no Instituto Federal Fluminense, Itaperuna/RJ. Ainda, atua como tutora de Linguística I e III, pela Fundação Cecierj/Cederj. E-mail: bandoli.giselda@gmail.com.

¹⁶ Mestra em Ensino pela Universidade Federal Fluminense, em Santo Antônio de Pádua/RJ. Professora da Universidade Iguazu, em Itaperuna/RJ. E-mail: isabeluchoa.faria@gmail.com.

¹⁷ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora/MG. Professor de Língua Portuguesa das prefeituras de Cambuci/RJ e Itaperuna/RJ. Ainda, atua como tutor de Latim Genérico, Literatura Brasileira (II e III) e Português IV pela Fundação Cecierj/Cederj. E-mail: josebrenatti@hotmail.com

¹⁸ Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná, em Itaperuna/RJ. E-mail: julianamoura11@hotmail.com.

¹⁹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora/MG. Especialista em Didática e Trabalho Docente pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, em São João del-Rei/MG. Graduado em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei, em São João del-Rei/MG. Professor de Língua Portuguesa na SEEMG, em Dores de Campos/MG. E-mail: laioletras@gmail.com.

mudanças no comportamento dos indivíduos envolvidos, influencia-os de forma pessoal e profissional.

Historicamente, a pedagogia propriamente dita nasceu nos séculos XVIII e XIX, na Grécia Antiga, com uma estrutura bastante inovadora, com o intuito de formar técnicos e cidadãos, expandindo sua atuação a outros espaços além do espaço escolar, ao contrário do que se entendia como papel do pedagogo e os conceitos relacionados ao termo pedagogia (ALMEIDA; VERLOFFA, 2017). Entretanto, com os avanços tecnológicos, o conhecimento e a informação aceleraram a produção de seus conteúdos, exigindo que toda sociedade modificasse o modo de pensar, a fim de acompanhar a evolução das tecnologias. As organizações perceberam a necessidade de ter em sua equipe de gestão um profissional capaz de desenvolver práticas educacionais que estimulasse seus funcionários, gerando um diferencial no mercado competitivo.

A partir de então, o pedagogo ganha espaço na sociedade e no mercado de trabalho, transpondo os muros da escola. O pedagogo “passa a ser reconhecido como um profissional que domina saberes teórico-metodológicos que podem contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades de todo quadro funcional de uma instituição” (LOPES, 2017, p. 7). Assim, surge o pedagogo empresarial, cujo papel ganha cada vez mais destaque na sociedade. Neste presente trabalho, propõe-se a apresentar como ocorre sua atuação dentro das organizações.

Em um primeiro momento, será apresentado um breve histórico sobre a pedagogia, assim como sobre seus conceitos e definições. Posteriormente, será exposta qual a área de atuação do pedagogo empresarial e, por fim, as práticas e competências desenvolvidas por este profissional dentro das organizações empresariais.

Para o desenvolvimento deste estudo, a metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica, utilizando artigos científicos, teses e dissertações que tratam sobre Pedagogia, Pedagogia Empresarial, Recursos Humanos e Comunicação Empresarial. Nesse sentido, a pesquisa propõe apresentar o papel do pedagogo empresarial, suas práticas e, ainda, como sua atuação se dá. Portanto, o estudo se justifica pelo fato de que a atuação do pedagogo na atualidade ultrapassa as instituições educacionais, tornando-se figura importante em diversas organizações.

Um breve histórico sobre a pedagogia

A pedagogia surgiu na Grécia Antiga entre os séculos XVIII e XIX, a partir de um grupo de pessoas que se reuniam com o intuito de elaborar pesquisas que institucionalizassem uma escola que formasse, por sua vez, técnicos e cidadãos.

O termo pedagogia, de origem grega, advém de *paidagógos*, composto de *paidos* (criança) e *agogós* (conduzir); portanto, compreende-se que o termo significa “conduzir a criança ao saber” (ALMEIDA; VERLOFFA, 2017). Nesse contexto, entendia-se como pedagogo o escravo que acompanhava a criança até a escola. Tal contato exigia, em alguns momentos, que este escravo demonstrasse autoridade, dando-lhes habilidades em se relacionar com essas crianças.

Após o século XIX, a pedagogia, de acordo com Oliveira (2012, p. 2), se “revela inovadora, deixando de ser simplesmente uma educação formal propriamente dita, restrita apenas a espaços escolares, e se transpõe para diferentes seguimentos”. É um período de transformação do papel do pedagogo, expandindo seu papel, passando de “transmissor de conhecimento” para “agente transformador”. Já a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, a sociedade passou por grandes transformações capitalistas, exigindo que as empresas reorganizassem sua estrutura, desenvolvendo seu quadro de funcionários para as novas demandas do mercado (PINTO; RUAS, 2017).

Compreende-se, então, que a partir dessas transformações no mercado, as empresas necessitaram de um suporte profissional para trabalhar junto ao setor de Recursos Humanos, devido às mudanças nas relações de consumo e comportamento das pessoas, o que aproximou ainda mais o pedagogo da área empresarial. Pinto e Ruas (2017, p. 2) apontam que

Após estas mudanças e com a necessidade de se acompanhar o mundo globalizado e fortemente competitivo, as empresas não são mais determinadas exclusivamente pelos recursos materiais, mas principalmente pelas pessoas. É nesse contexto que emerge a possibilidade de se ter um pedagogo atuando no ambiente empresarial, tendo como competências, as habilidades e as atitudes consideradas como indispensáveis e necessários à melhoria da produtividade.

Pode-se afirmar, ainda, que o papel do pedagogo e o conceito de pedagogia mudam de acordo com a realidade cultural de cada país. No Brasil, também a partir do século XX, com as transformações do mercado de trabalho, exigiu-se uma postura diferente em relação a este profissional. Dessa forma, a introdução de novas tecnologias trouxe para o ambiente escolar e para as demais organizações a necessidade de reformular a estrutura socioeducacional, exigindo que todos os profissionais estejam preparados para atuar neste cenário competitivo.

Para Libâneo (2001 apud ALMEIDA; VERLOFFA, 2017, p. 15), a pedagogia não pode ser vista apenas como uma formação de professores, “vai além de uma formação, está vinculada com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar e o mais importante carrega consigo um campo de conhecimento que engloba as práticas educativas e reflexões”. Nesse sentido, o profissional de pedagogia representa uma categoria capaz de auxiliar na formação educativa e reflexiva de outros profissionais, atuando dentro do ambiente escolar e em organizações dos mais variados ramos.

Como já citado, a pedagogia é uma ciência que tem como objeto de estudo a educação e o processo de ensino-aprendizagem; no entanto, vem abrindo novos caminhos de trabalho para os profissionais da área. O pedagogo especialista em educação, apesar de sua formação estar ancorada, grosso modo, no ato de educar, pode desenvolver sua função tanto no ambiente escolar como também fora desse espaço. Este profissional está apto a direcionar indivíduos a uma formação teórico-crítica, para saberem lidar com as mais diversas situações do cotidiano (ALMEIDA; VERLOFFA, 2017).

De acordo com Libâneo (2001, p. 3),

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas.

O surgimento e o desenvolvimento da pedagogia empresarial

Pinto e Ruas (2017) apontam que a pedagogia empresarial começou a ser empregada no início da década de 1980 por uma professora chamada Maria Luiza Martins Holtz, que passou a utilizar o termo para designar qualquer atividade que envolvia cursos, projetos e programas de treinamento e desenvolvimento dos Recursos Humanos dentro de uma empresa. Corroborando com essa designação de Holtz, Oliveira (2012, p. 7) afirma que:

A Pedagogia Empresarial existe, portanto, para dar suporte tanto em relação à estruturação das mudanças quanto em relação à ampliação e a aquisição de conhecimento no espaço organizacional. O Pedagogo Empresarial promove a reconstrução de conceitos básicos, como criatividade, espírito de equipe e autonomia emocional e cognitiva.

Nota-se, portanto, que o papel do pedagogo dentro de uma empresa vai além do processo de ensino-aprendizagem, ele deve desempenhar o papel de estimulador de competências e habilidades, desenvolvendo, junto aos funcionários, práticas indispensáveis para a melhoria da produtividade. Assim, pedagogo transpõe os muros escolares, atuando em centros culturais, consultorias, editoras, empresas, hospitais, ONGs, sites, dentre outras organizações. Esta amplitude de atuação se dá devido às suas competências que envolvem, além do processo de ensino-aprendizagem, aspectos relacionados ao relacionamento e ao desenvolvimento de competências em outros profissionais.

Mariano (2015, p. 16) descreve os diversos espaços de atuação do pedagogo e aponta as ações desenvolvidas nestes espaços:

- Escola: o pedagogo atua na “organização de gestão da escola, através de atividades que englobam a seleção e organização dos conteúdos”, trabalhando de forma que as dificuldades de aprendizagem sejam resolvidas;
- Instituição Hospitalar: sua atuação se desenvolve por meio de “ações e intervenções lúdicas e recreativas que ajudem crianças hospitalizadas a construir um percurso cognitivo, emocional e social para manter uma ligação com a vida familiar e a realidade no hospital”;

- Empresas: “planejar, desenvolver e administrar atividades relacionadas à educação na empresa”, elaborando e desenvolvendo projetos, além de coordenar e atualizar os serviços dos profissionais da empresa, ajudando no desempenho profissional dos funcionários;
- Meios de Comunicação: sua função é a de “assessorar na difusão cultural e na comunicação de massa”;
- Sindicatos: “atuar fazendo o planejamento, coordenação e execução de projetos de educação formal de qualificação e requalificação”;
- Turismo: dentro deste setor, o pedagogo atua no desenvolvimento de “atividades educativas que visem ao conhecimento de uma localidade, acompanhada de sua história e cultura”.

Os setores citados por Mariano (2015) são alguns dos quais o pedagogo pode atuar; no entanto, a pedagogia empresarial vem ocupando um espaço cada vez mais expressivo no mercado de trabalho. Libâneo (2001, p. 4), entretanto, destaca que apesar da pedagogia estar em alta, tal área do conhecimento vive “um grande paradoxo”. Por um lado, ela está presente nos mais diversos “meios profissionais, políticos, universitários, sindicais, empresariais, nos meios de comunicação, nos movimentos da sociedade civil”, dentre outros; por outro lado, no campo educacional há uma “atitude desinteressada frente à especificidade dos estudos pedagógicos e aos próprios conteúdos e processos que eles representam”.

Nessa perspectiva, assinala-se que a pedagogia, no campo educacional, sofre um desinteresse por parte dos estudiosos em realizar pesquisas e estimular o desenvolvimento desta profissão. Libâneo apresenta, ainda, as diversas funções que podem ser desempenhadas nas empresas por um profissional da pedagogia, atuando na área de Recursos Humanos. Este profissional pode trabalhar no desenvolvimento e treinamento de funcionários, no recrutamento e seleção destes profissionais, e, ainda, na gestão de desenvolvimento da empresa (LIBÂNEO, 2001).

Neste sentido, Pinto e Ruas (2017, p. 5) apontam que a pedagogia empresarial “visa agir em direção à realização de ideias e objetivos definidos, no trabalho de provocar mudanças no comportamento das pessoas, adequando-as às necessidades da empresa onde trabalham”. Assim sendo, é imprescindível que o pedagogo atue em consonância a outros profissionais responsáveis pela gestão da empresa, a fim de que os planos e metas sejam elaborados e colocados em prática de forma eficaz e eficiente, melhorando o desempenho e produtividade da empresa. Já Oliveira (2012, p. 8) afirma que:

O Pedagogo Empresarial torna-se corresponsável pela promoção de um clima organizacional saudável, sendo articulador entre as peculiaridades organizacionais, expressas em termos de perfis de desempenho considerados ideais para cada cargo/função, e os desejos e aspirações do grupo de pessoas que a compõem. Espera-se dele uma visão de mundo mais ampla de modo que se possam propor projetos que interfiram positivamente no comportamento das pessoas, considerando-as em suas múltiplas dimensões, assumindo-as, de fato, como os elementos essenciais da organização.

Neste contexto, o pedagogo empresarial precisa estar inserido na realidade da empresa, conhecendo as atividades e as metas exigidas por ela, a fim de auxiliar no desenvolvimento de competências e habilidades de cada indivíduo. É necessário, por conseguinte, que ele prepare cada funcionário para lidar com a demanda de trabalho, direcionando as atividades para um resultado lucrativo dentro do mercado. Portanto, faz-se necessário apresentar seu campo de atuação dentro das organizações empresariais.

A atuação do pedagogo empresarial

Pacheco (2011, p. 17) expõe que o pedagogo empresarial “vem apresentando opções e alternativas, rompendo os antigos modelos de gestão e principalmente acrescentando elementos para a tomada de decisão e formação contínua”. Sua função vai além da orientação, para que os funcionários sigam os moldes e estruturas da empresa, seu trabalho deve estimular questões pessoais dos indivíduos, seja no âmbito de competências pessoais e intelectuais. Almeida e Verloff (2017, p. 29) afirmam que:

O papel exercido pelo pedagogo não é outro senão o facilitador no processo de aprendizagem, inovador e transformador dentro do contexto empresarial. Devido às mudanças do mercado surge a necessidade de se ter um profissional que desenvolva o capital intelectual de maneira sensível, pois, é preciso fazer do ambiente corporativo um ambiente de aprendizado para que se tornem empresas capacitadas a oferecer aos seus funcionários oportunidades contínuas de aprendizagem, sendo planejado e administrado, se tornando rápido e alinhado aos objetivos de uma empresa.

Percebe-se, então, que a pedagogia tem a função de desenvolver estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem, onde os indivíduos se apropriem do conhecimento e modifiquem seus comportamentos, de forma a melhorar sua vida tanto no âmbito profissional como pessoal. Ressalta-se ainda que a atuação do pedagogo empresarial se dá na área de Recursos Humanos. Pacheco (2011) salienta que, para que sua atuação seja proveitosa, faz-se necessário que sua formação tenha uma base teórica articulada em investigação, assim como sua prática tenha foco nos conhecimentos do campo educacional, nas organizações empresariais.

O profissional que irá atuar na área empresarial necessita de preparo para analisar o contexto no qual as pessoas estão inseridas, bem como as políticas estruturais de gestão da empresa. O pedagogo empresarial deve:

Articular a atividade pedagógica nas diferentes formas de gestão, no planejamento, execução e avaliação de projetos educativos para a qualidade e produtividade das organizações. [...] Desenvolver metodologias e recursos pedagógicos nas organizações empresariais, adequados à utilização das tecnologias da informação, da comunicação e da interatividade (PACHECO, 2011, p. 19).

Além disso, os profissionais de pedagogia empresarial devem estar preparados para elaborar e desenvolver soluções de problemas junto à equipe de gestão. Outra função importante é a de identificar possíveis problemas profissionais e socioculturais, propondo soluções que desenvolvam a corresponsabilidade e a criatividade, envolvendo a participação de todos (PACHECO, 2011). Nesse sentido, Ribeiro (2010 apud PRADO et al., 2013) expõe que o pedagogo empresarial precisa ser capaz de desenvolver estratégias dentro das organizações que atendam ao setor de Recursos Humanos.

Em outras palavras, as ações deste departamento ultrapassam os aspectos instrumentais e tornam-se mais sensíveis à dinâmica das relações entre indivíduo e sociedade; compreendem que o espaço organizacional é, sobretudo, um espaço de valorização da dimensão e da dignidade humana (p. 66).

Neste contexto, o pedagogo propõe-se a transformar o indivíduo por meio de suas práticas pedagógicas, de maneira que este funcionário seja valorizado e que tal modifique sua atuação dentro da empresa e na sociedade. Assim, dentro da empresa, o funcionário precisa ser estimulado a aprimorar seus conhecimentos por meio de uma formação contínua, neste caso, o pedagogo empresarial deve estimular esta busca por qualificação. Trata-se de desenvolver um processo de aprendizagem dentro e fora da empresa.

Lorensini (2015) aponta que existem alguns requisitos fundamentais ao pedagogo empresarial. Portanto,

O perfil do pedagogo desejado pelas empresas baseia-se nas seguintes habilidades: criatividade, espírito de inovação, compromisso com os resultados, pensamento estratégico, trabalho em equipe, capacidade de realização, direção de grupos de trabalho em equipe, capacidade de realização, direção de grupos de trabalho, condução de reuniões, enfrentamento e análise em conjunto das atividades cotidianas das empresas, bem como problemas profissionais (p. 33).

Entende-se, a partir do exposto acima, que além de possuir tantas habilidades, o pedagogo empresarial deve desenvolver competências nas pessoas com as quais está trabalhando dentro de uma organização. Portanto, o foco da pedagogia empresarial é o fator humano, visto que nenhuma organização funciona por si própria, funciona com e por meio das pessoas. Por isso, atualmente, as empresas perceberam que é necessário valorizar o potencial de seu quadro de funcionário e promover a capacitação em vários segmentos. Chiavenato relata que:

Nas organizações, as pessoas se destacam por ser o único elemento vivo e inteligente, pelo seu caráter eminentemente dinâmico e pelo seu incrível potencial de desenvolvimento. As pessoas têm enorme capacidade para aprender novas habilidades, captar informações, adquirir novos conhecimentos, modificar atitudes e comportamentos, bem como desenvolver

conceitos e abstrações e alavancar competências. As organizações lançam mão de uma variedade de meios para desenvolver as pessoas, agregar-lhes valor e torná-las cada vez mais capacitadas, qualificadas e habilitadas para o trabalho. (CHIAVENATO, 2009 apud LORENSINI, 2015, p. 35)

Nesta perspectiva, o pedagogo atua como mediador de conhecimentos, contribuindo para a formação e a capacitação dos demais profissionais da empresa. No setor de Recursos Humanos de uma empresa, o pedagogo é o profissional capaz de “formar cidadãos pensantes, preparados para atuar no mundo trabalhista com habilidades, conhecimentos e capacidades essenciais, dos quais necessitam as organizações” (LOPES, 2017, p. 18). Por isso, a área de desenvolvimento e treinamento de uma empresa, subsistema do setor de Recursos Humanos, é responsável por investigar e promover mudanças comportamentais nos funcionários, agregando valor à organização, tornando-a mais competitiva e lucrativa (LOPES, 2017).

Para entender como o pedagogo atua na área de treinamento e desenvolvimento das pessoas, faz-se necessário apontar que estas atividades, apesar de semelhantes, distinguem-se umas das outras. De acordo com Mariano (2015, p. 37),

[...] treinar pessoas significa proporcionar a elas experiências de aprendizagens centradas na posição atual que ocupam, na intenção de aprimorar conhecimentos, habilidades e atitudes (termo conhecido como CHA) para a realização de determinada atividade. Por outro lado, desenvolver pessoas é um processo com olhar futuro, o qual prepara os trabalhadores para prosperarem e crescerem profissionalmente.

Em outras palavras, é possível compreender que o treinamento desenvolve o funcionário dentro da área onde já atua, estimulando-o a aperfeiçoar suas habilidades, enquanto o desenvolvimento de pessoas destina-se a promover um crescimento pessoal, a fim de garantir um crescimento profissional futuro. Sobre esse aspecto, Pacheco (2011, p. 25) acrescenta, ainda, que “oferecer treinamento aos funcionários é a oportunidade para que as pessoas possam repensar sobre seus significados e praticar o seu lado crítico, profissionalizando-se, diante das circunstâncias empresariais e de seu projeto de vida”. Em relação ao desenvolvimento, a autora afirma que “o desenvolvimento das pessoas está mais relacionado com a educação e orientação para o futuro do que o treinamento”.

Já Mariano (2015, p. 38) enfatiza que “alguns fatores são considerados importantes para o sucesso de bons programas de treinamento e de desenvolvimento e dependem, sobretudo, da atuação de um Pedagogo Empresarial para que obtenham melhores êxitos”. Por isso, como forma de desenvolver a produtividade das pessoas, o pedagogo empresarial deve, segundo Pacheco (2011, p. 20), “ser prudente à Educação Integral, isto é, ao processo de influenciar e sugestionar positivamente os funcionários em todos os aspectos da sua personalidade”. Tal processo compreende desenvolver no homem a sua personalidade integral, influenciando o indivíduo a se autorrealizar, a buscar o sucesso por si mesmo.

A autora acrescenta que “o Pedagogo tende sempre lançar um olhar estratégico e planejado. Precisa avaliar a fundo o funcionamento de grupos, bem como um equilíbrio emocional e um código de ética profissional bem elaborado”, uma vez que irá se deparar constantemente com conflitos dentro do ambiente de produtividade (PACHECO, 2011, p. 22). Por isso, é necessário planejar as atividades com bastante cuidado, a fim de controlar melhor as intercorrências do dia a dia, visto que é impossível antecipar qualquer fato ou situação de conflito dentro da empresa. Um planejamento bem estruturado garante o controle na tomada de decisões (PACHECO, 2011).

Quanto mais planejarmos nossas ações e estabelecermos a priori o tempo, os recursos e as responsabilidades necessárias, claro que, contando com o envolvimento das pessoas, mais aumentaremos nossas possibilidades de uma implantação bem-sucedida. Sabemos que para chegar a um grande resultado é preciso dar o primeiro passo, estar aberto ao conhecimento, à aprendizagem, pois somente ela poderá nos incluir e destacar a diferença, afastando o medo e o fracasso de nosso objetivo. Garantir o bom relacionamento e a troca de experiências, vale muito quando se trata de capacitação e qualificação, renovando sempre os conhecimentos e as ideias a serem compartilhadas (PACHECO, 2011, p. 23).

Sendo assim, é possível concluir que o pedagogo é um profissional altamente qualificado para atuar na área empresarial, dado vez que possui conhecimentos nas áreas de filosofia, psicologia e sociologia, sendo capaz de avaliar e observar as reais deficiências e necessidades da empresa onde atua. Ele está capacitado, ainda, a elaborar, implantar e pesquisar projetos voltados para o desenvolvimento da aprendizagem e do aprimoramento de técnicas profissionais, o que, por consequência, resultará no aumento da produtividade, assim como no sucesso da empresa e de seus funcionários.

Considerações finais

O estudo apresentou que, atualmente, a atuação do pedagogo está se ampliando cada vez mais. Este profissional está capacitado a atuar não apenas dentro de uma sala de aula ou unidade escolar, transpondo, assim, os muros das escolas e ganhando espaço dentro de organizações não governamentais, bem como empresas que necessitam de uma intervenção deste profissional. O pedagogo empresarial, neste sentido, está apto a desenvolver práticas que envolvam as habilidades e competências dos indivíduos, assim como projetos que estimulem a formação continuada, voltados às necessidades da empresa.

Dentro da área de Recursos Humanos, foi possível identificar sua ampla atuação, uma vez que, dotado de conhecimentos em filosofia, psicologia e sociologia, ele é capaz de reconhecer possíveis conflitos e planejar ações para remediar e solucionar quaisquer intercorrências do cotidiano empresarial. Assim, o pedagogo, atuando no ambiente empresarial, é capaz de desenvolver atividades que auxiliarão no crescimento dos funcionários e no sucesso da empresa; no entanto, ainda não é muito requisitado para este trabalho.

Faz-se necessário desenvolver mais pesquisas sobre o assunto, a fim de apresentar as competências do pedagogo empresarial, com o intuito de promover este profissional, ocupando seu espaço tão merecido. Portanto, é imprescindível que seja destacada a importância do pedagogo empresarial no suporte, tanto em relação à estruturação e planejamento de mudanças dentro da empresa, como no treinamento e no desenvolvimento de seus funcionários.

Por último, conclui-se que o pedagogo pode atuar em todas as áreas que envolvem trabalhos educativos, que aconteçam processos de ensino-aprendizagem. Sendo assim, salienta-se que esse profissional pode atuar de forma competente dentro das unidades escolares quanto em organizações não-escolares que necessitam de um acompanhamento em relação à qualificação de seus funcionários e ao crescimento da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. C. B.; VERLOFFA, T. C. D. *Pedagogia Empresarial: o novo papel dos profissionais da Educação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* – UniSALESIANO, Lins – SP, 2017. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61055.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FERREIRA, A. B.H. *Mini Aurélio: o minidicionário da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

LIBÂNIO, J. C. *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. Editora da UFPR. Educar, Curitiba, n.17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602001000100012&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LOPES, M. A. *O Pedagogo nas organizações: desafios e possibilidades*. Monografia (Graduação em Pedagogia). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/MAYSADEANDRADELOPES.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LORENSINI, C. M. J. *Pedagogia Empresarial: diferentes concepções e formas de atuação*. Monografia (Graduação em Pedagogia). Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/845/1/2015CristianiMariaJoraLorensini.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MARIANO, B. A. *Pedagogia Empresarial: a atuação do Pedagogo na Área de Recursos Humanos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000962396>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

OLIVEIRA, L. B. *Pedagogia Empresarial: atuação do Pedagogo nas organizações*. VI Colóquio Internacional – “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão – SE/Brasil, 20 a 22 de setembro de 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/18.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PACHECO, A. R. S. *A importância do Pedagogo nas Empresas*. Monografia (Pós Graduação em Gestão de Recursos Humanos). Instituto AVM, Universidade Candido Mendes, Campus Downtown, 2011. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/b002124.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PINTO, P. H.; RUAS, T. S. *Pedagogia Empresarial: Perspectivas e desafios da profissão*. Faculdade de Minas, Belo Horizonte – FAMINAS-BH. IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU. 17 nov. 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD4_S_A17_ID7650_11092017152852.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PRADO, A. A.; SILVA, E. M.; CARDOSO, M. A. B. S. *A Atuação do Pedagogo na Empresa: A Aplicação Eficiente e Eficaz da Pedagogia Empresarial*. ECCOM, v.4, n.7, p. 63-78, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291825116_A_Atuacao_do_Pedagogo_na_Empresa_A_Aplicacao_Eficiente_e_Eficaz_da_Pedagogia_Empresarial>. Acesso em: 10 nov. 2019.

The entrepreneurial pedagogue: possibilities of action

ABSTRACT: Pedagogy for a long time was a field of work restricted to the educational environment. The entrepreneurial pedagogue appears in a context of technological changes, and of the labor market. Based on a bibliographic research, the present study intends to present the practices of the business pedagogue, identifying its main activities, since it has the function of developing strategies and methodologies capable of stimulating employees to seek improvements for the activities performed.

Keywords: Pedagogy. Business pedagogy. Teaching/learning processes. Training and development of people.

Data de envio: 09 de fevereiro de 2020.
Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.

Uma abordagem teórico-prática em geografia sobre urbanização com alunos do ensino médio no sul do Espírito Santo

Marcelo Henrique de Souza²⁰
Maikom Joaquim Barbosa Ecard da Silva²¹

Resumo

Vivenciamos um momento em que a educação no país necessita de metodologias que fomentem o ensino/aprendizado. A aula de campo torna-se um mecanismo extraordinário fortalecendo vínculos com o local de estudo. O trabalho visa comparar as teorias estudadas em sala de aula sobre a origem da urbanização e sua evolução no mundo; correlacionar a geomorfologia com a formação da cidade; verificar os principais fluxos de capitais; e perceber se a cidade poderá sofrer um inchaço urbano. O pré-campo deu um aporte para o entendimento da prática, a ida a campo mostrou como se dão as relações socioespaciais e como os sistemas de objetos junto aos sistemas de ações são produzidos dentro do referido espaço, os alunos sugeriram realizar mais atividades, não somente em geografia, mas em todas as disciplinas da base curricular, o professor ficou estarelecido com os pareceres dos alunos e pretende aprimorar tal experiência para que futuras aulas de campo sejam ainda mais produtivas e satisfatórias. Unir a teoria e prática poderá ser uns dos pontos cruciais não só na geografia, mas nas demais disciplinas num futuro breve, o preparo dos estudantes em sala de aula é fundamental para que uma ida a campo tenha êxito. Que esta proposta metodológica possa ser utilizada em toda região e país.

PALAVRAS-CHAVE: aula de campo, origem da urbanização, formação da cidade.

Introdução

Percebe-se que o sistema tradicional de ensino necessita de reformulações e métodos diferenciados para que o gosto pelo ensino/aprendizado possa vir a somar com os resultados internos e externos da rede pública de educação do Espírito Santo, até então só mensurados pelas práticas cotidianas de sala de aula. Assim, a justificativa para esse trabalho foi realizar com os alunos do ensino médio da escola estadual Professor Pedro Simão uma aula de campo sobre urbanização na cidade de Alegre, relatando a importância da geografia como ciência para possíveis melhorias do espaço geográfico. O estudo prático ocorreu no dia 10 de novembro de 2018 (sábado) de 7h às 12h, com aproximadamente 80 (oitenta) alunos, contou-se com a participação de vários professores de geografia da instituição e de outras áreas do conhecimento. A prática atentou-se para não cair em uma mera observação casual.

Para que o trabalho fosse desenvolvido determinou-se como objetivo geral: comparar as teorias estudadas em sala de aula sobre a origem da urbanização e sua evolução no mundo. Já os objetivos específicos: correlacionar a geomorfologia com a formação da cidade; verificar os principais fluxos de capitais; e perceber se a cidade poderá sofrer um inchaço urbano. O estudo vem corroborar com ensino/aprendizado

²⁰ Mestre em Meio Ambiente e Sustentabilidade (UNEC/FUNEC). E-mail: marcelosouza.rec@hotmail.com

²¹ Mestrando em Ensino, Educação e Formação de Professores (UFES). Email: maikomecard@yahoo.com.br

de geografia fazendo a ligação entre a teoria estudada proposta pelo Currículo Básico Comum (CBC) que atualmente fora substituído pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil.

Embora ocorra controvérsia entre os pesquisadores, alguns fatores estão relacionados ao surgimento das primeiras civilizações da Antiguidade, dentre os quais surgem aglutinações de grupos familiares tendo como alicerce a referência geográfica para as comunidades (LEICK, 2003). A partir do desenvolvimento da atividade agrícola e pastoril, surgem os mercados, no qual passam a ocorrer trocas de produtos e relações de natureza comercial (LEICK, 2003).

Um ponto marcante para entendermos as cidades de acordo com Aymard e Auboyer (1998) foi a política na Mesopotâmia, na qual a existiam poderes locais fortes, com competências legislativas, administrativas e judiciais próprias, comuns e concorrentes com as dos reis, que eram eles mesmos os governantes das cidades no período dos sumérios.

Para Bolaffi (1982), a cidade é definida como uma aglomeração de imóveis e de pessoas de alguma importância, e que originalmente se distinguiu do campo agrícola. Mas, a cidade também reúne pessoas que vivem fundamentalmente do comércio e dos serviços. Ela é, sobretudo, o lugar onde se elaborou a civilização, ou se desenvolveram a informação, a formação e a inovação. De acordo com Santos (1994), o urbano seria o abstrato, o geral e o externo e, a cidade seria o particular, o concreto e o interno. A cidade seria para o autor ao mesmo tempo, uma região e um lugar.

Mediante ao estudo de campo os alunos tiveram a oportunidade de enxergar de maneira mais abrangente a realidade que os cercam, principalmente compreender o espaço geográfico, que se resultam das relações sociais, políticas e econômicas no espaço natural.

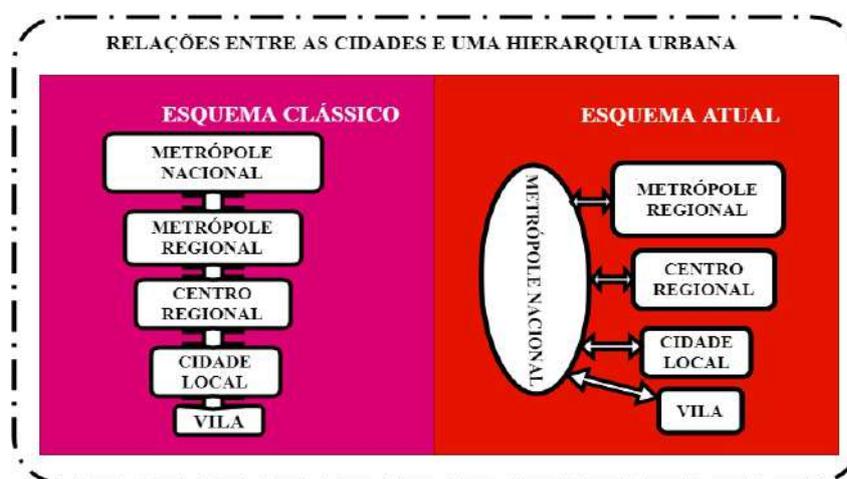
Dinâmicas da morfologia urbana

Na contemporaneidade, as modificações dos territórios tendem-se num ritmo das novas tecnologias. Nota-se que a cada dia os territórios estão sujeitos a transformações de alto impacto, o que dificulta a apreensão e delimitação de uma cidade. Segundo Ascher (2007), as grandes mudanças que caracterizam as transformações urbanas atuais envolvem as variáveis sociais, políticas e econômicas e apresentam desdobramentos físicos no território urbano.

Apesar da relevância adotada pela comunicação instantânea na sociedade urbana de acordo com Virilio (1996), a França no final do século XVIII mostrou que as dinâmicas urbanas atuais estão diretamente relacionadas às interações entre diferentes escalas e velocidades presentes nos territórios. Para Meyer (2001), o tema mobilidade obrigatoriamente inclui a relação entre expansão territorial das cidades e os congestionamentos de veículos automotores presenciados na atualidade independente da escala geográfica. Entretanto, compreender a mobilidade necessita da ideia de

tempo-espaço. A seguir na Figura 1 as relações entre as cidades numa hierarquia urbana clássica e atual.

Figura 1: As relações entre as cidades numa hierarquia urbana clássica e atual



Fonte: Silva & Júnior (2016).

A prática de campo em geografia

O trabalho de campo torna-se um mecanismo fundamental para alcançar determinados objetivos através do contato direto com determinadas situações estudadas em sala de aula. De acordo com Marcos (2006, p.6), a ida a campo é relevante, pois, se pode às vezes se comprovar a teoria estudada. Enquanto recurso didático, tudo parece se materializar diante da visão dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo, de modo a que ele não se transforme numa excursão recreativa sobre o território, e possa ser um momento a mais no conhecimento.

Entretanto, novas formas de aprendizado resultam na produção de novos conhecimentos. Como esclarece Freire (1998, p.32), não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar as novidades. Colocando ainda a importância da produção do conhecimento, segundo Lacoste (2005, p.86), a experiência da pesquisa é componente suplementar na reprodução de conhecimentos já elaborados sem que tenham tomado consciência das possibilidades que teriam de produzir, por si mesmos elementos de um saber novo. O conhecimento empírico não deve ser desprezado, ele estabelece uma ponte entre o conhecimento do senso comum e o produzido através de recursos da epistemologia científica (LACOSTE, 2005, p.87).

A questão do recorte espacial, do enfoque e do encaminhamento metodológico a serem adotados torna-se uma preocupação presente a todo o momento, pois residem aí justamente os elementos que poderão conduzir a efetivação do trabalho de pesquisa, de forma coerente com os objetivos propostos. O aluno do ensino médio precisará compreender como se dão as relações socioespaciais e os sistemas de objetos, que junto com os sistemas de ações produzem transformações dentro do referido espaço (SANTOS, 1994).

O município de alegre

O município de Alegre conta com uma área territorial de 772,000 km², esgotamento sanitário adequado de 59,6%, urbanização em vias públicas de 43,9%, arborização de vias públicas 86%, pertencente ao bioma de Mata Atlântica (IBGE, 2010). Quem nasce em Alegre tem como nome gentílico “alegrense”.

Sua população estimada para 2019 era de 30.084 habitantes, no último censo em 2010 foram 30.768. Conta com uma densidade demográfica de 39,85 hab/km². A média salarial mensal dos trabalhadores de 2,2 salários-mínimos e um percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salários-mínimos representando 35,5% (IBGE, 2010). O PIB *per capita* 15.241,38R\$ (IBGE, 2017). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,721 (IBGE, 2010).

Na educação Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade e de 97,6% (IBGE, 2010). O número de estabelecimentos no ensino fundamental soma-se a 26 escolas e no ensino médio 8 escolas (IBGE, 2018). Na saúde a mortalidade infantil é 5,10 óbitos por mil nascidos vivos e tem 28 estabelecimentos de saúde do SUS (IBGE, 2010).

Material e Métodos

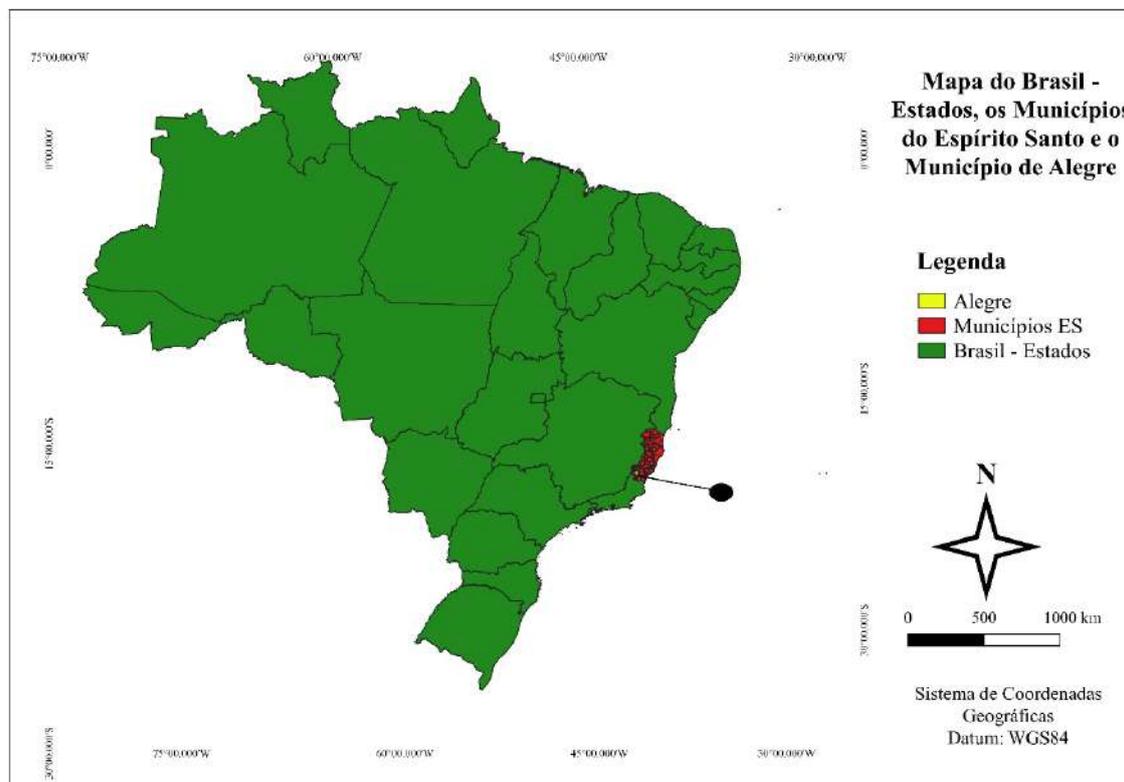
O trabalho desenvolveu-se em 2018 após a necessidade de variar a metodologia de sala de aula, sugerindo a instituição uma aula de campo como instrumento didático pedagógico para o ensino de Geografia. O mesmo foi dividido em etapas. Etapa (1) o pré-campo em sala de aula onde os alunos estudaram conceitos abundantes de urbanização no mundo. Segundo Silva, Silva e Varejão (2010, p.191), o pré-campo vai nortear o aluno como uma representação da realidade, condicionando sua mente para as reflexões teórico-práticas que fundamentarão a pesquisa. Utilizou-se o livro didático da turma de Silva & Júnior (2016) Geografia em Rede e outros clássicos como O Geógrafo e a Pesquisa de Campo (KAYSER, 2006); Dissertação de mestrado territórios da mobilidade urbana na metrópole portuária da Grande Vitória – ES (CRUZ, 2010), dados do município de Alegre foram obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trabalhou-se com imagens da hierarquia urbana clássica e atual, de localização e de satélites obtidas do *Software Google Earth* (2017). Etapa (2) foi a prática de campo na área central da cidade com professor de geografia e demais professores da escola usando ferramentas digitais como: *smartphones*, *tablets* dentre outros. Etapa (3) pós-campo, foi aplicado um questionário aos alunos com intuito de mensurar nível de aprendizado e satisfação deles. Etapa (4) tabulação dos dados e confecção de gráficos em percentagens dos resultados.

Resultados e Discussão

Foi ilustrado dentro de sala de aula a localização do município, visto que, o Brasil é chamado de país continente mediante sua extensão territorial. A imagem trabalhada mostra o município do tamanho de um pixel de acordo com a escala. Assim, pode-se

ver que o local a ser estudado e compreendido é muito pequeno em relação ao território nacional. A seguir na Figura 2 o mapa do Brasil – Estados, municípios do Espírito Santo e o município de Alegre.

Figura 2: O mapa do Brasil – Estados, municípios do Espírito Santo e o município de Alegre



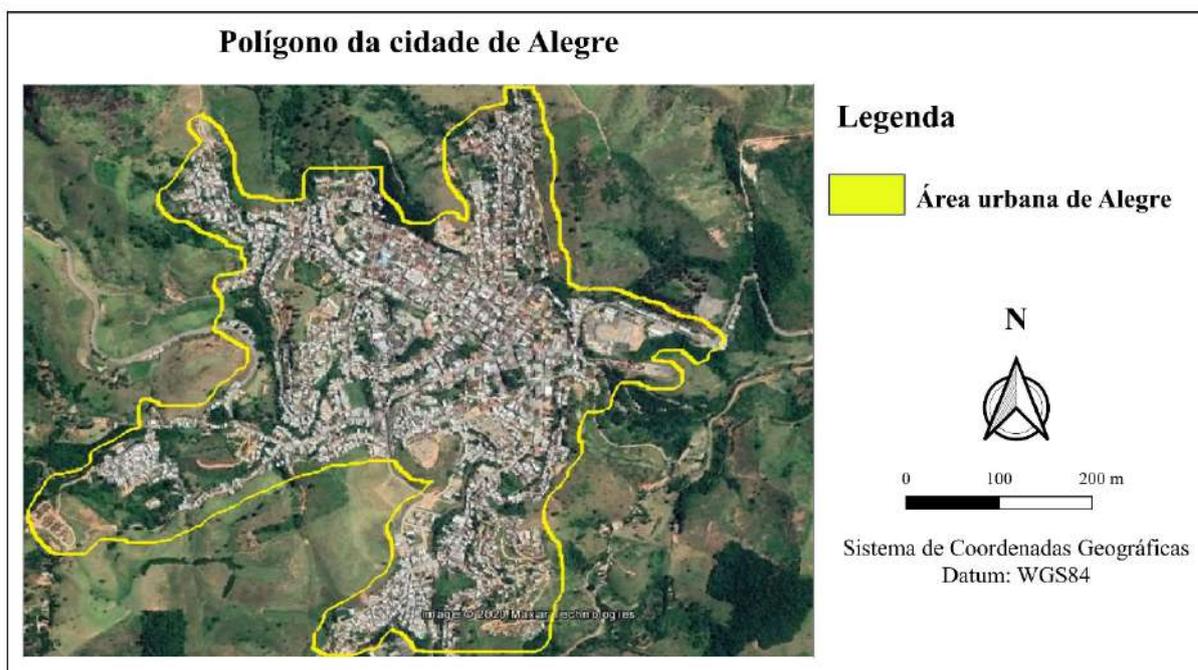
Fonte: autor (2018).

O pré-campo deu um aporte para o entendimento da prática. Os alunos puderam perceber que tanto o rio Alegre como o córrego do Varjão da Cutia contribuíram para a formação da cidade e sua expansão. Que o setor primário e o terciário são de suma importância dentro da cidade, ambos determinam o fluxo da mobilidade urbana, em especial a economia.

Constatou que o setor público da cidade é detentor de uma boa infraestrutura a nível de Brasil, como foi demonstrado pelo IBGE no que se refere ao saneamento básico, a economia, a educação e a saúde. Existem várias edificações dentro da área urbana estudada que datam o século XVIII demonstrando a importância que os colonizadores portugueses e espanhóis tiveram no território e que agora vem sofrendo com a modernização fruto da globalização.

A parte natural onde se localiza a cidade é classificada como mar de morros, com relevos meândricos e que ela se construiu dentro de um vale sofrendo muito quando chega o período chuvoso na região. A vegetação no seu entorno é composta de plantações de cafés, pastagens e alguns fragmentos florestais como mostra a Figura 3.

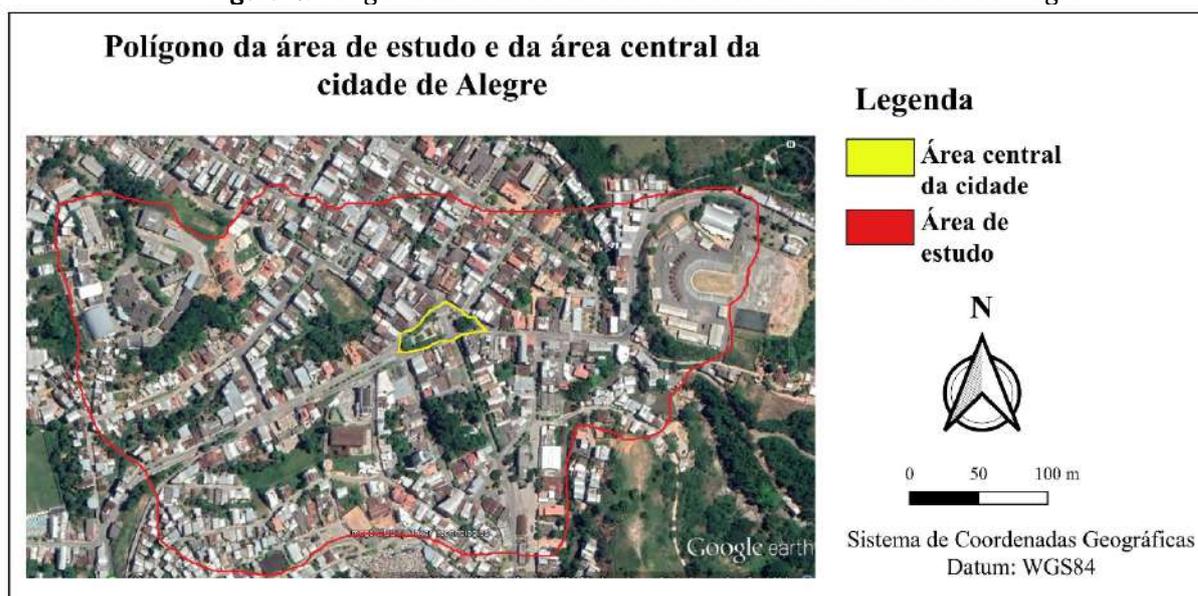
Figura 3: O polígono da cidade de Alegre



Fonte: Google Earth, 2017 adap. pelo autor (2018).

Na Figura 4 mostra a área central da cidade como ponto de referência e o local que foi desenvolvida toda a prática de campo. Verificou-se por meio da imagem e as observações *in loco* que os fluxos de capitais e serviços que a cidade tem no momento não acarretará um inchaço urbano no futuro.

Figura 4: Polígono da área de estudo e da área central da cidade de Alegre



Fonte: Google Earth, 2017 adap. pelo autor (2018).

A seguir nas Figuras 5 até a 12 estão mensurados os dados em porcentagem do questionário aplicado aos alunos pós-campo visando obter o nível de aprendizado e satisfação deles.

Figura 5: Quais foram as expectativas em relação a metodologia de campo na aula de geografia



Fonte: autor (2018).

Figura 6: O pré-campo com uso de referenciais bibliográficos ajudou no processo de ensino/aprendizado



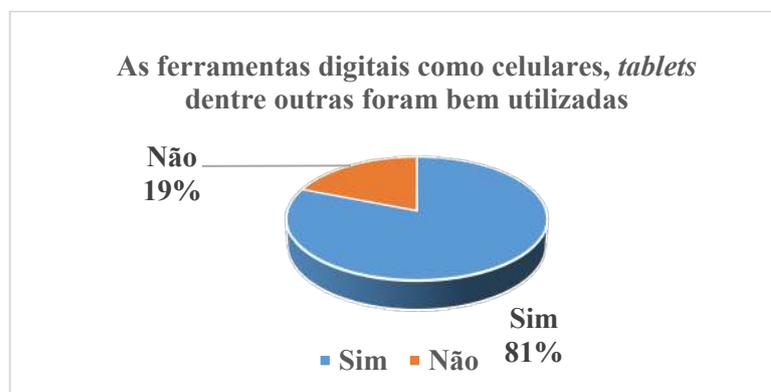
Fonte: autor (2018).

Figura 7: O uso do *software Google Earth* em sala de aula ajudou nas correlações do espaço geográfico na prática



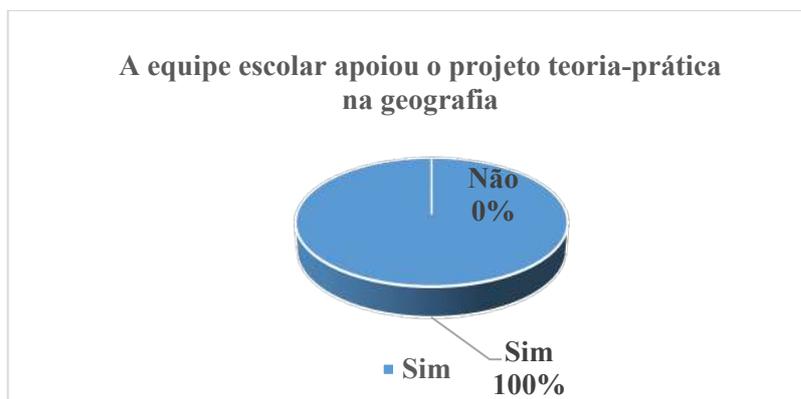
Fonte: autor (2018).

Figura 8: As ferramentas digitais como celulares, *tablets* dentre outras foram bem utilizadas



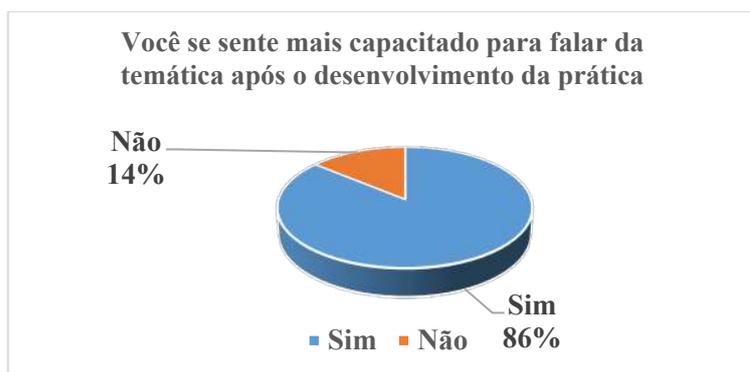
Fonte: autor (2018).

Figura 9: A equipe escolar apoiou o projeto teoria-prática na geografia



Fonte: autor (2018).

Figura 10: Você se sente mais capacitado para falar da temática após o desenvolvimento da prática.



Fonte: autor (2018).

Figura 11: A visão que você tinha da cidade mudou com a prática.



Fonte: autor (2018).

Figura 12: Você gostaria de fazer novas aulas práticas não somente em geografia, mas em outras disciplinas



Fonte: autor (2018).

De acordo com os resultados verificou-se que todos os objetivos foram bem-sucedidos com a metodologia de campo e que os alunos sugeriram realizar mais atividades, não somente em geografia, mas em todas as disciplinas da base curricular. O professor responsável ficou estarelecido com os pareceres dos alunos e pretende aprimorar tal experiência para que futuras aulas de campo sejam ainda mais produtivas e satisfatórias.

Considerações Finais

Como podemos perceber, o trabalho de campo é muito importante na Geografia, haja vista que essa área do conhecimento, por se relacionar ao espaço e suas múltiplas variáveis, é essencialmente prática e efetivamente dinâmica, sendo impossível pensar apenas a partir de conceitos teóricos e bibliográficos. Unir a teoria e prática poderá ser uns dos pontos cruciais não só na geografia, mas nas demais disciplinas para um futuro breve. O preparo dos estudantes em sala de aula é fundamental para que uma ida a campo tenha êxito. Apesar de pouco tempo de estudo, foi uma experiência inexplicável, tanto para os alunos quanto para os professores participantes. Notou-se imensas transformações no espaço geográfico e que a cidade estudada segue os parâmetros da urbanização do passado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHER, F. **Los nuevos principios del urbanismo**. Madrid: Alianza ensayo, 2007.

AYMARD, A; AUBOYER, J. **O Oriente e a Grécia Antiga**: as civilizações imperiais. v. I da coleção organizada por CROUZET, Maurice. História geral das civilizações. Trad. Pedro Moacyr Campos. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo**: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

CRUZ, P. S. da. **Dissertação de mestrado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Google Earth < <https://earth.google.com/web/>>2017. Acessado dia 5 de outubro de 2018.

IBGE < <https://censo.ibge.gov.br/brasil/mg/alegre/panorama>>2010. Acessado dia 10 de outubro de 2018.

IBGE < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alegre/panorama>>2017. Acessado dia 10 de outubro de 2018.

IBGE < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alegre/panorama>>2018. Acessado dia 10 de outubro de 2018.

KAYSER, B. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 84, p. 93 - 104, 2006. Disponível em: < www.agbsaopaulo.org.br/ >. Acesso em: 26 mai. 2018.

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer A Guerra**. 11. ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

LEICK, G. **Mesopotâmia: a invenção da cidade**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Imago, 2003 (orig. 2001).

MARCOS, V. **Trabalho de Campo em Geografia: Reflexões sobre uma Experiência de Pesquisa Participante**. IN: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, n. 84, p. 105 – 136, 2006. Disponível em: < www.agbsaopaulo.org.br/ >. Acesso em: 26 mai. 2018.

MEYER, R. M. P. **Atributos da metrópole moderna**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, 01 dez. 2001.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, E.A.C., JÚNIOR, L.F. **Geografia em Rede**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

A theoretical-practical approach in geography on urbanization with high school students in southern Espírito Santo

ABSTRACT: We are experiencing a time when education in the country needs methodologies that encourage teaching / learning. The field class becomes an extraordinary mechanism for strengthening ties with the place of study. The work aims to compare the theories studied in the classroom about the origin of urbanization and its evolution in the world; correlate geomorphology with the formation of the city; verify the main capital flows; and see if the city could suffer from urban swelling. The pre-field contributed to the understanding of the practice, the trip to the field showed how socio-spatial relationships take place and how the systems of objects next to the action systems are produced within that space, the students suggested carrying out more activities, not only in geography, but in all subjects of the curricular basis, the teacher was appalled by the students' opinions and intends to improve this experience so that future field classes are even more productive and satisfactory. Joining theory and practice could be one of the crucial points not only in geography, but in other subjects in the near future, preparing students in the classroom is essential for a field trip to be successful. That this methodological proposal can be used throughout the region and country.

KEYWORDS - field class, origin of urbanization, city formation.

Data de envio: 14 de setembro de 2020.
Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.

Criação e manutenção do Herbário FASM: Uma ferramenta para o ensino e preservação da biodiversidade.

José Lucas de Oliveira Serafim¹
Douglas Barbosa Castro²
Elaine Arminda de Souza Nascimento³
Ruth de Andrade Baía³
Gabriel Santos Gonçalves³
Hércules Sobreira de Mello³

RESUMO: A criação do Herbário FASM visou o treinamento dos alunos da disciplina Sistemática Vegetal do Curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina, com práticas de coleta de plantas nativas e herborização, a fim de contribuir para a organização e manutenção de uma coleção botânica, abrindo o espaço para visitas técnicas, palestras e estágios monitorados, sendo assim uma ferramenta de ensino e preservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Herbário. Ensino. Biodiversidade.

Introdução

O Brasil é considerado um dos países com a maior biodiversidade do planeta. Essa imensa biodiversidade constitui um patrimônio científico, cultural e econômico que precisa ser estudado e explorado de maneira sustentável (PEIXOTO et al. 2006).

As coleções botânicas são imprescindíveis para o estudo da diversidade vegetal, e detêm um inestimável acervo de plantas e de dados. Elas documentam a existência de espécies em um determinado tempo e espaço; documentam elementos da flora de áreas preservadas e de áreas hoje perturbadas ou empobrecidas; são indispensáveis em pesquisas taxonômicas e filogenéticas e essenciais na identificação precisa das espécies.

A demanda pelo conhecimento acerca da biodiversidade vem sendo amplamente discutida nos últimos anos. Os assuntos sobre o conhecimento, a conservação e do meio ambiente eram considerados termos exclusivos do rol dos cientistas, mas, recentemente esses termos passaram a ser de interesse comum a população.

Os herbários são espaços que colecionam, preservam e identificam espécies de plantas e fungos, bem como o conjunto de informações ecológicas, fisiológicas, taxonômicas fitogeográficas e culturais a eles associados (PEIXOTO e MAIA, 2013).

Dessa forma, os herbários enquanto coleções botânicas, compostas por espécies de plantas conservadas e organizadas de maneira sistemática, provenientes de diversos tipos de ecossistemas, além de servir como registro e referência sobre o tipo de vegetação e a composição florística de uma determinada região (MACHADO e BARBOSA 2010), podem atuar como ferramenta didática no ensino. Tendo em vista isso, o presente artigo apresenta a criação e a manutenção do Herbário da Faculdade Santa Marcelina como ferramenta de metodologia ativa para o ensino e preservação da biodiversidade.

Pressupostos teóricos

Apesar do grande desenvolvimento observado nas últimas cinco décadas, o Brasil ainda carece de informações abrangentes sobre sua biodiversidade. Não há exagero em afirmar que se conhece menos de um terço da diversidade biológica brasileira e que, portanto, ainda há muito a ser feito. O número de taxonomistas brasileiros em atividade atualmente, embora muito superior ao de décadas atrás, ainda é insuficiente para a tarefa de inventariar a biodiversidade brasileira.

Para suprir essa necessidade, faz-se necessário formar, num curto espaço de tempo, um número significativo de taxonomistas. Destes, boa parte poderá ser capacitada nos centros de pesquisa existentes no país, enquanto, em alguns casos, haverá necessidade de capacitação no exterior, pois aqui não há especialistas em todos os grupos taxonômicos (BICUDO et al., 1998).

Estima-se que no Brasil existem 150 herbários, dos quais 125 ativos, sendo que as regiões sul e sudeste concentram os maiores valores quantitativos de herbários e densidade de coletas. Os demais são herbários com finalidade didática ou estão em implantação ou não se encontram atuantes (BARBOSA e VIEIRA 2005; PEIXOTO et al. 2006).

Na segunda metade do século XX, as universidades e os institutos de pesquisa voltados ao estudo da flora brasileira envidaram maiores esforços na coleta e na descrição de espécies, buscando documentar em coleções científicas a riqueza florística do País. Essas instituições carregaram esforços e consideráveis dotações orçamentárias para a formação de grupos de pesquisa em taxonomia.

Uma coleção biológica de plantas representa uma valiosa ferramenta para desenvolvimento de importantes conceitos biológicos no ensino básico bem como na graduação a partir da manipulação de plantas e suas estruturas de forma a tornar a aprendizagem mais interessante e instigante, considerando que a botânica é apresentada como uma ciência de estudo dentro da biologia, que evidencia seu conhecimento manifestado por inúmeros pesquisadores, dos quais as ideias mais gerais surgiram de observações específicas e da experimentação (FAGUNDES; GONZALEZ 2006).

Ensinar consiste em um processo contínuo que objetiva garantir o aperfeiçoamento das relações humanas em sociedade. Neste processo é imprescindível realizar ações educativas direcionadas para uma interação harmônica do indivíduo com o ambiente em que estão inseridos. O Ensino de Ciências, portanto, é de fundamental importância para o desenvolvimento do espírito científico (ARAÚJO; MARQUES, 2010).

O estudo das plantas ainda é realizado de maneira desestimuladora e de forma diferente da realidade da escola e da comunidade. Resumem-se em aulas teóricas, onde são utilizadas receitas prontas retiradas de livros didáticos, na maioria das vezes, apresentadas apenas em datas comemorativas, de forma pontual, como por exemplo, o dia da árvore, semana do meio ambiente ou em feira de ciências (DIAS et al., 2009).

As aulas práticas, como método didático, são decisivas para o aprendizado das Ciências, pois contribuem para a formação científica, tendo em vista que aguça a observação, manipulação e construção de modelo. As aulas práticas devem permitir ao estudante observar, vivenciar e discutir conjunto de experiências e fenômenos biológicos e físico-químicos relacionados com seu cotidiano.

As dificuldades em ensinar e aprender botânica acontecem tanto entre os estudantes quanto entre os professores. A aquisição do conhecimento em botânica é prejudicada não somente pela falta de estímulo em observar e interagir com as plantas, como também pela precariedade de equipamentos, métodos e tecnologias que possam auxiliar no aprendizado (ARRUDA; LABURÚ, 1996; CECCANTINI, 2006).

A prática educativa com aula de campo, por exemplo, trabalhada com dedicação, é considerada uma ruptura das atividades tradicionais de cunho teórico realizadas em classe, contribuindo para o aprofundamento dos conteúdos abordados em sala de aula, e para a formação do aluno no campo social, intelectual e afetivo, tornando momentos de aprendizagem inesquecíveis.

Acredita-se que a base da educação científica do estudante resida no contato deste com a metodologia da ciência de forma aplicada. Desta maneira, é de extrema relevância um estudo que seja motivador para alunos da educação básica e superior, onde as atividades necessárias previstas para um herbário consigam aliar o conhecimento científico como estratégia de envolvimento pedagógico, fazendo assim a interação da teoria com a prática, numa forma de iniciação científica integradora da pesquisa, gerando assim indivíduos com conhecimento técnico, qualificados e com um olhar crítico sobre o importância de conhecer e preservar a riqueza da biodiversidade.

A criação do Herbário FASM

Diante da presente preocupação com as metodologias ativas de ensino e com o campo da extensão entre a faculdade e a comunidade, alunos do curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina – Muriaé-MG, por meio da disciplina de Sistemática ou Taxonomia Vegetal - um ramo da Biologia Vegetal que estuda a diversidade das plantas com base na variação morfológica e nas relações evolutivas - desenvolvem anualmente uma coleção botânica dos espécimes da região, atividade na qual os alunos são desafiados a mostrar o quanto é importante aliar os conhecimentos teóricos adquiridos nas aulas e aplica-los em campo para criação de um Herbário.

Por três anos consecutivos essa atividade foi executada, e os exemplares confeccionados pelos alunos armazenados no laboratório de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina.

No início do ano de 2019 surgia a ideia de ampliar essa atividade, a criação do Herbário deixaria de ser apenas uma metodologia ativa proposta pela disciplina do curso, e passaria a ser uma extensão da Faculdade, por meio de visitas técnicas de escolas e da comunidade.

Para tal, formou-se um grupo composto por quatro alunos de Graduação, o responsável Téc. de Laboratório e o Professor da Disciplina de Sistemática Vegetal para criação e manutenção do Herbário da FASM.

O passo a passo para criação de um herbário

Materiais para coleta

- Caderno, lápis ou caneta e borracha - para registrar as informações inerentes a cada amostra coletada.
- Fita métrica - para medir o diâmetro e/ou a circunferência das árvores.
- Podão, tesoura de poda, faca, facão ou canivete - usado no corte de ramos a serem coletados.
- Jornal - para acondicionar as amostras coletadas.
- Folhas de papelão - medindo cerca de 35 x 28 cm para intercalar entre as folhas de jornal que contêm as amostras coletadas.
- Álcool 92,8 0 GL - para borrifar as amostras coletadas.
- Prensas de madeira - para prender as pilhas formadas pelos jornais contendo os exemplares intercalados com papelão e folhas de alumínio.
- Corda de sisal ou náilon - para amarrar a prensa; o material botânico deve ser comprimido para que as folhas possam permanecer da maneira que foram dispostas e ao secarem não fiquem enrugadas.

Procedimentos

Normalmente se utiliza uma caderneta de coletor, onde são feitas as anotações de dados das plantas coletadas. O primeiro passo é anotar as informações a respeito do coletor, ou seja, seu nome e número de coleta, a data do procedimento e o nome dos coletores adicionais quando for o caso. A seguir, devem ser registradas informações inerentes à localização da planta da qual se deseja coletar amostras, o galho, flor ou parte desejada deve ser coletado com cuidado, preservando as características da espécie, a mesma é organizada sob um jornal para passar pelo processo de secagem e herborização, que consiste em secar a planta através de uma prensa e camadas de jornais para tirar a umidade da planta e evitar possíveis danos, como desdobramento e aparição de mofos e fungos (Fig. 1).



Figura 1. Processo de montagem da prensa para secagem

O tempo de secagem de cada planta vai variar de acordo com sua morfologia e climatização. Plantas com menor conteúdo de água, além de ter um menor tempo de secagem, tem menos problemas de contaminação por fungos durante a herborização. Plantas com grande conteúdo de água, como suculentas, cactáceas, bromeliáceas etc. possuem a secagem mais demorada e necessita de cuidados redobrados para evitar contaminações. Uma estufa de secagem diminuiria consideravelmente o tempo e preveniria contaminações, no entanto, os alunos não dispuseram desse equipamento.

Após esse processo o espécime é retirado da prensa cuidadosamente para não danificar e fixado sob papel com uma etiqueta contendo suas informações de classificação taxonômicas e outras como: altura e circunferência da planta, hábito, disposição dos ramos, forma do tronco, tipo de base do tronco, características da casca, exsudação, coloração das flores e tamanho, textura e cor dos frutos, tipo de odor, denominação do local de coleta e coletor (Fig. 2).

Nome científico: _____

Nome vulgar: _____

Família: _____

Divisão: _____

Coletor (es): _____

Local de coleta: _____

Data: _____

Observação: _____

Figura 2. Modelo de etiqueta simples para identificação do exemplar.

Materiais e métodos

O processo de montagem e organização foi conduzido no Laboratório de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina, com os exemplares produzidos no ano de 2015 a 2018 pelos acadêmicos do curso (Fig. 1).

Inicialmente, organizou-se todos os exemplares, agrupados por família botânica, com a finalidade de identificar possíveis inconsistências nos dados e corrigi-los. Após a correção, foi feito agrupamento por família botânica e a quantificação dos exemplares.



Figura 3. Exemplares produzidos pelos alunos de Ciências Biológicas entre 2015 a 2018.

Resultados e discussões

Foram catalogados um total de 102 exemplares, separados em 32 famílias (Tab. 1). Com a análise foi possível identificar 15 exemplares que apresentavam sinais de decomposição por fungos. Os exemplares contaminados e em decomposição foram descartados e substituídos por novos, a fim de manter as características do acervo de coleção.

Famílias botânicas	Número de espécies
<i>Convolvulaceae</i>	2
<i>Balsaminaceae</i>	1
<i>Lamiaceae</i>	5
<i>Rhamnaceae</i>	1
<i>Apiaceae</i>	1
<i>Euphorbiaceae</i>	1
<i>Companulaceae</i>	1
<i>Cucurbitaceae</i>	1
<i>Iridaceae</i>	2
<i>Ericoaceae</i>	1
<i>Malpighiaceae</i>	1
<i>Fabaceae</i>	13
<i>Lythraceae</i>	2
<i>Bignoniaceae</i>	7
<i>Verbenaceae</i>	6
<i>Solanaceae</i>	2
<i>Oxalidaceae</i>	1

<i>Mirtaceae</i>	5
<i>Milastomataceae</i>	3
<i>Malvaceae</i>	4
<i>Heliconiaceae</i>	1
<i>Rutaceae</i>	2
<i>Amaranthaceae</i>	1
<i>Brassicaceae</i>	1
<i>Nyctaginaceae</i>	5
<i>Turneraceae</i>	1
<i>Apocynaceae</i>	4
<i>Asteraceae</i>	11
<i>Acanthaceae</i>	2
<i>Passifloraceae</i>	3
<i>Rosaceae</i>	5
<i>Rubiaceae</i>	6
Total	102

Tabela 1. Levantamento das famílias e espécies catalogadas no Herbário FASM até o ano de 2019.

A organização e a conservação do Herbário possibilitaram o treinamento e a aplicação prática do conhecimento dos alunos na execução das atividades. Por meio do Herbário, agora o espaço é destinado a visitas escolares e permanecerá aberto à comunidade, sendo assim uma porta de extensão da comunidade à faculdade. Um veículo inicialmente criado como metodologia ativa aplicada a uma disciplina, passa agora a uma ferramenta de conhecimento, divulgação e conservação da biodiversidade da região.

Com todos os exemplares revisados, catalogados e organizados, está criado o Herbário FASM, que contará com o apoio da instituição Faculdade Santa Marcelina, seus colaboradores, docentes e discentes para a manutenção e constante ampliação de seu acervo, com o objetivo de, além do âmbito didático, tornar-se importante referência para pesquisas científicas e levantamentos florísticos da região.

Considerações finais

Diante disso, conclui-se que o estudo das plantas por meio da manipulação, análises morfológicas e classificação taxonômica, tornou a aprendizagem mais atrativa. Destaca-se também, o importante papel do Herbário FASM na integração com a comunidade interna e externa, para que os usuários multipliquem informações e as disseminem com práticas para fins de inovação didática em Ciências/Biologia e extensão, contribuindo para a divulgação e preservação da biodiversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J.N.; MARQUES, A.S. Ensino de Botânica e a Educação básica na Amazônia. In: Diversidade Vegetal Brasileira; conhecimento, conservação e uso, In: 61º Congresso Nacional de Botânica, Manaus, 5 a 10 set. 2010.

ARRUDA, S.M.; LABURÚ, C.E. Considerações sobre a função do experimento no ensino de Ciências. Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemáticas, Ciências & Educação, Bauru, São Paulo, n.3, p.14-24. 1996.

BARBOSA, M.R.V.; VIEIRA, A.O. Coleções de plantas vasculares: Diagnóstico, desafios e estratégias. Disponível em: <http://www.cria.org.br/cgee/col/>. Acesso em setembro de 2019

Bicudo, C.E.M.; SHERPHERD, G.J. Fungos, Microorganismos e Plantas. Biodiversidade do Estado de São Paulo, Brasil, vol.2. 77-79. Fapesp. São Paulo, 1998.

CECCANTINI, G. Os tecidos vegetais têm três dimensões. Revista Brasileira de Botânica, v.29, n.2, p. 335-337. 2006.

DIAS, C.M.J.; SCHWARZ, A.E.; VIEIRA, R.E.A. Botânica além da sala de aula, 2009. Disponível em: www.diadiaeducação.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/893-4.pdf. Acesso em 22 setembro 2019.

FAGUNDES J.A.; GONZALEZ C.E.F. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE - da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Departamento Acadêmico de Química e Biologia. Mestrado em Tecnologia – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. 2006.

MACHADO S.R.; BARBOSA S.B. Herbário Botucatu: Manual de procedimentos. São Paulo-SP. 2010.

PEIXOTO A.L.; BARBOSA M.R.V.; MENEZES M.; MAIL L.C. Diretrizes e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade. Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, p. 145-182. 2006.

PEIXOTO, A. L.; MAIA, L. C. Manual de Procedimentos para Herbários. INCT- Herbário virtual para a Flora e os Fungos. Editora Universitária UFPE, Recife, 2013.

Creation and maintenance of the FASM Herbarium: A tool for teaching and biodiversity preservation.

ABSTRACT: The creation of the FASM Herbarium aimed at training students of the Plant Systematic discipline of Santa Marcelina College - Muriaé, with collecting and herborization practices of native plants, in order to contribute to the organization and maintenance of a botanical collection, opening the space for technical visits, lectures and monitored internships, thus being a teaching and preservation tool for biodiversity.

Keywords: Herbarium. Teaching. Biodiversity.

Data de envio: 30 de outubro de 2020.
Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.



Geografia

Revista Científica da Faculdade Santa Marcelina – Muriaé - MG
ISSN: 2595-1092 Vol. 19. Ano: 2020

Análise da Gestão Ambiental em um meio de hospedagem 2011-2017: Estudo de Caso no Praia Sol Hotel- Paraná- Brasil

Marcia da Luz Leal²²
Wagner Grizorti²
Claudio Alexandre Souza³

RESUMO: Entende-se que é imprescindível à adoção de práticas de gestão ambiental para nortear o gerenciamento de um meio de hospedagem. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um comparativo centrado na gestão ambiental e evidenciado nas práticas voltadas às ações dos 3 Rs, (Reciclar, Reutilizar e Reduzir) no Praia Sol Hotel. Ele está situado à margem da BR-277 na cidade de Santa Terezinha de Itaipu- Paraná – Brasil. O recorte temporal para análises do estudo de caso está delimitado nos anos de 2011 a 2017. A metodologia utilizada é pautada na pesquisa descritiva, bibliográfica e qualitativa, envolvendo os funcionários e gestores do hotel. Através da discussão dos resultados denotou-se crescente envolvimento dos funcionários, colaboradores, hóspedes e gestores do hotel no que tange a gestão ambiental, segmentações e estratégias ligadas à comunicação e cooperadoras com ênfase na coleta seletiva de resíduos sólidos, na redução do consumo de matérias-primas ligadas à energia e água. Desta forma concluiu-se que o desenvolvimento, estagnação e/ou ampliação de percentuais foram significativos entre os gestores e funcionários, em outros termos, as mudanças de atitudes ligadas às estratégias ambientais denotam evolução representativa em práticas que reforçam o conhecimento, e logo a percepção, ligados à gestão ambiental, refletindo no compromisso social de conservação e preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVES: Meios de hospedagem, Gestão Ambiental, Prática dos 3 Rs.

Introdução

As pressões internas e externas no mundo dos negócios têm provocado mudanças no contexto competitivo mundial e, devido às suas características, estas mudanças também têm atingido o setor hoteleiro. Tais mudanças são inevitáveis para um novo mercado que exige compromisso com o meio em que a organização está inserida, e que a empresa tenha entre seus objetivos a responsabilidade social, inclusive no que diz respeito à questão ambiental (Silva Filho, 2008). Assim, abordagens que abranjam estratégias de competitividade pautadas em teorias e práticas difundem-se em perspectivas de preservação e conservação, envolvendo movimentos políticos, econômicos, sociais e culturais com o propósito comum.

Para Gonçalves (2006), a produção de literaturas voltadas à implantação de efetivos Sistemas de Gestão Ambiental no setor hoteleiro teve significação no início da década de 1980, tais literaturas eram na maioria de cunho internacional, e somente a

1 Marcia da Luz Leal- Mestranda do Programa de Pós-Graduação, nível Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPD)- UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil -marcia_lleal@yahoo.com.br
2 Wagner Grizorti - Doutorando do Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade – (PPGIES) - UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil- wagnergrizorti@gmail.com
3 Profº Dr. Claudio Alexandre de Souza - Coordenador do Curso de Hotelaria- UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu-Paraná-Brasil- cas_tur@yahoo.com.br

partir de 2000 é que foram conhecidas e adotadas no Brasil. A partir de então, discussões e tomadas de decisões ligadas ao sistema de gestão tornou-se fundamental para a comunicação e a socialização com o parecer de que os meios de hospedagem entendam o ciclo de se firmar com a produção de bens e serviços, e não deixem de lado a preocupação com o ambiente social e suas implicações.

Da mesma maneira, limitações diversas marcam o não cumprimento de questões ambientais ligadas às ações dos 3Rs, ações estas que no decorrer deste artigo serão analisadas e confrontadas levando em relevância sua aplicabilidade como processo alternativo, implicações voltadas à mão-de-obra qualificada, ausência de percepção ambiental, ou não, de funcionários, gestores e hóspedes.

O objetivo deste artigo é analisar as práticas de gestão ambiental já existentes, se novas ações foram implantadas e a validade das mesmas, ainda rever com ênfase comparativa quais as práticas dos 3Rs foram efetuadas no decorrer do ano de 2011, ano este da primeira pesquisa e o ano de 2017 onde a pesquisa foi reaplicada, ressaltando a antevisão e a importância da adoção de tais práticas.

Embasamento teórico

A Gestão Ambiental na hotelaria sucinta abordagens que remetem desde a estratégia de competitividade, movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais que de certa forma abrange tendências de comportamento e difere muitas vezes da teoria e da prática, com atividades gestoras em perspectivas que incubem ações a curto e longo prazo.

Gestão ambiental na hotelaria

Este tema tem como objetivo demonstrar que devido à preocupação com o meio ambiente, a implantação da Gestão Ambiental na hotelaria vem trazer inúmeras vantagens para todos os envolvidos, direta e indiretamente. O meio ambiente se beneficia diretamente pelos recursos naturais conservados e preservados, e a empresa independentemente de seu porte disporá de serviços com qualidade primando pela excelência e fidelização de seus clientes e colaboradores.

A conservação e percepção ambiental estão arraigadas no perfil do consumidor, e este por sua vez tem em suas exigências, a noção e anseio de que ações menos poluentes sejam cumpridas, exigências estas logo marcadas no momento de contratar um bem, um serviço de qualidade e que este seja sustentável. (ABREU, 2001, p. 67-68).

Machado (2015), Moraes (2015) e Silva (2015) afirmam que a Produção Limpa (P+L) é ferramenta favorável à atuação das empresas, pois ela está associada às estratégias ambientais econômicas e tecnológicas refletindo na minimização dos impactos ambientais, redução de custos com alternativas voltadas a preservar e

minimizar os resíduos sólidos, quando gerados de forma preventiva otimizará processos de recuperação e aprimoramento do uso de matérias-primas e energia.

Desta maneira a Produção Limpa (P+L) e o Sistema de Gestão Ambiental quando aplicados de forma correta servem de instrumento gerenciador dos recursos naturais, corroborando em prol das melhorias e possíveis mitigações de impactos significativos ao meio ambiente.

Segundo Viola (1998, p. 18) a globalização- integradora serve de norte, pois se apresenta como dinâmica e inovadora para que assim, através de princípios arrojados revolucionem as questões de sustentabilidade ambiental, dando créditos a modelos seguidos de uma globalização-segmentadora vigente desde a década de 90 e perpassando aos dias atuais como uma continuidade de processos que vão se redefinindo conforme as mudanças, a partir dos novos avanços contemporâneos nos setores econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira.

Com isso, quando se pensa em gestão ambiental em relação aos meios de hospedagem, tem que se pensar em ideias que desenvolvam a percepção ambiental coletiva, pois tanto os funcionários quanto os hóspedes, devem conhecer e se engajarem na criação e implantação de ações que na maioria das vezes exige grandes esforços, mas que irão refletir em avanços progressivos, como opção tem-se os 3 Rs (Ferreti, 2002).

As ações dos 3 Rs - Reciclar, Reutilizar e Reduzir

Abreu (2001), Carvalho (2009), Castillioni (2016) e Silva (2010) afirmam que o investimento em tecnologias limpas empreende em realizar ações que contribuam para a mitigação de impactos ambientais, respectivas práticas irão refletir a curto, e por hora longo prazo na minimização do desperdício de produtos e materiais, uma vez que extrair os recursos naturais de forma consciente, com a visão de que estes recursos são findáveis irá favorecer de forma eficaz o desenvolvimento sustentável, mensurando assim, as interferências inadequadas quanto ao despejo de resíduos sólidos, degradação dos recursos hídricos e poluição do ar.

A prática ou metodologia dos 3 Rs tem seu surgimento registrado na década de 90, mais especificamente durante a Conferência da Terra, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992. O conceito dos 3 Rs tem como embasamento a promoção de uma cultura que dissemine a preservação do meio ambiente de forma cotidiana pelas pessoas, e que tais ações façam parte nas atitudes individuais e coletivas, independente de segmentações e setores econômicos.

Cada “R” representa um verbo, uma ação, que serve de paradigma para pautar posturas de consumo consciente buscando soluções para evitar a produção de resíduos e seu uso e desuso desenfreado. Assim cada “R”, verbo, representa uma metodologia.

“R”	DESCRIÇÃO
<p style="text-align: center;">REDUZIR</p>	<p>Esse verbo aponta para a necessidade de redução no consumo. Quanto menor ele for (em qualquer que seja a situação), menor será, conseqüentemente, o consumo agregado de outros itens como água, energia, dentre outros.</p>
<p style="text-align: center;">REUTILIZAR</p>	<p>A ideia aqui é fomentar o uso de um objeto, ou utensílio de diversas formas e por diversas vezes, evitando seu descarte imediato e, assim minimizando os impactos sobre a produção de lixo.</p>
<p style="text-align: center;">RECICLAR</p>	<p>Aqui se traduz a ideia da necessidade de dar destinação adequada aos subprodutos gerados em uma determinada atividade. Ou seja, transformar algo que é consumido e reutilizado, para que possa ser utilizado de uma, ou outra maneira.</p>

Quadro 1- Os 3Rs

Fonte: *Super BACBio Technology Solutions*- (2016). Adaptado pelos autores- (2018).

O presente artigo será voltado unicamente para os 3 Rs, pois é sabido que existe mais Rs voltados à fundamentação teórica e prática de que a redução do consumo é a melhor forma de inviabilizar impactos ambientais, assim Rs como Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar e Recusar (5 Rs) são de conhecimento dos autores, mas não foram mencionados detalhadamente, aludir-se-á somente à aplicabilidade das ações do 3 Rs.

Abreu (2001), Eigenheer (1998), Mandarin (2000) e Sema (2006) ressaltam que desenvolver ações pautadas na prática dos 3Rs, com políticas voltadas na redução, na reutilização e na reciclagem de resíduos sólidos refletirá em consciência crítica individual e coletiva, bem como políticas públicas capazes de mudar a qualidade de vida localmente e globalmente.

Para Carvalho (2009) se somarmos a aplicação dos 3 Rs, no caso a redução, a reutilização e a reciclagem, poderemos alcançar uma diminuição do envio de resíduos ao meio ambiente da ordem de até 95%, sem que nenhum investimento de monta seja necessário, em qualquer ambiente. Desta forma, o setor hoteleiro necessita realizar ações voltadas para essa política para perceber os benefícios de uma gestão responsável voltada a preocupações ambientais.

Assim, ações como diminuição na quantidade de resíduos gerados (reduzir), reutilização de materiais muitas vezes considerados inúteis (reutilizar), e a separação e possível reciclagem desses materiais (reciclagem) resultará na proteção e integração dos sistemas ambientais.

Para que a política dos 3Rs seja levada a termo é necessário conscientizar os consumidores sobre a importância de cada um deles, visto que somente a reciclagem possui uma política definida. Para a redução e a reutilização utiliza-se uma vaga campanha moral, com efeitos muito reduzidos. Sugerem-se medidas concretas para que a redução de resíduos deixe de ser uma atitude meramente verbalizada, mas sem consequências práticas (Silva, 2010).

METODOLOGIA

Para o presente estudo foram utilizadas fontes de pesquisas primárias e secundárias, pautadas em um roteiro de perguntas predeterminadas e estruturadas, com relevância na objetivação e subjetivação das mesmas, pois de acordo com Dencker (1998, p.43-46), fonte primária constitui de material recente e original, já a secundária sucinta em material conhecido e organizado, sem deixar de ressaltar por ora, Gil (2002), pois o mesmo afirma que a pesquisa bibliográfica se faz obrigatória em qualquer pesquisa.

A tipologia no que diz respeito aos dados é especificada em qualitativa e quantitativa, segundo Richardson (1999), e Beuren (2006) a pesquisa qualitativa caracteriza-se como tentativa de compreender de forma detalhada os significados situacionais dos entrevistados, já a quantitativa tem como intuito o emprego de instrumentos quanto a instrumentos ligados ao estatístico, como na coleta de dados.

Foram aplicados dois questionários para os funcionários da empresa Praia Sol Hotel, um aplicado no ano de 2011 e o outro, que servirá de contra ponto para a análise, com aplicação no ano de 2017. Os questionários constam de 11 questões aplicadas aos funcionários e gestores das diversas áreas do hotel. Foram 19 entrevistados em setembro de 2011 e, em dezembro de 2017 entrevistou-se 20 funcionários. As perguntas seguem indagações sobre o envolvimento e entendimento dos pesquisados sobre gestão ambiental, e logo seu nível de reconhecimento, cognição e envolvimento dos mesmos a respeito da prática dos 3 R'S.

O questionário de 2011 foi aplicado aos funcionários com certo receio quanto à interpretação das perguntas x respostas, pois alguns funcionários sentiam-se inseguros em interpretá-las e respondê-las, já que os mesmos acreditavam não possuir uma formação escolar suficiente para tal dinâmica, já o segundo questionário (2017) foi aplicado sem maiores percalços, até mesmo pelo fato de haver um aumento no nível de escolaridade dos mesmos como irá apurar-se no decorrer do trabalho em estudo e análise.

ESTUDO DE CASO - PRAIA SOL HOTEL

O Praia Sol Hotel, local da pesquisa já é conhecido pela autora e coautores, pois a autora reside às suas proximidades, estagiou no período de graduação e desenvolveu seu trabalho de conclusão de curso, graduação em Hotelaria, pautado na percepção e gestão ambiental dos hóspedes, funcionários e gestores, sob a orientação do Professor Dr. Claudio Alexandre de Souza e com aportes, inferências e contribuições do Doutorando Wagner Grizorti. Saber como estava sendo aplicado a gestão ambiental, no caso a aplicabilidade da prática dos 3 Rs, era uma inquietação permanente da autora e coautores, já que em 2011 a pesquisa efetuada neste viés demonstrou resultados questionáveis, partindo desta premissa quanto a progressão, ou estagnação dos dados propôs-se uma nova pesquisa no ano de 2017.

Segundo a proprietária e gerente do hotel, Zelair Redivo Spada, ele foi inaugurado pela Família Redivo Spada em 1º de julho de 1998, sua capacidade de hospedagem é de 52 unidades habitacionais, das quais seis são suítes, 160 são leitos de solteiro e 12 são leitos de casal.

No ano de 2017, ano da segunda pesquisa o quadro de funcionários era formado por 20 colaboradores, alocados nos mais diversos setores do empreendimento, com ênfase nas hierarquias estipuladas e padronizadas, já no ano de 2011 o quadro de funcionários era composto por 19 funcionários, e segundo a gerência este número oscilava dependendo da demanda e de eventuais eventos, pois o hotel aluga determinado espaço físico para festas de casamentos, formaturas, batizados, entre outros.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS

Após a análise dos dois questionários aplicados, apurou-se no GRÁFICO 1 o aumento do percentual de mulheres na amostra da pesquisa, pois em 2011 o quadro funcional era formado por 27% do sexo masculino e 73% do sexo feminino, já em 2017 30% são masculinos e 70% são femininos, tal apuração evidencia que, no ramo hoteleiro, e no mundo do trabalho de modo geral a mulher está presente de forma dominante e com grande despontamento para cargos significativos.

Pois, segundo Chieko (2016) as mulheres vêm conquistando de forma significativa cargos de grande relevância nas empresas, de modo a assumirem no ramo hoteleiro os cargos de gerência e comando de hotéis, cargos estes que há algum tempo eram ocupados pelo gênero masculino.

Como prova desta ascensão, segundo a empreendedora e gestora aqui citada dar-se-á pela facilidade de trabalhar em equipe, pela competência, pela flexibilidade e, acima de tudo, pela capacidade aflorada do gênero feminino em atender simultaneamente as diferentes solicitações com exímia dedicação, empatia e perspicácia nos detalhes, resolvendo assim, assuntos comuns de forma rápida e com excelência.

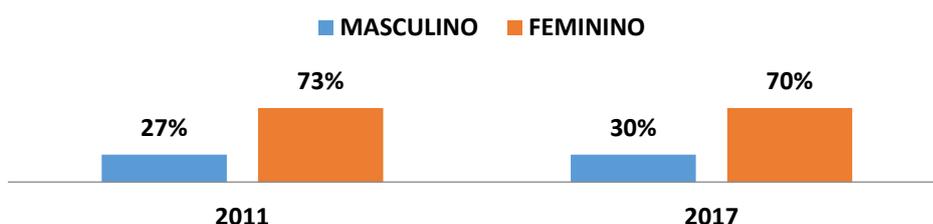


GRÁFICO 1 - Questionário aplicado no Praia Sol Hotel
 Fonte: AUTORES (2018).

O GRÁFICO 2 mostra o grau de escolaridade dos entrevistados. Esta questão não foi feita no ano de 2011 por receio de haver constrangimentos por parte de alguns funcionários, já que eles não possuíam formação educacional completa, e alguns se sentiam inseguros em responder ao questionário.

Entende-se que o investimento em cursos de qualificação como graduações, e pós-graduação, têm impactos significativos no salário dos profissionais de qualquer área, devendo levar-se em conta também os diferentes níveis de hierarquia. Segundo pesquisa feita pela Catho Educação (2018), os aumentos para profissionais que atuam em cargos com exigência de coordenação, a pós-graduação aumentam em 53,7% o salário; já para os que realizam um mestrado, ou doutorado, o valor pode subir para até 47,4%. Tal fato reforça que quanto mais o funcionário investir na sua formação, mais despontará para o mundo do trabalho tão competitivo e exigente, pois de acordo com Seabra (2002), o grau de escolaridade reflete impacto positivo na renda do trabalhador, no que diz respeito ao incremento numérico (salário) e por vezes a empregabilidade.

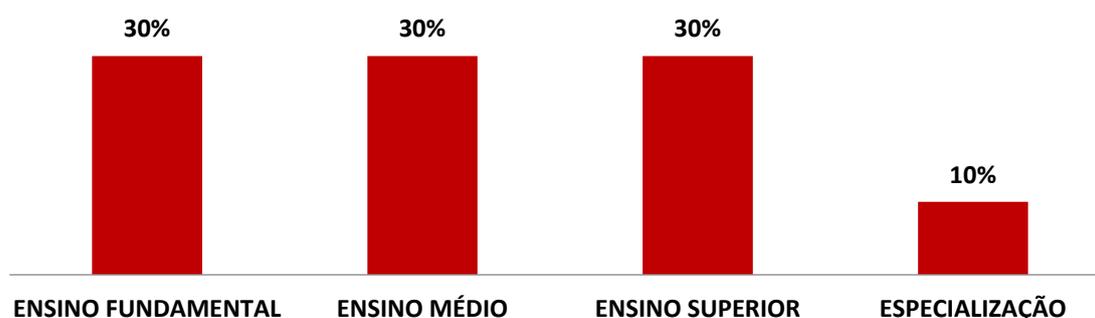


GRÁFICO 2 – Grau de instrução dos funcionários do hotel
 Fonte: AUTORES (2018).

No ano de 2017, 30% dos funcionários possuíam o Ensino Fundamental, 30% possuíam Ensino Médio, 30% possuíam Ensino Superior e 10% possuíam Curso de Especialização. Os funcionários do ramo hoteleiro se destacam nos cargos exercidos pela qualidade nos serviços prestados em relevância ao nível de escolaridade, pois a média de salários difere significativamente quando se fala em nível escolar, bem como ter

domínio de uma segunda, ou mais línguas estrangeiras. Este diferencial, segundo os proprietários são chamarizes para contratação e para o exercício de cargos com maior remuneração.

No GRÁFICO 3 é analisado o tempo de serviço dos funcionários na empresa pesquisada, como resultado apurou-se que no ano de 2011, 63% estavam na empresa há menos de dois anos, 25% estavam na empresa entre três a cinco anos, 6% trabalham na empresa entre seis e dez anos. Barbosa (1981) afirma que a permanência do indivíduo na mesma empresa é importante, pois conseqüentemente ele irá adquirir experiência e habilidades no desempenho de suas tarefas, alcançando maior produtividade que a inicial, além disto, a empresa irá dispensar treinamentos para novas contratações, uma vez que já disponham de mão-de-obra qualificada.

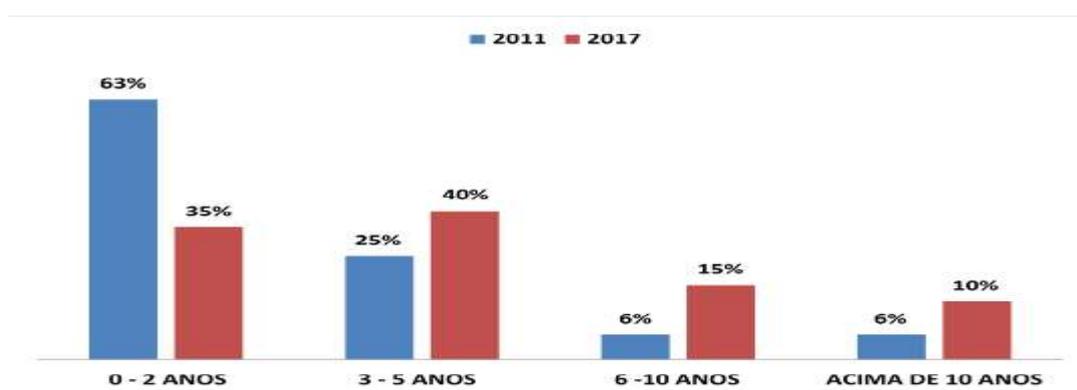


GRÁFICO 3 – Tempo de serviço dos funcionários do hotel
Fonte: AUTORES (2018).

Já no ano de 2017, 35% trabalham na empresa há menos de dois anos, 40% trabalham de três a cinco anos; de seis a dez anos um total três funcionários (15%) e acima de dez anos se encontram um total de 10% dos funcionários. O tempo de serviço na empresa é de suma importância, pois a rotatividade de funcionários, denominada também como *turn over* dificulta o andamento da prestação de serviços e tomada de decisões, além de refletir nas despesas em relação às admissões e contratações (CHIAVENATO, 1999).

A adoção de um posicionamento mais apurado no momento da seleção de mão de obra evitará desagrados futuros, uma vez que a constante entrada e saída de funcionários na empresa provocam o desgaste das partes envolvidas, bem como o não envolvimento nos projetos propostos. No caso do hotel pesquisado, a não permanência dos funcionários reflete no não envolvimento no gerenciamento de resíduos sólidos, salvo que há pouca rotatividade, principalmente no ano de 2017, houve uma maior fidelização dos funcionários em relação ao ano de 2011.

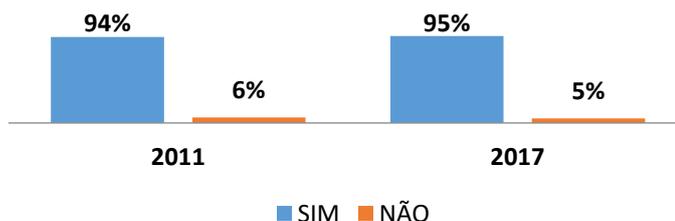


GRÁFICO 4 – Treinamento realizados em Gestão Ambiental
 Fonte: AUTORES (2018).

No GRÁFICO 4, denota-se a participação dos funcionários em treinamentos com enfoque em programas de qualidade relacionados à gestão ambiental, obteve-se como resultado em 2011 que 84% já haviam participado de treinamentos e outros 6% não desenvolveram conhecimentos com abordagens nesta temática; no ano de 2017, um total de 95% afirmaram ter participado de algum treinamento e 5% afirmaram não ter participado.

Mesmo apresentando como resultado uma parcela mínima, no caso um funcionário, o desconhecimento na realização de treinamentos sobre gestão ambiental, é de se levar em relevância, pois a não consonância nos projetos de gestão ambiental no hotel, destoam da segmentação das ações e resultados a serem obtidos. No ano de 2011, houve o mesmo percentual, um funcionário, que dizia desconhecer o programa de treinamento. Neste ano, foi alegada pela administração a falta de escolaridade e pouco tempo de serviço deste funcionário, já que a administração teve acesso ao questionário dele. No ano de 2017, não se apurou qual poderia ser a causa mais evidente, pois como não houve identificação nos questionários e não houve também uma conversa formal com a gerência do Hotel.

Ferreti (2002) e De Menezes (2013), afirmam que quando há a integração da empresa com seus funcionários, gestores e fornecedores a aplicabilidade de ações cotidianas e de percepção quanto à sustentabilidade se faz mais pertinente, pois investimentos em treinamentos, exemplificando conceitos e práticas ligadas ao desenvolvimento sustentável sensibilizam os envolvidos, levando a assimilação e promoção de ações proativas dos envolvidos.

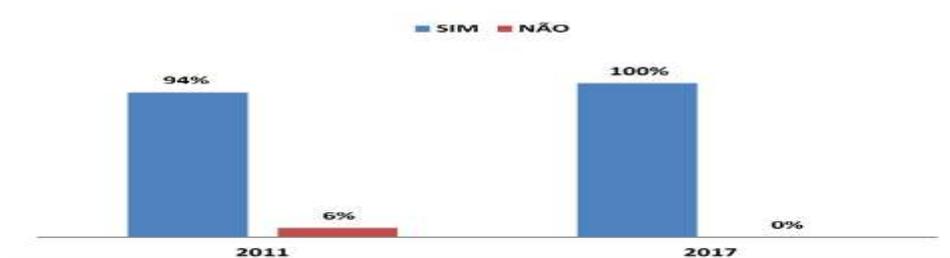


GRÁFICO 5 – Conhecimento dos funcionários sobre Gestão Ambiental

Fonte: AUTORES (2018).

Segundo o GRÁFICO 5, 94 % dos entrevistados afirmaram que o Hotel possui algum programa referente à temática de preservação e conservação do meio ambiente e 6% declarou Não, no ano de 2017 apurou-se que 100% dos funcionários e gestores estão cientes de que o hotel de alguma forma desenvolve práticas ligadas à gestão de resíduos sólidos, montante este significativo, pois a mobilização massiva dos funcionários e gestores mostra a preocupação com tal temática, logo refletindo nas mudanças de ações em relação à prática e percepção ambiental.

Gonçalves (2004, p. 20) afirma que: Em termos simples, poluição ambiental é definida “como toda ação ou omissão do homem que, através da descarga de material ou energia atuando sobre as águas, o solo e ao ar, cause um desequilíbrio nocivo, seja de curto ou longo prazo, sobre o meio ambiente”.

Em 2017, notou-se que por questões ligadas ao grau de escolaridade e ao tempo de serviço dos funcionários a administração estabelece um nível de conversação satisfatória junto à equipe colaboradora, refletindo na gestão ambiental e evitando possíveis lacunas em relação ao descumprimento das ações pertinentes à percepção e efetivação da preservação ambiental, uma vez que ser omissivo, ou alienado às questões ambientais é ser conivente e indiferente quanto à importância do meio ambiente e sua notoriedade.

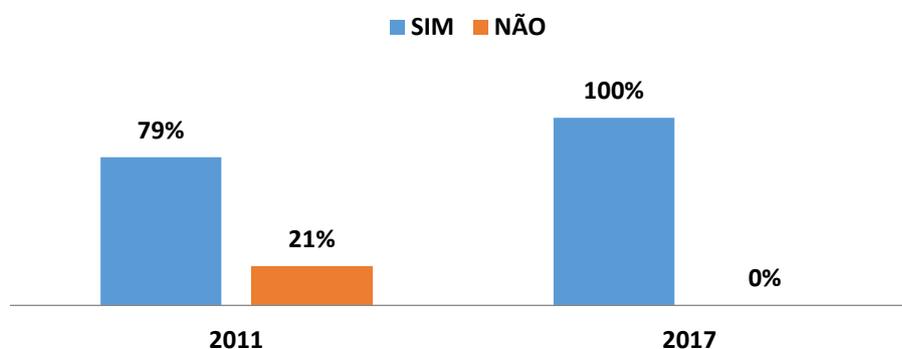


GRÁFICO 6 – Conhecimento dos funcionários sobre a prática dos 3Rs

Fonte: AUTORES (2018).

No GRÁFICO 6, averigua-se aumento significativo quanto ao conhecimento da coleta seletiva. Em 2011, 79% declararam conhecer o programa e 21% não conheciam tal sistema de gestão de resíduos. No ano de 2017, 100% dos funcionários afirmaram conhecer as ações dos 3 Rs, constata-se que de forma satisfatória e comprometida que os funcionários demonstraram ter percepção ambiental, tal fato reforça o fato de ter havido no decorrer dos anos um aumento no nível de escolaridade e maior tempo de

serviço na empresa, influenciando na adoção, logo no cumprimento da gestão ambiental.

Abreu (2001) reforça que dentro de uma empresa são as pessoas os elementos mais importantes para que se possa viabilizar projetos e seu cumprimento, pois sem elas de modo geral, nada pode ser concretizado, por mais que os proprietários e gerentes assim desejem empreender na capacitação, demanda comprometimento dos gestores e funcionários em relevância a parte ética e de seriedade em não comprometer o meio ambiente e os recursos naturais renováveis.

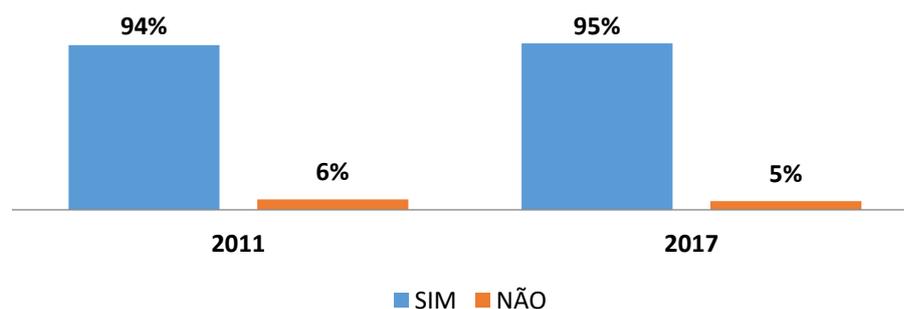


GRÁFICO 7 – Opinião dos funcionários sobre o impacto ambiental causado pelo hotel
Fonte: AUTORES (2018)

No GRÁFICO 7, apura-se se os funcionários consideravam que um hotel pode ser poluidor do meio ambiente. Em 2011, como repostas 79% Sim e 21% afirmavam que Não, acreditam que o hotel não polua; o resultado de 2017 95% afirmaram que Sim e, 5% afirmou que Não. Fica visível a mudança de percentuais quanto ao entendimento de que o hotel é Sim de alguma forma causador de impacto ambiental.

Segundo Abreu (2001, p. 35-36), não só as chaminés, os efluentes contaminados das indústrias contam como poluidores, pois afirmar que os hotéis não causam impactos ambientais é uma visão distorcida da realidade, uma vez que o hotel utiliza os recursos naturais, e ao utilizar recursos como água, energia, por exemplo, provocamos uma redução desses recursos e isso representa um impacto ambiental significativo.

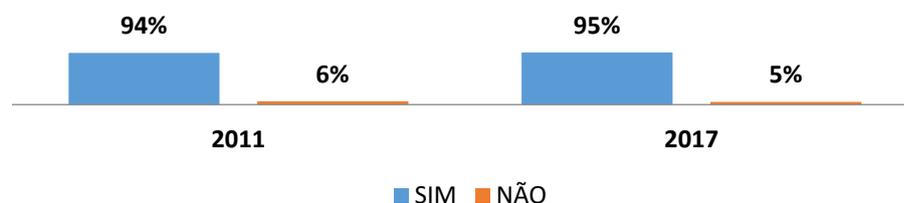


GRÁFICO 8 – Informações sobre a coleta seletiva no hotel
Fonte: AUTORES (2018)

Demonstra-se no GRÁFICO 8 se o Hotel realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos. Em 2011, 94% dos funcionários afirmaram que Sim e 6% afirmou que Não. A afirmação deste funcionário, segundo conversa informal com os gestores, deu-se pelo pouco tempo de trabalho dele na empresa, seu baixo nível de escolaridade. A gerência alega que o pouco tempo no hotel dificultou a conversação e interação do mesmo a respeito das ações preventivas. Já no ano de 2017, 95% dos funcionários afirmaram terem conhecimentos sobre a coleta seletiva, resultado relevante e 5% afirma desconhecer, lembrando que aqui (2017) não foi pesquisado o motivo de este único funcionário afirmar desconhecer a coleta seletiva.

Silva et.al. (2010) afirma que a coleta seletiva é uma ação que pode ser praticada por qualquer pessoa independentemente do local que está inserida, faixa etária e grau de instrução, e que a adoção de tais práticas contribui para o desenvolvimento de hábitos conscientes e rotineiros, pois a percepção rege a tomada de atitude, que de certa maneira irá refletir no ambiente de trabalho, assim no gráfico vê-se que há uma parcela mínima, mas de significância, que necessita de conscientização e adequação aos conformes da empresa.

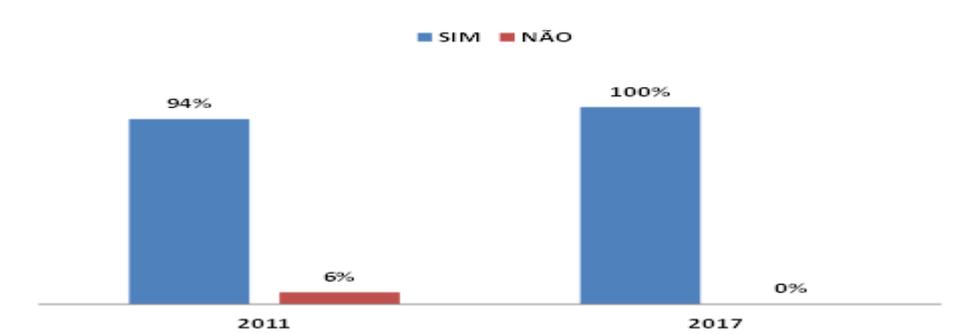


GRÁFICO 9 – Orientação destinada aos hóspedes sobre a coleta seletiva no hotel
 Fonte: AUTORES (2018)

Segundo o GRÁFICO 9, em 2011, 94% dos funcionários e gestores afirmaram que Sim, que havia uma orientação aos hóspedes quanto a coleta seletiva e 6% afirmaram que Não. Esta afirmação do Não deu-se, segundo a parte gestora do hotel, pelo fato do funcionário trabalhar há pouco tempo, ter baixo nível de escolaridade, como já foi explicado em outros momentos do texto. Em 2017, apurou-se que 100%, alegam que os hóspedes recebem orientação sobre a coleta seletiva, tal afirmação é de extrema significância, presume-se ser devido ao fato de haver atualmente uma percepção ambiental mais apurada, tanto pelos funcionários como pelos hóspedes, e pelas campanhas de educação ambientais veiculadas pela mídia através de propagandas e incentivos pela Secretaria de Educação, na rede pública e privada de ensino.

Gonçalves (2004) afirma que independentemente do tamanho do hotel, ele irá afetar o meio ambiente, pois o hotel irá dispor do consumo de água, energia e materiais

que proporcionam serviço de qualidade aos hóspedes que utilizam seus serviços, partindo desta afirmação cabe ao hotel orientar seus hóspedes quanto à preservação ambiental. No gráfico 9, fica evidente que o hotel desenvolve ações relevantes quanto a preservação, tal fato se dá pelo fato de existir nas áreas comuns, lixeiras sinalizadas com letras e cores indicadoras de quais resíduos devam ser descartados, no interior das unidades habitacionais há sinalizadores de separação dos resíduos sólidos, bem como a adoção do uso de lâmpadas econômicas, torneiras com sensores, uso de cartão magnético para abertura das portas já com a intenção de ligamento e desligamento de energia, reutilização das toalhas, reutilização dos frascos de material de limpeza e reutilização de águas pluviais para limpeza externa, regagem das plantas dos jardins, descartes apropriado do lixo eletrônico e reaproveitamento do óleo de cozinha em parceria com órgãos públicos locais.

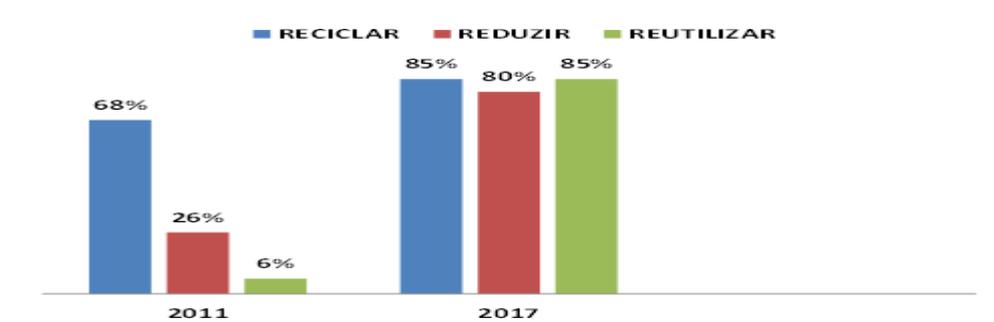


GRÁFICO 10 – Importância do Programa dos 3Rs para os funcionários
 Fonte: AUTORES (2018)

O GRÁFICO 10 apurou o grau de importância do programa dos 3 Rs, ou seja qual é o de maior importância para que haja uma redução no impacto ambiental causado pelo sistema hoteleiro, tendo como resultado em 2011, 26% acreditavam que seria reduzir; já em 2017, 80% afirmaram ser o mais importante, a percepção de que o desenvolvimento de ações de redução condigam com a preservação e conservação do meio ambiente é de contribuição ímpar, pois prerrogativas neste patamar levam a sustentabilidade. No que se refere à reciclagem, no ano de 2011, 68% declararam que é mais importante reciclar, contrapondo com 85% em 2017. A promoção de que a reciclagem cause menor impacto ambiental conscientiza o fabricante e o usuário de produtos que venham causar menos impactos ambientais.

Segundo CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem (2001) a prática de reciclar eleva as vantagens e ciclo de vida ligada as tomadas de decisão contribuindo diretamente na qualidade e segurança ambiental. No que diz respeito à prática de reutilizar, em 2011, 6% declararam que o mais importante era reutilizar, em 2017 afirmaram 85%, neste contexto fica evidente que no decorrer de seis anos agregou-se de certa forma uma melhor compreensão a respeito dos conceitos ligados ao

desenvolvimento sustentável e em relação à adoção e grau de importância das políticas limpas e ações dos 3 R'S.

Desta forma a aplicabilidade dos 3 R'S de acordo com Carvalho (2009) sucinta na diminuição de resíduos sólidos. Assim, se desenvolvermos as mesmas de forma adequada e contínua o retorno mesmo que a médio e longo prazo estarão garantidos, e sem investimentos de grande proporção, pois ações como a dos R'S são de relevante importância, não somente no ambiente hoteleiro, mas nas demais esferas da sociedade. Por meio dos resultados dos gráficos denota-se que as pessoas de modo geral estão tendo uma maior percepção ambiental, tendo uma visão mais ampla e equilibrada do que seja a relação Natureza/Sociedade.

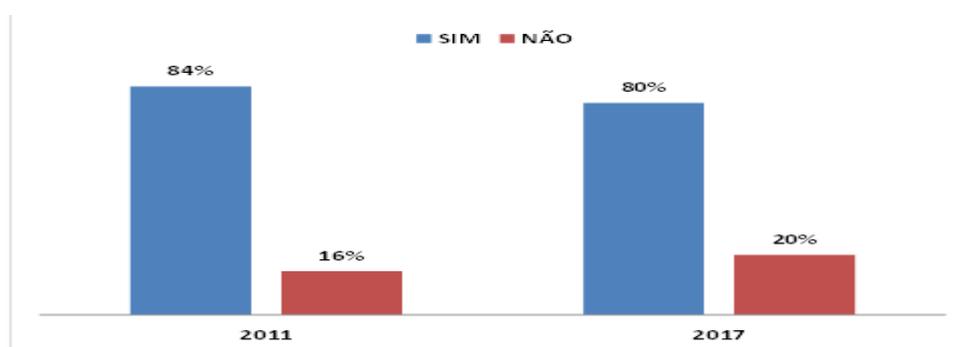


GRÁFICO 11– Realização de encontros envolvendo a Gestão Ambiental

Fonte: AUTORES (2018)

Finalizando o GRÁFICO 11 apura se o Hotel realizava encontros, ou reuniões de treinamento envolvendo a percepção ambiental, no ano de 2011, 84% afirmaram ter Sim já participado, 16% afirmaram Não ter participado de alguma medida socioeducativa, no ano de 2017 80% afirmaram que Sim e 20% afirmaram que Não, pois não havia encontros com abordagens ligadas à percepção e gestão ambiental.

Evidencia-se através destes percentuais díspares que sintetizar os múltiplos conhecimentos a respeito da percepção e da educação ambiental são inexoráveis, bem como medidas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, para então permitir o enfrentamento de desafios ligados à formação individual e coletiva dos indivíduos que atuam no hotel.

A educação tem sido ao longo da história, um esforço de determinados grupos para reforçar ou mudar o que existe. Esse relato é extremamente relevante, pois, sobretudo hoje, em tempos marcados por profundos conflitos sociais, a chamada educação ambiental deverá contribuir para uma conscientização da sociedade civil,

em nível internacional, no sentido de reverter ou pelo menos amenizar a atual crise ambiental. (Brugger, 1994, p.39).

Afinal consolidar ações significativas para o consumo consciente, a sustentabilidade de produção e as questões da coleta seletiva, prática dos R'S, irão reforçar as questões de ética, ecoando quanto aos relacionamentos interpessoais dos gestores, funcionários e hóspedes, alavanca-se destarte, um conjunto de perspectivas com visão de integrar, e logo moldar para mudanças, intencionando a mitigação de impactos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se com este estudo de caso que a sustentabilidade de qualquer que seja a empresa não depende somente das ações da mesma, mas das ações da sua cadeia de valores, que deve abranger um todo com parceiros engajados no bem comum, tais afirmações condizem com as análises em relação às questões voltadas à gestão ambiental, preservação, conservação e percepção do meio ambiente através da adoção da prática dos 3Rs.

A atividade de hospedagem tem como característica o desenvolvimento de potencial poluidor, interferindo diretamente no meio ambiente, na geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos. Apurou-se no presente estudo que o Praia Sol Hotel, não possui declaradamente um sistema de contenção desse potencial poluidor, dependendo de iniciativas cooperadas para realizar a coleta seletiva e o tratamento de efluentes, conclusão essa apurada após a primeira pesquisa no ano de 2011 e conclusão reafirmada em 2017, ano da segunda pesquisa. Partindo deste prisma infere-se que houve uma parcela significativa quanto à elevação de percentuais ligados às perguntas feitas no período de 2011 e 2017, em virtude de que os envolvidos na pesquisa apresentam uma consonância com as práticas dos 3 Rs e, por conseguinte, contribuem para a diminuição da geração de resíduos no ambiente natural.

Denota-se que nas últimas décadas do século XX moveu-se um espírito de transformação social em relação à preservação do meio ambiente, tais iniciativas fizeram com que as empresas se modernizassem, com a premissa de minimizar a destruição galopante do planeta, essas iniciativas foram aos poucos sendo divulgadas e chegaram a maioria das pessoas trazendo uma preocupação, que de certa maneira, resultou no estudo e desenvolvimento de práticas como o dos 3 Rs, que tem como prerrogativa reduzir, reutilizar e reciclar os materiais residuais do consumo humano.

Especificamente observou-se a evolução entre as respostas no tocante à redução, reutilização e reciclagem, pois em 2017 houve um aumento expressivo dos resultados, dado que os gestores e funcionários afirmaram promover uma destinação consciente e correta dos resíduos sólidos produzidos no hotel, bem como a economia no uso de energia elétrica, uso e reuso da água.

Mesmo com a significação da percepção ambiental evidenciadas nas respostas de 2017 ficou visível a mudança de percentuais quanto ao entendimento de que o hotel é sim de alguma forma causador de impacto ambiental, noção esta desatenta aos funcionários em 2011. Ainda de relevante importância foi a apuração das questões sobre grau de escolaridade e tempo de serviço na empresa, visto que os avanços são refletidos na administração e, logo nos comportamentos interpessoais, sabendo que o conhecimento (grau de escolaridade) e (tempo de serviço na empresa) leva à adoção e entendimento de mudanças significativas e agregadoras, consistindo tanto no crescimento pessoal e profissional, logo refletindo positivamente na empresa.

Considerando todas as respostas, pode-se inferir que tanto gestores como funcionários do meio de hospedagem analisado sabem da importância da gestão ambiental, principalmente sobre a prática dos 3 R'S seus benefícios econômico, social e cultural, e que a aplicabilidade de práticas conscientes possibilitará a minimização de impactos ambientais negativos, posto que, associar o desenvolvimento à sustentabilidade contribuirá para que as pessoas tanto no âmbito local, nacional e global vivam com qualidade e com segurança ambiental.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, N. **Guia prático de turismo sustentável**. 2017. Disponível em: <<http://www.autossustentavel.com/2017/08/guia-pratico-de-turismo-sustentavel.html>> Acesso em: 29 de dezembro de 2017.
- Abreu, D. **Os ilustres hóspedes verdes**. Salvador: Casa da Qualidade, 2001.
- Barbosa, D. (1981) **Fatores explicativos da permanência e saída do emprego**. Rev. adm. empres. vol. 21 no.1 São Paulo Jan./Mar. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000100002#topo-> Acesso em 29 de julho de 2018.
- Beuren, I. M. org. (2006) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Brugger, P. (1994) **Educação ou adestramento ambiental?** Editora Argos, Letras Contemporâneas. 3ª Ed.
- Carvalho I.C.M. (2009) **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4ª ed. São Paulo: Cortez.
- Castillioni, K.P. (2016) **Reduzir, Reutilizar e Reciclar – 3 Rs da Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://sustentabilidade.com/reduzir-reutilizar-e-reciclar-3-rs-da-sustentabilidade/>> Acesso em: 05 de maio de 2018.
- Cempre. (2018) Disponível em: < http://www.cempre.org.br/servicos_duvidas.php > Acesso em 19/07/2018.

Chieko, A. (2016) **10 mulheres no comando de hotéis**. Qual Viagem. Revista eletrônica. Disponível em: <<http://www.qualviagem.com.br/8-mulheres-no-comando-de-hotels/>> Acesso em: 22 de abril de 2018.

Chiavenato, I. (1999) **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal. Como agregar talentos à Empresa**. São Paulo: Atlas.

DE Menezes e Gonçalves, U. (2013) **Gestão da Inovação Tecnológica orientada para desenvolvimento sustentável: Uma Avaliação em Empresas Industriais do Setor Químico Brasileiro**. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre- Universidade Federal de Santa Maria. São Paulo. <https://www.ufrgs.br/sustentabilidade/?p=233> Acesso em: 13 de setembro de 2018.

Dencker, A.F.M. (2007) **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura.

Eigenheer, E.M. (org.) – **Coleta Seletiva de Lixo**. Rio de Janeiro: In-Folio/UFF, 1998.

Ferreti, E.R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

Goeking, W. **Qualificação profissional e aumento de salários**. São Paulo, 2018. <https://www.infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/7530400/qualificacao-profissional-pode-aumentar-salario-ate-revela-pesquisa-> Acessado em 11 de setembro de 2018.

Globo, Extra. (2014) **Pesquisa mostra cargos com os melhores salários no setor de hotelaria**. Disponível em: <https://extra.globo.com/emprego/pesquisa-mostra-cargos-com-os-melhores-salarios-no-setor-de-hotelaria-14496486.html>: Acesso em: 22 de abril de 2018.

Gonçalves, L. C. (2004) **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph.

Gil, A.C. (2002) **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. – 4ª Ed. – São Paulo: Atlas.

Hospedin, Blog. (2012) **Como enfrentar a falta de mão de obra qualificada no setor hoteleiro**. Disponível em: <<http://blog.hospedin.com/como-enfrentar-a-falta-de-mao-de-obra-qualificada-no-setor-hoteleiro/>> Acesso em: 22 de abril de 2018.

Machado, L.Ê., Moraes R.A.J. e Silva, L.E.A. (2015) **Proposta de produção mais limpa voltada às práticas de ecodesign e logística reversa**. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/esa/v20n1/1413-4152-esa-20-01-00029.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

Mandarino, A. (2000) **Gestão de resíduos sólidos. Legislação e práticas no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. CDS. UnB. Brasília.

Richardson, R.J. (1999) **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.

Sema, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (2006) **Kit Resíduos**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.

Silva Filho, A.R.A. (2008) **Sistema de gestão ambiental como estratégia empresarial no ramo hoteleiro**. Revista Produção. ISSN 1676 - 1901 / Vol. VIII/ Num. III.

Silva, S.B. (2010) **Os 3 R'S como ferramenta de gestão ambiental para os meios de hospedagem em Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Trabalho de Conclusão de Curso em Hotelaria, Unioeste.

Seabra, A. A. (2002) **Escolaridade, salários e empregabilidade**: implicações no mercado de empregos do Rio de Janeiro. 58 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552005000400003- Acesso em 12 de setembro de 2018.

Superbac, Blog. (2016.) **Gerenciamento de resíduos industriais como os 3Rs podem ser úteis?** Disponível em: <<http://www.superbac.com.br/gerenciamento-de-residuos-industriais-como-os-3rs-podem-ser-uteis/>> Acesso em:6 de maio de 2018.

(EspaçoReservado1)

Viola, E. (1998) **A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998**. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>> Acesso em: 15 de abril de 2018

Análisis de Gestión Ambiental en un Medio Anfitrión 2011-2017: Caso práctico en Praia Sol Hotel- Paraná- Brasil

RESUMEN: Se entiende que es imprescindible la adopción de prácticas de gestión ambiental para orientar la administración de un medio de hospedaje. Esta investigación tiene como objetivo presentar un comparativo, centrado en la gestión ambiental y evidenciado en las prácticas dirigidas a las acciones de los 3 R'S, (Reciclar, Reutilizar y Reducir), así como el uso de herramientas, y sus avances en el Praia Sol Hotel. El mismo está ubicado al margen de la BR-277 en la ciudad de Santa Terezinha de Itaipu- Paraná-Brasil. El recorte temporal para análisis del estudio de caso está delimitado en los años 2011 y 2017. La metodología utilizada es pautada en la investigación descriptiva, bibliográfica y cualitativa, involucrando a los empleados, y gestores del hotel. A través de la discusión de los resultados se detectó una creciente participación de los empleados, colaboradores, huéspedes y gestores del hotel en lo que se refiere a la gestión ambiental, segmentaciones y estrategias vinculadas a la comunicación y cooperadoras con énfasis en la recolección selectiva de basura, en la reducción del consumo de materias-primas, ligadas a la energía y el agua. De esta forma se concluyó que el desarrollo, estancamiento y / o ampliación de porcentajes fueron significativos entre los gestores y empleados, en otros términos, los cambios de actitudes ligadas a las estrategias ambientales denotan una evolución representativa en prácticas que refuerzan el conocimiento y por su vez la percepción vinculada a la gestión ambiental, luego reflejando en el compromiso social de conservación y preservación del medio ambiente.

PALABRAS-CLAVES: Medios de hospedaje, Gestión Ambiental, Práctica de los 3 Rs.

Data de envio: 27 de junho de 2020.

Data de aceite: 18 de dezembro de 2020.

A produção do espaço urbano através da relação Homem X Natureza: escritos sobre a produção espacial nas cidades médias

Felipe Perdigão Barbosa²³

RESUMO: O presente ensaio tem como objetivo geral a discussão da relação homem x natureza na produção e reprodução do espaço geográfico, dentro de uma perspectiva onde a natureza, apresenta-se *a priori*, como natureza transformada, ou seja, em 2ª natureza, fazendo clara alusão ao geógrafo Milton Santos. Outro ponto em destaque, se fundamenta através da demonstração das contradições existentes entre a ocupação e organização espacial e a legislação urbana brasileira.

Palavras-Chave: produção do espaço; organização espacial, legislação urbana e homem x natureza.

A Título Introdutório

O ensaio aqui apresentado, tem como objetivo central a discussão da relação entre o homem e o meio no espaço urbano, principalmente ao que se refere à possibilidade de este modificar a natureza através da técnica e de regulações urbanas, muitas vezes atreladas apenas a produção de espaços propícios à circulação do capital, que por sua vez, potencializam uma ocupação desigual do espaço, beirando a perversidade da exclusão social tanto em grandes, quanto médias e pequenas cidades brasileiras.

Outro ponto em destaque, condiz com o fato da moradia, propriedade privada, nem sempre exercer sua função social dentro da *la ville*, como o evidenciado pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2010, que tem como premissa básica a gestão social e democrática do espaço urbano brasileiro.

Para tanto, tomou-se como recorte espacial o município de Muriaé, situado na Zona da Mata Mineira, mesorregião de Minas Gerais, que dista da capital Belo Horizonte 312,4 Km². A imagem 1, refere-se ao município em estudo. A título de informação, a área total do município abrange cerca de 843 km², cuja sede está situada a 198 metros de altitude média, tendo como coordenadas geográficas de localização central 21°07'50" de latitude sul e 42°51'59" de longitude oeste.

²³ Mestre em Geografia pelo Instituto de Ciências Humanas da UFJF e Doutorando em Geografia pela PUC-RIO.

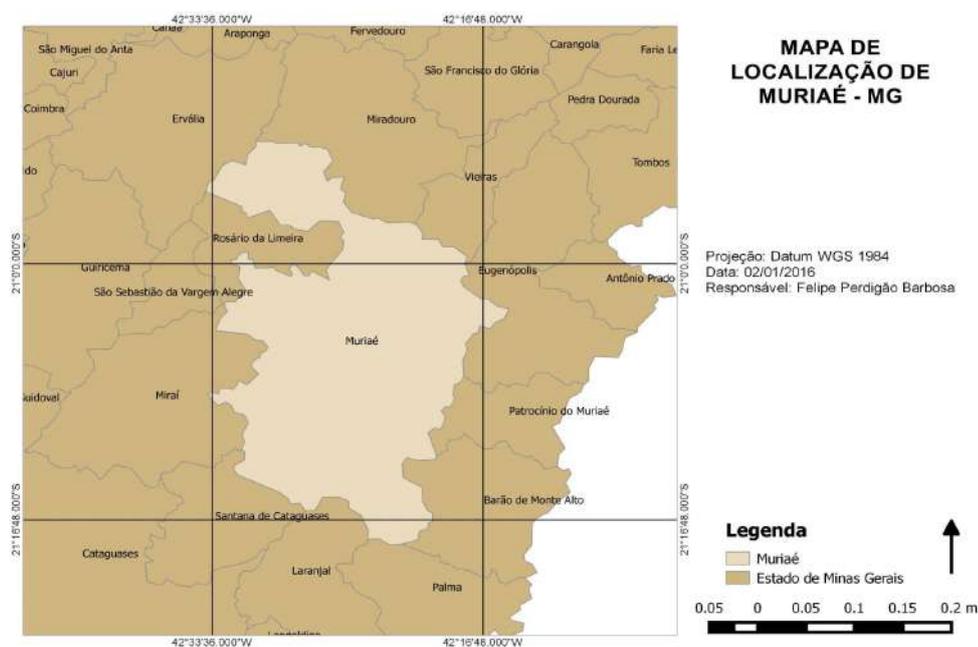


Imagem 1 – Localização do Município de Muriaé - MG

A população estimada do município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2020 é de 109.392 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 119,72 hab/km². Os habitantes estão divididos entre a sede do município e os distritos de Belisário, Itamuri, Pirapanema, Vermelho, Macuco, Boa Família e Bom Jesus da Cachoeira e as comunidades de São Domingos, Capetinga, Patrimônio dos Carneiros, São João do Glória, Bela Vista, Divisório e São Fernando.

Para a abordagem empírica do tema proposto, utiliza-se o bairro Padre Tiago e o loteamento residencial Santa Laura, ambos localizados na porção leste da área urbana cidade, como pode ser observado na imagem 2.

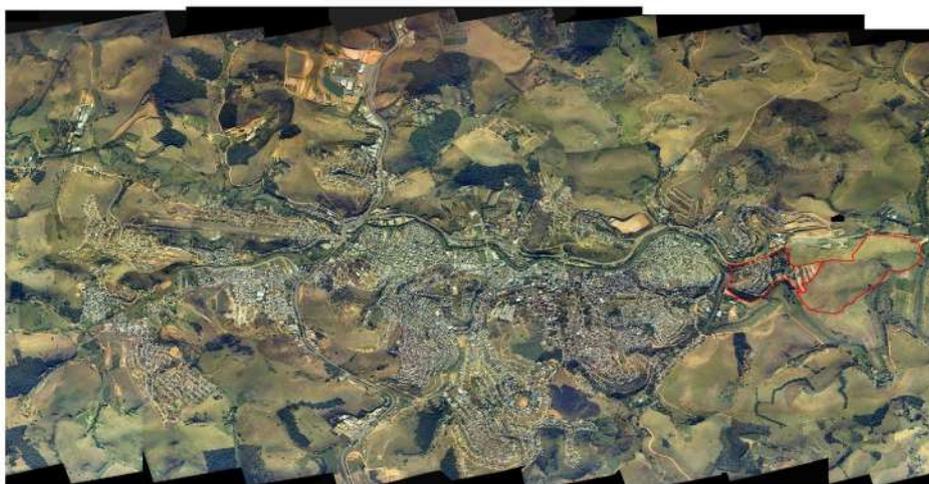


Imagem 2 - Foto área urbana do município de Muriaé - MG

Ressalta-se que o bairro Padre Tiago foi criado no ano de 2011. Entretanto, é importante informar ao leitor, que o bairro em questão surgiu, através da junção das extensões dos bairros Marambaia e Vale Verde. Tal fato se deu como homenagem póstuma ao Padre Tiago Prins, fundador da iniciativa pró-moradia, que deu corpo a maior parte das habitações do bairro, que faleceu no ano de 2011.

O bairro Marambaia, considerado como área de ocupação popular da cidade, principalmente no que tange à infraestrutura básica, surgiu através de construções espontâneas, em um primeiro momento sem anuência do poder público.

É neste contexto que surge a importante figura do Padre Tiago. O padre em questão fora um missionário holandês, vinculado à Igreja Católica que deu início às ações em 1992, a um projeto popular conhecido como Pró-Moradia.

O projeto mencionado é uma organização sem fins lucrativos, criada para dar acesso à moradia a famílias de baixa renda residentes no município de Muriaé. O projeto construiu, de forma comunitária (em regime de mutirão), mais de 700 residências distribuídas entre os bairros Marambaia e Vale Verde (hoje Padre Tiago) e o bairro São Joaquim. O projeto buscou “regularizar” e organizar as ocupações dos bairros Marambaia e Vale Verde, denotando um novo arranjo espacial local, o qual possibilitou, como será observado a frente, um novo zoneamento urbanístico para área.

O bairro Santa Laura, a contradição em questão, configura-se como o oposto de sua área confrontante. O referido loteamento afigura-se como um empreendimento da iniciativa privada, com alto investimento de capital, inclusive ao que se refere à infraestrutura. Segundo a propaganda local, “trata-se de um ótimo local para investir e excelente para morar em Muriaé”.

O loteamento possui um total de 2.355 terrenos, distribuídos em 64 quadras. Ressalta-se que os terrenos são vendidos a partir de financiamento próprio, o que

caracteriza indícios de um forte capital de giro da empresa, o que garante ainda uma intensa especulação imobiliária.

Outro ponto em destaque, que nos chama atenção, refere-se ao fato de a implantação do bairro Santa Laura se dar em uma área definida pela legislação local como sendo de interesse social, circundada por uma zona de área verde. Tal transgressão legal e de planejamento, demonstra, infelizmente uma tônica comum nas cidades brasileiras, que se refere ao fato do zoneamento e planejamento urbano serem vistas meramente como ações legislativas, pouco aplicadas no real.

Janelas urbanas: a relação entre políticas públicas de zoneamento urbano e o desafio de preservação ambiental

Milton Santos, um grande geógrafo brasileiro, nos aponta categoricamente que o entendimento sobre a relação entre natureza e sociedade só pode ser apreendido com exatidão quando compreendemos esta correlação de forma dialética, partindo-se então de uma visão híbrida do espaço geográfico.

Ainda de acordo com os preceitos do autor supracitado, o espaço geográfico é produzido e reproduzido de forma contínua, tendo a técnica, bem como o desenvolvimento tecnológico, um papel preponderante neste processo.

Em seu trabalho, intitulado *1992: A redescoberta da natureza*, Santos (1992), apresenta que o homem tinha a princípio, a ideia de que a natureza era algo sobrenatural. Após as Revoluções Industriais e a partir principalmente da necessidade de se potencializar o desenvolvimento técnico, a humanidade atém-se ao fato de “poder” exercer, ao menos em seu imaginário, certo domínio sobre o meio, ou seja, passa a tratar a natureza como coisificada e artificializada, construindo a base para uma exploração material que expropriou, ao longo de diversos séculos, populações inteiras, criando desta maneira uma crescente massa de despossuídos.

Diante de tais apontamentos, é importante buscar a compreensão de como o homem, amparado em uma “racionalidade moderna” e também em preceitos técnicos, transformou e modificou os espaços a sua volta, tratando a natureza como um simples objeto no jogo de poderes que engendram as formas de circulação do capital ao longo da história e na contemporaneidade.

Já Porto-Gonçalves (2004), afirma de forma coesa e bastante fundamentada que o desafio ambiental, na verdade, só pode ser compreendido através do entendimento das relações sociais que permeiam a relação homem e natureza. Essas relações sociais tornam-se visíveis na cidade, principalmente quando voltamos os nossos olhares para as formas de atuação dos agentes produtores do espaço urbano no seio das cidades. Deriva daí um questionamento salutar. Sobre quais bases o espaço urbano é produzido e reproduzido?

Uma pergunta como essa não pode ser respondida de forma objetiva. É preciso se ater aos detalhes, a toda subjetividade impregnada na cidade. Santos (1996), em seu

livro *A natureza do espaço*, afirma que a história do espaço se constrói através da evolução de um meio natural, no qual se desenvolve e se transforma em um meio técnico, e por fim, configura-se em um meio técnico-científico-informacional, mediatizado pela sombra de um ciberespaço cada vez mais artificializado.

O autor referendado argumenta ainda que cada padrão espacial não é um mero conjunto morfológico, mas também é um conjunto funcional, ou seja, o espaço é dotado de formas e conteúdos, permeados de conexões e complexidades sociais que se expressam no cotidiano. De acordo com tal premissa, tomamos nota que cada local, cada parcela do espaço é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas e trajetórias, sendo o homem ao mesmo tempo criador e produto do espaço no qual anima.

Na cidade, o homem apresenta a loucura de ser, através da construção de um pseudodomínio a partir de múltiplas normatizações e regulações. Estas, ao mesmo tempo incluem e excluem. Segundo Maricato (2000), quando pensamos no planejamento urbano brasileiro, nos atemos ao fato das ideias estarem fora do lugar e o lugar fora das ideias. A autora em destaque, demonstra que o planejamento urbano, em verdade, é feito para alguns e só alguns de fato tem condições de transitar e ter acesso a todos os espaços da cidade. Nem todos produzem a cidade da mesma maneira!

Lefebvre (2001), a partir de seu trabalho cuja a nomenclatura é *O direito à cidade*, afirma que não basta apenas o indivíduo estar na cidade, é preciso que este tenha o direito de produzir a cidade, principalmente ao que se refere ao estabelecimento das relações sociais inerentes ao espaço urbano. Mas como pensar em uma cidade igualitária dentro de um sistema racionalizante que aponta diretamente e constantemente para a exclusão? Melhor dizendo, como pensar em uma cidade onde a relação homem x meio seja planejada e pensada a fim de considerar o desenvolvimento de apenas algumas parcelas do espaço, criando segregações de toda a sorte? Onde está o rompimento da ideia de meio ambiente e a construção do olhar que integra o meio ao sistema ambiental, cujo o mesmo faz parte de forma integrante?

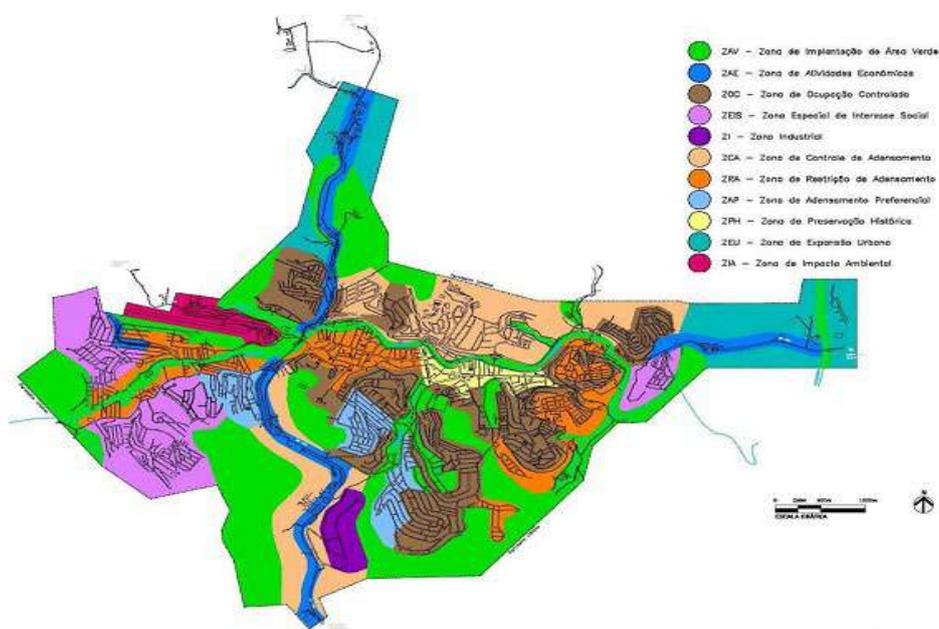


FIGURA 2 – Mapa do Zoneamento Urbano
 Fonte: Lei Municipal nº 3.377/2006, que institui o Plano Diretor.

Imagem 3 – Mapa de Zoneamento Urbano do município de Muriaé - MG

Na imagem acima, percebemos toda a racionalidade urbana demonstrada no mapa de zoneamento do município de Muriaé. Observa-se ainda que a cidade, assim como nos alerta Santos (1996), é pensada de forma funcional e até mesmo fragmentada, onde cada espaço cumpre uma certa função. No entanto, se observa que na verdade, as unidades de planejamento acima não afiguram-se como traços de uma cidade real como veremos mais à frente.

Ao observar o mapa de zoneamento urbano do município de Muriaé, Lei Municipal nº 3.377/2006, constata-se que a área onde se assenta os bairros Padre Tiago e Santa Laura é um misto de ZEIS²⁴ (Zona de Especial Interesse Social) que disciplina-se por ser um instrumento jurídico e político específica da política urbana, e ZAV (Zona de implantação de área verde).

Para fins de planejamento urbano, o Plano Diretor de Muriaé, elaborado em 2006, divide a cidade em tecidos urbanos. Através de tal constatação, os bairros Padre Tiago e Santa Laura localizam-se na área conhecida como Tecido Urbano número 04.

²⁴ Pela Lei Federal 11.977/09 ZEIS é uma parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

O Tecido Urbano nº 4, por sua vez, se constitui a partir da construção de unidades residenciais populares que podem apresentar domicílios²⁵ habitacionais e mistos, em diversas etapas construtivas, implantadas em áreas de periferia, destinadas às famílias de baixa renda. Este tecido urbano geralmente se origina de um parcelamento de áreas aprovado pelo poder público que recebeu melhorias urbanas após sua implantação.

As unidades habitacionais, em um primeiro momento, apresentam um pavimento, mas com o passar do tempo, agregam-se umas às outras devido às transformações e aos anexos construtivos. Este tecido urbano é comumente encontrado em larga extensão no distrito sede, principalmente nos arrabaldes da cidade. Observa-se que a ocupação desordenada do espaço é comum neste tecido urbano, tendo em vista que as residências geralmente são frutos, em muitos casos, de construção espontânea.

Há certo conflito de informações no que se refere à localização, em referência ao tecido urbano no qual o bairro Padre Tiago se assenta. De acordo com a Prefeitura Municipal de Muriaé, parte do bairro, principalmente uma porção do antigo bairro Marambaia assenta-se no tecido urbano de número 4. Já outra porção, compreendida por parte do então bairro Marambaia e Vale Verde encontram-se instalados no tecido urbano de número 3.

O tecido urbano 3 caracteriza-se através de conjuntos morfológicos implantados em glebas subdivididas em terrenos pequenos, destinados à habitação de interesse social.

O conflito de informações quanto à unidade de planejamento urbano no qual se assenta o bairro Padre Tiago aponta uma reflexão de suma importância ao que se refere à continuidade da discussão. Transcendendo então ao simples fato de determinações locais, tem-se em conta que tanto o tecido urbano de número 3 quanto o de número quatro se caracterizam por apresentarem unidades habitacionais que sugerem uma ocupação espacial mais voltada a ocupações populares. Contudo, observa-se a construção do Bairro Santa Laura, que destoa completamente da área no qual fora inserido, tendo em vista que este apresenta sinais de grande capital imobilizado diferindo-se das características estipuladas pelas unidades de planejamento da cidade contidas nas legislações municipais.

Outro ponto em destaque no zoneamento apresentado refere-se ao fato de haver ainda áreas destinadas à preservação ambiental, que assim como as áreas de ZEIS, foram ocupadas pelo loteamento Santa Laura. Informa-se ainda que a cidade de Muriaé apresenta vários setores de risco ambiental, principalmente geológico, justamente por seu histórico de ocupações desordenadas no espaço ao longo do tempo.

²⁵ Segundo o glossário PNDA do IBGE, domicílio se refere ao local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas, etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as despesas de alimentação ou moradia.

A ocupação desordenada das encostas urbanas e o adensamento populacional sem planejamento são as principais causas dos escorregamentos, grandes causadores de importantes danos humanos e materiais, inclusive de mortes, além de graves prejuízos socioeconômicos.

Os deslizamentos em encostas e vertentes urbanas vêm ocorrendo com muita frequência nos últimos anos no município, devido principalmente à expansão desordenada da ocupação de novas áreas, configuradas como sendo áreas de risco, ocupadas principalmente por populações com menor poder aquisitivo. O bairro Padre Tiago, segundo dados da Coordenadoria Municipal de Proteção Civil, o município apresenta inúmeros setores de risco.

Frequentemente, as situações acima são verificadas em áreas segregadas. Sogame (2001), aponta que vários autores, ao longo da história, estudaram o conceito de segregação. Embora não tratassem de fato do caráter socioespacial, era possível identificar em suas obras a relação das questões sociais e espaciais com a distribuição das residências. Busca-se então o entendimento sobre a relação entre as formas e conteúdos presentes no espaço, fazendo menção mais uma vez ao geógrafo brasileiro Milton Santos.

Além disso, observa-se uma grande irracionalidade ambiental, o que reforça a necessidade de se adequar a lógica de planejamento urbano à lógica ambiental, haja vista que a relação entre ocupação desordenada e falta de planejamento caminha para o aumento significativo dos impactos ambientais urbanos.

Padre Tiago e Santa Laura: as ideias fora de contexto

“A cidade se apresenta como centro das ambições, para mendigos ou ricos, e outras armações. No meio da esperteza internacional. A cidade até que não está tão mal. A cidade não para, a cidade só cresce o de cima sobre e o debaixo desce”. Chico Science & Nação Zumbi.

A cidade não para, a cidade só cresce, como já nos dizia Chico Science. O crescimento urbano contemporâneo, *a priori*, racional e normatizado, apresenta-se como uma anarquia entre homem e natureza. As ocupações desordenadas do espaço afiguram-se ainda como ordem, fazendo aqui um contraponto à expressão.

A natureza, por sua vez, dá suas respostas à cidade, principalmente através dos movimentos de massa, inundações e demais “problemas ambientais urbanos” que se apresentam aos montes nas cidades brasileiras.

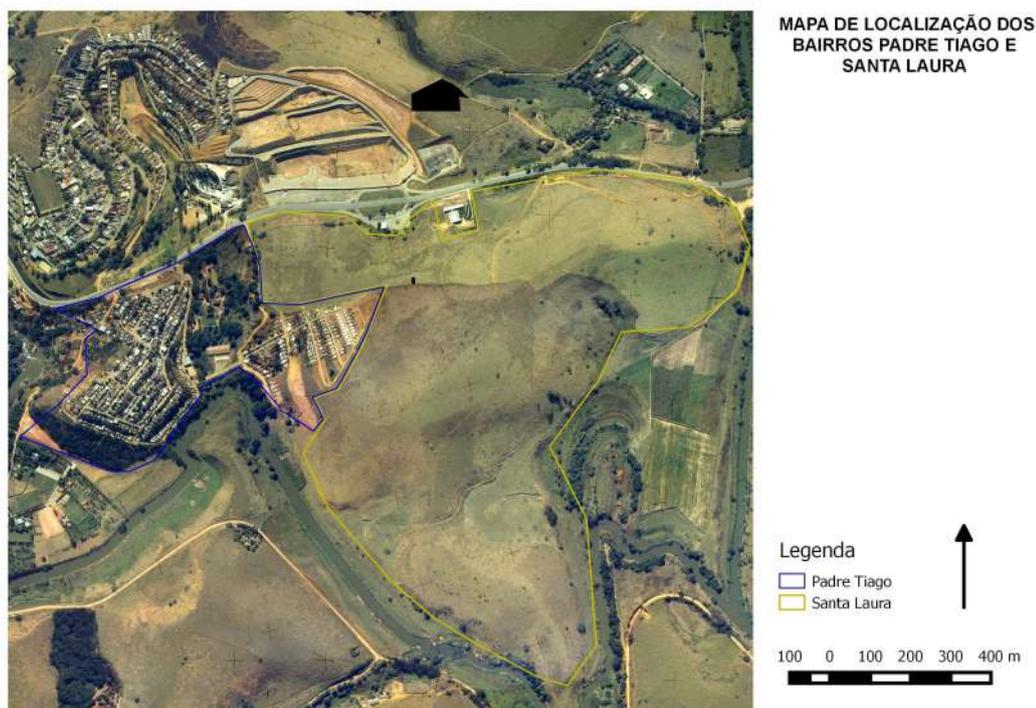


Imagem 4 – Limites Bairro Padre Tiago e Santa Laura

Vemos acima a imagem aérea do local onde assenta-se os bairros Padre Tiago e Santa Laura. Observa-se, quando traçamos um contraponto com o zoneamento urbano municipal, que a área em questão não cumpre sua função de ordem primária, que estabelece a ocupação de áreas de interesse social e composição de áreas de preservação ambiental.

Tomando como referência legal a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, têm-se que “o desenvolvimento urbano, ou melhor dizendo, a política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo poder público municipal, conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objeto ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL,1988). No entanto, como pensar na habitação cumprindo sua função social em um ambiente degradado, no qual o homem, com toda sua racionalidade técnica, subverte a natureza a seu bel prazer? De fato, quando pensamos na função social da moradia torna-se óbvio que esta deve estar integrada não só à saúde, educação, economia, mas também a um ambiente equilibrado.

Ainda embasado nos preceitos da Constituição Federal brasileira, toma-se nota que esta deixa claro que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no seu plano diretor. Entretanto, o plano diretor, que é um importante instrumento da política urbana, deve ser levado à realidade e não ser apenas um instrumento meramente representativo. Senão, este instrumento normativo tão válido, corre o risco de contribuir para um

planejamento urbano caótico e meramente figurativo. Ferreira e Gamaliel (2008), resumem bem o parágrafo aqui exposto dizendo que o planejamento urbano é uma ordem em fragmentos. Este ponto de vista, ao menos em nosso caso, é extremamente coerente, haja vista que em nosso objeto a organização territorial (ordem) imposta legislativamente não é obedecida.

Os problemas urbanos derivados de uma relação conflituosa entre homem e meio não se apresentam como novidade. Foster (2004), em seus estudos, informa que Marx já chamava a atenção para tal conflito no século XIX, quando discutia sobre a crise de fertilidade agrícola que assolou a Europa no mesmo século.

Segundo o autor, a crise em questão, apresentou-se à época como mais uma contradição do capitalismo inerente à propriedade privada. Cabe aqui, como aporte teórico, uma breve discussão sobre o entendimento das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade.

Elias (1994), nos mostra que, historicamente, a relação entre indivíduo e sociedade apresenta-se como um par dialético, mesmo com a existência de uma concepção moderna de indivíduo voltada totalmente ao individualismo. Este autor nos afirma, que mesmo parecendo, a sociedade não é um mero conjunto de indivíduos. Sendo assim, pensar na preservação ambiental através da unidade é um equívoco.

Entretanto, cabe ressaltar através da perspectiva do autor apresentado, que mesmo que a primeiro momento esse indivíduo possa se caracterizar através de um isolamento frente à sociedade, ele está ligado a uma complexidade social que se apresenta e se fundamenta a partir de relações sociais historicamente determinadas.

Então, se consideramos que os indivíduos se ligam uns aos outros através de relações de cunho social, cuja consolidação se dá historicamente, precisamos apreender como essas relações se constroem e se vinculam às alterações do modo de produção capitalista que resultam em formas diferentes de apreensão da relação homem x meio. Só assim, entendendo que homem e natureza vivem uma relação de interdependência, podemos caminhar para uma busca por ocupações mais sustentáveis no espaço urbano.

O medo de viver em sociedade, que se refletiu no natural até certo momento da história, hoje expresso na relação do eu com a cidade, gera segregações de toda a sorte, sendo então o isolamento uma estratégia de segurança, situação essa que não se funda por ser apenas um isolamento de ordem espacial, mas também social e natural.

O zoneamento em realidade, promove ainda mais o sentido de insegurança frente a cidade e a natureza, pois valida a condição de alguns não terem acesso à cidade, sendo o natural um espetáculo, *a priori*, distante do homem.

A ocupação desigual do espaço acaba sendo valorada pelo planejamento urbano, haja vista o caso dos bairros Padre Tiago e Santa Laura. Principalmente o segundo, que logicamente atendem ao mercado imobiliário.

Considerações Finais

A cidade, mesmo com todos os instrumentos normativos, acaba apresentando certo “caos” em sua estruturação. Vimos no caso exemplificado, que mesmo com toda racionalidade moderna, a cidade ainda se reproduz através da anarquia capitalista, ou seja, o planejamento na verdade afigura-se como um mero instrumento legal que representa as faces de uma cidade utópica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Lei nº 10.257, 10 de julho de 2011. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**.

BRASIL. Lei nº 11.977, 07 de julho de 2009. Dispões sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2011, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2011; e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994.

FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx*. Materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FERREIRA, T.M.A; GAMALIEL, B.S. Cidade e planejamento: uma ordem em fragmentos. *Espaço & Geografia*, Brasília, v.11, nº 2, p.185-202, 2008.

LEFÉBVRE, H. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 2001.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. IN ARANTES, O.; Vainer, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único? desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.121 -192.

MARX, KARL. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol. 1. São Paulo: Editora abril, 1983.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. *Espaço e sociedade* (Ensaio). Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A Natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004. 4ª Ed. 1ª reimpr.

_____. *1992: a redescoberta da natureza*. *Estud. av.* [online]. 1992, vol.6, n.14, PP. 95-106.

SOGAME, Maurício. Uma aproximação ao conceito de segregação sócio-espacial. USP. 2001.

The production of urban space through the relationship man x nature: writings on space production in medium cities

ABSTRACT: The present essay has as general objective the discussion of the relation man and nature in the production and reproduction of the geographic space, within a perspective where the nature, *a priori*, appears as a transformed nature, that is, in 2nd nature, making clear allusion to the geographer Milton Santos. Another point that stands out is based on the demonstration of the contradictions between occupation and spatial organization and Brazilian urban legislation.

KEYWORDS: production of space; spatial organization; urban law and man x nature.

Data de envio: 14 de setembro de 2020.

Data de aceite: 18 de dezembro de 2020.



Ciências Biológicas

Revista Científica da Faculdade Santa Marcelina – Muriaé - MG
ISSN: 2595-1092 Vol. 19. Ano: 2020

Uso de extratos no controle biológico *in vitro* de *Hypothenemus hampei* (Broca-do-café)

Milena da Silva Oliveira²⁶

Vitória Aparecida de Souza e Silva²⁷

José Lucas de Oliveira Serafim²⁸

Camila Rodrigues Amaral Torres²⁹

Felipe da Silva Costa³⁰

RESUMO: Tendo em vista os grandes prejuízos causados pela *Hypothenemus hampei* as safras do café, surge a necessidade de estudos para combate e controle desta praga com baixo impacto ambiental. O presente estudo selecionou 9 extratos vegetais para teste *in vitro*, no qual averiguou-se que os experimentos conduzidos em alta concentração dos extratos de cravo da Índia, citronela e comigo-ninguém-pode, apresentaram eficiência sobre as brocas, demonstrando ser promissor para o controle biológico, apresentando letalidade de até 100% num período de 3 a 5 dias.

PALAVRAS-CHAVE: Extratos vegetais. Controle biológico. Broca-do-café.

Introdução

A região de Minas Gerais segue no topo como a região mais produtora de café do Brasil. Nessa região, a produção cafeeira beneficiou-se das condições climáticas e também do solo propício ao desenvolvimento. O café favorece a famílias produtoras e gera melhores condições de renda, sendo um dos produtos mais importantes do Brasil. Hoje o país é o primeiro produtor e o segundo consumidor mundial do produto, destacando a grande produção do café arábica (*Coffea arábica*) no plantio da região.

Ressalta-se que o café é a segunda bebida mais consumida entre os brasileiros, perdendo apenas para a água. É incontestável a importância cultural do café entre os brasileiros, uma bebida de papel social imprescindível em interações sociais, como visitas, encontros e reuniões.

Com a grande demanda de consumo, surge a necessidade de produção, uma vez que produções em grande escala podem estar sujeitas a fatores que influenciam na

²⁶ Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina, unidade Muriaé-MG.

²⁷ Graduanda do curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina, unidade Muriaé-MG.

²⁸ Mestrando em Genética e Melhoramento - UFV, Técnico dos Laboratórios de Ciências Biológicas e Química da FASM, Graduado em Ciências Biológicas pela Faculdade Santa Marcelina - Muriaé, E-mail: jose.l.serafim@ufv.br

²⁹ Doutora em Engenharia e Ciência dos Materiais-UENF, Professora da Faculdade Santa Marcelina, unidade Muriaé-MG.

³⁰ Doutor em Engenharia e Ciência dos Materiais-UENF, Professor e Coordenador do curso de Ciências Biológicas da Faculdade Santa Marcelina, unidade Muriaé-MG.

produção e qualidade do produto. Entre esses fatores destaca-se a broca-do-café *Hypothenemus hampei*, uma das principais pragas da cafeicultura, que provoca a queda prematura dos grãos e acarretando drásticos prejuízos na safra.

A partir destes desafios, surge a necessidade de medidas mitigadoras para minimizar terríveis danos e beneficiar os cafeicultores frente aos desafios para uma boa colheita. Os testes realizados in vitro em laboratório são promissores ensaios de controle biológico, uma vez que tem a finalidade de reproduzir cuidadosamente o ambiente in natura das espécies em análise.

O uso de plantas com propriedades inseticidas é uma prática muito antiga. Até a descoberta de inseticidas organossintéticos, na primeira metade do século passado, as substâncias extraídas de vegetais eram amplamente utilizadas no controle de insetos.

O uso de espécies vegetais como inseticidas botânicos apresenta-se como uma alternativa promissora, visto que as plantas produzem vários metabólitos que podem ser prejudiciais aos insetos podendo provocar: mortalidade, repelência, inibição de oviposição e alimentação, alterações no sistema hormonal que promovem distúrbios no desenvolvimento, deformações e infertilidade (Saito, 2004).

Vale ainda ressaltar que os extratos vegetais possuem a vantagem de ter uma rápida degradação no meio ambiente, baixo impacto sobre organismos benéficos e geralmente baixa toxicidade a mamíferos. Tendo em vista os grandes prejuízos causados pela *Hypothenemus hampei*, surge a necessidade de novos estudos com o intuito de elucidar meios de combate e controle com baixo impacto ambiental.

Para o controle da broca-do-café, há necessidade de se conhecer a bioecologia do inseto e sua reação fisiológica a diferentes compostos com potencial para seu controle. Além de provocar a queda prematura dos grãos, o ataque da broca traz perdas significativas do peso dos grãos brocados.

Com a crescente produção de café, surge a necessidade de utilização de meio para o controle de pragas que afetam a produção, uma das necessidades dos pequenos produtores é a descobertas de novos agentes para o controle biológico dessas pragas.

Histórico e caracterização da Ecobiologia da Broca-do-café (*Hypothenemus hampei*)

A broca-do-café (*Hypothenemus hampei* (Ferrari, 1867) (Coleoptera: Scolytidae), considerada uma das principais pragas da cafeicultura no Brasil é originária da África Equatorial, tendo sido descrita, em 1867, pelo entomologista austríaco Ferrari. Segundo Edwall (1924) todas as espécies do gênero *Coffea* são suscetíveis ao ataque da broca.

A primeira referência à broca como praga, se encontra na literatura, em 1901. Muito tempo depois de ter sido descrita, apareceu no Congo Belga atacando frutos de

café. Em virtude do reduzido dano que a broca causou até 1913, nenhuma medida foi adotada em relação ao seu controle. A partir desta data, os prejuízos aumentaram consideravelmente, e no período de 1913 a 1921 a população desse inseto se tornou elevadíssima, destruindo quase toda a produção cafeeira da África Equatorial Francesa.

No Brasil, a broca foi introduzida em São Paulo, provavelmente em 1913, junto as sementes importadas da África. De 1913 a 1924, o inseto disseminou-se por muitos cafezais de Campinas e por vários municípios vizinhos. Na safra colhida em 1924 foram observados os primeiros prejuízos. A partir daí a broca espalhou-se por todas as regiões cafeeiras do Brasil (Souza & Reis, 1997).

A broca-do-café é uma praga monófaga, cujo hábito alimentar não é específico ao gênero *Coffea*. Diversos pesquisadores registraram a sua ocorrência em outros hospedeiros, apenas como plantas ocasionais, não se verificando sua multiplicação em sementes.

A broca-do-café sofre metamorfose completa (Holometábolo) passando pelas fases de ovo, larva, pupa e adulto (Fig. 1). Devido ao seu ciclo biológico relativamente curto e grande capacidade de proliferação, a broca constitui-se num importante problema fitossanitário em quase todos os países produtores de café.

Características do Ciclo Biológico.

Segundo Gallo *et al.* (1988), o ciclo evolutivo da broca-do-café desde a postura até a emergência do adulto completa-se de 27 a 30 dias, mas o ciclo completo depende das condições bióticas e abióticas, estando entre 20 a 37 dias.

Ovo: o período de incubação é de 4 dias.

Larva: o período larval médio é de 15 dias (27°C). O número de ecdises ou mudas de tegumento da larva varia com o sexo. As larvas femininas passam por duas ecdises e as masculinas, por uma.

Pré-pupa: o estágio pré-pupal é curto, sendo apenas de dois dias (22 °C - 27 °C).

Pupa: o período pupal, em média, é de 8 dias.

Adulto: Macho: o período de vida é curto, cerca de quarenta dias.

Fêmea: a duração média de vida é de 156,5 dias.

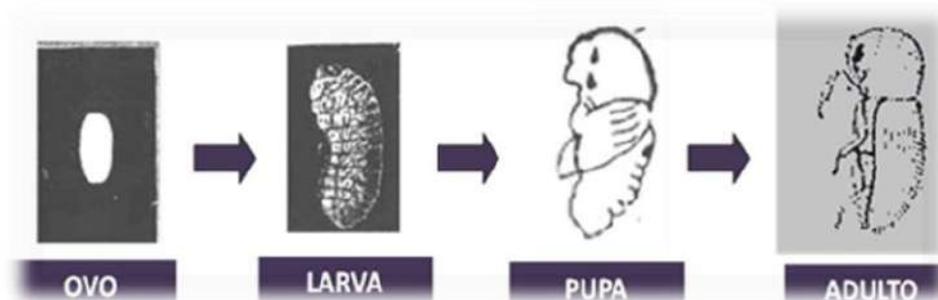


Figura 1: Ciclo evolutivo da broca-do-café com suas fases. Fonte: Bastos (1985).

Período de pré-oviposição

Este período tem íntima relação com a cópula e com o ambiente em que a fêmea recém copulada encontra-se. Uma fêmea, à qual se encontra em ambiente favorável logo depois de copulada, inicia a postura, assim que conclua a câmara preparada por ela. Para esta operação não são necessários mais que dois ou três dias. Devido os machos serem em número muito inferior, as fêmeas são obrigadas a esperar pela cópula, pois cada macho não fecunda mais de duas fêmeas por dia.

Sendo assim, o período de pré-oviposição pode ir de cinco a dez dias ou mais, se os frutos já estiverem com as sementes formadas, não aquosas, portanto, aptas a receberem as oviposições. Verificada a cópula, nos meses em que há frutos da safra, antes, pois, da colheita, as fêmeas adultas abandonam as sementes dos frutos, nas quais suas larvas se criaram e destroem, voando em busca de um fruto sadio, para iniciar a postura.

Oviposição

A broca só põe ovos no interior da semente do café. Para isso, abre uma galeria, geralmente na região da coroa do fruto, de cerca de 1mm de diâmetro até alcançar a semente. Perfurada a semente, a galeria é alargada e transformada naquele ponto em câmara, na qual deposita seus ovos.

Em geral a oviposição começa quando os frutos se tornam bem granados (Janeiro/Feveiro). Verifica-se logo após a colheita, que a broca para sua atividade até a nova frutificação dos cafeeiros, por não haver frutos que ofereçam condições para a postura e desenvolvimento das proles (Fig. 2).



Figura 2: Fruto perfurado pela broca na região da coroa. Fonte: Epamig

As fêmeas adultas medem aproximadamente 1,7mm de comprimento e 0,7mm de largura e são elas que atacam a coroa do fruto, perfuram os grãos e ali depositam seus ovos.

A produção do café frente os desafios do controle da praga

A produção de café é uma das atividades que mais movimentam a economia do país, porém tal atividade passa por perdas irreversíveis, tanto na produção quanto no financeiro, este fato é decorrente da infestação das lavouras por pragas. Uma das pragas mais comuns na produção de café é a broca-do-café, elas contribuem na redução da produção do café e prejudicam a qualidade da bebida. A queda dos frutos, perda de peso e abertura para entrada de microrganismos, interferem na produtividade e qualidade do produto.

Para combater e reduzir os prejuízos que as brocas causam à cultura do café é realizado o controle dessa praga hoje em dia com uso de inseticidas à base de endossulfan, porém as brocas já criaram resistências por alguns tipos de defensivos agrícolas, o que dificulta o combate de tais, e com o uso de diversos compostos químicos, agricultores e alimentos são contaminados, assim como o meio ambiente (Neves e Hirose, 2005).

O uso excessivo de agrotóxicos no controle de pragas na agricultura provoca desequilíbrio como a eliminação de insetos benéficos, explosões populacionais de pragas, além de provocar a resistência.

Mediante aos danos provocados pelo uso excessivo de agrotóxicos, a agência nacional de vigilância sanitária (ANVISA) decretou que tais produtos tóxicos sejam retirados do mercado, pois apresentam características genotóxicas, neurotóxicas além de gerar danos ao sistema imunológico e toxicidade endócrina e reprodutiva, alteração hormonal e má formação embrionária.

Para substituir os agroquímicos, vem sendo utilizado como medida alternativa para o manejo de pragas, extratos vegetais que tem sido avaliado em estudos. Muitas espécies vegetais podem apresentar ação inseticida, repelente, inibidora de oviposição e alimentação, causar distúrbios no desenvolvimento, deformações e infertilidade (Saito, 2004).

Além de combater a *Hypothenemus hampei*, deve-se olhar o cuidado para com o meio ambiente, para não se criar um desequilíbrio ambiental. Portanto, é importante ressaltar que os extratos vegetais possuem a vantagem de ter uma rápida degradação no meio ambiente, gerando mínimo impacto sobre organismo benéficos e geralmente baixa toxicidade a mamíferos. Esses defensivos de origem botânica criam interação entre a planta e o ambiente, criando defesa contra herbívora e patógenos e atração de organismos benéficos, como os polinizadores.

Materiais e métodos

O presente trabalho foi executado em 3 (três) etapas distintas:

- I - Coleta dos grãos brocados e (multiplicação) reprodução das brocas em laboratório.
- II- Seleção dos extratos para teste.
- III- Aplicação e análise dos resultados.

O primeiro passo foi à coleta dos grãos brocados, na fazenda Monte Líbano, zona rural do município de Divino – MG, onde o cultivo do café na região sudeste de Minas Gerais é caracterizado pela sua beneficiação entre os meses de abril e setembro. Em seguida, submetê-los para experimentação nas condições do laboratório da Faculdade Santa Marcelina – Muriaé, tendo uma criação do inseto praga para obtenção de 720 indivíduos para os possíveis estudos (Fig. 3).

O segundo passo foi a coleta de diferentes folhas de plantas, na Fazenda Santo Emídio, Zona rural de São Francisco do Glória –MG, para submetê-las a teste e realizar a escolha das três mais eficientes, tais como o boldo (*Plectranthus barbatus* (Andrews)), pêssego (*Prunus persica*), graviola (*Annona muricata*), pitanga (*Eugenia uniflora*), carambola (*Averrhoa carambola*), comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia seguine*), mamona (*Ricinus communis*), cravo-da-índia (*Syzygium aromaticum*) e citronela (*Cymbopogon winterianus*) (Fig.4).

A escolhas das plantas para obtenção dos extratos foram embasadas em pesquisar nos trabalhos de SAITO (2004), REIS (2002), e ABREU (2019) que descrevem características bioinseticidas nos extratos vegetais.

Para produzir o extrato aquoso do boldo, pêssego, graviola, pitanga e carambola, utilizou-se 200mL de água destilada e 30 g de folhas selecionadas (Fig. 5). Na preparação do extrato de comigo-ninguém-pode e citronela, utilizaram-se 200mL de água e 40 g das folhas coletadas. E para obtenção do extrato de cravo-da-índia, usou-se de 50mL de água destilada e 5 g cravo (botão seco de sua flor). (Damasceno, et al., 2008).

Em seguida, definiram-se o processo pelo qual seria usado para realizar as seleções, que ocorreu por meio da maceração, usado para extração, onde a planta fica em contato com a água para dissolver e liberar o princípio bioativo, e também o liquidificador para triturar as folhas que seriam usadas no experimento.

O extrato foi armazenado em um béquer, permanecendo em repouso por 12 h em um ambiente com pouca incidência de luz, pois o ambiente escuro é ideal para deixar o extrato descansar, e a incidência de luz pode interferir no efeito da planta. Após esse período, procedeu-se a filtragem utilizando uma peneira de plástico e armazenando o líquido extraído em tubos de ensaio (Damasceno, et al., 2008).

Os mesmos foram aplicados em 4 concentrações (25%, 50%, 75% e 100%), para através deste, avaliar a mortalidade da população na fase adulta e a eficiência no controle biológico por meio das diferentes concentrações, com uso de 1mL de suspensão para cada placa de Petri contendo 10 brocas na fase adulta, e também utilizou-se o papel filtro para absorver o excesso de extrato, afim de assegurar os dados obtidos, e fazer um levantamento quanto a eficiência das plantas para aplicação a campo.

O experimento contou com uso de 72 placas de Petri e com uma estufa para armazenar as placas durante toda análise, acondicionando-as à 25°, para representar a temperatura ambiente a qual os grãos foram coletados na lavoura de café (Fig. 6 e 7).

Além disso, foi realizada uma seleção de grãos para pesagem, para analisar as perdas de peso que poderiam ocorrer em consequência da infestação destas pragas, que podem resultar em terríveis prejuízos econômicos para os produtores. Para o teste da biomassa, utilizou-se 500g de café infestado por brocas, um pote de plástico transparente e balança (Fig.8).



Fig. 3: Coleta dos Grãos brocados.

Fig. 4: Seleção dos extratos.

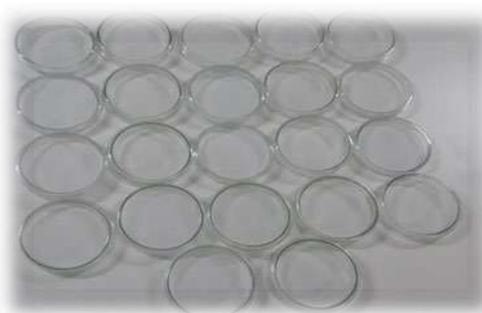


Fig. 5: Preparo do extrato aquoso.

Fig. 6: Placas de Petri para teste.



Fig. 7: Aplicação do experimento.

Fig. 8: Pote para armazenar os grãos.

Resultados e discussões

Por meio da observação do experimento, foi possível ressaltar a ineficiência dos extratos de boldo, pêssego, graviola, carambola, e mamona para controle das brocas, onde não vem a ser relevante para a morte das pragas em um período de 7 dias, período determinado para avaliação. Observou-se que a maioria das brocas permaneceram vivas e com o mesmo comportamento saudável, concentradas na parte inferior da placa.

As partes vegetais utilizadas nas formulações dos extratos também podem ser consideradas importantes, pois os compostos inseticidas das plantas não estão distribuídos uniformemente, o que pode ser a causa da variação na mortalidade dos insetos (Souza, 2001). Esse fato foi verificado no presente estudo, onde as folhas das plantas usadas não apresentaram mortalidade conforme a parte vegetal utilizada.

Averiguou-se que o experimento com o extrato de cravo da índia, citronela e comigo-ninguém-pode, apresentou eficiência sobre as brocas, que demonstrou ser promissor para o controle, apresentando letalidade num período de 3 a 5 dias.

Destacamos o emprego do extrato de cravo da índia (eugenol é o componente majoritário) com 99% de mortalidade nas concentrações a 75% e 100%, apresentando

melhores resultados para possíveis usos na agricultura, que podem vir a favorecer os cafeicultores (Fig. 9).

O extrato do princípio ativo de comigo-ninguém-pode (oxalato de cálcio, saponinas) e da citronela (Geraniol e Citronelal), resultaram em 100% de mortalidade para o extrato na concentração 100% (Fig. 10 e 11).

Observando estes aspectos, é muito importante entender a ação deles para impedir a multiplicação da broca do cafeeiro, pois o inseto passa a maior parte do tempo no interior dos frutos, saindo apenas para acasalar e fazer postura, caso sejam aplicados no cafezal.

Além disso, a broca-do-café pode acarretar em redução da produtividade, em um café com 100% de infestação (frutos brocados) as perdas de peso podem chegar a 21,1% ou 12,6% por saco de 60kg de café broqueado (Souza et al., 2014).

Após a seleção dos grãos brocados, foram observadas diferenças significativas na redução de peso dos grãos, sendo um prejuízo quantitativo e comprometedor na qualidade dos grãos, provocam queda na produtividade e interferindo na qualidade da bebida, em consequência da ação destas pragas no café.

O café foi adicionado ao pote plástico com a tampa perfurada simulando as condições ambientais, acompanhado por 90 dias, a cada 30 dias foi efetivada uma pesagem da biomassa reduzida e avaliado a infestação de *H. hampei*, os grãos em análise apresentaram de 4 a 10 brocas na 2ª pesagem, os pesos respectivamente obtidos foram 12g, 33g e 81g, totalizando assim 126g. Os resultados demonstram que a praga ocasiona 25,2% de redução da biomassa dos frutos, reduzindo assim seu peso final e qualidade do frutos (Fig. 12, 13 e 14).

Nota-se a importância de bioinseticidas, buscando a eficiência de extratos vegetais para controle biológico e que o uso dos extratos vegetais pode ser mais uma opção natural e de fácil preparação. Dessa forma, minimizar danos que afetam os produtores e geram impactos ao meio ambiente em consequência destas pragas nas lavouras de café, servindo de porta de entrada para outros insetos invasores.



Fig. 9: Placas com cravo da Índia.



Fig. 10: Placas com citronela.

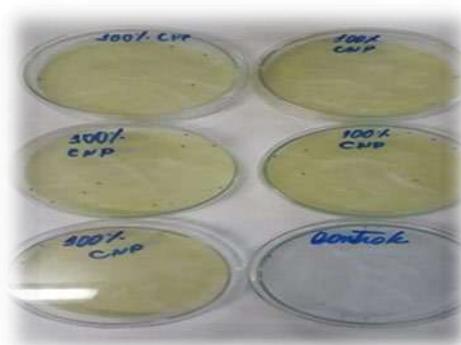


Fig. 11: Placas com comigo- ninguém-pode.



Fig. 12: Primeira pesagem da biomassa.



Fig. 13: Segunda pesagem.



Fig.14: Terceira pesagem.

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE		
EXTRATOS	BROCAS (%)	
	75 %	100%
PITANGA (<i>Eugenia uniflora</i>)	1%	3%
CARAMBOLA (<i>Averrhoa carambola</i>)	1%	5%
GRAVIOLA (<i>Annona muricata</i>)	1%	4%
PÊSSEGO (<i>Prunus pérsica</i>)	2%	6%
MAMONA (<i>Ricinus communis</i>)	5%	8%
BOLDO (<i>Plectranthus barbatus</i>)	3%	7%
CITRONELA (<i>Cymbopogon winterianus</i>)	12%	100%
COMIGO-NINGUÉM-PODE (<i>Dieffebachia seguinte</i>)	9%	100%
CRAVO DA ÍNDIA (<i>Syzygium aromaticum</i>)	99%	99%

Tabela 1: Mortalidade das brocas nos diferentes extratos.

Considerações finais

Os extratos de *Syzygium aromaticum*, *Cymbopogon winterianus* e *Dieffenbachia seguínte* apresentaram ações letais para *H. hampei*. A partir desses estudos, é importante destacar o potencial desses extratos para o uso a campo, como uma alternativa ao controle, podendo ser mais uma opção natural e de fácil preparação.

Dessa forma, apresentam ser apropriados para uso nas lavouras e no controle de outros insetos que vem causar prejuízos econômicos para os produtores, sendo mais um meio para minimizar a ação de invasores que vem se multiplicando e criando resistência de uma safra para outra.

É de suma relevância realizar pesquisas para melhoramento na produção e qualidade de vida, por meio de alternativas de controle biológico, apresentando uma menor toxicidade e bem-estar dos trabalhadores, além de ser mais econômico e resultar no equilíbrio de pragas.

Percebe-se que, a utilização desses controles tem o intuito de aumentar a eficiência das técnicas atuais do manejo de pragas, e que, associado a outras práticas, pode contribuir para a redução de agroquímicos, que apresentam complicações aos organismos benéficos e ao ecossistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Dr. Fernanda. **CONTROLE BIOÓGICO DA BROCA - DO - CAFÉ**. 2018. Disponível em: <<http://reagro.com.br/blog/controlebiologicoda-broca-do-cafe>>. Acesso em: 15 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE VILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA)**. Brasília, Anvisa, 2010. 22 p. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wcm/comcect>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

BASTOS, J. A. B. **Principais pragas das culturas e seus controles**. São Paulo: Nobel, 1985. 329 p.

DASMASCENO, D.; GOLÇALVES, M. I.; GODINHO, M. S.; MESQUITA, N. A. S.; SOARES, M. H. F. B. **Aplicação de inseticida natural em aulas experimentais no Ensino de Química**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, Curitiba. Anais. Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.quimica.ufpr.br/eduquim/eneq2008/resumos/R0842-1.pdf>>. Acesso em: 20 de mai. 2019.

EXTRATOS VEGETAIS. Food Ingredients Brasil, São Paulo, n. 11, p. 16-20, 2010.

GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R. P .L.; BATISTA, G. C. de;BERTI FILHO, E.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B. **Manual de entomologia agrícola**. 2ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1988. 649 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Cultura do café no Brasil: manual de recomendações**. 5. ed. Rio de Janeiro, 1985. 580 p.

NAKANO, O.; COSTA, J. D.; BERTOLOTI, S. G.; OLIVETTI, C. M. **Revisão sobre o conceito de controle químico da broca do café *Hypothenemus hampei*** (Ferr. 1867) (Coleoptera, Anobiidae). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS CAFEIRAS, 4., 1976, Caxambu. Resumos... Rio de Janeiro: IBC, 1976. p. 08-10.

Neves, M. O.J. Pedro; Hirose, E.; Seleção de Isolados de *Beauveria bassiana* Para o Controle Biológico da Broca-do-Café, *Hypothenemus hampei* (Ferrari) (Coleoptera: Scolytidae). **Neotropical Entomology**, 4p. 77-82, 2005.

REIS, P.R. Prejuízo certo. **Revista Cultivar**, Pelotas, abr., p. 10-13, 2002

SOUZA, J. C.; REIS, P. R. **Efeito da broca-do-café, *Hypothenemushampeii* (Coleoptera-Scolytidae) na produção e qualidade do grão de café**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS

SAITO, M.L. **As Plantas Praguicidas: alternativa para o controle de pragas da agricultura**. Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna: 2004.

**Use of extracts in the in vitro biological control of *Hypothenemus hampei*
(Coffee borer)**

ABSTRACT: In view of the great damage caused by *Hypothenemus hampei* coffee crops, there is a need for studies to combat and control this pest with low environmental impact. The present study selected 9 plant extracts for in vitro testing, in which it was found that the experiments conducted in high concentration of extracts of cloves, citronella and me-nobody-can, showed efficiency on the drills, proving to be promising for the biological control, showing lethality of up to 100% in a period of 3 to 5 days.

KEYWORDS: Plant extracts. Biological control. Coffee borer.

Data de envio: 31 de outubro de 2020.
Data de aceite: 18 de dezembro de 2020.

Construção do Software QuantoNema e sua aplicação nos estudos nematológicos pelo método de quantificação de ovos de Fitonematoídes

Felipe da Silva Costa*
Angelus Giuseppe Pereira da Silva **

RESUMO: A área da nematologia apresenta diversas metodologias tradicionais que sustentam vários projetos científicos. A carência de metodologias com uso da informatização prejudica a otimização de muitos desses projetos. A contagem de ovos de fitonematoídes é uma das metodologias aplicadas. A contagem de ovos com uso do software em comparação ao método tradicional, permitiu ao usuário menor tempo de execução, arquivamento, além da melhoria da ergonomia e amenização de estafa corpórea do pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE: Nematologia. Fitoparasitas. Contagem. Nematoides. Software.

Introdução

Os nematoídes são animais que apresentam corpo cilíndrico e afilado nas extremidades do corpo. Os nematoídes estão agrupados no filo Nematoda, considerado o segundo filo com maior número de espécies e o primeiro lugar com maior número de indivíduos entre grupos de animais. A nematologia é área da biologia que estuda as características morfofisiológicas, filogenéticas e comportamental das diversas espécies de nematoídes, apresentam relevância ambiental e comercial, principalmente no setor agrônômico.

Diversos experimentos realizados com nematoídes, em especial, com os NEPs, são executados de maneira tradicional com o uso manual de microscópios ópticos e lupas. Muitas metodologias aplicadas, inclusive a contagem de ovos de fitonematoídes conforme o nível, em sua maioria são realizadas sem auxílio de alguma programação informatizada, o que resulta em pesquisa exaustiva quando demanda tempo para contagens manuais, indução à uma margem de erro durante a contabilização, aumento de gasto de energia e cansaço físico e visual.

A pesquisa desenvolvida nesta criação e experimento, teve como ferramenta importante, o uso de um software simples, o QuantoNema, capaz de substituir procedimentos manuais de contagem de elementos (ovos) em imagens de microscópios por procedimentos supervisionados e auxiliados por um programa computacional. O software QuantoNema oferece ferramentas também que permite ao usuário realizar levantamento de nematofauna, ou seja, identificação e quantificação de grupos tróficos de nematoídes de solo.

O software Quanto, foi desenvolvido por GUIMARÃES (2016) e recebeu o nome de QuantoNema após modificações aplicadas às diversas tarefas da nematologia.

A pesquisa fundamentou-se em comparações dos dados obtidos entre os dois métodos (metodologia manual tradicional e com uso do software QuantoNema) de contagem de ovos de fitonematoides. O uso de ferramentas digitais e informatizadas torna-se viável à área de nematologia, bem como em outras áreas da biologia. A carência de ferramentas que tendem aprimorar diversas metodologias na área, faz com que esta experimentação com uso do software seja um grande passo na informatização afim de auxiliar ao pesquisador na agilidade de suas pesquisas.

Estudos Nematológicos

Os nematoides estão incluídos no filo Nematoda, também chamado Nemata, que reúne animais triblásticos, pseudocelomados, com simetria bilateral, de corpo cilíndrico, alongado e afilado nas extremidades. A área da zoologia que estuda as características morfofisiológicas, filogenéticas e comportamental dos nematoides é conhecida como nematologia. O tamanho dos nematoides pode variar de menos de 100 μm (micrômetros) de comprimento a mais de 12 metros. Diversas espécies são endoparasitas de plantas e de animais. A maioria dos nematoides, no entanto, é de “vida livre” e habita ambientes diversos como solos úmidos e ricos em matéria orgânica, rios, lagos e oceanos. Segundo AMABIS (2009), a diversidade de nematoides ultrapassa à 24 mil espécies, isso coloca o Filo Nematoda em segundo lugar em relação ao número de espécies, à frente dos moluscos e atrás apenas dos artrópodes.

O filo Nematoda incluiu 24.793 espécies descritas a partir de 2011. Em relação ao número de espécies de nematoides, apenas cerca de 2% foi descrita, compõem apenas uma pequena fração do número total de nematoides, o que é pensado para ser em torno de 1 milhão de espécies (embora alguns estimam em até para 75 milhões). Um grupo com grande diversidade e adaptação, os nematoides ocupam praticamente todas as áreas da Terra. Para HODDA (2011), os nematoides possuem uma ampla diversidade morfológica, existem nematoides são microscópicos, outras espécies que podem alcançar mais de um metro de comprimento.

Quantificação de ovos de fitonematoides

De acordo com WILLIAMSON & HUSSEY (1996) Os fitonematoides (nematoides parasitas de plantas) são parasitos obrigatórios e sua alimentação é adquirida somente a partir de plantas vivas, que sugam a seiva e provoca prejuízos no setor agrônômico. Determinados fitonematoides são ectoparasitas, parasita-se fora do seu hospedeiro, outras espécies conservam parte de seu ciclo de vida no interior das raízes como endoparasitas migratórios ou sedentários. Os endoparasitas sedentários da família *Heterorhabditidae* causam a maior parte dos prejuízos econômicos em todo o mundo. Os nematoides de cisto, que incluem os gêneros *Heterodera* e *Globodera*, e os nematoides de galhas, gênero *Meloidogyne* conforme a sistemática de WILLIAMSON & HUSSEY (1996).

Segundo FERRAZ (2001), a erradicação dos fitonematoides torna-se uma tarefa quase impossível, porque esses parasitas possuem um mecanismo de sobrevivência, a criptobiose, que permitem que os ovos permaneçam vivos por longos períodos no solo (figura 1).

A busca por diversas medidas de manejo deve ser utilizada de modo coesa, buscando manter as populações em nível mínimo. A rotação de culturas e o uso de plantas resistentes é uma opção relevante para o manejo dos fitoparasitas.

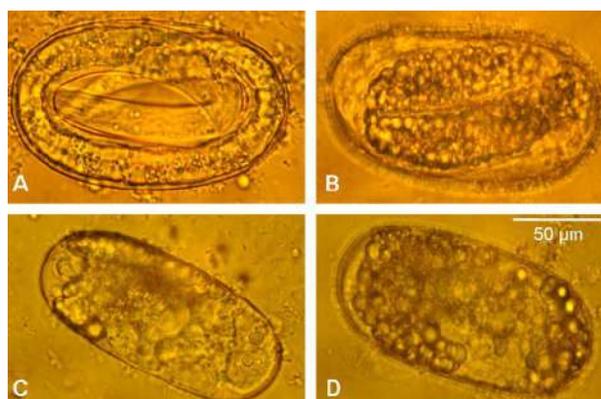


Figura. 1. Ovos de *Meloidogyne* spp. em diferentes estágios de desenvolvimento embrionário representados em A, B, C e D. Fonte: DALZELL (2010)

Os fitonematoides do gênero *Meloidogyne*, conhecidos como nematoides das galhas, apresentam ampla dispersão e acarretam grandes prejuízos aos agricultores através da redução do volume de cultivo e qualidade dos produtos provenientes de áreas infestadas. Para SILVA (2001), no Brasil, diferentes culturas de relevância econômica são acometidas pelos fitonematoides das galhas, como: algodão, cana-de-açúcar, café, feijão, soja, além de outras espécies de hortaliças e frutíferas.

Os fitonematoides de galhas são qualificados como endoparasitas sedentários, o grupo mais importante em relação à produção vegetal. E estes nematoides são considerados biotróficos obrigatórios, ou seja, seus juvenis infectantes estimulam células nutritoras no vegetal hospedeiro, e para se alimentar sobre essas células o fitonematoide cria um canal de alimentação. A partir dessa associação desarmônica entre o parasita e a planta hospedeira, formam fêmeas com estrutura semelhante com uma vesícula (figura 2), que perdem movimento e tornam-se verdadeiras máquinas de produzir ovos. As espécies *M. javanica* e *M. incognita*, produzem cerca de 400 ovos, em média, ao longo de período variável de quatro a seis semanas, sob condições adequadas de temperatura, conforme os testes laboratoriais por FERRAZ (2001).



Figura 2. Ovos de fitoparasita (*Meloidogyne* sp.) em uma galha indicados por uma seta. Fonte: DALZELL (2010)

A quantificação de ovos de fitonematoides, bem como o conhecimento de todo seu ciclo de vida, torna-se imprescindível para adoção de estratégias que favorecem a redução da proliferação de fitonematoides no ambiente, para que a produção vegetal não seja danificada no transcorrer dos anos com diversas áreas infestadas por esses fitonematoides.

Uso de softwares aplicados em experimentos da nematologia

Os estudos relacionados à nematologia, apresentam relevância ambiental e comercial, principalmente no setor agrônomo.

Diversos experimentos realizados com nematoides, em especial, com os NEPs, são executados de maneira tradicional com o uso manual de microscópios ópticos e lupas. Muitas metodologias de progênie, quantificação de ovos e levantamento de nematofauna, em sua maioria são realizadas sem auxílio de alguma programação informatizada (Uso de Softwares).

Diversas pesquisas nematológicas são realizadas com uso de análise de PCR (Polymerase Chain Reaction), análise com extração de DNA e o uso de softwares para análise filogenética. A utilização de softwares em pesquisas torna-se viável por ser mais barato, que requer um investimento menor, além de maximizar os estudos.

De acordo com a ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software), software é um conjunto de instruções lógicas, desenvolvidas em linguagem específica, que permite ao computador realizar as mais variadas tarefas do dia-a-dia de empresas, profissionais de diversas áreas e usuários em geral.

Em relação à construção de softwares e programas como ferramentas nos experimentos e estudos na área da nematologia, percebe-se que há uma carência deste tipo de informatização que tende a otimizar o trabalho do pesquisador.

EISENBACK (1993) desenvolveu um software de multimídia para técnicas e interação em nematologia. O software disponibilizava imagens, caixas de textos, descrição de técnicas e vídeos informativos representados na figura 3.

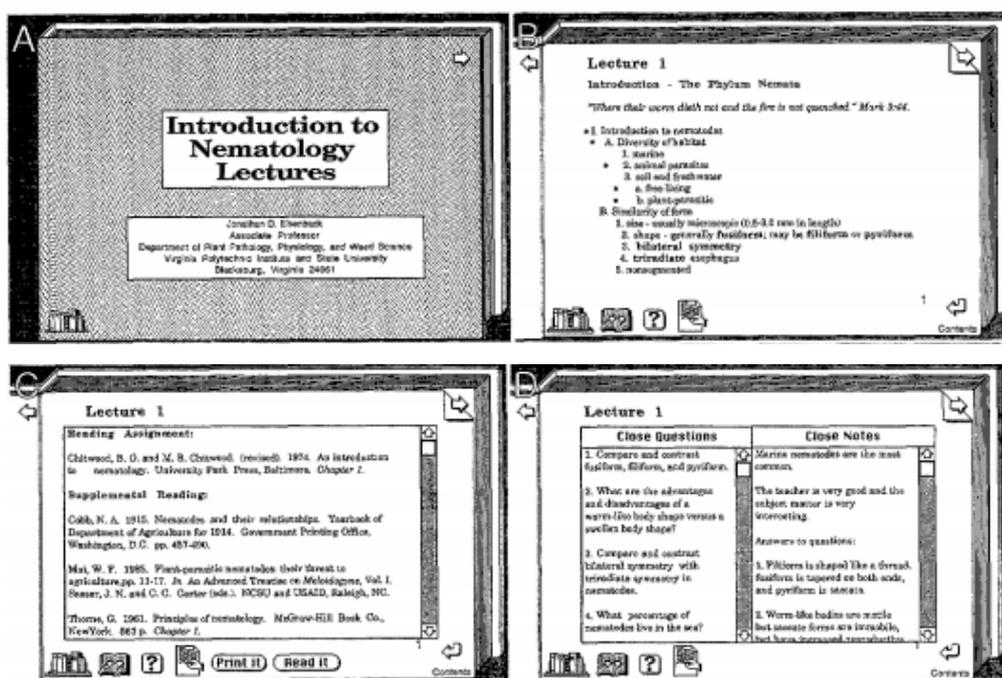


Figura 3. Material informatizado sobre nematologia elaborado por EISENBACK (1993).

Em 1997, como resultado de muitos esforços despendidos na compilação, organização e indexação de artigos sobre a taxonomia dos nematoides de galhas (*Meloidogyne* spp.), Eisenback disponibilizou à venda de CD-ROM com seu trabalho (figura 4).

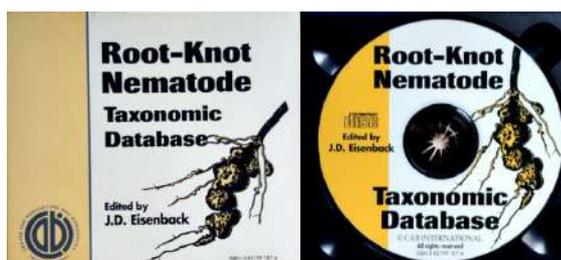


Figura 4. Multimídia sobre nematoides desenvolvido por EISENBACK (1993).

O recurso audiovisual na época, abordava uma grande quantidade de dados sobre os nematoides de galhas. Os dados apresentados neste material de multimídia contam com artigos sobre morfologia clássica, identificação molecular, sistemática, distribuição e caracterização das espécies. Os trabalhos são facilmente acessados pelo menu central que inclui links de todos os itens mencionados (figura 5).

O material de multimídia informatizado por Eisenback em 1997, incluía um pequeno número de imagens e de vídeos elucidativos de regiões perineais, dissecação de galhas e outros aspectos de *Meloidogyne*.



Figura 5. Descrição do menu de acesso dos documentos informatizados. Fonte: Sociedade Brasileira de Nematologia. Fonte: EISENBACK (1997)

Em 2010, um software foi desenvolvido baseado no protocolo sugerido pela “International Organisation for Biological Control – IOBC” (VAINIO, 1992, p.146) e modificado por NEGRISOLI Jr. et al. (2010, p. 547) para avaliar a compatibilidade de produtos fitossanitários e NEPs. Os usuários do programa registravam, no banco de dados, os valores referentes às variáveis obtidas no laboratório: mortalidade dos juvenis infectantes (JIs), infectividade dos JIs e fecundidade dos nematoides submetidos aos tratamentos, um software voltado apenas para análise estatística. A pesquisa não foi aplicada e o software não se encontra disponibilizado livre (pela internet ou seus autores) para o público interessado em trabalhar com esse tipo de análise.

Há alguns softwares desenvolvidos que estão disponíveis para análise filogenética de nematoides, o Trealing, o ClustalX, o POY e o MrBayes. O MrBayes é um programa de inferência bayesiana e escolha de modelos em uma ampla gama de modelos filogenéticos e evolutivos. MrBayes usa métodos de Monte Carlo da cadeia de Markov (MCMC) para estimar a distribuição posterior dos parâmetros do modelo (Figura 6).



MrBayes: Bayesian Inference of Phylogeny

[Home](#)

[Download](#)

[Manual](#)

[Bug Report](#)

[Authors](#)

[Links](#)



MrBayes is a program for Bayesian inference and model choice across a wide range of phylogenetic and evolutionary models. MrBayes uses Markov chain Monte Carlo (MCMC) methods to estimate the posterior distribution of model parameters.

Program features include:

- A common command-line interface across Macintosh, Windows, and UNIX operating systems;
- Extensive help available from the command line;
- Analysis of nucleotide, amino acid, restriction site, and morphological data;
- Mixing of data types, such as molecular and morphological characters, in a single analysis;

Figura 6. Página de acesso e download do software Mr.Bayes. Link da fonte disponível: <http://nbisweden.github.io/MrBayes/>

Os softwares Treeling, POY e PAUP são especializados em realizar apenas alinhamento e análise filogenética de nematoides, portanto, todos estes softwares não estão disponíveis na internet para livre acesso e uso. O software ClustalX encontra-se disponível apenas para alinhamento genético (figura 7).

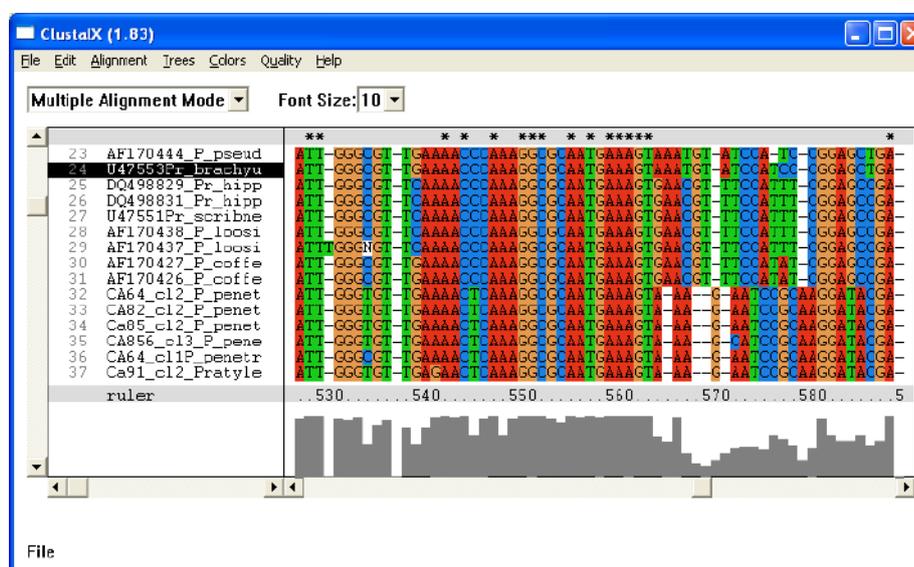


Figura 7. Área de trabalho do software ClustalX versão1.83. Link da fonte disponível <https://clustalx.software.informer.com/2.1/>

No instituto de entomologia da Biology Center CAS utiliza-se softwares livres apenas para análise filogenética de nematoides, o MEGA, o GDA (figura 8), o DNAsp e o PAUP, são softwares programados apenas para este tipo de análise em contribuição nos estudos da nematologia.

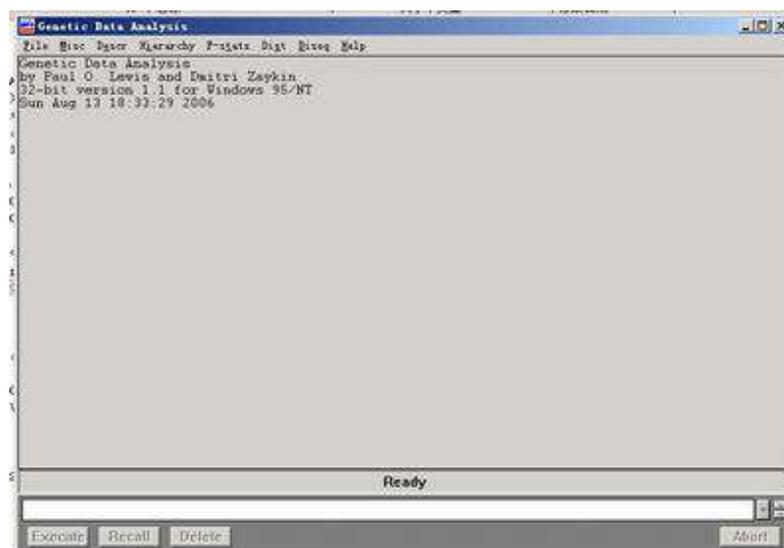


Figura 8. Área de trabalho do software GDA Genetic Data Analysis. Link da fonte disponível: <https://phylogeny.uconn.edu/software/>

O GDA é um software desenvolvido para calcular o desequilíbrio linkage e hardy-weinberg, algumas distâncias genéticas, e que fornece também estimadores de método de momentos para estatísticas hierárquicas (sistemática) para diversas espécies de animais, inclusive para nematoides.

De acordo com COSTA (2015), o software Image-Pro Express foi utilizado em seu experimento para medição e fotomicrografia de fungos entomopatogênicos e ovos de nematoides (Figura 9), em sua pesquisa intitulada como “Biocontrole de nematoides com fungos” como um dos recursos que viabilizou na elaboração do software e na qualidade do processamento das imagens. O software Image-Pro Express apresenta ferramentas de processamento de imagem para medição avançada e ferramentas de análise. O software Image-Pro Express não é livre.

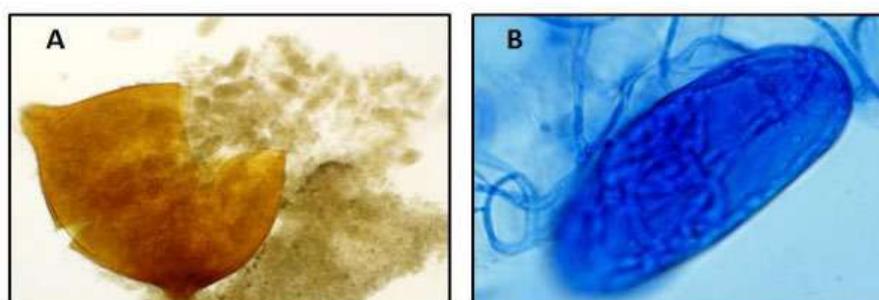


Figura 9. (A) Fotomicrografia de ovos de *Heterodera glycines* colonizados dentro do cisto pelo isolado de *Fusarium solani* (40X). (B) Fotomicrografia de hifas do isolado de *F. solani* em ovo de *Meloidogyne javanica* (100x). Fonte: COSTA (2015).

O Software Quanto

GUIMARÃES (2016) desenvolveu um software, nomeado Quanto, para utilizar seus recursos de contagem de elementos em experimentos na área da biologia (Parasitologia, Histologia e Nematologia) com intuito de otimizar a pesquisa.

Um teste de progênie de NEPs com uso do software Quanto (Figura 10) foi realizado e obteve resultados significativos em relação à contagem manual tradicional de nematoides. A partir dos resultados obtidos, foi possível expor a relevância de um instrumento tecnológico com o uso do software Quanto.

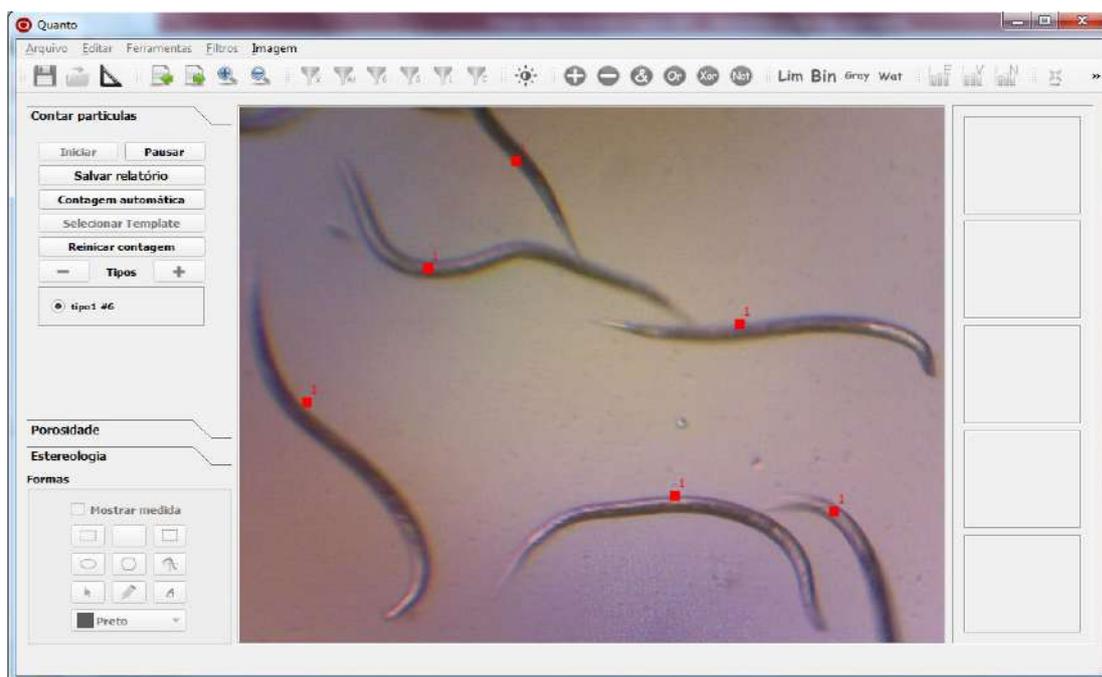


Figura 10. Área de trabalho do software QuantoNema com contagem de elementos. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

O software QuantoNema foi criado na linguagem C++, empregando as ferramentas funcionais dos sistemas de programação de softwares (*framework* Qt Creator 5.6 e biblioteca OpenCv 3.1) para melhor adequação ao sistema de plataforma.

Metodologia aplicada na quantificação de ovos de nematoides fitoparasitas

A contagem de ovos de nematoides é uma das metodologias dentro da área da nematologia que auxilia a avaliação da capacidade reprodutiva de fitonematoides e auxilia também a calibração de suspensão para inoculação.

Contagem de ovos pelo método tradicional

Para quantificação de ovos de fitonematoides provenientes de galhas no sistema radicular de plantas (Figura 11), empregou-se o método de HUSSEY & BARKER (1973), modificado por BONETI & FERRAZ (1981). As raízes com galhas foram provenientes de tomateiros tomateiro (*Lycopersicon lycopersicum*), cultivar Santa Cruz, plantados na casa de vegetação do CCTA/UENF. As raízes estavam infectadas pelo fitonematoide *Meloidogyne javanica*.



Figura 11. O círculo vermelho indica a localização da galha de nematoide fitoparasita *Meloidogyne javanica* no sistema radicular de um tomateiro proveniente da casa de vegetação CCTA/UENF. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

O sistema radicular de um tomateiro (*Lycopersicon lycopersicum*) inicialmente foi cortado em pedaços de 0,5 cm (Figura 12) e com uma porção de 50 g de raízes foi colocada em liquidificador com 200 mL de Hipoclorito de sódio a 0,5% e triturada durante 1 minuto. Desta suspensão, obteve-se uma alíquota de 1 mL distribuída em lâmina para contagem dos ovos em microscópio óptico. Durante o experimento, foram realizadas 10 repetições. Durante a contagem de ovos com o uso de microscópio óptico foi contabilizado o tempo de duração do experimento.

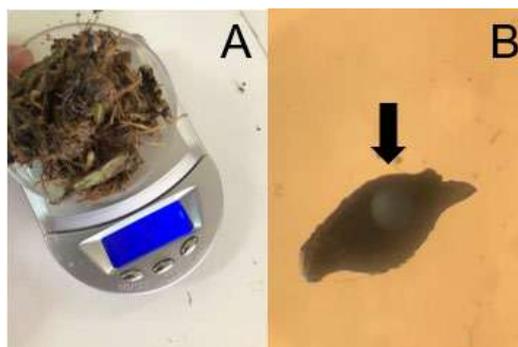


Figura 12. Em A, preparação das raízes para processamento. Em B, seta indica uma galha de nematoide fitoparasita *M. javanica* no sistema radicular tomateiro *L. lycopersicum*. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

Contagem de ovos com uso de software QuantoNema

Em análise comparativa foi realizado o teste de contagem de ovos com uso do software QuantoNema (figura 13) em relação ao teste tradicional com uso de microscópio óptico. Durante a contagem de ovos utilizando o software acoplado ao microscópio, foi contabilizado o tempo de duração do teste.

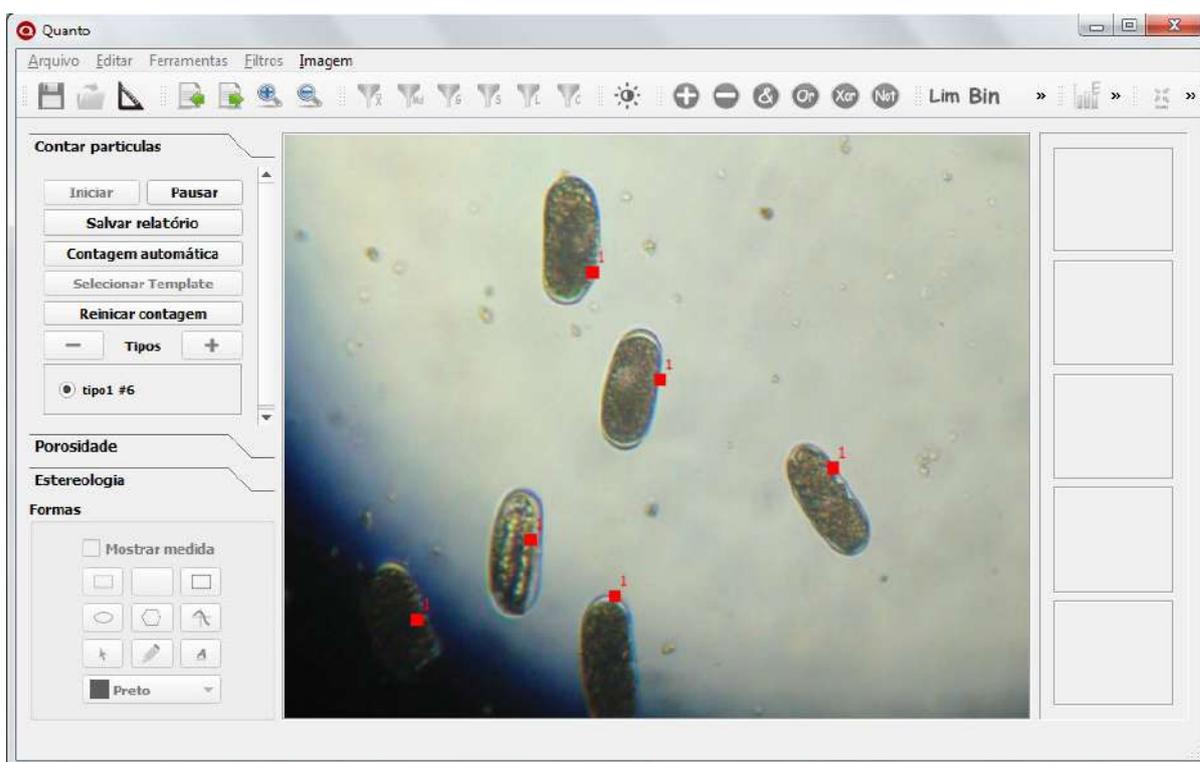


Figura 13. Dashboards do software QuantoNema utilizada para contagem manual de ovos de nematoides. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

Após a abertura da imagem capturada pelo software, a contagem inicialmente foi realizada pela opção automática, para dar início ao processo de contagem, selecionou-se o botão “iniciar” e em seguida selecionado o botão “Contagem

Automática”. A partir deste procedimento, abre-se uma nova janela do software para contagem automatizada. Nesta janela do software, há opções de aumento e diminuição (zoom) da imagem capturada. Há também um botão para selecionar a imagem ou parte dela “Selecionar Template” (figura 14), que reconhece demais estruturas modelo que são marcadas e contabilizadas automaticamente. Após este procedimento a fim de finalizar o processo automatizado, clicou-se no botão “ok” para encaminhar a imagem com reconhecimento automatizado na área de trabalho inicial do software.

Os ovos que não foram marcados automaticamente pelo software por correlação, por fim foram sinalizados e contabilizados manualmente com o curso do mouse. Após o processo total de contagem a imagem com marcações foi salva em uma pasta criada pelo usuário que destina automaticamente todas as amostras capturadas.



Figura 14. Área de trabalho do software para contagem automática. Ovos marcados automaticamente a partir do modelo selecionado “Selecionar Template”. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

Resultados

Os resultados por quantificação de ovos foram expressões em duas etapas: A primeira etapa foi realizada uma análise das médias entre o tempo de contagem pelo método tradicional com uso apenas de microscópio óptico em relação ao tempo de quantificação com uso do software QuantoNema inicialmente por contagem automatizada, e posteriormente corrigida por marcações manuais.

O resultado entre os testes de contagens de ovos de fitonematoides (Contagem tradicional e Contagem com uso do software) foram expressos na tabela 1.

Tempo de contagem de ovos

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Tradicional	678*	825	665	590	647	709	844	796	688	641
Software	568	597	425	393	305	413	547	572	466	396

Tabela 1. Valores do tempo contabilizado entre o teste tradicional e com uso do software QuantoNema. * Valores em segundos (s). Fonte: FELIPE COSTA (2018)

Os dados obtidos pelo tempo utilizado entre os dois métodos de contagem foram submetidos à análise de variância: One way anova pelo programa SigmaPlot 12.5 que resultaram diferença estatisticamente significativa ($P = <0,001$) em todas as dez repetições (Gráfico 1). Os dados foram submetidos pelo teste de normalidade (Shapiro-Wilk) e aprovado ($P = 0,567$). Todos os procedimentos de comparação múltipla foram emparelhados (teste de Tukey) com comparação de diferença $P <0,050$.

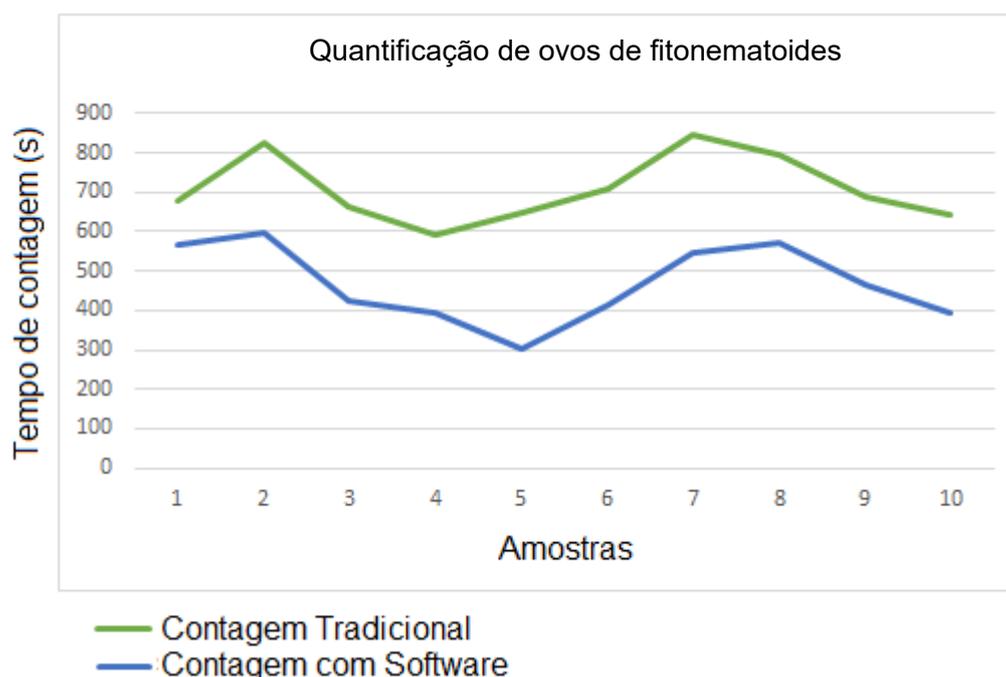


Gráfico 1. Resultados de períodos de tempo (em segundos) da contagem de ovos de fitonematoides entre teste tradicional e com uso de software QuantoNema. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

Os resultados obtidos em análise comparativa entre os dois métodos de contagem (tradicional e com uso do software) estatisticamente se diferem entre si significativamente, isto é, o uso do software viabilizou a pesquisa por proporcionar ao pesquisador benefícios como a redução do tempo de experimentação, o que permite a realização do projeto em tempo hábil. A redução do tempo de execução de contagem de ovos viabiliza a pesquisa por reduzir a exposição da amostra à luz de microscopia,

que pode alterar morfológicamente a estrutura visualizada por dessecação, resultado do aquecimento pela luz do microscópio e evaporação da água.

A contagem automatizada dos ovos pelo software QuantoNema com duração de tempo reduzido, proporcionou ao usuário menor exaustão corpórea, bem como o favorecimento de sua ergonomia no trabalho. A ferramenta

O método utilizado de contagem de ovos com uso do software QuantoNema auxiliou a pesquisa também no arquivamento das imagens capturadas pela microscopia, bem como as marcações de contagem automatizadas (figura 15) e conferência de dados de forma manual, um recurso totalmente viável à pesquisa. Todas imagens capturadas e editadas foram salvas em uma pasta criada pela própria ferramenta que o software disponibiliza para que estudos futuros sirvam de consulta, exemplificação e uso de imagens para revisão de dados.

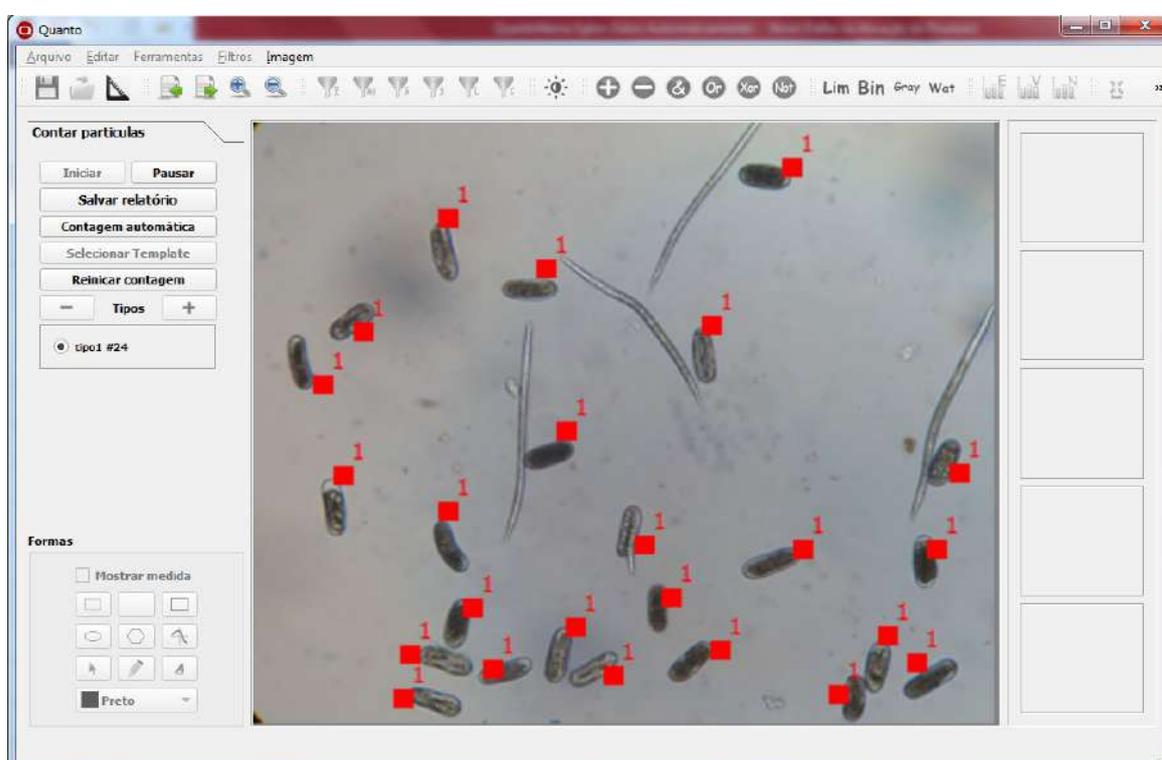


Figura 15. Operação do software com marcações e quantificação de ovos de nematoides. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

A partir da quantificação em relação ao número de ovos de *M. javanica*, obteve-se o número médio de 288,2 ovos pelo método tradicional na contagem direta com uso do microscópio óptico, e média de 278,1 ovos através da contagem pelo software QuantoNema (Tabela 2). A diferença entre as médias foi de 10,1 ovos, correspondendo à 3,63 % de ovos contabilizados no teste tradicional em relação ao teste com uso do software.

Tipos de Testes	Número de ovos por amostras									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Tradicional	187	288	211	278	321	345	309	297	327	319
QuantoNem ^a	179	281	187	265	305	340	295	311	316	302

Tabela 6. Quantificação de ovos entre as amostras pelo método de contagem tradicional e com uso do software QuantoNema. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

Os resultados entre as médias obtidas pelo teste tradicional e com uso de software, não tiveram valores significativos estatisticamente em relação às dez amostras de quantificação de ovos (Gráfico 2). Segundo os resultados obtidos por BRUINSMA (2013), os valores médios de ovos de *M. javanica* foram em torno de 8620 ovos em tomateiros, os valores podem variar de acordo com o fator de reprodução e quantidade de inoculo. De acordo com GARCIA (2006), o valor da média de ovos de *M. javanica* contabilizados pelo método tradicional foi de 5000 ovos. Os valores podem variar por fatores ambientais e quantidade inoculo submetidos aos cultivares. As raízes coletadas na case de vegetação da CCTA/UENF apresentaram número reduzido de galhas, o que justifica o resultado inferior às médias comparadas com outros testes.

Quantificação de ovos de *M. javanica*

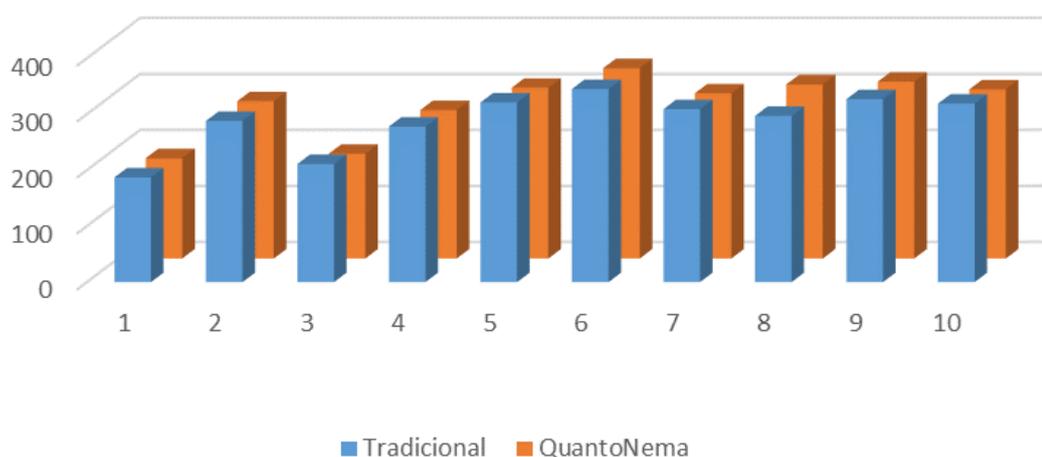


Gráfico 2. Dados comparativos do número de ovos de nematoide *M. javanica* entre os métodos de quantificação tradicional e com uso do software QuantoNema. Fonte: FELIPE COSTA (2018)

A contagem em relação ao número de ovos através do software mesmo com análise não-significativa frente à contagem tradicional, permite ao usuário do software manusear todas as amostras para trabalhos futuros, ou até mesmo a ação de

quantificação ser realizada em outro momento, uma vez que as amostras por imagens são armazenadas em pastas.

O uso do software QuantoNema, por sua vez, apresenta qualidades que permite ao usuário maior flexibilidade em suas pesquisas, frente ao método tradicional em que as amostras se perdem pelo tempo de exposição à luz microscópica, que provoca deformações e ressecamento dos elementos visualizados, bem como a evaporação da água. Além de não ter acesso aos dados das amostras em trabalhos futuros ou até mesmo possíveis revisões de contagem e identificação.

Conclusão

A quantificação de ovos de fitonematoides entre a metodologia tradicional com o uso do software QuantoNema foi realizada. As médias do número de ovos comparadas entre os dois métodos não foram significativas estatisticamente, mas os valores de tempo comparado entre as duas metodologias apresentaram significância. O uso do software QuantoNema acelerou o processo de contagem com utilização da ferramenta “contagem automatizada” em relação ao tempo de duração pelo método tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMABIS, J. M; MARTHO, G. R. **Biologia dos organismos**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, ISBN 978-85-16-06331-3, 2009. 356 p.

BONETI, J.I.S. & FERRAZ, S. Modificação do método de Hussey & Barker para extração de ovos de *Meloidogyne exigua* de raízes de cafeeiro. **Fitopatologia Brasileira** 6:553. 1981.

BRUINSMA, J.S. **Avaliação de métodos para o estudo da resistência de genótipos de soja a *Meloidogyne javanica* (Treb) 2013**. Dissertação de mestrado, UFSM, RS, 2013.

CARMONA, A. I. S. (2008) **Software Livre no Limite da Propriedade Intelectual: Uma Breve Apresentação**. Santa Catarina, 2009. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

COSTA, M. A. **Biocontrole de Nematoides com fungos**. Dissertação (mestrado em Agronomia) 2015. Universidade Estadual Paulista- UNESP, 2015.

EISENBACK, J. D. Interactive Multimedia for Teaching Nematology. *Journal of Nematology*, Volume 25, No. 3, September 1993.

FERRAZ, L. C. C. B.; ASMUS, G. L.; CARNEIRO, R. G.; MAZAFFERA, P.; SILVA, J. F. V. **Relações parasito-hospedeiro nas meloidogynoses da soja**. Londrina: Embrapa Soja, 2001.

GARCIA, M.J.D.M.; ALMEIDA, A.M.; WILCKEN, S.R.S.; FISCHER, I.H.; SAMPAIO, A.L.; JESUS, A.M.; FUMIS, T. Reação de maracujazeiro-amarelo 'Afruvec' e 'Maguary' a *Meloidogyne* spp. **Arquivos do Instituto Biológico**, São Paulo, v. 75, 2008, p. 235-238.

GUIMARÃES, E. R. S. **Quanto**, um software para auxiliar a caracterização de imagens. 2016. Tese (Doutorado em Engenharia e Ciência dos Materiais) -Campos dos Goytacazes – RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, 2016.

HODDA, M. Phylum Nematoda Cobb 1932. In: Animal Biodiversity: An Outline of Higher-Level Classification and Survey of Taxonomic Richness (Ed. Zhang Z-Q). **Zootaxa** 3148, 2011. 63–95.

HUSSEY, R.S.; BARKER, K.R. A comparison of methods for collecting inocula of *Meloidogyne* spp. including a new technique. **Plant Disease reporter**, Washington, v.57, n.12, p.1025-1028, Dec. 1973.

NEGRISOLI, A. S.; GARCIA, M. S.; NEGRISOLI, C. R. C. B. Compatibility of entomopathogenic nematodes (Nematoda: Rhabditida) with registered insecticides for *Spodoptera frugiperda* (Smith, 1797), (Lepidoptera: Noctuidae) under laboratory conditions. **Crop Protection**, v. 29, Ed. 6, p. 545-549, 2010.

SILVA, J. F. V.; MAZAFFERA, P.; CARNEIRO, R. G.; ASMUS, G. L.; Ferraz, L. C. C. B. **Relações parasito-hospedeiro nas meloidoginoses da soja**. Londrina: Embrapa Soja, Sociedade de Nematologia, 2001. 127p.

VAINIO, A. **Guideline for laboratory testing of the side-effects of pesticides on entomophagous nematodes *Steinernema* spp.** IOBC / WPRS Bulletin, 1992. 15: 145-147.

WILLIAMS, V. M.; HUSSEY, R. S. Nematode pathogenesis and resistance in plants. **The Plant Cell**, v. 8, 1996. p. 1735-1745,

Construction of The QuantoNema Software and its application in nematological studies by the method of quantification of Phytomatoid eggs

ABSTRACT: The nematology area presents several traditional methodologies that support several scientific projects. The lack of methodologies with the use of computerization hinders the optimization of many of these projects. Phytomatoid egg counting is one of the applied methodologies. The counting of eggs using the software in comparison to the traditional method, allowed the user less time of execution, filing, besides the improvement of the ergonomics and alleviation of the researcher's body fatigue.

Keywords: Nematology. Phytoparasites. Score. Nematodes. Software.

Data de envio: 01 de novembro de 2020.

Data de aceite: 18 de dezembro de 2020.



Matemática

Estudo sobre a relação dos alunos e professores de Muriaé e região com a OBMEP e sua contribuição para o ensino da matemática

Wanderlúcia Falco Miranda ³¹
Érica Marques da Silva Santos ³²

RESUMO: O presente artigo busca relatar a relação de alunos e professores de Muriaé e região com as provas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), e as possíveis contribuições desta competição para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, associada a seus programas e portais, e a metodologia da resolução de problemas. Foi possível constatar que alunos e professores demonstraram interesse pela competição, apesar de existirem fatores que inibem um maior envolvimento de ambas as partes.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Olimpíadas de matemática. OBMEP

Introdução

A dificuldade na aprendizagem é um dos problemas enfrentados pela Educação Matemática, os alunos questionam sobre a utilidade da matemática e não se sentem estimulados para estudar esta disciplina. Diante das tentativas de despertar nos alunos apreciação à matemática, pode-se destacar a OBMEP, uma competição que tem como objeto principal incentivar nos alunos o estudo da matemática, além de descobrir jovens talentos. (BAGATINI, 2010).

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP, surgiu em 2005, é um projeto nacional dirigido às escolas públicas e privadas brasileiras, assim como outras olimpíadas matemáticas, a OBMEP é composta por provas, que exigem do aluno conhecimento básico dos conteúdos matemáticos e raciocínio lógico, uma vez que os problemas que compõem as provas, são contextualizados. Além disso, os alunos que se destacam são premiados com medalhas, menção honrosa, e participação no PIC (Programa de Iniciação Científica Júnior) que possibilita ao aluno um estudo mais aprofundado e aperfeiçoamento de suas habilidades matemáticas, além de outros programas e portais vinculados a esta competição.

Tendo em vista as possíveis contribuições da OBMEP para com a educação matemática, e o envolvimento que esta competição propicia, possibilitando um contanto com a matemática acadêmica, despertando cada vez mais interesse em

³¹ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ) e professora Faculdade Santa Marcelina - erica.santos@santamarcelina.edu.br.

³² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Matemática pela Faculdade Santa Marcelina (FASM/MG)- wfalcomiranda@yahoo.com .

aprender matemática, Silva (2017) destaca que várias pesquisas acerca da OBMEP apontam que ela apresenta impactos positivos para a Educação, na melhora da aprendizagem, e a de descoberta de novos talentos. Além disso, possibilitou a criação de programas “amigos da competição”.

No entanto, é notório que o interesse pela competição, não inclua grande parte de alunos. Em sua dissertação de mestrado Alves (2010), constatou que existe interesse por parte dos alunos para aquisição de conhecimento, no entanto estes não são motivados a participar da OBMEP devido à falta de informações sobre esta competição.

O objetivo deste artigo é compreender o envolvimento, motivação e interesse em torno da participação na OBMEP, entre os alunos e professores da rede pública de ensino de Muriaé e região. Além disso, pretende-se destacar aspectos positivos oriundos da participação em provas da OBMEP, trabalhos que destaquem possíveis resultados deste programa e uma abordagem sobre a resolução de problemas, e como esta metodologia deve ser trabalhada em sala de aula.

Referencial Teórico

Olimpíadas de Matemática

A palavra “olimpíadas” nos remete às competições esportivas para às quais atletas do mundo inteiro se preparam, em busca de bom desempenho e premiações (BAGATINI, 2010). O termo olimpíada ganhou espaço no nosso cotidiano, e passou a ser utilizado para competições fora do contexto esportivo, inclusive no contexto educacional, como as olimpíadas de matemática que acontecem em níveis regionais, nacionais e internacionais, para as quais, muitos estudantes se preparam em busca de um bom desempenho na resolução de problemas.

É sabido que competições de conhecimento e habilidades matemáticas já são praticadas desde meados do século XVI, estas competições tinham objetivos como cátedras em importantes universidades, além de quantias em dinheiro e reconhecimento social, desta forma, muitos matemáticos se desafiavam para a resolução de complexos problemas matemáticos. (MACIEL, 2009)

A Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas (OBMEP), é um projeto nacional dirigido às escolas públicas e privadas brasileiras, a princípio esta competição era destinada apenas a alunos das escolas públicas, mas a partir de 2017 se estendeu às escolas privadas. Este projeto é realizado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, e promovida com recursos do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

A OBMEP tem como principal objetivo estimular e promover o estudo da Matemática, por meio da resolução de problemas que despertem o interesse e a curiosidade de estudantes e professores,

- Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade;
 - Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas;
 - Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional;
 - Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas;
 - Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
- (OBMEP, 2020, acesso online)

A OBMEP acontece anualmente e as escolas públicas e privadas devem fazer a inscrição no site oficial para participarem, a participação é gratuita para todos os alunos das escolas públicas. Para a realização das provas os alunos são distribuídos em três níveis, o nível 1 incluiu estudantes do 6º ou 7º anos do Ensino Fundamental, o nível 2, estudantes do 8º ou 9º anos do Ensino Fundamental e por fim o nível 3 constituído pelos alunos do Ensino Médio. A competição é dividida em duas fases, sendo a primeira feita por todos os inscritos e aqueles que tiverem o melhor desempenho, 5% dos alunos de cada nível de cada escola são classificados para a prova da segunda fase.

As provas da primeira e segunda fase são compostas por problemas contextualizadas que exigem além de outras habilidades, criatividade e raciocínio lógico. Estas questões envolvem situações cotidianas, apresentando assim uma aplicação de conteúdos matemáticos além da criatividade e aplicação de conceitos matemáticos para a resolução desses problemas.

Programas e portais vinculados à OBMEP

Além da realização de provas, a OBMEP oferece também outras oportunidades para alunos que se destacam nesta competição, para se aperfeiçoarem na área de matemática, alunos muitas vezes com altas habilidade, oportuniza também o contato com pessoas vinculadas a Universidades, estimulando o interesse em cursos superiores.

O programa tem se inovado e proposto uma maneira para que alunos do ensino fundamental tenham a oportunidade de se familiarizar com a OBMEP. Em 2019, aconteceu a segunda edição da OBMEP nível A, destinada aos alunos de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental regularmente matriculados em escolas públicas municipais, estaduais e federais brasileiras. A prova é composta por 15 questões objetivas, e seu conteúdo segue os Parâmetros Curriculares Nacionais. A abordagem das questões traz as características de aplicação do raciocínio lógico e da criatividade.

Para os alunos com melhor desempenho nas provas da segunda fase, a OBMEP oferece a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC) e os medalhistas que já fizeram o PIC mais de duas vezes, com pelo menos uma participação no nível 3 deverão participar do Programa Mentores. Estes programas oportunizam um contato com a matemática acadêmica, com alunos e professores de universidades,

despertado e aperfeiçoando habilidade e possibilitando maior contato com a matemática.

Além de agregar conhecimento ao estudante, os medalhistas que aderem ao programa e acompanham todas as etapas do PIC ou do programa mentores, que estiverem matriculados em escolas públicas da educação básica durante a participação, recebem um incentivo financeiro mensal concedido pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Existe também o Programa de Iniciação Científica e Mestrado (PICME), que é um programa direcionado aos estudantes universitários que foram medalhistas da OBMEP ou OBM. Ele oferece a oportunidade de realizar estudos avançados em Matemática concomitante à graduação com apoio financeiro pelo CNPq ou bolsa CAPES. Além do PICME, os alunos universitários que tiveram bom desempenho na OBMEP, podem ter acesso a Bolsa Tim que é concedida a uma quantidade limitada de universitários que estejam matriculados para cursos nas áreas de Astronomia, Biologia, Computação, Economia, Engenharia, Estatística, Física, Matemática, Medicina e Química, em faculdades públicas federais ou estaduais.

Pensando na preparação dos alunos para a competição, a OBMEP disponibiliza várias formas para se instruírem e melhorar o desempenho na resolução de problemas, e conseqüentemente, seu desempenho e interpretação da matemática em sala de aula.

Os alunos que desejarem se preparar para OBMEP, com aulas presenciais e estejam matriculados no 8º e 9º anos do Ensino fundamental e em qualquer ano do ensino médio, podem se inscrever para participar dos Polos Olímpicos de Treinamento Intensivo (POTI), que acontecem em alguns polos específicos. A OBMEP disponibiliza também, bancos de questões que apresentam uma seleção de problemas, similares aos problemas das provas da OBMEP, divididos por níveis e por assuntos, e a resolução de todos eles.

No site da OBMEP, os alunos têm acesso também a portais, através dos quais é possível ter acesso a conteúdo matemáticos, sendo eles O Portal da OBMEP e o Clubes de Matemática da OBMEP, onde estão disponíveis materiais relacionados às grades curriculares, videoaulas, exercícios e material teórico, de matemática e também da física. Nesses portais, é possível uma interação entre alunos e professores, em um ambiente virtual.

O programa OBMEP na escola é destinado a professores da rede pública de ensino que com uma atuação mínima de 2 anos. Para participar o professor deverá fazer uma prova de habilitação, ou ser premiado em edições anteriores da OBMEP. Esse programa oferece um suporte teórico para que o professor forme um grupo de estudos extraclasses com 20 alunos da rede pública, além disso o professor participa de um curso de formação.

Contudo, a OBMEP está ligada a um grande leque de oportunidades para estudo, aprimoramento e desenvolvimento do interesse pela matemática. Através de seus

portais e programas, alunos e professores têm acesso a materiais didáticos de ótima qualidade.

Resolução de problemas

É evidente o desafio enfrentado por todos os professores no intuito de atingir seus objetivos no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, afirmar que principalmente no ensino da matemática, esta disciplina que na maioria das vezes é elencada como difícil, sem utilidade ou aplicação e muitas das vezes é vista como “vilã” durante a vida escolar e acadêmica de muitos alunos.

Vivemos um momento de constantes avanços tecnológicos, em que grande parte de nossos alunos têm livre acesso à internet e diversas fontes de informação, tal fato torna ainda mais desafiador que o professor consiga atrair a atenção e o interesse dos alunos, por isso, faz-se necessário que o professor também acompanhe este processo. Conforme Dante defende, “O maior desafio da educação contemporânea é um ensino que prepare o ser humano para a vida e a diversidade que nela se apresenta.” (DANTE, 2009, p.18)

Dessa forma, o professor deve buscar aulas mais atrativas e motivadoras, e uma proposta de metodologia de ensino é a Resolução de Problemas, que desde a década de 70 vem ganhando espaço na educação matemática, como uma tendência na forma de ensinar e de aprender (VALÉRIO, 2017). Antes disso, o processo de ensino e aprendizagem da matemática era centrado em decorar e reproduzir algoritmos.

A resolução de problemas ou situações-problemas é uma oportunidade de tornar a matemática mais tangível e próxima da realidade do aluno, desta forma é possível estimular o aluno a aprender matemática, apresentando a ele situações em que esta disciplina seja aplicada e útil em sua vida, Conforme Dante defende, “Um dos principais objetivos do ensino da matemática é fazer o aluno pensar produtivamente, para isso, nada melhor que apresentar situações-problemas que o envolvam, o desafiem e o motivem a querer resolvê-las.” (DANTE, 2009, p. 18)

Resolução de problemas e resolução de exercícios

É preciso destacar a diferença entre resolução de problemas e a resolução de exercícios. A maioria das atividades realizadas em sala de aula são voltadas para a resolução de exercícios, em que o aluno aplica algoritmos de maneira mecânica. No entanto, os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs, 1998) enfatizam que através da reprodução, não garante que o aluno será capaz de aplicar determinado conteúdo em diferentes situações.

Dante salienta que o “exercício, como o próprio nome já diz, serve para exercitar, para praticar determinado algoritmo ou procedimento. O aluno lê o exercício e extrai as informações necessárias para praticar uma ou mais habilidades algorítmicas” (DANTE, 2009, p. 48).

Os PCNs (1998) evidenciam que a resolução de problemas não deve ser utilizada apenas com a finalidade de demonstrar a aplicação de um conteúdo, mas deve ser utilizada como ponto de partida para o ensino. Ressaltando assim a aplicação e importância da matemática.

Relatos de pesquisas sobre a OBMEP e seus resultados em sala de aula.

Tendo em vista a grande dimensão da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, que abrange todo o território nacional, com objetivos voltados para a educação, em especial a educação matemática, é preciso abordar os resultados e possíveis impactos positivos gerados por ela. Para isso, foram vistos alguns trabalhos e estudos com esta abordagem, acerca dos resultados da OBMEP.

A cientista política e doutora em sociologia pela Universidade de Brasília, Maranhão (2009), realizou uma pesquisa, na qual analisa aspectos positivos e negativos relacionados a OBMEP, relacionando alunos professores e o ambiente escolar.

Maranhão (2009) conclui que a OBMEP tem obtido sucesso em relação às metas propostas, com base em estudos anteriores; e pelos dados de sua pesquisa, evidenciou adesão e participação crescente da comunidade escolar; depoimentos favoráveis dos diferentes atores; e, externalidades positivas identificadas (influência no processo de formação da identidade e da autoestima dos alunos, fortalecimento da posição do professor como educador, exemplo e referência, entre outros).

Alves (2010), em sua dissertação de mestrado profissional em educação matemática intitulada por “O impacto da Olimpíada de matemática em alunos da escola pública”, aborda os impactos da Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas em alunos da escola públicas. Para isto, o autor realizou uma pesquisa qualitativa com alunos do terceiro ano do ensino médio de uma escola da rede pública de São Paulo.

A análise dos dados da pesquisa como um todo, de acordo com Alves (2010) revelou que há interesse dos alunos em adquirir novos conhecimentos e que estes não estão motivados para participar da OBMEP devido à falta de informação em torno da competição.

Uma das possíveis análises positivas da OBMEP é a utilização das questões de provas da mesma, em sala de aula, no intuito de aderir a metodologia da resolução de problemas. Em seu trabalho de conclusão de curso, “Uma Proposta de Ensino de Funções para o Primeiro Ano do Ensino Médio”, Bernardo (2015) apresenta uma proposta de ensino de funções para o primeiro ano ensino médio, tendo como recurso questões/problemas inspirados em provas da OBMEP.

Bernardo (2015), constatou êxito no uso de questões da OBMEP em sala de aula, como facilitadora da eficácia do processo de aprendizagem. Além disso, se deparou com “obstáculos” relacionados a conteúdos que deviam ter na bagagem, carência no interesse em aprender matemática e na interpretação dos problemas propostos.

Metodologia

Na pesquisa de cunho qualitativo investigativo, a parte empírica contou com a aplicação de questionários semiestruturados para alunos e professores de Muriaé e região, no intuito de analisar a opinião, participação e envolvimento de alunos e professores desta microrregião com relação as provas e questões da OBMEP.

Tendo em vista o atual cenário da educação em consequência da pandemia gerada pelo novo corona vírus, não foi possível ir ao encontro de alunos e professores no ambiente escolar, por isso foi feito um questionário e compartilhado através das redes sociais. Os questionários foram feitos no Google Forms, e respondido de maneira online, por alunos e professores, que antes de iniciarem o questionário deveriam aceitar a um termo de consentimento informado. Desta forma, foi preciso contar com a boa vontade e confiança na credibilidade da pesquisa por parte do público ao qual a mesma foi destinada.

Os questionários foram disponibilizados para respostas durante o mês de agosto de 2020, e a quantidade de participantes não foi tão grande quanto se havia imaginado, uma vez que foi encaminhado para uma quantidade considerável de alunos e professores de Muriaé e cidades vizinhas. Contudo, apenas 48 alunos e 14 professores de matemática responderam à pesquisa.

Resultados e Discussões

Questionário aplicados aos professores

A princípio os professores responderam algumas questões para identificar o perfil dos participantes, depois disso, algumas questões relacionadas a opinião que eles apresentam sobre a OBMEP, sua importância, aplicação de questões em sala de aula, possíveis incentivos por parte de escolas e professores, e por fim, propostas de aprimoramento para a competição.

O questionário destinado aos professores contou com a participação de 14 professores, que atuam como docentes nas cidades de Rosário da Limeira, Mirai e Muriaé. Vale ressaltar que alguns professores atuam em mais de uma escola da rede pública de ensino. Professores com idade entre 22 e 50 anos, com atuação docentes na rede pública de ensino variando de 2 a 28 anos, sendo eles 9 do sexo feminino e 5 do sexo masculino, todavia no decorrer da análise das respostas todos são citados como professor.

Sobre a instituição de ensino onde fizeram a formação docente, a grande maioria, 12 deles, estudaram na Faculdade Santa Marcelina, um estudou na Universidade Federal de Viçosa e um na Faculdade Integradas de Jacarepaguá.

A seguir será feita uma apresentação e possíveis apreciações das respostas as respectivas perguntas que constituíam o questionário, elencadas nos itens a seguir.

- **Você já teve algum aluno premiado na OBMEP?**

Dentre os professores que participaram da pesquisa, 8 deles nunca tiveram alunos premiados, logo apenas 6 deles já tiveram alunos premiados.

- **Você já recebeu algum prêmio da OBMEP como professor?**

Apenas três dos professores afirmaram já terem recebido prêmios da OBMEP devido ao bom desempenho de seus alunos. Quando perguntados sobre os prêmios, as respostas foram, “certificado como orientador alunos premiados com medalhas de bronze”, “um livro e uma menção honrosa”, “Premiação em dinheiro (3 vezes)”.

- **Na sua opinião as provas da OBMEP estimulam o desenvolvimento e melhoria do desempenho dos alunos em matemática?**

Apenas um professor disse não acreditar que a OBMEP estimula o desenvolvimento dos alunos.

- **Você já desenvolveu alguma atividade em sala de aula ou extraclasse, no intuito de preparar seus alunos para a OBMEP? (Descreva)**

Três dos professores responderam apenas “não” sem apresentar justificativas, um deles disse que não, e justificou que, “*visto que esta abordagem não é de interesse da maioria. Mas já resolvi diversas questões para alunos que me procuram para dúvidas com relação à OBMEP*”. Os demais professores disseram utilizar questões de anos anteriores disponíveis em bancos de questões e site da OBMEP, dentre estes apenas um afirmou realizar atividade extraclasse, “*Sim. Trabalhei um período com alunos (extraclasse-reforço) para segunda etapa da prova*”.

Por conseguinte, é possível observar que os bancos de questões que podem ser importantes fontes de apoio e recursos para aplicação de questões que preparam os alunos para a realização das provas da OBMEP, são utilizados por muitos dos professores pesquisados.

- **A(s) escola(s) em que trabalha tem algum projeto que envolva preparar os alunos para a OBMEP, ou incentivar para que eles participem desta competição? (Descreva)**

Sobre o envolvimento das escolas, a maioria dos professores declarou que as escolas não têm nenhum projeto no intuito de preparar seus alunos, para que tenham melhor desempenho na OBMEP, mas conscientizam seus alunos sobre a importância de participarem das provas. Apenas um professor que atua na cidade de Miraiá, afirmou que “*uma professora oferece aulas extras para os alunos classificados para a segunda etapa*”.

Desta forma, a partir deste item e da resposta apresentada no item anterior é possível destacar que é dada maior atenção aos alunos classificados para a segunda fase, por parte de professores e escolas. Da mesma forma que foi constatado por Alves (2010) em sua pesquisa.

- A (s) escola (s) em que trabalha promove algum tipo de evento para a entrega de prêmios, menção Honrosa ou medalhas da OBMEP, no intuito de incentivar outros alunos? (Descreva)

Nesta questão um professor disse não saber, e outro professor disse “*Não. Na escola que trabalhei no ano passado, era concedido aos alunos notas no conceito àqueles que acertavam determinada quantidade de questões na prova da OBMEP.*”

Os demais professores disseram que sim, e alguns especificaram que as entregas das premiações são feitas em ocasiões como momentos cívicos, comemoração da escola, ou momento festivo reunindo os alunos na quadra, e um deles ainda destacou que a própria escola, por vezes agracia os alunos premiados com alguns presentes extras.

Nesse sentido, é viável afirmar que a maioria das escolas buscam valorizar e destacar os alunos premiados, buscando incentivar o interesse destes, e dos demais alunos.

- **As questões da OBMEP influenciam sua ação docente, trabalhando questões contextualizadas?**

Apesar de um professor acreditar que OBMEP não contribui para a melhora do desempenho do aluno em sala de aula, nessa questão, todos afirmaram que as questões da OBMEP influencia sua ação docente.

- **Você utiliza problemas disponíveis em bancos de questões, ou do site oficial da OBMEP em suas aulas?**

Dez deles afirmaram que sim e quatro disseram que não.

- **Apresente aqui Sugestões de aprimoramento para a OBMEP**

Neste item foi possível ter uma percepção maior dos professores a respeito da OBMEP, analisando o que eles elencaram como possíveis melhorias para a prova. As propostas de melhorias foram enumeradas de maneira aleatória com o propósito de facilitar a compreensão.

1. “*Criar grupos de estudos para trabalhar questões estilo a prova*”.

2. “*Infelizmente é algo difícil de ser trabalhado na sala de aula com todos os alunos, visto que vários não tem interesse e chegam a faltar na aula no dia da aplicação, ou dormir durante a prova. Acho que o trabalho feito com alunos que passaram para segunda etapa e que tem interesse em fazê-la acaba por surtir mais efeitos e parece uma proposta mais viável. Lamentavelmente é uma atividade que exclui boa parte da turma, talvez seria interessante engajar mais alunos nessa atividade visando as provas dos anos seguintes, no entanto, acho uma atividade mais difícil de ser aplicada com o calendário da escola sendo apertado*”.

3. “*Uma melhor transparência quanto ao resultado da OBMEP, com um site mais organizado*”.

4. *“Poderia ter questões fáceis, médias e difíceis, pois a maioria das questões não atende aos nossos alunos, fazendo com que os mesmos marquem de qualquer maneira”.*

5. *“Por se tratar de olimpíada, ela já atende bem o requisito, pois não é cobrado apenas o conhecimento de conteúdos, mas muita interpretação com um alto nível de raciocínio lógico, é um verdadeiro desafio”.*

6. *“Elaborar questões com o nível mais fácil e de acordo com o currículo referencial (BNCC)”.*

7. *“Infelizmente a prova só faz sentido para os alunos cujo objetivo é melhorar nas habilidades escolares e a grande maioria não se interessa pela mesma. Acho que uma melhor divulgação (não que a atual não seja suficiente, mas tem atingido cada vez menos alunos) com visita a escola por professores universitários envolvidos no projeto e oferta de visita dos alunos que apresentarem interesse às universidades, poderia reativar o interesse dos desmotivados que veem na avaliação algo distante de sua realidade”.*

8. *“Trabalhar com material concreto”.*

9. *“Para aprimorar a Obmep acho que tem que voltar a pagar de verdade os prêmios combinados. Apesar de eu não comentar com alunos, o último prêmio que ganhei não foi pago, por falta de verba, nem para mim e nem para outros colegas de Muriaé que ganharam. Com relação as provas da Obmep julgo que são muito boas organizadas e desafiadoras, o maior desafio atualmente é, desenvolver a autoconfiança dos alunos para se sentirem capazes de realizar a prova. É preciso aprimorar é o sistema público de educação”.*

Avaliando as propostas de melhorias em questão, vale destacar que alguns itens citados não são necessariamente mudanças que podem ser feitas pela OBEMP e sua equipe, mas pela própria escola e professores, como a proposta voltada para aulas mais concretas e o maior engajamento na divulgação e envolvimento dos alunos, para aumentar o interesse pela competição.

É possível destacar fatores como cumprimento de currículo escolar previamente fornecido, que requer de o professor cumprir com conteúdo em determinado tempo que pode não ser favorável, dificultando a aplicação e o uso de metodologias de ensino requerem mais tempo.

Ademais, alguns professores destacaram o nível de dificuldade das provas como superior ao nível de aprendizagem de seus alunos, enfatizando a defasagem na aprendizagem de alunos da rede pública de ensino.

Contudo, é possível destacar que os professores consideram que os alunos não têm interesse pela competição.

Questionário aplicado aos alunos

Como parte da metodologia proposta neste trabalho, também foi direcionado um questionário para os alunos, a fim de coletar dados sobre a opinião e posicionamento dos alunos sobre a OBMEP, tendo em vista que estes são o principal alvo desta competição.

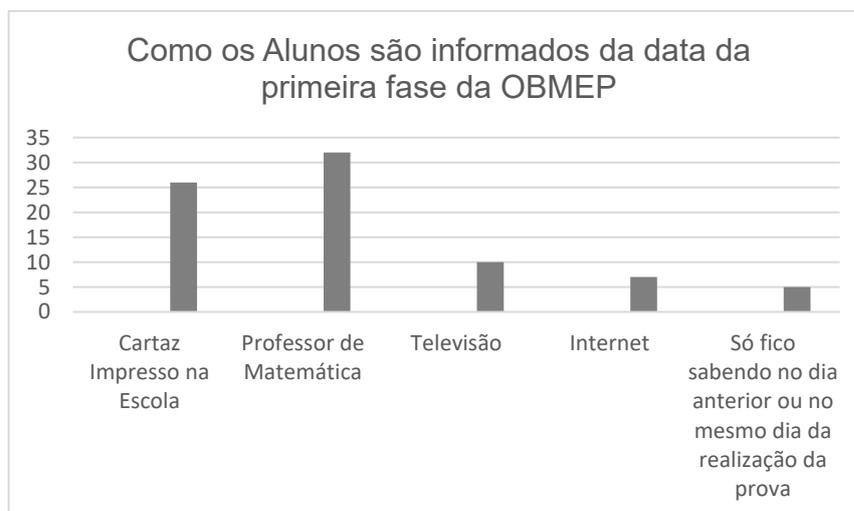
Os questionários foram disponibilizados da mesma forma que o questionário destinado aos professores e contou com a participação de 48 alunos, com idade entre 12 e 18 anos, todos alunos de escolas públicas das cidades de Rosário da Limeira, Ervália, Guiricema, Mirai, São Sebastião da Vargem Alegre e Muriaé. Sendo 30 do sexo feminino e 18 do sexo masculino.

Sobre a série que os alunos estão cursando atualmente, a maioria deles são alunos do terceiro ano do ensino médio. Tal fato é positivo tendo em vista que os alunos do terceiro ano são aqueles que tiveram maior número de oportunidade de participar das provas. Foi disponibilizado a opção de já ter concluído o ensino médio, no entanto, esse não era o foco principal e não houve participação deste tipo de público.

Sobre a participação na primeira fase da OBMEP, grande parte deles já participaram pelo menos uma vez, apenas 3 dos 48 participantes disseram nunca ter participado. A metade deles não soube informar a quantidade de vezes que participou.

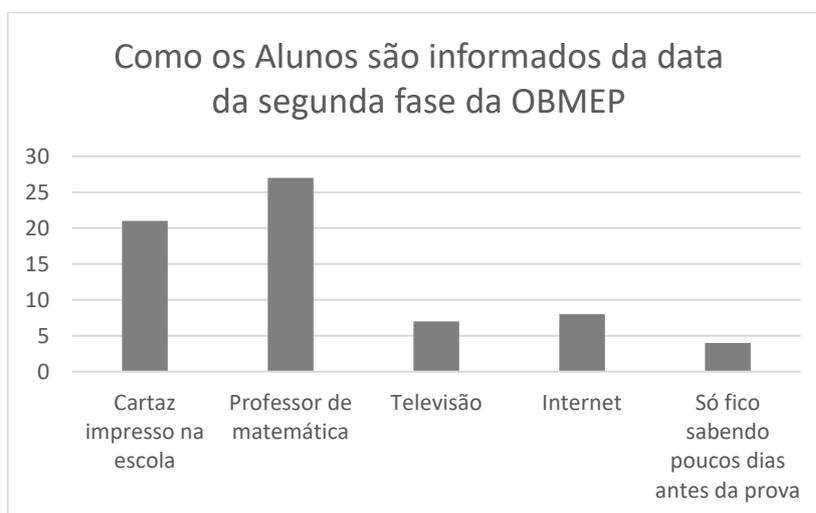
Os alunos também foram questionados sobre como são informados da data da primeira e segunda fase da OBMEP, nessa questão os alunos podiam selecionar mais de uma opção. Através dos gráficos a seguir (fig. 1 e 2), constam que os principais agentes responsáveis pelo processo de informar os alunos sobre as provas são os professores de matemática e a escola. No entanto, ainda existe uma pequena porcentagem que diz saber da prova apenas dias antes, por consequente não são preparados para o estilo das provas da competição.

Figura 1- Fontes de Informação sobre a Primeira fase



Fonte: da autora

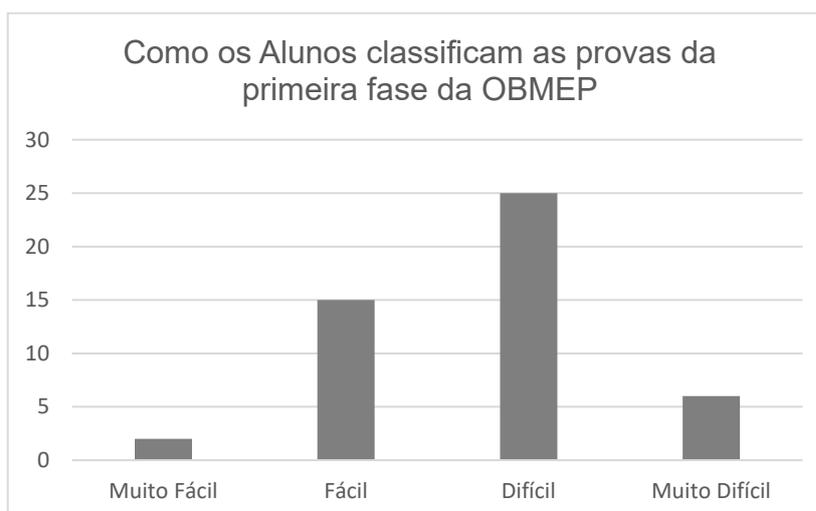
Figura 2- Fontes de Informação Sobre a Segunda Fase



Fonte: da autora

Sobre o nível de dificuldade os problemas que compõem as provas da primeira fase da OBMEP, a maioria dos alunos considera as questões difíceis, como pode ser constatado na fig. 3 a seguir.

Figura 3- Nível de Dificuldade da Primeira fase da OBMEP

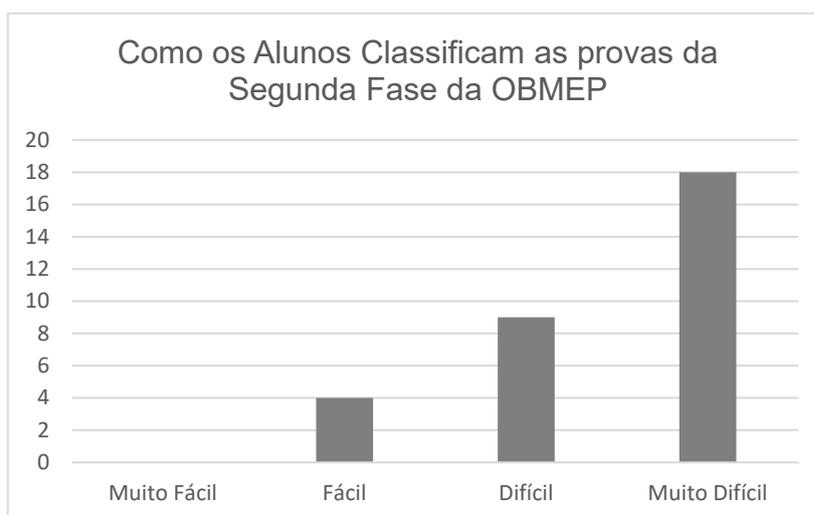


Fonte: da autora

Dentre os alunos que participaram da pesquisa, exatamente 50% já passaram para a segunda fase da competição, variando o número de participações entre 1 a 4 vezes, sendo a maioria deles apenas 1 vez, 14 dos 24 que fizeram pelo menos uma vez.

Quando indagados sobre o nível de dificuldade da prova da segunda fase, a maioria dos alunos classifica como muito difícil, como mostra a fig. 4.

Figura 4- Nível de Dificuldade da Segunda Fase.



Fonte: da autora

Sobre as premiações da OBMEP, apenas quatro dos alunos que participaram da pesquisa já receberam algum prêmio, sendo todos eles certificados de Menção Honrosa; e apenas um dentre estes, afirmou ter participado uma vez do programa de iniciação científica oferecido pela OBMEP.

Quando perguntado se a escola ou professor de matemática tem alguma estratégia com a finalidade de preparar os alunos para as provas da OBMEP, 27 marcaram a opção “não” e 21 marcaram a opção “sim”. Em uma questão aberta para a descrição de possíveis atividades em classe ou extraclasse, os alunos descreverem que os professores usam questões de provas antigas em sala de aula.

A respeito da motivação em participar das provas da OBMEP, a opção “não” foi a mais selecionada, no entanto, sobre acreditar na melhoria do desenvolvimento e desempenho em matemática a opção “sim” teve maior destaque.

Desta forma, muitos alunos apesar de sentirem desmotivados em participar da OBMEP, acreditam que ela possa contribuir de maneira positiva para sua aprendizagem, tal fato, pode servir de incentivo para que professores busquem estratégias para motivar seus alunos a participarem da OBMEP. Esse ponto de vista por parte dos alunos é evidenciado também nas propostas que eles apresentaram como aprimoramento para a OBMEP.

Tendo em vista que era opcional a questão sobre sugestões de aprimoramento sobre a OBMEP, muitos dos alunos que participaram da pesquisa não apresentaram sugestões, outros argumentaram estar sem “ideias”, dois deles disseram não precisar de aprimoramento, alegando já estar satisfeito com o formato atual e dois alegaram que seria melhor deixar de participar da competição.

Dois alunos se queixaram do nível de dificuldade das provas e três alunos acreditam que seria melhor se as provas fossem divididas por séries e não por níveis, devido a conteúdos que ainda não tenham sido abordados em sala de aula e possa ser cobrado nas provas. Dois alunos não consideram suficiente o tempo disponível para a realização das provas.

Vale ressaltar a opinião de um aluno que sugeriu que as provas da OBMEP sejam mais claras e objetivas. Um sugeriu que os alunos fossem informados sobre ser aprovado ou não para a segunda fase, tal fato apresenta que pode existir uma carência de informações entre a escola e o aluno.

As propostas que tiveram destaque são aquelas voltadas para o engajamento dos professores para preparem os alunos para as provas da OBMEP, sete alunos apresentaram sugestões como a criação de grupos de estudos com atividades extraclasse, para aprimoramento, revisão de conteúdos e resolução de provas de anos anteriores. Além disso, um aluno sugeriu “*Encontrar um meio melhor de chamar a atenção do aluno*”, tornando perceptível que existe interesse ao menos em uma parte dos alunos e que estes anseiam por uma preparação, a fim de possibilitar um melhor desempenho na competição.

Considerações Finais

A partir das investigações acerca das competições matemáticas, seus precedentes históricos, objetivo e premiações, foi possível perceber um leque de oportunidades oferecidas por estas competições, enfatizando a OBMEP, que é o foco desta pesquisa. Oportunidades estas que proporcionam ao aluno um contato maior com a matemática, a fim de aumentar seu interesse e gosto pela disciplina. Além disso, programas e projetos vinculados a OBMEP, que são oferecidos para alunos premiados e aqueles disponíveis para alunos em geral, que queiram se aprofundar, podem agregar muitos conhecimentos matemáticos ao aluno.

Diante da aversão que muitos alunos apresentam com relação a matemática, a resolução de problemas é uma metodologia viável para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem da matemática, em observância aos seus princípios, e à apreciação da utilidade, aplicação e significado que esta metodologia atribui a matemática. Tendo também como base os aspectos positivos destacados pelos estudos feitos sobre a OBMEP em sala de aula.

Outrossim, em análise aos questionários foi possível constatar que existe interesse por parte de alunos e professores com relação as provas da OBMEP, no entanto é necessário um maior engajamento de ambas as partes, uma vez que muitos professores

argumentaram falta de interesse dos alunos, no entanto muitos alunos que participaram da pesquisa fizeram sugestões para atividades que envolvam, preparem e desperte o interesse dos mesmos para a competição.

Além disso, em uma análise posterior a aplicação dos questionários foi constatada uma carência sobre a indagação sobre o conhecimento dos alunos sobre os programas e projetos vinculados à competição. Ficando assim como proposta para estudos futuros. É possível elencar também como propostas para a continuidade de estudos com base nas provas da OBMEP, o desenvolvimento de projetos com um grupo de alunos, no intuito de prepará-los para as provas da OBMEP, o destaque dos meninos na matemática, e altas habilidades matemáticas que podem ser descobertas através da competição.

Foi possível perceber que dentre os alunos que participaram da pesquisa, o número de premiados em competições anteriores é consideravelmente pequeno, uma vez que dentre os 48 alunos participantes apenas 4 deles já receberam alguma premiação, todas menção honrosa e nenhuma medalha. Ressaltando a importância de preparar e incentivar a participação dos alunos por parte de professores e escolas.

Contudo, pode-se destacar que a resolução de problemas deve ser utilizada como ponto de partida para o ensino e não apenas como forma de aplicação do conteúdo. A Resolução de Problemas possibilita e fomenta o desenvolvimento de habilidades como raciocínio lógico, criatividade e interpretação de texto. Além de contribuir para o bom desempenho na OBMEP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Washington J. Santos. **O impacto da Olimpíada de matemática em alunos da escola pública.** [Mestrado Profissional Em Ensino da Matemática. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo, 2010.

BAGATINI, Alessandro. **Olimpíadas De Matemática: Altas Habilidades E Resolução De Problemas.** Departamento de Matemática Pura e Aplicada. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BERNARDO, Paola Rossato. **Uma Proposta de Ensino de Funções para o Primeiro Ano do Ensino Médio.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DANTE, Luiz Roberto. **Formulação e Resolução de Problemas de Matemática Teoria e Prática.** 1. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MACIEL, Marcos Vinicius Milan. **Olimpíadas Brasileiras de Matemática das escolas públicas (OBMEP): As origens de um projeto de qualificação do ensino da matemática na Educação Básica.** In: *Anais*. Encontro Gaúcho de Educação Matemática. Ijuí, RS. 2009.

MARANHÃO, Tatiana de P. A. **Avaliação de impacto da Olimpíada Brasileira de Matemática nas escolas públicas (OBMEP – 2005/2009)**. In: *Avaliação do impacto da Olimpíada Brasileira de Matemática nas Escolas Públicas (OBMEP) 2010*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011. p. 13-46.

Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas. Disponível em <<http://www.obmep.org.br/>>. Acesso maio de 2020.

Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Matemática. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998

SILVA, Eduardo A. da. **Um paralelo entre as ideias de Felix Klein e os efeitos da Obmep**. [Trabalho de Conclusão de curso] instituto de matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Valério, W. **Resolução de Problemas, uma abordagem com questões da OBMEP em sala da aula**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências – Programa de Mestrado Profissional em Matemática) – Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICEME/USP), São Carlos, São Paulo, 2017.

Study on the relationship of students and teachers from Muriaé and region with OBMEP, and its contribution to the teaching of mathematics

ABSTRACT: This work focus mainly on the Brazilian Mathematics Olympics of Public Schools (OBMEP): a national project, with objectives aimed at improving the quality of education and awakening a taste for mathematics. From the studies carried out, it has been possible to verify the contributions of OBMEP to the improvement of the teaching and learning process, associated with programs and projects originating from OBMEP and the methodology of problem solving.

KEYWORDS: Teaching-learning. Math Olympics. OBMEP

Data de envio: 31 de outubro de 2020.

Data de aceite: 18 de dezembro de 2020.

Influência da música na aprendizagem de matemática: Musicalizar para somar na aprendizagem

Ir. Mayara Romeiro Valentin ³³

Érica Marques da Silva Santos ³⁴

RESUMO: Temos na sociedade um número significativo de pessoas que têm dificuldade com a aprendizagem da matemática por diversos motivos, um deles é ter apenas memorizado, sem que gerasse a verdadeira aprendizagem. O trabalho apresentará argumentos necessários para a valorização da aprendizagem de maneira lúdica e prazerosa por meio da música. Em nosso estudo, a música será o mecanismo evidenciado para favorecer o processo de aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Música. Matemática; Desenvolvimento; Educação.

Introdução

A Matemática faz parte do nosso cotidiano, seja na escola, no trabalho e na nossa vida social, desta forma a escola tem mais uma vez sua importância constada na formação social dos indivíduos. No Ensino Fundamental os alunos trazem consigo uma experiência da vida cotidiana que segundo Abdounur, 2002 apud Souza, 2016) “é uma organização teórica a respeito do pensamento analógico na construção de significados, implicações e consequências no processo didático/pedagógico”.

De acordo com Gardner, 1995 apud Souza, 2016) “a Inteligência consiste como um espectro de Múltiplas Competências para ancorar e discutir as dinâmicas de participação do Pensamento Analógico, revelando especial atenção às relações entre as competências matemática e musical”, desta forma, pode-se dizer que para o conhecimento popular, a matemática e a música encontram-se intimamente ligadas.

Nas palavras de Machado (1992) a visão humana é o sentido que mais capta as informações da realidade. Sendo assim, cada indivíduo, por pensar de forma distinta, contribui na sua modificação. É através da vida em sociedade que ocorre a difusão do conhecimento, pois nela se manifestam as diversas culturas.

A Matemática tem um grande valor como bem cultural de interpretação da realidade e através dela é possível preparar o educando para a sua inserção no mundo do conhecimento e do trabalho. Atualmente a educação no Brasil tem passado por

³³ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Santa Marcelina (FASM/MG)-
ir.mayaravalentin@gmail.com

³⁴ Dra. Engenharia e Ciências dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF/RJ)
e professora Faculdade Santa Marcelina - erica.santos@santamarcelina.edu.br.

mudanças que vão desde a Organização Estrutural do Ensino e de Currículo até as metodologias aplicadas em sala de aula.

De acordo com a Lei 11.760, sancionada em 18 de agosto de 2008, as escolas públicas e privadas devem incluir o ensino de Música em suas grades curriculares, a música segundo a lei deve ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica.

É importante destacar que a aprendizagem acontece de formas distintas, visto que cada aluno aprende de forma diferente pois vivemos no cotidiano social diversificado. A socialização humana utiliza de diversas formas de comunicação simbólica utilizando a Matemática como referência do processo de aquisição de conhecimentos, este constituirá uma forma de poder, visto que a falta do domínio nessa área discrimina o educando e acaba por criar uma exclusão social.

A cada dia se faz mais necessário estabelecer uma relação íntima entre os saberes curriculares fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos. O currículo de uma matéria deve ser determinado pela compreensão mais fundamental que se possa atingir a respeito dos princípios básicos que dão origem a essa matéria. O conhecimento da realidade ao quais os educandos estão inseridos possibilita identificar as suas reais necessidades, as exigências, as expectativas e interesses como também nos leva a perceber os limites das políticas públicas e a necessidade de políticas compensatórias que atendam aos interesses deles. O projeto contribui para o conhecimento da sociedade, pois incentiva o uso da música como facilitador do conhecimento científico e da aprendizagem, como alternativa favorável e possível.

Tendo como base as leituras e pesquisas analisadas, o objetivo do trabalho é reforçar a importância do uso da música na aprendizagem, de modo mais específico na matemática. O interesse da pesquisa é apresentar a diferença na aprendizagem da matemática para as pessoas que tiveram e têm proximidade com a música e com base no resultado, apresentar uma possível solução para o problema em análise.

Observando as trajetórias da matemática e da música, o presente trabalho procura revelar analogias e similaridades no desenvolvimento dinâmico de construção de conceitos considerados sob uma ótica especialista, pertencentes exclusivamente às áreas referidas. Interligar conhecimentos regidos por esquemas comuns, bem como integrar razão e emoção, estreitamente relacionada à indissociação, afeto e cognição.

Referencial Teórico

Um pouco da história da matemática

A matemática é a ciência que surgiu e evoluiu na história de acordo com as mudanças e necessidades humanas em resolver situações problemas cotidianas. Ações simples como contar, trocar, comprar, vender e calcular foram necessidades impostas ao homem a partir do momento em que ele começou a viver em sociedade.

Desde seu surgimento a matemática ainda que primitiva se originou em certas áreas do Oriente Antigo primordialmente como uma ciência prática para assistir a atividades ligadas à agricultura e à engenharia. A demarcação de terras em torno do rio Nilo é um exemplo dos primeiros registros de utilização da matemática em antigas civilizações, como a babilônia e a egípcia.

No século V a. C. na civilização grega, encontramos os primeiros registros da sistematização da matemática. A qual era muito valorizada pelos gregos e, portanto, se tornou um assunto importante para ser estudado de forma mais aprofundada pelos filósofos da época.

Ao longo da história houve um período de interstício na história, a Idade Média, onde a matemática deixou ser protagonistas dos estudos e deu lugar aos estudos de interesses da Igreja.

Com a chegada da burguesia, a Reforma Protestante e o Renascimento, novamente as concepções do que era importante mudam, elevando-se a importância do homem e de seu trabalho. Já na Idade Moderna, observa-se com o Iluminismo e o Racionalismo movimentos que mudam a forma de pensar e agir da sociedade. É nesse período que vários filósofos e matemáticos entram para a história. Foi uma época que ocorreu grande expansão do conhecimento e surgiram os especialistas na área. No século XVII, a Matemática desempenhou papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados. Surgiu a concepção de lei quantitativa que levou o conceito de função e do cálculo infinitesimal.

Esses elementos caracterizaram as bases da matemática como se conhece hoje. (TRESSINO 2014 apud PARANÀ, 2008, p. 40). Quando chegou o século XVIII, acreditava-se que tudo já tinha sido descoberto, mas a geração que acompanhou a revolução francesa e industrial continuou descobrindo e desenvolvendo muito na matemática. (TRESSINO, 2014)

Uma breve história sobre a música

Assim como a matemática, a música pode ser considerada presente na civilização humana desde os primórdios. Na era primitiva o homem utilizava-se de sons, como batidas de pedras, uivos, batidas de troncos e sons corporais para se comunicar. É importante destacar que ainda não tínhamos a música propriamente dita, mas tais expressões de sons, posteriormente se tornariam música.

A data correta da criação da música é desconhecida, alguns estudiosos afirmam que a música surgiu logo após o advento da linguagem falada, ou concomitantemente, através da música se demonstram emoções ignoradas através da fala. (TRESSINO, 2014)

Os rituais, cerimônias, comemorações, utilizando somente a voz e sons corporais, são tidas como as primeiras manifestações musicais e, posteriormente foram incluídos os instrumentos musicais.

A música passou a estar presente nas civilizações de forma muito forte e, cada civilização deu sua contribuição e características para a música. Como exemplos podemos citar alguns acontecimentos como: na Mesopotâmia foi desenvolvida uma teoria musical, conhecida pelos estudiosos, e criados instrumentos musicais avançados para a época, no Egito, a música estava muito ligada ao culto dos deuses, era utilizada em situações religiosas, recreativas e de guerras. Os chineses acreditavam que a música tinha originado da natureza e que tinha poderes mágicos. Os hebreus e árabes possuem seus registros de cantos religiosos na bíblia e no Alcorão.

Os gregos construíram teorias musicais mais elaboradas que os outros povos, tendo papel fundamental para a evolução da história da música ocidental, o ensino musical fazia parte da educação dos jovens.

Os romanos foram influenciados pelos gregos, destaca-se neste período o uso da música pelos cristãos, que hoje é tradição nas celebrações da Igreja Católica.

Já Idade Média, houve a separação entre a música sacra ou religiosa e a música popular ou profana. Uma grande diferença entre as duas, além da forma de cantar, eram os instrumentos utilizados. Nas músicas sacras, só era permitido o uso do órgão, para as músicas populares poderiam usar flauta, harpa, alaúde, gaita de foles, sanfona entre tantos outros instrumentos.

Foi neste período, por volta do ano de 1035 que o monge beneditino Guido D'Arezzo nomeou as notas musicais – dó, ré, mi, fá, sol, lá – sendo a nota si, sétima nota musical, só colocada na escala em 1673.

Atualmente, a música é fruto de grandes mudanças, onde nota-se uma crescente influência nacionalista, principalmente em países comunistas. Destacam-se compositores norte-americanos e latino-americanos, como Heitor Villa Lobos. Ocorre uma crescente influência de vários estilos internacionais na música. E não podemos esquecer a busca incessante por novos sons, instrumentos e finalmente a música eletrônica. (TRESSINO, 2014)

A história da Matemática e a Música juntas na aprendizagem

A matemática e a música passaram por um processo na história da sociedade, Arquitas de Tarento (430 – 360 a.C). Acreditava-se que a música deveria assumir um papel mais importante que a literatura na educação das crianças. Assim como Boetius 480 -524 Pahlen, Considerava a música uma força que impregnava todo o universo e um princípio unificador do corpo e alma. (ABDOUNUR, 1999)

“Nossa alma é a harmonia das partes, membros e funções do nosso corpo, como a melodia é a proporção dos sons que saem das cordas da lira”. (FALLAS, 1992). O filme “Donald no país da matemática” nos mostra também as inúmeras possibilidades matemáticas que estão ao nosso redor, em nosso cotidiano e tão pouco observamos, formas geométricas em toda parte, simetria e etc.

“A matemática oferece suporte silencioso à evolução dos sistemas musicais, ao mesmo tempo que a música manifesta arquétipos também presentes na matemática que contribuem mutuamente para a evolução coletiva da ciência/arte.” – (ABDOUNUR, 1999, p.296). “Música é o prazer que a alma humana experimenta na contagem, sem estar ciente de que está contando.” (GRANJA, 2006, p. 98).

A matemática e a música possuem laços profundos já conhecidos desde a Antiguidade. O poder conquistador supra-humano da música já se expressa na mitologia grega em Orfeu, cujo canto acompanhado de lira sustava rios, amansava feras e movia pedras. O primeiro registro científico, de fato, associando matemática e música ocorre por volta do século VI a.C na Grécia antiga, na escola pitagórica. A música foi objeto de estudo do pensador Pitágoras, que descobriu uma escala de tons musicais diferente da que era utilizada até então, em que calculou a diferença existente entre as notas ou tons da escala - Dó, Ré, Mi, Fá, Sol, Lá, Si, Dó. (ABDOUNUR, 1999).

Para Pitágoras e seus seguidores, havia uma relação intrínseca entre a Música, a Matemática, a organização cosmológica e a composição das almas das pessoas, pois todos esses elementos naturais eram, na visão pitagórica, regidos por ordens numéricas. Assim como todos os elementos naturais, a música era na visão pitagórica, uma relação numérica. Essa ideia está bem fundamentada e sustenta-se até hoje, pois as relações entre tons, semitons e outros elementos musicais são medidos e classificados por números. (PORFÍRIO, 2018)

A música trouxe na aprendizagem uma revalorização do pensamento analógico, pois adquire ainda maior importância quando avaliamos as consequências ou os fatores concomitantes de uma formação destituída na construção da identidade individual e coletiva. Alguns pesquisadores insistem em explicar a mente exclusivamente a partir de fenômenos cerebrais, desprezando-se o resto do organismo, bem como o ambiente físico e social, mas nós somos um todo que precisa estar em conexão com o universo. (ABDOUNUR, 1999)

A ressonância cartesiana na metáfora em que o corpo se associa ao hardware e a mente a software, não é viável, pois a mente altera o corpo mais o software não altera o hardware. O pensamento analógico é a capacidade de integrar domínios cognitivos a domínios afetivos, propiciando reconfigurações no pensamento, que assumem estrutura mais ampla. (ABDOUNUR, 1999)

A música vem de encontro a favorecer no desenvolvimento do ser humano como um todo. A revista TIME de 27/06/94 (Machado, 1995, p.106) traz o exemplo de um jovem de 28 anos com capacidade mental de uma criança que sabia contar até cinco,

mas mostrou grande maturidade pictórica inspirado pela música de seus pais. Movido pela expressão artística de seus pais, em determinado momento, tal jovem deslançou a pintar quadros extraordinários. O solo revelador de sua inteligência pictórica, talvez tenha sido a música, que gatilhando processos cognitivos/afetivos tácitos, iluminou as profundezas mais originais.

A conduta em ambiente escolar deve objetivar a capacidade, por parte do estudante, de navegar livremente e com flexibilidade sobre a rede cognitivo e afetiva no sentido de consolidar os mais diversos caminhos nessa teia de significações. O pensamento analógico permite resgatar uma integração fisiológica, afetiva, mental, estimulando a impregnação de carga afetiva na comunicação.

Encorajar o uso de analogias significa, semear o costume de se “pensar com o corpo inteiro”, o que confere a esse mecanismo comparativo responsabilidade sobre a integridade pessoal. Devemos despertar reflexões sobre metodologias para alcançar espontaneidade e liberdade mental, propiciada também pela navegação por áreas da rede mais impregnadas de afeto, tais como efetuar análises simples e mais profundas, sob a ótica das conjecturas apresentadas, das relações entre matemática e música e entre outros. Assim como, oferecer solo fértil para as germinações, a fim de evitar deficiências e bloqueios intelectuais, e conquistar certa liberdade e espontaneidade para navegar por cenários afetivos, cognitivos diversos.

A educação deve sempre responder às necessidades gerais, visando à construção de indivíduos íntegros, cujas competências organizam-se e articulam-se de forma harmoniosa, favorecendo a capacidade de associar o aprendido nos bancos escolares às múltiplas situações da vida que contracenam no dia a dia.

Desenvolvimento

A pesquisa se deu dentro de um cenário atípico vivenciado pelo mundo, onde o ensino e as atividades relacionadas à educação estão acontecendo de forma integralmente remota. Desta forma, os dados obtidos foram limitados a aplicação de um questionário *on-line* a plataforma utilizada foi a “*Microsoft Forms*”.

O público-alvo da pesquisa foram pessoas nascidas antes de 1970 com idade superior a 50 anos totalizando 48 respondentes. Os resultados foram coletados e analisados através do Microsoft Excel®.

Resultados e Discussões

Os resultados mostram que ensinar matemática através da música tem resultados positivos e que podem contribuir de forma significativa para novas formas de ensinar e aprender.

A Fig. 3, mostra que o perfil do público-alvo deste trabalho é predominantemente pessoas com mais de 50 anos.

Ano de Nascimento



Figura 4 – Gráfico do Ano de Nascimento dos pesquisados. Fonte: A autora

Tabela 1 - Ano de Nascimento dos pesquisados.

Ano de Nascimento dos pesquisados	
1990 - 2010	35%
1970 - 1990	25%
Antes de 1970	40%

Fonte: A autora.

A Fig. 4 mostra que a maioria dos respondentes atua ou tem interesse na área educacional e de acordo com a Tab. 2 estes grupos representam cerca de 68%.

Área de atuação

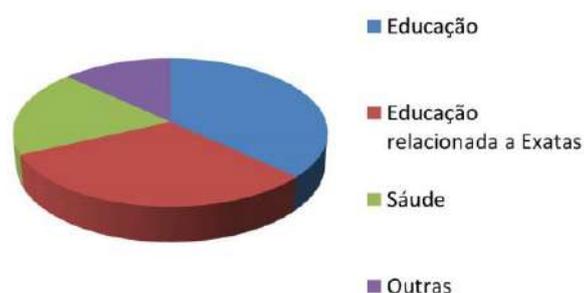


Figura 5 - Área de atuação dos pesquisados. Fonte: A autora

Tabela 2- Área de Atuação dos pesquisados.

Área de atuação dos pesquisados	
Educação	37%
Educação relacionada a Exatas	31%
Saúde	19%
Outras	13%

Fonte: A autora.

De acordo com a pesquisa realizada com um grupo de 48 pessoas, 54% não tiveram dificuldade na aprendizagem matemática como mostra o gráfico da Fig. 5, ao mesmo tempo em que 40% tiveram contato direto com a música e 27% tiveram um pouco de contato com a música, como mostra a Fig. 6. Podemos considerar que os 34% que não tiveram contato com a música se encaixem no grupo de 46% que tiveram dificuldade na aprendizagem matemática.

Tiveram dificuldade em aprender matemática

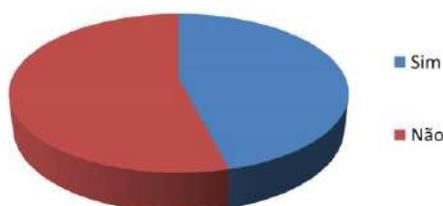


Figura 6 Tiveram dificuldade em aprender matemática. Fonte: A autora

Tabela 3 - Tiveram dificuldade em aprender matemática

Tiveram dificuldade em aprender matemática	
Sim	46%
Não	54%

Fonte: A autora

Tiveram oportunidade e ou experiência com a música diretamente

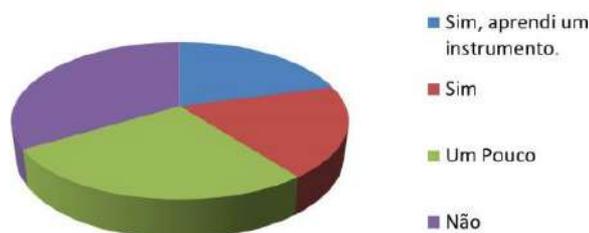


Figura 7 - Tiveram oportunidade e ou experiência com a música diretamente. Fonte: A autora

Tabela 4 - Tiveram oportunidade e ou experiência com a música diretamente.

Tiveram oportunidade e ou experiência com a música diretamente
--

Sim, aprendi um instrumento.	21%
Sim	19%
Um Pouco	27%
Não	34%

Fonte: A autora

Ainda na mesma pesquisa, tivemos o resultado em escala de que a área de maior atuação e interesse de atuação entre os pesquisados, está associado ao número dos que tiveram relação positiva com a música com 68% das respostas entre educação e exatas, e 71% dos pesquisados já aprenderam ou gostariam de aprender um instrumento, como mostra a Fig. 7.

Gostariam de aprender música ou algum instrumento

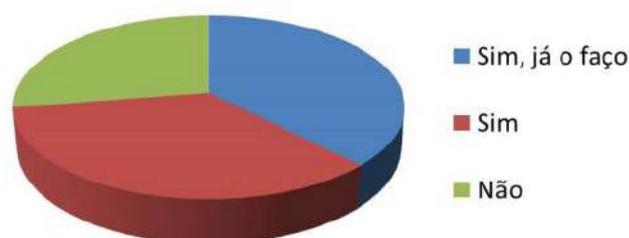


Figura 8 - Gostariam de aprender música ou algum instrumento. Fonte: A autora

Tabela 5 - Gostariam de aprender música ou algum instrumento

Gostariam de aprender música ou algum instrumento	
Sim, já o faço.	37%
Sim	34%
Não	27%

Fonte: A autora

Podemos observar que as pessoas que tiveram relação positiva com a música, tiveram um melhor desenvolvimento na matemática e a música pode contribuir profundamente na vida das pessoas. Dessa forma nos incentiva a envolver mais a música no processo de desenvolvimento do humano, no seu aspecto afetivo e cognitivo.

Oficinas interdisciplinares aclararam conceitos de consonância / dissonância, timbre, harmônicos, batimentos, intensidade e altura musicais, identificadas agora por meio da codificação matemática de sons, por exemplo, na experiência de Miller com o

Phonodeik e sua versão mais moderna realizada através de um osciloscópio conectado a um microfone. A possibilidade de construir experimentos utilizando das tecnologias abre horizontes. As tecnologias reconfiguram as dinâmicas de pensamento e sentimento, bem como a rede de significados, modificando, portanto, as concepções de inteligência e conhecimento. Nós relacionamos a, por exemplo, soma ou sobreposição de intervalos musicais com o produto de frações em matemática. (ABDOUNUR, 1999)

É importante, pois, ter um diagnóstico norteador das estratégias educacionais em termos das Múltiplas Inteligências a serem utilizadas na dinâmica de ensino. Assim como, ressaltar a valorização da afetividade no ambiente de ensino aprendizagem como um critério para a assimilação de conhecimento utilizável.

“A própria ideia de ressonância aproxima-se fortemente de empatia, pois está última nos leva a pensar nos significados que vibram simultaneamente ao estimularmos a rede em um determinado ponto, por possuírem certa simpatia secreta na aceção de Borges”. (Machado, 1995).

A matemática oferece suporte silencioso à evolução dos sistemas musicais, ao mesmo tempo em que a música manifesta arquétipos também presentes na matemática que contribuem mutuamente para a evolução coletiva da ciência arte. Um aluno com deficiência no eixo lógico - matemático, mas promissor na competência musical, pode assimilar o significado de Séries de Fourier a partir da metáfora em que se observam seus termos como harmônicos do som agora também relacionados com a matemática e, portanto, com novo significado.

Existem oficinas interdisciplinares de matemática e música que podem ser feitas como incentivo e familiarização inicialmente. “Podem ser apresentados conceitos básicos tais como; agudo e grave, forte e fraco, timbre, intervalos musicais, consonância e dissonância, fazendo uso do teclado, violão, flauta e a voz. Podem ser feitas brincadeiras que fazem uso de competências corporal-cinestésicas, espaciais, etc. Tais como: sopro divino e o passa mensagem”. (ABDOUNUR, 1999)

Outras sugestões de atividades que possam ser feitas;

a) organizar a turma em grupos para que trabalhem em equipe de maneira harmoniosa; os grupos recebem monocórdios para reproduzirem o experimento de Pitágoras, precisam encontrar as frações da corda que produzem os intervalos de oitava, quinta e quarta, seguida de alguns exercícios envolvendo a correspondência entre produto de frações e acréscimo, decréscimo de intervalos.

b) Com o público-alvo infantil, meios para experiência com a passagens de vibrações inaudíveis para audíveis, vindo de frequências baixas, nas quais se vê a vibração da caixa por exemplo, até atingir frequências altas, simultaneamente a percepção de que o som caminha do silêncio, passando ao audível tornando-se mais agudo. Tal experiência conecta tacitamente os significados de altura musical e frequência no imaginário da criança, de tal maneira que quando esta criança estiver diante dessa associação com

caráter mais formal em uma circunstância futura, ela já terá uma referência na qual se apoiar afetivamente, seja consciente ou não.

c) Utilizando um osciloscópio, um participante da oficina canta uma nota e observando a função periódica na tela do equipamento, verifica a variação dos parâmetros matemáticos frequência, intensidade e forma da variação respectivamente da altura musical, da intensidade e do timbre.

d) Trabalhar a aproximação da trigonometria com a música.

e) Trabalhar gráficos com as frequências das ondas sonoras, partindo de experiências sonoras possíveis no ambiente em que atuam.

Evidenciar o trabalho com oficinas interdisciplinares e sugerir, por exemplo, que os participantes cantem e ouçam ativamente em diversos momentos, seja para adquirir vivência com os intervalos musicais, para aprender as consonâncias perfeitas necessárias à reprodução do experimento de Pitágoras, seja para diferenciar as distintas formas musicais desenvolvidas na Idade Média, seja para exercitar a coordenação motora ao simular analogicamente a concepção de consonância de Galileu, etc. é essencial, são exercícios possíveis, o importante é ir descobrindo maneiras que se adequem a realidade e perfil das turmas.

Podemos ter inclusive alunos na turma com boa capacidade lógico-matemática, mas que tenha dificuldades de relacionamento, os mesmos poderão ora resolver problemas de matemática decorrentes do desenvolvimento de uma oficina e em grupo de estudos para a realização de um projeto, ou mesmo explicar a sua resolução para os colegas com maior dificuldade em matemática, o educador precisa estar atento ao equilíbrio do cognitivo e afetivo em cada indivíduo.

“As oficinas procuram reproduzir inquietações científico e artísticas da relação matemática e música na história, com intuito de alimentar certo sentimento sobre a construção de conceitos pertinentes, estabelecendo uma nova dimensão entre o objeto tratado e o sujeito.” (ABDOUNUR, 1999 p. 319). As dinâmicas analógicas possibilitam o afloramento e o desvendar de competências ocultas dos participantes de difícil manifestação fora do contexto de grupo e que não ocorreriam ou teriam muito menos chance de ocorrer em cenários tradicionais de organização de trabalhos escolares.

A música é um conhecimento em que a percepção exerce um papel central. Na escola, a inserção da música pode contribuir para proporcionar um maior desenvolvimento perceptivo dos alunos. O exercício de escutar e ouvir são essenciais. Ouvir é captar fisicamente a presença do som, nesta perspectiva estaria mais próximo da dimensão sensorial da percepção, ou seja, da categoria peirciana de primeiridade. Escutar, por outro lado, é dar significado ao que se ouve. Escutar estaria mais próximo da dimensão interpretativa da percepção, que corresponde à categoria da terceiridade. Ouvir refere-se ao conforto do previsível, enquanto o escutar demanda uma predisposição para acuidade sonora.

“Para cantar um simples “Parabéns pra você”, com outras pessoas, requer habilidades de escuta notáveis, que ocorrem de maneira quase inconsciente: A busca de uma tonalidade comum, a coordenação dos ritmos, a articulação entre a palavra e a melodia, entre outras. (WISNIK, 1989)

Cantar em conjunto, achar os intervalos musicais que falem como linguagem, afinar as vozes, significa entrar em acordo profundo e não visível sobre a intimidade da matéria, produzindo ritualmente, contra todo o ruído do mundo, um som constante, excelente exercício de trabalho em equipe.

Encontramos na sociedade hoje uma grande oferta de músicas, mas o problema é que muitas vezes temos muita música e pouca escuta no sentido da reflexão que a música pode nos levar em seus diversos estilos. Infelizmente muitas músicas hoje não são feitas para serem ouvidas com atenção, mas para gerar desconcentração mental.

A música se tornou muito acessível, temos novidades rapidamente por diversos aplicativos inclusive, e a música está presente em muitos dos ambientes que frequentamos. Há música nos locais de trabalho, nas lojas, nos supermercados, nos bancos, nos carros, no cinema, nos restaurantes etc. Curiosamente não existe muita música na escola, a não ser clandestinamente, por meio dos aparelhos portáteis que os alunos carregam consigo. O que precisa inclusive ser revisto, pois talvez a oferta de qualidade para o comum, em momentos apropriados seja viável para educar também a escuta.

O grau de atenção da nossa escuta varia de acordo com o significado que determinada música tem para nós. Nossa atenção é muito maior quando ouvimos uma música de nossa preferência do que quando ouvimos uma música ambiente ou comercial. A música é uma linguagem que atinge nosso corpo diretamente antes de qualquer reflexão e, por essa razão, costumamos nos entregar a ela passivamente.

O conhecimento musical não se limita ao conhecimento da teoria musical e à compreensão dos códigos e das notações musicais. Ele envolve, antes de tudo, a prática, a atuação concreta sobre materiais sonoros.

A matemática estuda a regularidade presente nas formas e nos números. Na música busca-se a percepção das regularidades sonoras e temporais. A música é uma linguagem que demanda mais da percepção imediata, do conhecimento por meio dos sentidos, embora também seja objeto de reflexão e do pensamento. A matemática, por sua vez, exige mais do pensamento lógico, racional, mas não pode abrir mão de recursos que vão além da razão, como intuição, a percepção e a criatividade. Por isso precisamos não apenas incluir a música como disciplina obrigatória, mas sim, fazer da música um projeto de integração capaz de articular as diferentes dimensões do conhecimento e propiciar uma formação mais condizente com as aspirações do ser humano. Somando ao objetivo maior da educação que deve ser sempre o desenvolvimento das personalidades individuais, dos projetos pessoais de existência.

O grupo musical Barbatuques, utiliza, por exemplo, a percussão corporal como um recurso sonoro, eles fazem da percussão corporal a linguagem centro de gravidade da música. O grupo tem crescido e o trabalho se tornando conhecido, é uma boa sugestão de dinâmica para oficinas em escolas.

(...) o Barbatuques tinha muito mais a oferecer às pessoas do que música. Desenvolvimento da coordenação motora, ativação da circulação do sangue, melhora da concentração e da memória, bem-estar físico e mental e redescoberta do próprio corpo são alguns dos benefícios associados (...) à prática da percussão corporal. (Barboza apud D'ÁVILA, 2004)

Existem também jogos com música, possíveis montagens de ritmos, como por exemplo o “Peito, estala” que deve acontecer com harmonia ao ritmo da música, estalos com os dedos e batidas no peitoral com o côncavo da palma da mão, intercalados entre os membros inferiores da direita e esquerda. Podem ser feitos projetos de dança na escola e comunidade, como foi feito uma lindíssima apresentação da Coreografia da cobra em Samwaad, que tem inclusive um sentido histórico e muitas outras atividades.

Conclusão

De acordo com a pesquisa pode-se afirmar que a conduta em ambiente escolar deve objetivar a capacidade, por parte do estudante, de navegar livremente e com flexibilidade sobre a rede cognitivo e afetiva no sentido de consolidar os mais diversos caminhos nessa teia de significações. O pensamento analógico permite resgatar uma integração fisiológica, afetiva, mental, estimulando a impregnação de carga afetiva na comunicação.

Deve-se encorajar o uso de analogias significa, semear o costume de se “pensar com o corpo inteiro”, o que confere a esse mecanismo comparativo responsabilidade sobre a integridade pessoal. Devemos despertar reflexões sobre metodologias para alcançar espontaneidade e liberdade mental, propiciada também pela navegação por áreas da rede mais impregnadas de afeto, tais como efetuar análises simples e mais profundas, sob a ótica das conjecturas apresentadas, das relações entre matemática e música e entre outros. Assim como, oferecer solo fértil para as germinações, a fim de evitar deficiências e bloqueios intelectuais, e conquistar certa liberdade e espontaneidade para navegar por cenários afetivos, cognitivos diversos.

A educação deve sempre responder às necessidades gerais, visando à construção de indivíduos íntegros, cujas competências organizam-se e articulam-se de forma harmoniosa, favorecendo a capacidade de associar o aprendido nos bancos escolares às múltiplas situações da vida que contracenam no dia a dia.

“Todos nós somos seres musicais por natureza, assim como seres linguísticos, matemáticos, corporais, histórico etc. A música deve ser contemplada pela escola por que é uma linguagem própria do homem e não apenas do músico” (GRANJA, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDOUNUR, Oscar João. **Matemática e música: pensamento analógico na construção de significados.** São Paulo: Escrituras, 1999. BLOG, Escola da Inteligência. Disponível em: <<https://escoladainteligencia.com.br/por-que-89-dos-estudantes-chegam-ao-final-do-ensino-medio-sem-aprender-o-esperado-em-matematica/>> Acesso em: 06 de Out. de 2020

Descomplicando a Música. Disponível em: <<https://www.descomplicandoamusica.com/matematica-na-musica/>> Acesso em: 09 de Out. de 2020

Gráficos da pesquisa realizada pelo Microsoft Forms

<<https://forms.office.com/Pages/ResponsePage.aspx?id=45TVkwuvvmUCEh4-FEfeIrsU0qxilg8xJqqeiUtv9ICRUNTVGNTAwOU5HT1hPMjdaQVlZTE9IVkFHNI4u>> Acesso em: 22 de out. 2020

GRANJA, Carlos Eduardo de Souza Campos. **Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação.** São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

OLIVEIRA, Nélio Almeida de - A importância do ensino da Matemática com a Música. Disponível em: <<https://www.construirnoticias.com.br/a-importancia-do-ensino-da-matematica-com-a-musica/>> Acesso em 05 de Out. de 2020

PORFÍRIO, Francisco. "Pitágoras"; *Brasil Escola*. Disponível em: 15 de Ago. de 2018 <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/pitagoras-1.htm>>. Acesso em: 10 de out. de 2020

SILVA, Lucas Teixeira da/ GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira. Matemática e Música: a história da relação e evolução de duas Ciências através dos tempos. Disponível em pdf: <<file:///C:/Users/mul/Downloads/8977-Texto%20do%20artigo-15294222-2-10-20181217.pdf>>. Acesso em: 04 de Out. 2020

SOUZA. I. S., Tiago, G. M.. As possibilidades do ensino de matemática com música no ensino fundamental. XII Encontro Nacional de Educação Matemática. Educação Matemática na Contemporaneidade: desafios e possibilidades. 2016. Disponível em pdf: http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/7948_4045_ID.pdf

TRESSINO, Chirley Inês Fraporti / MALAQUIAS, Angelo Miguel . Música e matemática no ensino de frações. **Disponível em:** <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_mat_artigo_chirley_ines_fraporti_tressino.pdf> Acesso em: 03 de Out. de 2020

Vídeo - **Barbatuques / Corpo do Som.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KHyzrYBACcg>> Acesso em 28 de out. 2020

Vídeo - **Donald no país da matemágica.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wbftu093Yqk>> Acesso em: 04 de out. 2020

Influence of music on math learning: Musicalize to add to learning

ABSTRACT: We have in society a significant number of people who have difficulty with learning mathematics for several reasons, one of which is to have only memorized, without generating the real learning. The work will present necessary arguments for valuing learning in a playful and enjoyable way through music. In our study, music will be the mechanism evidenced to favor the learning process and the development of the human being as a whole.

KEYWORDS: Music. Mathematics; Development; Education.

Data de envio: 27 de novembro de 2020.

Data de aceite: 18 de dezembro de 2020.



Letras

A obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago - A experiência da clandestinidade em *Até Amanhã, Camaradas*

Juliana Moura Martins da Fonseca³⁵

RESUMO: Este artigo analisa o primeiro romance, chamado *Até Amanhã, camaradas*, publicado por Álvaro Cunhal, sob o pseudônimo Manuel Tiago, e a relação com seus ideais políticos e o movimento neorrealista português. Cunhal, líder histórico do Partido Comunista Português, além do importante papel que assumiu na política portuguesa do século XX, também realizou trabalhos artísticos, no campo da literatura e da pintura.

Palavras-chave: Álvaro Cunhal; *Até amanhã, camaradas*, PCP

Introdução

O objetivo do artigo é contribuir para uma reflexão sobre a obra literária de Álvaro Cunhal, publicada com o pseudônimo Manuel Tiago, e ainda pouco estudada, principalmente fora dos meios comunistas portugueses. Neste trabalho, vamos destacar a relação de Álvaro Cunhal militante comunista e escritor, pensando a realidade da vivência comunista em seus textos ficcionais, analisando *Até amanhã, camaradas* (1974), seu primeiro romance.

Bem como considerar a obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago ligado ao neorrealismo português, compreendendo a importante relação que Cunhal estabeleceu com esse movimento artístico. A base comum do programa neorrealista era a ideologia socialista e o combate ao Estado Novo³⁶.

É importante destacar que Álvaro Cunhal também escreveu importantes escritos políticos, sobre marxismo e comunismo com destaque para os títulos, *Se fores preso, camarada*, *A Moral Superior dos Comunistas*, *Rumo à Vitória ou O Partido com Paredes de Vidro*. Também, textos sobre crítica literária e de arte, como o artigo “Cinco notas sobre o conteúdo”³⁷, publicado originalmente na revista *Vértice*, em 1954 e *A Arte, o Artista e a Sociedade*, publicado em 1996.

Como o compromisso político em seus textos ficcionais é bastante evidente, parece frutífero pontuar relações com seus escritos não-ficcionais. Devido aos limites de

³⁵ Professora de História da SEE-MG. Mestre em História social pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Literatura portuguesa e africanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciada e graduada em história pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mmf.juliana@gmail.com.

³⁶ Álvaro Pina. Soeiro Pereira Gomes e o futuro do realismo em Portugal. Lisboa: Caminho, 1977.

³⁷ CUNHAL, Álvaro. “Cinco notas sobre forma e conteúdo”. In: CUNHAL, Álvaro. *Obras escolhidas II: 1947 - 1964*; coordenação, prefácio e notas de Francisco Melo. Lisboa: Editorial Avante!, 2008. p. 243-258.

páginas de um artigo e a extensividade dos escritos de Cunhal, me limitei aos textos sobre arte, e principalmente o artigo “Cinco notas sobre o conteúdo”.

Trajatória de Álvaro Cunhal

O historiador José Pacheco Pereira - realizador de uma biografia política de Álvaro Cunhal, dividida em quatro volumes - indica que escrever sobre Cunhal é reconstruir uma parte importante da história do Partido Comunista Português. Visto que para ele um aspecto interessante da biografia de Cunhal é “dar cabeça, tronco e membros a todos que fizeram o PCP e a resistência ao salazarismo” (PEREIRA, 2003, s/p).

Álvaro Barreirinhas Cunhal nasceu em 1913, em Coimbra, filho de Avelino Henriques da Costa Cunhal, republicano e professor de ensino secundário e Mercedes Ferreira Barreirinhas Cunhal, católica e conservadora. Modelo típico de algumas famílias portuguesas nascidas durante a República. Em 1931, aos dezessete anos de idade, ingressa na Faculdade de Direito de Lisboa.

Neste mesmo ano, filia-se ao Partido Comunista Português, passando a integrar a Liga dos Amigos da URSS e do Socorro Vermelho Internacional. Álvaro Cunhal entrou para clandestinidade em 1935, ano que participou do VI Congresso da Internacional Juvenil Comunista em Moscou. Em 1936, entra para o Comité Central do PCP, que o envia a Espanha, onde vive os primeiros cinco meses da guerra civil³⁸.

Durante a década de 1930, Álvaro Cunhal colaborou de vários jornais e revistas, como *O Diabo*, *Sol Nascente*, *Seara Nova* e *Vértice*. Também colaborou nas publicações clandestinas do PCP, *Avante* e *Militante*, escrevendo artigos de intervenção política³⁹.

Álvaro Cunhal é preso em três vezes, totalizando 15 anos de cárcere. A primeira vez foi em 1937, onde permaneceu preso por um ano. Em 1940 e libertado no mesmo ano, enquanto preso, Cunhal realizou o exame final na Faculdade de Direito de Lisboa sob escolta policial, apresentando uma tese sobre a realidade social do aborto. E a última vez entre 1949 e 1960, quando fugiu do Forte Peniche, junto com outros importantes quadros do PCP.

Entre a segunda e terceira prisão, Cunhal participa ativamente no partido. Em 1942, entra como membro do Secretariado e participa da reorganização do PCP durante os anos de 1940 e 1941. Em 1947, viaja para Iugoslávia, URSS e França para restaurar as relações seu partido e da Internacional Comunista. Em Moscou, Cunhal é recebido por Suslov, importante dirigente do Partido Comunista da URSS, e consegue abrir vias para uma reintegração do PCP no movimento comunista internacional⁴⁰. E em 1949, retorna para Portugal, momento que o Partido está sofrendo grande repressão por Salazar.

Durante o terceiro momento de prisão, primeiro esteve preso na Penitenciária de Lisboa e depois transferido, em 1958, para o Forte Peniche. Cunhal após longo período

³⁸ Cf. http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/desenho/alvaro_cunhal/biografia.html

³⁹ Cf. http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/desenho/alvaro_cunhal/biografia.html

⁴⁰ CUNHA, Adelino. *Álvaro Cunhal* - retrato pessoal e íntimo. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

de isolamento, consegue o direito de ler e escrever. Durante esse período, realizou diversos trabalhos, entre eles traduziu Rei Lear, escreveu o original do romance *Até Amanhã, camaradas* (na época chamado *A mulher de lenço preto*) e a novela *Cinco dias e cinco noites*, um trabalho sobre Portugal no período medieval e diversas notas sobre arte, e fez vários desenhos que retratam a luta camponesa. O romance e a novela foram publicados após o 25 de abril, sob o pseudônimo Manuel Tiago⁴¹. Os desenhos feitos na Penitenciária e no Forte Peniche, foram parcialmente publicados depois do 25 de abril⁴².

Após a fuga do Forte Peniche, em 1960, Cunhal retoma a liderança do partido. Em 1961, será formalmente eleito como secretário-geral do partido, pela primeira vez desde o tempo de Bento Gonçalves. Em 1962, passa a viver clandestinamente em Moscou. Quando ocorre a Revolução dos Cravos, Cunhal está vivendo clandestinamente na França, desde 1965. Cunhal, retorna a Portugal em 30 de abril de 1974 e participa ativamente do período revolucionário.

Álvaro Cunhal exerce a função de Secretário-geral do partido até 1992, quando é sucedido por Carlos Carvalhas. Como indicado por Avelino Pina, a cerimônia de substituição aconteceu durante o XIV Congresso, em dezembro de 1992. O comitê central eleito neste congresso ratificou a passagem de Cunhal para presidente do Conselho Nacional, que se dissolveu logo depois por decisão do próprio Cunhal⁴³.

Adelino Cunha indica essa saída como “um adeus ilusório” (CUNHA, 2010, p. 612) e que só a morte poderia afastar Cunhal do partido, uma vez que se manteve “no papel de protagonista principal durante os anos que o separaram da morte” (CUNHA, 2010, p. 614). Foi no XV Congresso, realizado em 1996, que Carlos Carvalhas foi indicado pela primeira vez como secretário-geral do PCP. Cunhal mantinha sua influência e afirmou que não seria permitido uma mudança na identidade do partido. Dessa forma, Cunhal continuou a acompanhar a vida interna do PCP. Só o agravamento de seu estado de saúde o afastou do partido, falando pela última vez aos comunistas, em 2000, no XVI Congresso, cinco anos antes de sua morte.

Ainda é importante indicar que, após sua saída de secretário-geral, Cunhal voltou a escrever livros ficcionais e revelou que era ele por trás do pseudônimo Manuel Tiago em 1994, ao mesmo tempo que lançava seu terceiro livro, chamado *A estrela de seis pontas*. Cunhal continuou publicando romances e contos até 2003.

Álvaro Cunhal faleceu em 2005, com 91 anos de idade. Em seu enterro foram aproximadamente 250 mil pessoas.

⁴¹ PEREIRA, José. *Álvaro Cunhal: uma biografia política - o prisioneiro (1949 - 1960)*. Lisboa: Temas e Debates - Actividades Editoriais, 2005.

⁴² Pacheco Pereira indica que foram publicados em dezembro de 1975 pelas edições Avante!, como uma iniciativa de arrecadar fundos. Existem duas séries com cerca de 25 desenhos e receberam o título de *Álvaro Cunhal, desenhos da prisão*. Cf. PEREIRA, José. *ob. cit.*, 2005.

⁴³ CUNHA Adelino. *ob. cit.*, 2010.

O estado da arte

O escritor e historiador Urbano Tavares Rodrigues é responsável por trabalhos sobre a obra literária de Álvaro Cunhal, como o livro *A obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago*, pelo Editorial Caminho, em 2005. O livro é um conjunto de artigos reunidos que foram publicados entre os anos de 1995 e 2005, sendo a maioria recensões críticas às ficções de Manuel Tiago e uma análise de *A Arte, o Artista e a Sociedade*.

Urbano Tavares Rodrigues também é responsável pelo livro *É tempo de começar a falar de Álvaro Cunhal*, publicado em 2006 pela editora ASA. Neste, são recolhidos artigos, entrevistas, depoimentos de escritores, jornalistas e políticos que conviveram com Cunhal e atentaram para sua vida, ação e escritos e sobre eles refletiram. Dessa forma, é um livro que tenta mostrar um Álvaro Cunhal plural, fornecendo interessantes análises sobre seus livros ficcionais.

Outro livro interessante para pensar a obra literária de Álvaro Cunhal é *Uma longa viagem com Álvaro Cunhal*, de João Céu e Silva. Neste, o autor realiza entrevistas com militantes do partido comunista portugueses e com pessoas que tiveram relação com o partido mesmo sem se filiar e que se enxergam nas personagens criadas por Álvaro Cunhal/Manuel Tiago. Dessa forma, João Céu e Silva coloca trechos das ficções no final da entrevista de cada convidado de maneira que ilustra o que foi dito.

A revista *CGTP Cultura*, em 2013, ano que se assinala o centenário do nascimento de Álvaro Cunhal, realizou uma edição que convidou diversas personalidades da cultura portuguesa, para refletir sobre a obra literária, intelectual e artística de Álvaro Cunhal. Material interessante para pensar seus textos ficcionais, uma vez que traz análises dos livros *Até amanhã, camaradas*, *A estrela de seis pontas*, *A casa de Eulália* e *Sala 3*.

Para pensar a obra literária de Cunhal, é fundamental também recorrer às biografias realizadas sobre sua vida. O historiador José Pacheco Pereira realizador de uma biografia política de Álvaro Cunhal, dividida em quatro volumes, nos oferece um trabalho crítico e criterioso da trajetória desse importante dirigente comunista português, de seu nascimento até o ano de 1968. Para o objetivo do artigo, o terceiro volume, chamado *Álvaro Cunhal: uma biografia política - o prisioneiro (1949-1960)* é o principal, uma vez que é sobre período que Cunhal ficou preso e escreveu o original de *Até amanhã, camaradas* e também *Cinco dias e cinco noites*.

Existe também a biografia feita pelo Adelino Cunha, intitulada *Álvaro Cunhal - Retrato pessoal e íntimo*, que nos fornece uma análise, além do período da elaboração dos dois primeiros romances, do momento que Cunhal revela que é Manuel Tiago, em 1994, momento da publicação de seu terceiro livro *A estrela de seis pontas*.

A obra literária de Álvaro Cunhal

É importante apresentar um panorama sobre sua obra literária, Cunhal escreveu um romance e uma novela enquanto esteve preso, foram *Até amanhã, camaradas*

(durante o período da prisão tinha o título *A mulher do lenço preto*) e *Cinco dias, cinco noites*, respectivamente, ambos publicados em 1974, após a Revolução dos Cravos e atribuído ao autor Manuel Tiago.

No livro *Até Amanhã, camaradas*, Cunhal ficcionaliza o movimento clandestino dos militantes do partido comunista, sua hierarquia e recrutamento de novos membros. E a movimentação para a realização de greves e a luta por melhores condições de trabalho para os portugueses, e a repressão sofrida pelos grevistas e militantes. E em *Cinco dias e cinco noites* conta a saga de um jovem revolucionário perseguido pela polícia política de Portugal e na sua fuga clandestina e ilegal para Espanha. Esses textos são um retrato crítico e mordaz sobre a realidade político e social da ditadura portuguesa e são marcados por ideais socialistas e marxistas por quais seu autor lutava.

As publicações, até a revelação sobre o verdadeiro autor, vinham acompanhadas de uma nota que explicava como o livro havia sido encontrado:

O original dactilografado do romance *Até Amanhã, Camaradas* foi encontrado, junto de outros originais, num arquivo formado, no decurso dos anos, ao sabor de incidentes e de acidentes na vida agitada daqueles mesmos dos quais o romance dá alguns exemplos típicos.

Desconhece-se quem é o autor o único exemplar encontrado não tem assinatura. Só, numa pequena folha apensa e agrafada, podia ler-se, em rabisco apressado, o nome Manuel Tiago, pseudónimo de certeza.

Foram consultadas pessoas que poderiam dar eventualmente indicações conduzindo a uma identificação. Sem resultado, o autor fica assim merecendo o título de “homem sem nome”, tal como as personagens do seu romance. (CUNHAL, 2001, p. 5)

Esses são os textos ficcionais que Cunhal escreveu sob a ditadura. Cunhal voltou a publicar apenas em 1994, o livro *A Estrela de Seis Pontas*, relato ficcional sobre sua experiência prisional, retratando o forte impacto psicológico devido ao regime de isolamento, a relação entre presos políticos e presos comuns. Cunhal demonstra que, mesmo na prisão, luta e solidariedade estão presentes entre os homens. Este livro marca não apenas o retorno de Cunhal a escrita ficcional, como também quando revela que é ele que está por trás do pseudónimo de Manuel Tiago. É Álvaro Cunhal que os torna esta revelação Hotel Altis em Lisboa em 14 de dezembro de 1994; alguns já sabiam desde longa que foi realmente Manuel Tiago⁴⁴.

É interessante pensar que Cunhal deixou o seu cargo de secretário-geral do PCP em 1992, mantendo-se atuante no partido até 2000. Mas também começou a se dedicar ao trabalho literário. Além do já citado *A estrela de seis pontas*, publicou, em um ritmo constante, *A Casa de Eulália*, em 1997, *Fronteiras*, em 1998, *Um Risco na Areia*, em 2000, *Sala 3 e Outros Contos*, em 2001, a coleção de contos intitulado *Os Corrécios e Outros Contos*, em 2002, e, finalmente, *Lutas e Vidas - Um Conto*, em 2003, dois anos

⁴⁴ Cf. CUNHA, Adelino. Ob. cit. 2010.

antes de sua morte. Também escreveu um conto infantil, sobre o 25 de abril de 1974, datado de 7 de Junho de 2000, este publicado alguns meses depois a morte, na revista *Visão* em novembro de 2005, sob o título escolhido por Cunhal, de *Os Barrigas e os Magriços*.

Dessa forma, notamos Álvaro Cunhal publicou a maioria de seus textos literários após a revolução portuguesa de 25 de abril de 1974, e mais precisamente após 1992, quando deixa de dirigir o PCP.

Álvaro Pina, em trabalho sobre Soeiro Pereira Gomes⁴⁵, argumenta sobre a importância do neorrealismo nas circunstâncias históricas verificadas em Portugal. Para ele existe uma distinção entre um realismo militante e socialista e o realismo crítico, nesse universo estético. Inclui Soeiro Pereira Gomes e Manuel Tiago primeiro, uma vez que estão enraizados em um movimento operário.

Realismo crítico surgiu nos oitocentos, e era marcado por uma análise da sociedade e uma crítica a burguesia. Enquanto um neorrealismo português militante e socialista, surgido na ditadura salazarista, tinha por objetivo produzir uma literatura que interferisse ideológica e pragmaticamente.

Também aponta para a heterogeneidade do neorrealismo, visto que não houve um programa estético devido a não ser ideologicamente homogêneo, exprimindo diversos valores e camadas sociais diferenciadas, mas existia como base comum a ideologia socialista e marxista.

O movimento neorrealista português surgiu como um movimento cultural antifascista, defendendo uma literatura que procurou denunciar as lutas de classes e as injustiças sociais. O neorrealismo se desenvolveu entre as décadas de 30 e 50, paralelamente à consolidação do Estado Novo em Portugal.

Dessa forma, o neorrealismo se caracteriza como uma arte de resistência ao salazarismo ao colocar em ação a literatura como denúncia, não se limitante a uma descrição da realidade, e sim intervindo, procurando gerar uma transformação ideológica e política⁴⁶.

Até amanhã, camaradas e a vivência clandestina dos militantes comunistas

O romance *Até Amanhã, Camaradas* possui como enredo ação do Partido Comunista Português, principalmente no Ribatejo, no processo grevista de maio de 1944, e encontramos elementos ficcionais relacionados com outros conflitos sociais que Cunhal vivenciou, inclusive no centro e no norte de Portugal⁴⁷. Assim, observamos diversas práticas clandestinas e as suas ligações ao movimento de massas. Pacheco Pereira nos indica que as personagens do romance cobrem todo espectro da vida clandestina,

⁴⁵ PINA, Álvaro. *Ob. cit.*, 1977.

⁴⁶ PINA, Álvaro. *ob. cit.*, 1977.

⁴⁷ PEREIRA, José. *Álvaro Cunhal: uma biografia política - o prisioneiro (1949 - 1960)*. Lisboa: Temas e Debates - Actividades Editoriais, 2005. p. 210.

pois temos comunistas organizados em células, simpatizantes e amigos, o bom militante e o mau militante, o traidor, os antifascistas honrados e oportunistas, e o povo, entre outros.

José Pacheco Pereira (1997), em seu estudo sobre a clandestinidade do Partido comunista português durante a ditadura salazarista, indica que o PCP é o único partido que merece o epíteto de clandestino. O partido construiu um aparelho que conseguiu desenvolver uma ação política própria, imprimir imprensa, propaganda e distribuí-la, se infiltrar nos sindicatos e construir uma estrutura de segurança própria. Para isso, o PCP criou uma infraestrutura, com casas para funcionários e dirigentes, tipografias, meios de transporte próprios, recolhimento de fundos para o partido, uma estrutura de comunicação e informação, entre outros⁴⁸. Muitas dessas características organizacionais do partido é retratada no romance *Até amanhã, camaradas*.

O ano de 1929, como indicado por Pacheco, é considerado o ano que nasceu o partido clandestino, como resultado da reorganização realizada por Bento Gonçalves e Júlio César Leitão, este último já possuía experiência clandestina, desde 1921, devido a sua participação no PC Brasileiro. Pacheco aponta que nesse período as práticas clandestinas eram muito rudimentares, e cita o exemplo de existirem nomes reais junto a pseudônimos nas atas da conferência realizada em 1929. Leitão introduziu duas técnicas conspirativas, o uso de pseudônimos e reuniões clandestinas, e um esboço da estrutura partidária, com uma forte compartimentação e verticalização.

Porém, na década de 30 a “experiência clandestina ainda é demasiado grosseira” (PEREIRA, 1993, p.54). Conseguindo resultados muito pequenos e no fim dessa década encontrava-se em uma situação de quase desmantelamento. O que motiva uma reorganização em 1940-1941, que reconstruiu o “partido nos moldes de sua identidade adulta, aquela pela qual é reconhecido na sua imagem pública” (PEREIRA, 1993, p.58). Assim, em *Até amanhã, camaradas* vemos a maturidade do movimento clandestino do PCP.

Segundo Cunhal, ele sentiu a “necessidade de popularizar ficcionalmente a experiência da clandestinidade” (PEREIRA, 2005, p. 210), e por isso escreveu o *Até Amanhã, Camaradas*. Dessa forma, muitas de suas experiências são retratadas no romance, bem como de outros personagens reais que viveram direta e intensamente os acontecimentos narrados.

Uma característica muito importante de *Até Amanhã, Camaradas* e apontada por diversas pessoas que refletiram sobre sua obra, as personagens afastam-se de um modelo heroico, que não tem dúvidas ou defeitos. São “pessoas de carne e osso, com virtudes e acima de tudo com defeitos” (PEREIRA, 2005, 211). Para Pacheco Pereira, aparece retratada nas páginas deste romance um dos motivos do sucesso do PCP: o esforço para não iludir as fragilidades humanas na clandestinidade.

Até amanhã, camaradas possui ainda a particularidade de ter sido escrito inicialmente na prisão, no final dos anos 50. Quando Álvaro Cunhal é transferido da

⁴⁸ PEREIRA, José. *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993

Penitenciária de Lisboa para o forte de Peniche já tem o romance concluído, intitulado, nessa época, de *A mulher do lenço preto*. E quando na fuga de Peniche, em 1960, leva os três cadernos com o manuscrito da obra, dos quais perde um, obrigando a uma reescrita posterior.

Urbano Tavares Rodrigues no artigo “*Até amanhã, camaradas* Manuel Tiago/Álvaro Cunhal - o romancista da resistência e da revolução” aponta que a vida e o pensamento de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago são quase que indissociáveis, a tal ponto “que se interpretam, se misturam, se alimentam reciprocamente” (RODRIGUES, 2005, p.30). E classifica o romance *Até amanhã, camaradas* como um romance realista e épico, que possui como personagem central o PCP, e como os demais escritos de Cunhal/Tiago, refletem as lutas de resistência ao fascismo e a vida interna do Partido Comunista português,

E classifica o livro como um “filme literário” da construção das diferentes personagens humanas com suas fragilidades, peculiaridades, quebras de energia, confrontos de visões sobre a ação adequada e a melhor tática para cada momento.

Texto de Manuel Gusmão endossa esse argumento, para ele o romance *Até amanhã, camaradas* é:

um dos poucos romances portugueses de herói colectivo e também um dos poucos que tem como matéria narrativa fundamental, a vida, a acção e a luta dos indivíduos que configuram, num dado período histórico de referência, esse singular empreendimento histórico, socio-político e sócio-cultural, que é o partido comunista português. (GUSMÃO, 2013, p. 14)

Ainda argumenta que o texto ressoa o entusiasmo do êxito político conseguido PCP os dois primeiros congressos ilegais - III, em 1943, e IV, em 1946. Também a fase de recomposição do partido, dessa forma, vemos diversas personagens aumentando as responsabilidades, e substituindo organismos. Cita o exemplo da direção regional, que antes controlada por Ramos e formada por António e Vaz Paulo passa a ser constituída por Paulo, Manuel Rato e José Sagarra.

Em *Uma longa viagem com Álvaro Cunhal*, observamos o depoimento de Dias Gonçalves, para quem os livros de ficção de Cunhal “estão virados, de uma forma muito nítida, para a conscientização política e de classe” (CÉU E SILVA, 2006, p. 100). Para Gonçalves falar de *Até amanhã, camaradas* é lembrar muitos momentos, uma vez que para ele é a sua geração que viveu, participou e foi testemunha viva de um despertar da luta dos camponeses do Ribatejo, de uma luta da classe operária do Baixo Ribatejo, e que está representado nas páginas deste livro.

Dias Gonçalves indica que participou diretamente desse processo e que depois foi alongado para o sul, se alastrando para a zona de Alpiarça e de Almeirim, como também no Tejo e no alto e baixo Santarém. Ele explica que era um período que muita operários dessas zonas se deslocavam para Lisboa para trabalhar em áreas industrializadas, gerando lutas de grande vastidão travadas nas empresas e nos campos. Aponta que a organização política era na base do conhecimento pessoal que os

dirigentes do PCP tinham com os operários. E, ainda, diz que é evidente que, depois de 1940, começou a acontecer grandes lutas naquelas regiões e que *Até amanhã, camaradas* descreve, lutas que ele participou.

Dessa forma, para Dias Gonçalves *Até amanhã, camaradas* é um livro que ele, e que todos que participaram dessas lutas se encontram, uma vez que “ele descreve a realidade viva daquela época. As figuras dos seus livros são verdadeiras da luta política, postas num plano literário” (CEU E SILVA, 2006, p. 101).

Ao entrevistar António Gervásio, João Céu e Silva pergunta se ele reconhece vidas reais nos personagens da literatura de Álvaro Cunhal, e indica que a resposta dada foi imediata. António Gervásio caracteriza Cunhal como uma pessoa que quando chegava a algum local fazia pergunta, falava com as pessoas, procurando conhecer as questões sociais, os problemas que havia na terra e que havia uma memória espantosa. E que para ele o *Até amanhã, camaradas* não é um romance apenas, pois tem um grande sentido de realidade, havendo no livro funcionários, membros do partido, cidadãos e cidadãs. Para Gervásio, Cunhal realizou uma “história do movimento de social, de massas e do partido. Quando o estou a ler reconheço o Álvaro, o país, o Alentejo e identifico figuras reais que ele captou”. (CEU E SILVA, 2005, p. 13).

É interessante pensar que o *Até Amanhã, Camaradas* “era usado como uma das leituras disponíveis para militantes que aceitavam ir para a clandestinidade ou que iniciavam a sua carreira de funcionários” (PACHECO, 2005, p. 209). Nesse sentido é interessante analisar algumas passagens que evidenciam características da clandestinidade de comunistas, como agiam nas suas ações e o símbolo do militante em sua bicicleta.

Em *Até Amanhã, camaradas* existem várias passagens importantes que se passam na estação de trem, e nestas observamos como os militantes deveriam agir nesse espaço que era policiado. Dessa forma, as personagens devem desenvolver estratégias para não chamarem a atenção da polícia, apresentando uma postura firme e confiante. O trecho seguinte mostra que em momentos de perigo, é fundamental manter a compostura:

A esperança de Afonso era que o comboio parasse em qualquer estação antes que os fiscais chegassem ao pé deles. Decerto não impediria que saltassem. Por isso espiava o andamento a adivinhar qualquer travagem.

[..]

- É minha - ouviu de súbito ao pé de si a voz de Fialho. Voltou-se. Ali estavam os fiscais. Foi a mala de Afonso que quiseram ver primeiro. Com o coração a descompasso como se fosse a sua que tivesse a imprensa, as mãos tremendo ligeiramente, Afonso abriu a mala. O fiscal meteu a mão por entre as roupas e, de olhos semicerrados, confiando no tacto, procurou cuidadosamente todos os cantos.

Entretanto, em gestos rápidos, Fialho apoiava um pé na borda de um banco, pegava na pesada mala de materiais e pousava-a no joelho flectido. Puxando de um porta-chaves abria agora as fechaduras. “Está doido!”, pensou Afonso, que o olhara de relance, enquanto pousava a sua mala no chão. Exagerando o incómodo da posição, Fialho tocou no cotovelo de um fiscal a chamar-lhe a atenção para o despachar depressa,

- Livros! - disse, quando o outro se voltou para ele.

E, rápido, abriu a tampa da mala.

“E doido!”, tomou a pensar Afonso, sentindo a camisola colada ao corpo, de suor. O fiscal, sem olhar, fechou ele próprio a tampa. A um tempo aliviado e estupefacto, Afonso esperou que, como seria natural depois de passado o perigo, o camarada se voltasse para ele. Fialho parecia, porém, ignorar completamente a sua existência. Olhando novamente os campos através da janela, bocejava sonolento e aborrecido (CUNHAL, 2001, p. 167)

Assim, nos é apontado o contraste de sentimentos de um militante novato, o Afonso, que quase entra pânico, e o de o militante experiente, Fialho, que agiu de forma serena e confiante. Demonstrando como se deve agir nesses momentos.

No trecho seguinte observamos a imagem simbólica do militante comunista de bicicleta:

Tendo-se apeado do comboio no apeadeiro deserto e tendo tirado a bicicleta do furgão, seguiu o cais e saiu da cancela para a estrada na passagem de nível. Nesse momento chamou-lhe a atenção, a meia centena de metros, um homem de casaco branco, que olhou para trás, para ele de certeza, e desapareceu na porta de uma loja. Quando Ramos passou pelo estabelecimento deu com o homem agarrado ao telefone na penumbra do interior. Olhava a estrada, mas voltou a cara logo que o viu. “Não gosto disto”, pensou Ramos.

[...]

Não estava ainda ali há dois minutos, viu virem do lado da povoação, em passo estugado, dois homens bem vestidos, um dos quais baixo, entroncado e em cabelo, cuja figura lhe pareceu familiar. Viu depois aparecer, vindo do lado do apeadeiro, o homem de casaco branco. Ao encontrarem-se, os três homens estacaram e o baixo e entroncado, olhando em roda para os campos, fez grandes gestos, que novamente lhe pareceram familiares.

[...]

Não tinha mais qualquer dúvida dó que era a polícia, num autêntico cerco, esperando Vaz, que devia ir ao encontro. Não tinha também qualquer dúvida de que o do casaco branco o vira descer do comboio (o único passageiro a descer do comboio e com uma bicicleta tal como Vaz devia aparecer) e alertara os outros. (CUNHAL, 2001, pp. 323-324)

Como indicado por Pacheco Pereira a imagem utilizada do militante na bicicleta foi imortalizada pelo pintor neorrealista Rogério Ribeiro, em *O homem de bicicleta*⁴⁹. “A bicicleta é não só um símbolo, mas o veículo discreto dos menos ricos, que passa despercebido e cumpre bem duras tarefas” (RODRIGUES, 2005, p. 33). Pereira (1997) indica que as bicicletas tiveram um grande papel no imaginário clandestino, e que esse imaginário era internacional, encontrado também em relatos de resistência francesa e ocupava um valor simbólico na literatura, na arte e no cinema. Cita o exemplo do filme de Vittorio de Sica *Ladrões de bicicleta*, que valorizou a bicicleta como veículo proletário por excelência. Ressalta-se que por cautela os militantes comunistas abandonaram o uso

⁴⁹ PEREIRA, José. *op. cit.*, 2005, p. 211

das bicicletas, mas Cunhal decidiu manter como o meio de transporte dos comunistas, mantendo-se fiel a um imaginário sobre o partido.

Uma das características apontadas por Pacheco Pereira e é muito bem retratada no livro é a cadeia hierárquica do partido, esta é formada por: simpatizantes, militante, militante integrado em um organismo, responsável, funcionário/controlador e, por fim, dirigente. No livro vemos a passagem de alguns simpatizantes para militante, como o caso de Manuel Rato.

No livro também vemos estratégias adquiridas para a segurança dos militantes, estas foram sendo adotadas a partir de erros anteriormente cometidos. Como a marca que a personagem Maria deveria fazer no muro de casa para indicar a António que estava tudo tranquilo:

- Repara nesta pedra saliente. Na sexta-feira à tarde vens aqui escrever uma cruz com o lápis azul que em casa te darei. Não te enganas?
Assim ficara combinado o sinal para que, ao regressar a casa, António tivesse a certeza de que não havia novidade. Essa em uma medida instituída em todas as casas do Partido para evitar a repetição de desastres anteriores. A polícia assaltara casas do Partido na ausência dos camaradas e estes, ao regressarem, iam meter-se na boca do lobo. (CUNHAL, 2001, pp. 79-80)

Dessa forma, percebemos que *Até Amanhã, camaradas* é um livro com uma mensagem política, condizente com a ação de Cunhal desenvolveu em sua vida e com a base ideológica do movimento neorrealista. Por isso, é interessante relacionar sua obra ficcional com seus escritos sobre arte. Em artigo “Cinco notas sobre forma e conteúdo”, também escrito enquanto estava preso, publicado em 1954 na revista *Vértice*, com o pseudônimo de António Vale. Cunhal combate o formalismo e defende uma arte de tendência, expressando suas concepções estético-artísticas.

Neste artigo, Cunhal indica que o formalismo ao defender uma “arte pura”, negando a existência de qualquer conteúdo não-estético, o conteúdo seria identificado na própria forma. Assim, uma obra de arte não teria nada a dizer e nada deveria pretender dizer além de seus valores estéticos imanentes. Para Cunhal essas especulações meramente formais caem muitas vezes em análises meramente tecnicistas.

Assim, ao tentar dissociar a arte da vida, os formalistas esquecem que:

o homem que cria a obra de arte e aquele que a aprecia são homens vivendo os problemas de sua sociedade, ligados à ela por todas as fibras de seu ser. E que a maneira de pintar, como a maneira de compor, de esculpir, de versar, são apenas modos de falar da situação, dos problemas, das ansiedades, das esperanças dos homens de uma época. Em que o «homem inteiro» está muito menos ligado na caligrafia do que no que escreve, muito menos na maneira de pintar no que pinta. (CUNHAL, 2001, p. 246)

Indica ainda que é inevitável que a obra de arte esteja impregnada de significações, querendo ou não o artista, estando ele consciente ou não disso. Uma obra

de arte está tão ligada a vida social de onde ela germina, que mesmo contra a intenção e compreensão do artista, reflete os interesses e o pensamento de um estrato social.

É nesse sentido que António Pita⁵⁰ indica que quando Álvaro Cunhal escreveu “cinco notas sobre forma e conteúdo” observamos forte influência da relação entre arte e crítica social defendida por Georgi Plekhanov no famoso texto “A arte e a vida social”. Essa influência, diz Pita, percorre também outros importantes escritos sobre arte de Cunhal.

Plekhanov sempre defendeu o princípio da dependência da arte em relação à vida social, desenvolvendo uma ideia fundamental no materialismo histórico. Também expôs que a “arte pela arte” indicava um desajuste básico entre os artistas e o meio social em que viviam. Mostrou, ainda, que a “arte utilitária”, que seria oposta a “arte pela arte”, poderia ser útil para revolucionários como para conservadores. Assim, Plekhanov foi um dos primeiros grandes críticos da arte de orientação marxista⁵¹.

Assim, podemos notar que o romance *Até Amanhã*, *Camaradas* e o artigo teórico “cinco notas sobre forma e conteúdo” indicam a necessidade de uma arte de intervenção que reproduza criticamente a sociedade. Condizente com uma visão marxista sobre a arte vigente na década de 50, momento de elaboração desses textos.

Dessa forma, concordamos com a análise que António Guerreiro realiza sobre os textos ficcionais e teóricos sobre arte de Cunhal, uma vez que ele indica Cunhal ligado ao neorrealismo português tanto pelos seus livros literários, como também pela concepção teórica. Visto que ele acredita em uma literatura social e politicamente empenhada e não concentrada em si mesma⁵².

Ainda sobre os textos teóricos sobre arte de Álvaro Cunhal, é fundamental indicar a publicação de *A Arte, o Artista e a Sociedade*, publicado originalmente em 1996. Segundo Urbano Tavares Rodrigues, Álvaro Cunhal defende dois pontos de vista que nem sempre apareceram assim ligados. Uma arte de intervenção que reproduza criticamente a sociedade e tenha uma dimensão futurante (de esperança e confiança no homem) e sem menosprezar a qualidade estética de obras que se situem fora dessa órbita. Também, indica a absoluta e total liberdade da criação artística. Condenando, então, qualquer sectarismo que limite o impulso criador das mais diversas artes⁵³.

E, ainda, reitera algumas visões já expressadas no artigo “Cinco pontos sobre forma e conteúdo”, como que o fato da influência social manifestar-se mesmo quando o artista acredita que a sua obra é apenas afirmação própria. E postula sobre o

⁵⁰ RODRIGUES, Urbano (Coord.) *É tempo de começar a falar de Álvaro Cunhal*. Porto: ASA Editores, 2006.

⁵¹ Cf. KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013, p. 49-54

⁵² RODRIGUES, Urbano (Coord.) *É tempo de começar a falar de Álvaro Cunhal*. Porto: ASA Editores, 2006.

⁵³ RODRIGUES, Urbano. “A Arte, o Artista e a Sociedade Álvaro Cunhal – A liberdade e a intervenção na Arte”. In: RODRIGUES, Urbano. *A obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago*, Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p. 75-80.

neorrealismo português: “Trata-se de uma legítima escolha de ordem artística” (RODRIGUES, 2005, p. 78).

Ainda é importante indicar o contexto de publicação do romance *Até Amanhã, camaradas*. O romance foi publicado devido as novas condições históricas abertas com o fim da ditadura em Portugal, com a revolução de 25 de abril de 1974. João Madeira aponta que no interior do PCP surgiu um interessante e insolúvel debate sobre arte, criação artística e modelo estético partidário⁵⁴. Indica que em um dos raros discursos públicos em que estes temas são debatidos, Álvaro Cunhal, em novembro de 1974, homenageando Soeiro Pereira Gomes, o importante escritor neorrealista e que se tornara membro do PCP e falecera na clandestinidade, disserta sobre a função social e política da literatura e da arte:

(...) não podem ser neutras, alheadas dos grandes problemas em cuja solução todo o nosso povo está empenhado, numa luta que é de facto (mesmo que alguns disso se não tenham ainda apercebido) de vida ou de morte. A literatura e a arte têm um grande papel a desempenhar na consciencialização, no bem-estar, na alegria e na felicidade dos homens. Podem hoje ser uma arma de combate contra o que resta do passado e pela edificação do futuro Portugal democrático, pacífico, independente (CUNHAL apud MADEIRA, 2014, p. 80).

Dessa forma, a direção do PCP sustentava a necessidade de uma arte ao serviço da transformação social, de acordo com uma tradição neorrealista. O exemplo de Soeiro Gomes apontava, assim, um caminho aos escritores comunistas nas novas condições históricas abertas pelo 25 de Abril. E o livro de Cunhal, atribuído nessa época a Manuel Tiago, representava esse modelo de arte objetivado pelo PCP.

Madeira indica também que é nesse sentido que, “já no início de 1975, os escritores comunistas da Organização Regional de Lisboa do PCP definem, como primeira das tarefas prioritárias o trabalho ideológico” (MADEIRA, 2014, p. 35). Aponta também que posições mais heterodoxas foram surgindo no partido, e que em assembleia de 1978, Cunhal afirma que partido não impunha aos artistas nem escolas, nem estilos.

Dessa forma, João Madeira explicita que o que ocorreu foi uma pluralidade estética e que o caráter revolucionário da criação artística não se limitou a formulações simples e esquemáticas, com o domínio do conteúdo sobre a forma. E conclui afirmando que:

(..) sem confronto explícito, mas em perceptível tensão, a distinção era objectivamente estabelecida entre aqueles que alinhavam as suas obras num contexto de militância política estrita, de algum modo revivendo a tradição neo-realista e aqueles que expressavam pela sua criação literária, uma pluralidade de sensibilidades estéticas, numa longa e persistente prática, alimentada de resto pelo próprio Álvaro Cunhal que, sob o pseudónimo revelado de Manuel Tiago, assim quis ditar, com a força do seu exemplo, a própria superioridade daquele entendimento. (MADEIRA, 2014, p. 41)

⁵⁴ MADEIRA, João. “Os Escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril”. In: *Miscelânea*, Assis, v. 15, jan-jun. 2014, p. 25-43,

Assim, no livro *Até amanhã, camaradas* é retratado um pedaço da história de Portugal e do PCP que Cunhal e muitos outros portugueses fizeram parte. São descritos os dirigentes e militantes do partido, e suas organizações locais e regionais e o papel revolucionário da classe operária. No livro está retratada a exploração e a resistência, mas também fragilidades e coragem das personagens históricas que resistiram ao fascismo português.

Considerações finais

Falar sobre Álvaro Cunhal é desafiador, pois além de líder do partido comunista português, ele também se dedicou a pintura, a literatura e produziu textos teóricos sobre comunismo e sobre questões estéticas. Assim, esse trabalho procurou contribuir para uma reflexão sobre uma das facetas de Cunhal, a de escritor literário.

No romance *Até amanhã, camaradas* enxergamos a confluência do escritor e do político. Ao ficcionalizar o PCP, as greves da década de 1940 e a clandestinidade dos militantes comunistas como uma atividade concreta que tem como objectivo criar condições para o combate ao fascismo e à exploração, Cunhal indica o que acredita ser o papel da arte. Uma arte de combate, de transformação social.

O Cunhal-escritor de ficção sempre permaneceram em um segundo plano, que é possível ser percebido até pelos momentos que ele se dedicou a literatura. Primeiro enquanto esteve preso na década de 50, e depois na década de 90, após deixar o cargo de secretário-geral do partido. Períodos que manteve influência no PCP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÉU E SILVA, João. *Uma longa viagem com Álvaro Cunhal*. Porto: Edições ASA, 2005.
- CUNHA, Adelino. *Álvaro Cunhal - retrato pessoal e íntimo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- CUNHAL, Álvaro. *Até Amanhã, Camaradas*. Lisboa: Editorial Avante!, 2001. (Disponível em: <https://abrildenovomagazine.files.wordpress.com/2016/06/manuel-tiago-ate-amanha-camaradas.pdf>).
- CUNHAL, Álvaro. “Cinco notas sobre forma e conteúdo”. In: CUNHAL, Álvaro. *Obras escolhidas II: 1947 - 1964*; coordenação, prefácio e notas de Francisco Melo. Lisboa: Editorial Avante!, 2008. p. 243-258.
- GUSMÃO, Manuel. “Até amanhã, camaradas - o livro do amigo”. In: *Revista CGTP Cultura*, série II, n 5, novembro de 2013, pp. 14-16 (Disponível em: http://cad.cgtp.pt/images/stories/CGTP-CULTURA/cgtpcultura_serieii_5.pdf).
- KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013
- MADEIRA, João. “Os Escritores comunistas e a Revolução do 25 de Abril”. In: *Miscelânea*, Assis, v. 15, jan-jun. 2014, p. 25-43,

PEREIRA, José. *Álvaro Cunhal: uma biografia política - o prisioneiro (1949 - 1960)*. Lisboa: Temas e Debates - Actividades Editoriais, 2005.

PEREIRA, José Pacheco. "Biografia de uma biografia". In: Público, domingo 10 de novembro de 2013.

PEREIRA, José. *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993

PINA, Álvaro. *Soeiro Pereira Gomes e o futuro do realismo em Portugal*. Lisboa: Caminho, 1977.

RODRIGUES, Urbano. *A obra literária de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

RODRIGUES, Urbano (Coord.) *É tempo de começar a falar de Álvaro Cunhal*. Porto: ASA Editores, 2006.

site: http://www.citi.pt/cultura/artes_plasticas/desenho/alvaro_cunhal/biografia.html

The literary work of Álvaro Cunhal/Manuel Tiago - The clandestine experience in *Até amanhã, camaradas*

ABSTRACT: This article analyzes the first novel, called *Até amanhã, camaradas*, published by Álvaro Cunhal, under the pseudonym Manuel Tiago, and the relationship with his political ideals and the Portuguese neo-realist movement. Cunhal, historical leader of the Portuguese Communist Party, in addition to the important role he assumed in Portuguese politics of the 20th century, also carried out artistic works in the field of literature and painting.

KEYWORDS: Álvaro Cunhal; *Até amanhã, camaradas*; PCP

Data de envio: 30 de novembro de 2020.

Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.

Fofoca como recurso de descrição: Relações entre o romance Dom Casmurro e a minissérie Capitu

Rodrigo Ribeiro Mansor⁵⁵

RESUMO: O presente trabalho traz uma análise comparativa entre o romance *Dom Casmurro* (1889) e a minissérie *Capitu* (2008), a fim de entender como a fofoca é utilizada como elemento de descrição da personagem Capitu. Além disso, pretende identificar recursos da transposição da obra literária para a audiovisual que auxiliam na identificação das intenções sociais dos personagens envolvidos na fofoca.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação. Descrição. Capitu. Fofoca.

Introdução

A personagem Capitu, figura chave de um dos mais famosos romances da literatura brasileira, surgiu repaginada numa transposição para mídias audiovisuais em 2008 através da minissérie homônima dirigida por Luiz Fernando Carvalho. Nessa versão do romance *Dom Casmurro*, escrito no final do século XIX, Capitu recebe ainda mais destaque do que na obra literária surgindo com roupagem contemporânea, mas sem se afastar da figura enigmática criada a mais de um século por Machado de Assis.

O estudo aqui proposto tem o objetivo de compreender a descrição de Capitu através de fofocas. A conversa do dia a dia que pressupõe conhecimento sobre o outro, normalmente com a intenção de causar intrigas pode ter sido usada como um recurso de distanciamento do narrador não confiável em relação ao seu objeto para tentar amenizar sua voz tendenciosa. A produção da fofoca é entendida por Wieser (2009) como um gênero social produtor de interação sobre outrem, portanto, mecanismo de comunicação comum na maioria das sociedades. Dessa forma, a representação desse processo torna-se verossímil em um romance como *Dom Casmurro*, que aborda diversas reflexões sobre o pensamento e os sentimentos humanos diante da sociedade.

A comparação entre o romance e a minissérie, por sua vez, insere o debate nos lares brasileiros, ampliando a repercussão da fofoca. Segundo Balogh (2002), “ao assistir programas de ficção, o espectador está no âmbito familiar da proximidade [...] e, com enorme rapidez, a ficção invade as conversas do cotidiano e personagens ficcionais são tratados pelo nome, como se fizessem parte do dia a dia da família” (BALOGH, 2002, p. 38). O argumento é reforçado por Nagamini (2004) ao afirmar que “a televisão é um veículo que repercute na vida das pessoas, oferecendo entretenimento, informação e educação em diferentes níveis” (NAGAMINI, 2004, p. 205), ou seja, para a autora, a televisão é um meio de comunicação em massa multifuncional adequado ao estilo de vida no país.

Além disso, a transposição do modo narrar para o modo contar permite maior percepção da descrição de uma personagem através da fofoca, uma vez que, segundo

⁵⁵ Mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Viçosa (MG). Professor de Literatura Portuguesa na Faculdade Santa Marcelina de Muriaé (MG). E-mail: rodrigormansor@yahoo.com.br

Hutcheon (2011) “o modo performativo nos ensina que a linguagem não é a única forma de expressar o significado ou de relacionar histórias. As representações visuais e gestuais são ricas em associações complexas” (HUTCHEON, 2011, p. 48), ou seja, a elogiada atuação do elenco da minissérie contribuiu para que o telespectador capte mais do que as palavras ditas.

Em suma, este artigo pretende estudar não apenas a transposição e o diálogo entre as obras, mas também a maneira como elementos composicionais de textos narrativos ajuda a estruturar um projeto de criação, seja literário ou televisivo, tendo como método a percepção de uma personagem pelo olhar alheio, transmitido através de fofocas, atividade rotineira da tessitura social em nosso país.

A personagem pelo olhar alheio

Apesar de sua criação ter se dado há mais de um século, Capitu possui comportamentos comuns à sociedade contemporânea e, como tal, é normal que a representação de sua vida e comportamento encontrasse destaque nos bate-papos entre aqueles que com ela conviviam. A ambiguidade de pertencer a um período e refletir outro é natural quando se é uma criação atemporal, portanto, sua adaptação para contextos díspares é facilmente aceita pelos receptores de uma obra. Além disso, o diálogo entre os textos é essencial para a manutenção de uma coerência na transposição, pois, todo leitor proficiente estabelece graus de proximidade entre o que já leu e aquilo que lhe é apresentado como novo, conforme defende Hutcheon (2011) ao afirmar que “a adaptação é uma forma de intertextualidade; nós experienciamos a adaptação (*enquanto adaptações*) como palimpsestos por meio da lembrança de outras que ressoam através da repetição com variação” (HUTCHEON, 2011, p. 30).

Capitu é figura reconhecida como personagem enigmática que ainda suscita diversos debates sobre sua “personalidade”, tendo em vista que o que se sabe sobre ela parte de um narrador tendencioso. Assim, embora não haja, entre os leitores, uma percepção unânime acerca de suas características psicológicas, a presença de Capitu paira sobre o leitor de forma “oblíqua”. Por isso, dar rosto, voz e ações a ela é um desafio para todos os responsáveis pela transposição da obra, culminando com a tarefa da atriz Letícia Persiles, que a representa na minissérie.

Ao ser transposta para a televisão, a personagem foi retratada com contornos contemporâneos, isso se justifica por essa mídia ser extremamente dependente de seu público-alvo, que espera algo atual, pois, como afirma Nagamini (2004), “a televisão atende às demandas de consumo, caso contrário não sobreviveria” (NAGAMINI, 2004, p. 44), e os avanços tecnológicos vividos neste século ditam o acesso à cultura, com isso, apresentar personagens com traços arcaicos não atrairia a atenção de novos espectadores, e a obra seria um fracasso.

O diretor Luiz Fernando Carvalho, mesmo evitando alterações no texto original para elaborar o roteiro da minissérie, ousou na adaptação de uma obra do “modo narrar” para o “modo mostrar”. Hutcheon (2011) afirma que “a adaptação, em linhas gerais, buscaria ‘equivalências’ em diferentes sistemas de signos para os vários elementos da história: temas, eventos, mundo, personagens, motivações, ponto de vista, consequências, contextos, símbolos, imagens, e assim por diante” (HUTCHEON, 2011,

p. 32). Dentre os arrojados engendrados pelo diretor, interessa-nos aqui a caracterização das personagens, sobretudo de Capitu.

A análise da construção desse elemento no modo narrar (Dom Casmurro) e no modo mostrar (Capitu) pressupõe o entendimento da função de uma personagem em cada um desses modos. Gancho (2006) as define como seres que participam da história de alguma forma, seja através de ações, falas, ou outros tipos de interferências no enredo, a autora assegura, ainda, que a personagem é “responsável pelo desempenho do enredo”. (GANCHO, 2006, p. 17). Hutcheon (2011) vai além e afirma que as personagens “são cruciais aos efeitos retóricos e estéticos de textos narrativos e performativos, pois engajam a imaginação dos receptores através do que ele chama de reconhecimento, alinhamento e aliança” (HUTCHEON, 2011, p. 33).

As autoras parecem concordar, portanto, com a relevância da personagem tanto para o texto escrito quanto para a performance em uma obra audiovisual, contudo, Rosenfeld (1981) alerta que “a personagem de um romance (e ainda mais de um poema ou de uma peça teatral) é sempre uma configuração esquemática, tanto no sentido físico quanto psíquico” (ROSENFELD, 1981, p. 33). Em outras palavras, por mais que o leitor faça associações com o mundo real, a personagem ficcional sempre terá sua existência determinada pelo que é apresentado na obra.

Diante dessa concepção, Rosenfeld (1981) indica que por mais que tentemos fazer associações, a personagem é um ser ficcional que em uma dramatização pega emprestados o rosto, a voz e os trejeitos dos autores que a interpretam. Além disso, Rosenfeld (1981) explica que

as pessoas reais, assim como todos os objetos reais, são totalmente determinados, apresentando-se como unidades concretas, integradas de uma infinidade de predicados, dos quais somente alguns podem ser “colhidos” e “retirados” por meio de operações cognoscitivas especiais. Tais operações são sempre finitas, não podendo por isso nunca esgotar a multiplicidade infinita das determinações do ser real, individual que é “inefável”. Isso se refere naturalmente em particular a seres humanos, seres psicofísicos, seres espirituais, que se desenvolvem e atuam. A nossa visão da realidade em geral, e em particular, dos seres humanos individuais, é extremamente fragmentária e limitada. (ROSENFELD, 1981, p. 32)

A partir dessa noção de fragmentação das personagens, tomamos como base o estudo de Capitu a partir do que o narrador escuta sobre ela antes de ir para o seminário, em outros termos, nosso recorte para análise são fofocas e intrigas sobre Capitu ainda jovem. Esse recorte se faz possível de acordo com as ideias de Moisés (1977), que explicitam, etapa por etapa, formas de estudo desse elemento. Interessamos aqui a afirmativa de que

a análise estática diz respeito à descrição da personagem, segundo as palavras diretas do próprio ficcionista, ou o que dela se depreende. Num caso ou noutro, imobiliza-se a personagem no encaixe de saber como ela é. Por certo que a imobilização pode dar-se ao longo da série de situações que integram a narrativa, mas nem por isso deixa de ser análise estática, à semelhança de uma sequência de fotografias captando a mesma pessoa em “momentos” diferentes. (MOISÉS, 1977, p. 111).

Moisés (1977) apresenta a análise estática como uma espécie de recorte da personagem, ou seja, o autor defende que para compreender a personagem por esse método é preciso isolá-la do restante dos elementos e ainda defende que, mesmo nesse isolamento, é possível perceber a descrição da personagem de forma completa. Cabe ressaltar, que Moisés (1977) determina que a análise pode ser feita em vários momentos estáticos e não exclusivamente em uma cena, ou situação. Além disso, o autor defende que a descrição da personagem parte do ficcionista ou do que se conclui de seu texto. Em outras palavras, a personagem, mesmo estática, é criada a partir de diversos pontos da trama e do que pode ocorrer ao longo de toda a narrativa.

Atuando e representando fofocas

O texto literário que envolve participação ativa e constante de personagens habitualmente recorre ao uso de diálogos para manutenção do ritmo, desenvolvimento do enredo e até para descrição de ações ou de seus agentes. Com isso, é comum que os autores utilizem-se da conversa entre personagens para fluência do texto. Contudo, assim como nas relações humanas, uma conversa em que há certo nível de intimidade entre os interlocutores pode levar a comentários sobre pessoas ausentes no diálogo, característica principal da fofoca. Para Wieser (2009) “participar de uma fofoca significa, inevitavelmente, observar as pessoas ou as suas condutas por um ponto de vista moral, ou seja, significa avaliar os outros de acordo com critérios como ‘bom’ vs. ‘mau’/‘ruim’ ou ‘certo’ vs. ‘errado’” (WIESER, 2009, p. 2).

Além disso, Bentinho – o narrador do romance – utiliza-se da fofoca como estratégia de manipulação do leitor, afinal, ele mesmo atua como um fofoqueiro, ao repetir as informações que chegaram até ele. Usa a voz alheia como escudo para gerar argumentos contra Capitu sem ser acusado de intrigante, pois apenas repetiu aquilo que chegou até seus ouvidos. Assim, como afirma Wieser (2009) “o mexerico pode ser visto, também numa perspectiva evolucionária, como uma estratégia de manipulação, escolhida por indivíduos para melhorar sua reputação, perseguir seus interesses pessoais e realizar seus objetivos aos custos dos outros” (WIESER, 2009, p. 363), ou seja, Bentinho preserva sua imagem ao mesmo tempo em que veladamente acusa os demais de difamação contra Capitu.

Ao aceitarmos a ideia de fofoca como transmissora de observações, percebemos que, apesar de Bentinho conhecer bastante sua amiga Capitu, a maior parte das descrições sobre ela vem de terceiros, ou seja, de “mexericos”, desde quando o relacionamento dos dois é visto como uma “dificuldade” pela personagem José Dias até sua partida para o seminário.

Wieser (2009) defende esse tipo de intriga social, pois segundo o autor, “há poucos assuntos mais interessantes do que a índole dos nossos semelhantes mais ou menos próximos ou as suas atividades privadas” (WIESER, 2009, p. 1). O que pode ser comprovado no terceiro capítulo do romance Dom Casmurro, em que, em um contexto familiar, o agregado José Dias, diante dos adultos da casa, alerta dona Glória com uma “denúncia”, o que na verdade é apenas uma fofoca:

–D. Glória, a senhora persiste na ideia de meter o nosso Bentinho no seminário? É mais que tempo, e já agora *pode haver uma dificuldade*.

–Que dificuldade?

–*Uma grande dificuldade*.

Minha mãe quis saber o que era. José Dias, depois de alguns instantes de concentração, veio ver se havia alguém no corredor; não deu por mim, voltou e, abafando a voz, *disse que a dificuldade estava na casa ao pé*, a gente do Pádua.

–A gente do Pádua?

–Há algum tempo estou para lhe dizer isto, mas não me atrevia. Não me parece bonito que o nosso Bentinho ande metido nos cantos com a filha do Tartaruga, e esta é a dificuldade, porque se eles pegam de namoro, a senhora terá muito que lutar para separá-los.

–Não acho. Metidos nos cantos?

–É um modo de falar. Em segredinhos, sempre juntos. Bentinho quase que não sai de lá. *A pequena é uma desmiolada*; o pai faz que não vê; tomara ele que as coisas corresse de maneira, que... Compreendo o seu gesto; a senhora não crê em tais cálculos, parece-lhe que todos têm a alma cândida... (ASSIS, 2017, p. 10).

Segundo Hutcheon (2011) a percepção do receptor no modo mostrar é direta, “o modo performativo nos indica que a linguagem não é a única forma de expressar o significado ou de relacionar as histórias. As representações visuais e gestuais são ricas em associações complexas” (HUTCHEON, 2011, p. 48). Assim, a interpretação dos atores em cena, suas expressões faciais e gesticulações contribuem para o aumento do engajamento desse receptor com o texto. Exemplo disso, é a interpretação da personagem José Dias pelo ator Antônio Karnewale que, ao relatar a denúncia, faz gestos com a mão e caretas, altera seu tom de voz e circunda o cenário, por exemplo.

José Dias não apenas instiga dona Glória a atentar-se para a relação entre o filho desta e a vizinha, como faz questão de ofender a jovem, acusando-a de ser a responsável por desviar Bentinho do caminho do seminário (Fig. 1). Acima disso, o fragmento mostra que o assunto da denúncia é uma fofoca, pois demonstra o objetivo de causar intrigas, assim como exposto por prima Justina posteriormente ao afirmar que o agregado era “um intrigante, um bajulador, um especulador” (ASSIS, 2017, p. 37). A minissérie apresenta o mesmo entendimento sobre José Dias, representando-o como alguém que tenta esconder a fala (Fig. 2) e que se mostra bajulador para receber apoio (Fig. 3).



Figura 1: José Dias denuncia possível envolvimento amoroso (2008).



Figura 2: José Dias esconde sua fala (2008)



Figura 3: José Dias bajula Dona Glória após fazer denunciar o casal. (2008)

Diversos outros atores destacam-se na minissérie por despertarem engajamento externo para a obra, sendo que, Letícia Persiles, atriz que interpreta Capitu em sua juventude será nosso foco, uma vez que as fofocas aqui estudadas são direcionadas à descrição de sua personagem. Dessa forma, a atriz precisa representar a soma das informações atribuídas à protagonista da obra. Por isso, quando José Dias afirma que “a pequena é uma desmiolada” (ASSIS, 2017 p. 10), a intérprete dessa “pequena” demonstra em gestos, expressões e atitudes que realmente corresponde a essas atribuições, como quando “brinca de missa” (Fig. 4).



Figura 4: Capitu acende vela para brincar de missa (2008)

A jovem demonstra sorrir enquanto brinca com aquilo que adultos julgariam sagrado, ou seja, usar a missa como uma brincadeira, na visão de alguém muito religioso, seria como profanar um ritual santo, o que justifica chamar Capitu de desmiolada. Entretanto, prima Justina, que assiste à brincadeira, apesar do olhar de desaprovação, futuramente ataca a religiosidade de José Dias, mas não o passatempo dos jovens, além disso, é ela quem dirige a Bentinho uma nova fofoca em relação à menina.

Prima Justina, como Bento perceberia depois, representava em sua fala a personificação da fofoca. Ela ouviu, viu, insinuou, confirmou o que talvez já desconfiasse e, em seguida, apresentou sua opinião sobre a protagonista. Toda essa atuação possui uma intenção, Justina, como o narrador descobre posteriormente, tentava colher informações de Bentinho analisando como ele recebia a fofoca (Fig. 5). Para Wieser (2009),

a realização de uma fofoca num determinado contexto situacional é afeiçoada e influenciada por características do contexto sociocultural, ora que as negociações microscópicas dos fofoqueiros exprimem as condições sociais objetivas e se combinam para (re)produzir ou alterar certas características macroscópicas. (WIESER, 2009, p. 4)



Figura 5: Prima Justina colhe informações de Bentinho (2008)

Inicialmente, Justina elogiou Capitu, mas depois de perceber que a denúncia contra o jovem primo poderia ser real, passou a reconhecer os defeitos da garota, que foram transpostos para minissérie através das feições (Fig. 6). Destarte, a fofoqueira encontrou em suas palavras um meio para sanar suas dúvidas, como é perceptível na comparação entre o texto-fonte e as expressões da atriz Leticia Persiles na obra transposta:

Entretanto, como prima Justina se metesse a elogiar-lhe os modos, a gravidade, os costumes, o trabalhar para os seus, o amor que tinha a minha mãe, tudo isto me acendeu a ponto de elogiá-la também. Quando não era com palavras, era com o gesto de aprovação que dava a cada uma das asserções da outra, e certamente com a felicidade que devia iluminar-me a cara. Não adverti que assim confirmava a denúncia de José Dias, ouvida por ela, à tarde, na sala de visitas, se é que também ela não desconfiava já. Só pensei nisso na cama. Só então senti que os olhos de prima Justina, quando eu falava, pareciam apalpar-me, ouvir-me, cheirar-me, gostar-me, fazer o ofício de todos os sentidos. Ciúmes não podiam ser; entre um pirralho da minha idade e uma viúva quarentona não havia lugar para ciúmes. É certo que, após algum tempo, modificou os elogios a Capitu, e até lhe fez algumas críticas, disse-me que era um pouco trêfega e olhava por baixo. (ASSIS, 2017, p. 38-39).



Figura 6: Leticia Persiles interpreta o jeito trêfego de Capitu (2008)

Os atributos conferidos à Capitu revelam uma tendência das adaptações televisivas de voltarem seu olhar para o feminino. Como assegura Balogh (2002), “as minisséries se revelam um formato diferenciado também no tocante às temáticas, com especial carinho para a abordagem das facetas do universo feminino” (BALOGH, 2002, p. 134). Percebe-se que o diretor da adaptação utilizou de um elemento feminino pronto na obra machadiana para incorporá-lo à sua obra, porém, isso não ocorre como mera cópia. Hutcheon (2011) defende que “como um processo de criação, a adaptação sempre envolve tanto uma (re-) interpretação quanto uma (re-) criação; dependendo da perspectiva, isso pode ser chamado de apropriação ou recuperação” (HUTCHEON, 2011, p. 29).

Corroborando com a fala de Hutcheon (2011), Rocha (2013) afirma que “a imitação não é julgada falta de inventividade, porém, avaliada como primeiro passo, elemento indispensável” (ROCHA, 2013, p. 156), em outras palavras, Luiz Fernando Carvalho utilizou-se de uma técnica duplicada incessantemente entre autores e elogiada entre críticos que prevê copiar os clássicos para se atingir o novo: a emulação.

Por fim, como última fofoca relativa à Capitu, destacamos aquela que talvez seja a descrição mais famosa dessa personagem: a definição de seu olhar. Mais uma vez é José Dias quem cita Capitu, no entanto, dessa vez ele tece um comentário que desestabiliza Bentinho, seu interlocutor. O narrador-personagem do romance rememora em outros momentos da obra a observação do agregado, seja para confirmá-la ou para expurgá-la. Não importa o motivo, os “olhos de cigana, oblíqua e dissimulada” (ASSIS, 2017, p. 41) sempre serão uma definição física e psicológica constante sobre Capitu.

A gente Pádua não é de todo má. Capitu, apesar daqueles olhos que o Diabo lhe deu... Você já reparou nos olhos dela? São assim de cigana oblíqua e dissimulada. Pois, apesar deles, poderia passar, se não fosse a vaidade e a adulação. Oh! a adulação! (ASSIS, 2017, p. 41).

A descrição apresentada por José Dias através de uma fofoca, dessa vez sobre toda a família de Capitu, torna-se uma obsessão para Bentinho, ao mesmo tempo em que cria uma dificuldade para qualquer adaptador, afinal, o que seriam “olhos de cigana oblíqua e dissimulada”? O narrador argumenta desconhecer o sentido de oblíqua, mas, por compreender o sentido de dissimulada, sentiu necessidade de comprovação, movendo, dessa forma, a engrenagem da fofoca.

Luiz Fernando Carvalho tentou transpor a descrição do modo contar para o modo mostrar através da técnica de focalização da câmera que, assim como outros movimentos, exerce “a função de definir as relações espaciais entre dois elementos da ação ou expressar a tensão psicológica de algum personagem” (NAGAMINI, 2004, p. 52).

Assim, sempre que o romance, como texto-fonte, citava a descrição, a minissérie aproximava a câmera do rosto de Capitu (Fig. 7), destacando principalmente seus olhos. Letícia Persiles, por sua vez, apresenta um olhar enigmático aumentando ainda mais as dúvidas sobre as fofocas direcionadas a ela.



Figura 7: Bentinho analisa o olhar de Capitu (2008)

O roteiro adaptado, as atuações, os figurinos e o posicionamento de câmeras mostram-se aqui como alguns dos diversos elementos que auxiliam a transposição de uma obra literária para uma peça audiovisual. Tais elementos surgem como recursos fundamentais para direcionar as fofocas que ajudam a construir a percepção sobre a personagem Capitu, promovendo a manutenção das estratégias utilizadas por Machado de Assis, ao criar uma personagem de interpretação subjetiva. Ou seja, mesmo dando um rosto e uma voz à personagem, a adaptação consegue manter incógnitas informações que a obra original jamais teve a intenção de revelar.

Considerações finais

Partindo da ideia da fofoca como transmissora da observação de pessoas ou de suas condutas, analisamos aqui a maneira como Capitu foi descrita por personagens que conviveram com ela na trama num período que se estende de sua infância até a partida de Bentinho para o seminário. Essa análise foi feita através das fofocas e da maneira como a minissérie retrata ações que reforçaram ou refutaram tal visão. As percepções de Bentinho foram excluídas do estudo por dois motivos: ele não faz as fofocas propriamente ditas, apenas relata informações atribuídas à Capitu; além disso, Bento Santiago é tendencioso, e seus pensamentos servem mais para conduzir o leitor à sua linha de raciocínio do que para descrever Capitu.

A fofoca revelou-se um recurso útil para a estratégia de distanciamento do narrador quanto às considerações produzidas acerca de seu par romântico. A manipulação do leitor através das vozes alheias faz com que inicialmente Bentinho pareça vítima, porém, leituras mais atentas atribuem a Bentinho uma mente perturbada pelo ciúme, assim, por mais que os mexericos e comentários sobre a vida de Capitu influenciem o leitor, é ele, como receptor, que deve decidir se acredita ou não nas informações que recebeu. Dessa forma, a personagem Capitu permanece no imaginário da literatura brasileira como figura de caráter incerto – não no sentido de duvidoso, mas sim com a ideia de personalidade forte que sobrepõe os padrões conhecidos, portanto, possui uma difícil definição.

Para permanecerem fiéis ao texto-fonte, manter as ambiguidades acerca de Capitu e, ao mesmo tempo, dividir a interpretação do texto com o receptor da obra, os adaptadores optaram por manter abertas todas as possibilidades sobre a personagem e, por isso, enfrentaram um grande desafio, afinal, a transposição de uma personagem forte e complexa como ela requer maestria técnica. Além disso, a mescla de modernidade com elementos tradicionais contribuiu para atrair um público novo, não limitado apenas aos leitores que já conheciam Machado de Assis.

O diálogo com a obra original, somada a inovações artísticas e a brilhantes atuações contribuíram para a boa recepção dos espectadores, contudo, percebemos aqui que, mais do que atrair um público, Luiz Fernando Carvalho produziu uma peça capaz de respeitar a obra de Machado de Assis e honrá-la como um bom emulador, pois a leitura precisa do texto fez com que atores, em sintonia, representassem fielmente as nuances apresentadas no romance. A intérprete de Capitu representou de modo coerente tudo o que foi dito sobre ela e os fofoqueiros atuaram dando ênfase às insinuações sobre a protagonista. Assim, tudo se encaminhou para que a adaptação de uma sequência de mexericos funcionasse como uma aproximação entre a tradição e as percepções do cotidiano moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2017.
- BALOGH, Anna Maria. *O discurso ficcional na TV: a sedução e o sonho em doses homeopáticas*. 1. ed. São Paulo: EdUsp, 2002.
- GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Trad. A. Cechinel. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- NAGAMINI, Eliana. *Literatura, televisão, escola: estratégias para leitura de adaptações*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Capitu* [DVD]. Rio de Janeiro, 2008.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In.: CÂNDIDO, Antônio. et al. *A personagem de ficção*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- WIESER, Hans Peter. *A produção discursiva da moral no gênero fofoca: elementos para uma descrição micro e macrossocial da conversação cotidiana*. Orientadora: Prof.^a Dra. Bernardete Biasi Rodrigues. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/ea000929a.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

Gossip as a resource of description: relations between the novel Dom Casmurro and the TV mini series Capitu

ABSTRACT: The present work brings a comparative analyses between the novel Dom Casmurro and the TV mini-series Capitu (2008), in order to understand how gossip is used as an element of description of the character Capitu. In addition, it intends to indentify the resources of transposition from the literary work to the screen which helps in the identification of the characters' social intentions involved in the gossip.

KEYWORDS: Adaptation; Description; Capitu; Gossip.

Data de envio: 29 de outubro de 2020.
Data de Aceite: 02 de dezembro de 2020.

“Agora és uma mulher. Já és uma mulher”: a construção da identidade feminina no *Caderno de Memórias Coloniais*

Lucas Esperança da Costa⁵⁶

RESUMO: Em seu *Caderno de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo traz um retrato do processo colonial em Moçambique, tendo na figura de seu pai a personificação do pensamento colonialista português em África. Além das questões coloniais, Figueiredo aborda, de modo, autobiográfico e catártico a sua formação enquanto mulher naquele cenário. No entanto, subverte o discurso colonial apresentando uma história narrada ao contrapelo. Desse modo, o objetivo desse artigo é fazer uma leitura do processo de formação/construção da identidade feminina na obra mediante uma leitura teórica do pensamento Simone de Beauvoir, mostrando como a narradora rompe as correntes do determinismo imposto por ser mulher.

PALAVRAS-CHAVES: Identidade feminina. Corpo. Sexualidade. Memórias. Liberdade.

1 Introdução

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e castrado que qualificam de feminino”.

(O *Segundo Sexo* – Simone de Beauvoir)

O excerto, retirado do capítulo primeiro d’*O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, retrata toda a tônica do livro da teórica francesa a respeito da formação da identidade feminina. Beauvoir acredita que ser mulher não é algo inato, determinado por características biológicas apenas, mas que faz parte de um constructo social, o qual as meninas sofrem com a violência física e simbólica de uma cultura masculina, sendo vistas como seres inferiores, mesmo aquelas que se tornaram independentes.

Tecer considerações sobre a construção da identidade feminina, em especial em África, possibilita uma série de questões, principalmente, uma fenda temporal entre a presença do colonizador e o complexo de silêncios e de releituras/reescritas que marcam o fim presença do poder colonial nesses territórios. Além disso, observa-se que em países que sofreram com a colonização, os aspectos identitários nativos, na maioria dos casos, se chocaram com o projeto de identidade que o colonizador desejava imprimir. Não só nesses países, mas em qualquer outro, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER apud HALL, 2006, p. 9), como observa Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade*.

Hall descarta a ideia de se pensar em identidade como “fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p. 12), uma vez que o mundo contemporâneo promove

⁵⁶ Doutor em Letras: Estudos Literários (UFJF). Professor de Literatura Brasileira da Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Email: l.esperanca@yahoo.com.br.

uma multiplicidade de formas de reconhecimentos e representações. Ainda, desconsidera a noção de uma hereditariedade identitária e completa seu pensamento afirmando que a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13).

Ao situar o sujeito ou ao se falar em formação da identidade em sociedades modernas, que estão em constante e acelerado ritmo de transformações, deve-se prestar atenção que não há como se pensar em uma identidade unificada. Hall afirma quem resiste nesse pensamento está buscando uma cômoda figuração do sujeito, e, sendo assim, ele adverte:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006 p. 13)

Sendo assim, percebe-se que a formação da identidade do sujeito moderno tem como pilares a descontinuidade, a fragmentação, a ruptura e o deslocamento. Cabe enfatizar que a identidade é um processo de construção de sentido ao longo do tempo. Logo, pensar em uma única identidade feminina fixa, cheia de “normas e padrões” nesse mundo contemporâneo torna-se inviável. Hall destaca que a identidade não é algo inato, ela é um processo, logo permanecendo sempre incompleta, sempre em formação. Ele complementa que “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p. 39).

Desse modo, o objetivo desse estudo é mostrar o processo de construção da identidade da narradora na autobiografia *Caderno de Memórias Coloniais (2009)*, de Isabela Figueiredo. Ela realiza através desse processo catártico, uma análise introspectiva de sua formação enquanto mulher, além expor seu ponto de vista da colonização, subvertendo o discurso oficial da harmoniosa relação entre colonizadores e colonizados em Moçambique. Figueiredo dá visibilidade e voz as minorias (os pretos e a ela mesma) nesse contexto colonial.

2 “Afiml já era uma mulher: a formação da identidade feminina

“Cheguei a Portugal com 12 anos, a 5 semanas de fazer 13. Já não era uma criança, mas ainda não era uma mulher. Já aprendera que tudo tem consequências, já desenvolvera a minha consciência e sensibilidade, contudo, mantinha a inocência própria de uma menina. Já recebera muitas influências, mas outras esperavam por mim”.

Narrativa autobiográfica publicada em formato de livro em 2009, a obra *Caderno de memórias coloniais* reúne 43 textos de Isabela Figueiredo publicados a partir de 2005 em seu blog <http://omundoperfeito.blogspot.com.br/>. Através de uma linguagem, às vezes, áspera e sem meias palavras, percebemos a construção do império colonial português em Moçambique, a convivência entre pretos e brancos, a figura repressora de seu pai, a infância em uma terra que não era a sua. Mas, então qual era o seu lugar? Isabela Figueiredo através de uma escrita catártica busca (re)encontrar-se em meio a dois países, dois continentes distintos. Além disso, ela desconstrói a imagem cor-de-rosa que se tem sobre o colonialismo português em África. Porém, ao longo da narrativa observa-se como a identidade feminina é construída. O corpo, a sexualidade, o comportamento, tanto de mulheres brancas e negras são determinadas através de um constructo social masculino e, em alguns casos, reafirmados pelas próprias mulheres.

Esse *Caderno* traz uma advertência, antes mesmo de começar a narrativa, na epígrafe de Primo Levi a respeito da memória como “instrumento maravilhoso mas falível” (FIGUEIREDO, 2011, p. 7). Esse aviso demonstra sobre qual matéria prima a autora irá trabalhar: a memória. Cabe lembrar que a memória é uma condição humana e social, logo “sempre é transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento” (HUYSSSEN, 2000, p. 37). A autora recupera em suas memórias a formação de sua condição de “mulher” branca em meio aos pretos⁵⁷, suas descobertas sobre seu corpo e sua sexualidade, o significado de “foder” que tanto a marcou e a figura castradora e repressora do pai. Somado a todas essas questões, apresenta o sentimento de abandono, da solidão que muitos retornados vivenciaram com o fim do regime colonial em Moçambique a partir do processo de independência na década de 1960, que culminou com a Revolução dos Cravos em 1974. A obra deve ser analisada como uma reunião de textos que se complementam e que, às vezes, apresentam-se fragmentados.

Já no início da obra, a narradora apresenta a questão do corpo, como objeto sexualizado e animalizado, da mulher preta que se diferencia da mulher branca. Para o colonizador, todas as pretas eram iguais e vistas como animais, sem valor nenhum. Diferentemente, as brancas possuíam um *status* sagrado, representante da família, do cristianismo, das obrigações matrimoniais. Além disso, para as brancas, o ato sexual funcionava como um sacrifício que deveriam praticar em nome do matrimônio, no entanto, era possível evitá-lo. A narradora conta que as brancas eram conhecedoras das práticas dos maridos e apenas segredavam comentários quando “precisavam desenferrujar a língua umas com as outras” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Assim, ela descreve as diferenças entre pretas e brancas:

As pretas tinham a cona⁵⁸ larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoça. As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer

⁵⁷ Utiliza-se a expressão portuguesa.

⁵⁸ Vagina

que fosse, como animais. A cona era larga. As das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam às conas das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada. (FIGUEIREDO, 2011, p. 13)

Figueiredo retrata o estado de animalização que os pretos eram categorizados, logo despossuídos de qualquer direito ou respeito. Pretos e mulatos não pertenciam a “sociedade” colonial, uma vez que não tinham poder para serem ouvidos. Somente, aqueles que se aculturavam detinham algum “*status*” social. Enquanto mantinham suas mulheres na cidade ou na MetrÓpole as quais sempre retornavam, os homens brancos não se importavam com as incursões sexuais ao caniço “porque a negra não tinha poder para reclamar paternidade. Ninguém lhe daria crédito” (FIGUEIREDO, 2011, p. 13). Para os brancos, o nativo “era outra gente. Outra cultura. Uns cães” (FIGUEIREDO, 2011, p. 15).

Observa-se ao longo da narrativa, o que a crítica indiana Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?*, destaca sobre o processo de subalternização que impede que o ser colonizado tenha voz. Não que eles não possam falar ou são desconhedores de suas condições, mas mesmo tentando, não encontram meios para se fazerem ouvir. Ela destaca sobre a condição feminina que “se, o contexto de produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2014, p. 85). Logo, conclui-se que a mulher colonizada e preta encontra-se triplamente subalternizada.

No entanto, a condição da mulher branca nas colônias portuguesas é, também, de subalternidade, uma vez que muitas delas foram deslocadas para lá apenas para manter o bem-estar dos maridos e filhos que participavam da empreitada colonizadora e da guerra de resistência que já se instalara. Para Margarida Calafate Ribeiro, a presença da mulher portuguesa em África representava a política do Estado-Novo de civilização marcada e definida através da figura feminina como elemento na manutenção da família e a fonte de desenvolvimento da nação, logo sua presença mantém o controle contra a fragmentação da família/nação. Contudo, Ribeiro destaca que:

De alguma forma, as mulheres ao «completarem» a moldura como lhes era requerido terão contribuído para a manutenção de uma certa estabilidade, não só porque com a sua ida mantiveram a célula familiar junta – o que nem sempre significou unida -, como também pela contribuição social que prestaram. Acredito que muitas mulheres que foram para África, acompanhando os maridos na guerra, colaboraram, voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, para a produção do disfarce da guerra sob uma imagem de normalidade que o regime queria projectar. (RIBEIRO, 2007, p. 30)

A narradora apresenta uma visão dicotomizada entre os papéis sociais entre homens e mulheres dentro do sistema colonial. Enquanto os homens possuíam o direito de se envolver com as pretas; as mulheres sofriam com a maldição que lhes pesam “de que não lhe é permitido fazer o que que seja”, conforme ressalta Beauvoir (2008, p. 47). Ela constata que “um branco podia, se quisesse, casar com uma negra. Esta ascendia socialmente, e passaria a ser aceite, com reservas, mas aceite, porque era mulher de Simões, e por respeito ao Simões” (FIGUEIREDO, 2011, p. 14). Por outro lado, a mulher que ousasse a se envolver com um preto era vista com proscrição social. Como afirmava seu pai “que um preto [por mais civilizado que fosse] nunca poderia tratar bem uma branca, como ela merecia” (FIGUEIREDO, 2011, p. 15).

Ao longo dos textos, observa-se a construção da figura do pai da narradora, principalmente, como representante do imaginário português do dominador. A narradora se mostra sem forças diante dele, como ela destaca: “quando meu pai me levantava no ar como se fosse uma coisa, ou me transportava às cavalitas, sentia-me fraca perante a força total, dominada, possuída por ela” (FIGUEIREDO, 2011, p. 17). Essa força dominadora do pai reforça-se através da virilidade que ele apresenta, sendo duplamente valorizada: enquanto homem e enquanto sujeito colonizador. Opondo-se à sua fragilidade, assim descreve o seu pai:

Foder. O meu pai gostava de foder, nunca vi, mas via-se. Uma pessoa que observasse bem o meu pai, os olhos a sorrir simultaneamente com a boca, a sensualidade viril das mãos, braço, pés, pernas ... uma pessoa que escutasse a maliciosa rapidez da sua resposta, o sentido de humor permanente e dúbio desse gigante percebia que aquele homem gostava de foder. (FIGUEIREDO, 2011, p. 17)

Pouco além dos sete anos de idade, a narradora começa a perder a inocência e descobre os princípios da reprodução humana, abandonando a visão divina/mágica da criação. Para ela, as noções de sexo, gravidez, reprodução ou o simples uso de palavras que compõem esse campo lexical eram repreendidos fisicamente através de bofetadas. Contudo, a sugestão “que entre os esposos ‘alguma coisa de físico ocorre’” (BEAUVOIR, 1967, p. 41), logo lhe surge e ela tenta interromper o “ato de violência” praticada por seu pai. Beauvoir afirma que em muitos casos as crianças se recusam a enfrentar as revelações relativas à vida sexual dos pais, tal enfrentamento é tão doloroso quanto o processo de desmama, visto que percebe que seu universo de protetor desmorona. Para a menina, o aumento da angústia está no:

fato de que ela não consegue delimitar exatamente os contornos da maldição equívoca que pesa sobre ela. As informações obtidas são incoerentes, os livros contraditórios. As próprias exposições técnicas não dissipam a sombra espessa. (BEAUVOIR, 1967, p. 43).

Desse modo, a narradora explica-se:

A sexualidade do meu pai foi uma questão que só me surgiu, e palidamente, depois dos sete. A certa altura da noite percebi que os meus pais fechavam a porta do quarto e a minha mãe parecia chorar. Houve uma noite em que me

levantei, lhes bati à porta e disse, “pára de fazer isso à mãe”. Não sabia o que faziam para que a minha mãe sofresse assim, mas não queria que acontecesse, muito menos sob as mãos do meu pai, e percebia que o que fizessem, se era à porta fechada, não podia ser sadia.

Mais tarde, apareceu um livro volumoso debaixo da cama dos meus pais. Era do Dr. Fritz Khan e o título tinha a palavra “sexual”. Quando abri observei que continha ilustrações de homens e mulheres nus com pêlos e órgãos sexuais visíveis. Havia ilustrações absolutamente vergonhosas que me abstenho de revelar. [...] fiquei a perceber que o sexo era trabalhoso, eventualmente uma porcaria, embora houvesse interessantes potencialidades a explorar. (FIGUEIREDO, 2011, pp. 17-18)

Nesse primeiro momento de descoberta, a narradora percebe o sexo como algo violento e desagradável, marcado pela presença das palavras “vergonhoso”, “trabalhoso”, “porcaria”, “não sadio” ou estava ligado ao sofrimento. Entretanto, não descarta as “interessantes potencialidades a explorar”.

Apesar de sua descoberta precoce sobre a sexualidade paterna, o que mais lhe fazia sofrer era o comportamento de seu pai com outras mulheres. Entretanto, o que mais a choca é a postura de sua mãe, assim como outras mulheres, de aceitar tais comportamentos. Como ela afirma: “a minha mãe diz agora que percebia perfeitamente quando ele andava com outras. Mas fazia de conta que não percebia. Calava-se. Que opção havia?!” (FIGUEIREDO, 2011, p. 19). O posicionamento de sua mãe, como das outras mulheres, exemplifica o que Beauvoir denuncia:

O casamento não é apenas uma carreira honrosa e menos cansativa do que muitas outras: só ele permite à mulher atingir a sua dignidade social integral e realizar-se sexualmente como amante e mãe. É sob esse aspecto que os que a cercam encaram seu futuro e que ela própria o encara. Admite-se unanimemente que a conquista de um marido – em certos casos, de um protetor – é para ela o mais importante dos empreendimentos. [...] Ela se libertará do lar paterno, do domínio materno e abrirá o futuro para si, não através de uma conquista ativa e sim entregando-se, passiva e dócil, nas mãos de um novo senhor. (BEAUVOIR, 1967, p. 67)

Ademais, as mulheres brancas sentiam-se impedidas de aceitar e demonstrar sua sexualidade diante de seu marido e da sociedade, sob a pena de serem mal vistas, uma vez que não preservavam os valores familiares que a empresa colonial buscava implantar de forma a construir e manter um controle moral e político sobre o território. Por outro lado, as pretas assumiam sua sexualidade, permitindo-se, às vezes, a manter relações sexuais por prazer, porém, segundo Sunday Bamisile, muitas mulheres negras, durante o período colonial, mantinham relações sexuais com outros homens como uma forma de sobrevivência, o que em muitos casos, resultava em gravidez indesejada, doenças sexualmente transmitidas e anulação da autoestima. Observa-se no comentário a seguir uma avidez da mulher branca em relação ao comportamento das pretas, bem como, uma impossibilidade de realização, logo uma depreciação daquelas que eram capazes de assumir sua sexualidade.

Uma branca não admitia que gostasse de foder, mesmo que gostasse. E não admitir era uma garantia de seriedade para o marido, para a imaculada sociedade toda. As negras fodiam, essas sim, com todos e mais alguns, com os negros e os maridos das brancas, por gorjeta, certamente, por comida, ou por medo. E algumas talvez gostassem, e guinchassem, porque as negras eram animais e podiam guinchar. Mas, sobretudo, porque as negras autorizavam-se a si próprias a guinchar, a abrir as pernas, a ser largas. (FIGUEIREDO, 2011, p. 19)

A curiosidade e o desconhecimento sobre foder, por volta dos oito anos, tornavam-se uma descoberta que a envergonhava e desejava. Numa ocasião que saiu para brincar no quintal de casa viu o seu vizinho que a perguntou se “queres jogar a foder?” (FIGUEIREDO, 2011, p. 29). porém, era um jogo que ela desconhecia, mas que mexia com sua curiosidade. O menino explica-lhe as regras e ela é tomada por um misto de ansiedade e repugnância pela brincadeira, como mesmo narra:

Jogar a foder?! Ora aí estava uma brincadeira que não conhecia, nunca tinha jogado na escola e não sabia mesmo como era. Devo dizer que o Luisinho tinha apenas uma vaga idéia, embora soubesse mais do que eu. Era curiosa, portanto não me passou pela cabeça recusar tal brincadeira. Perguntei-lhe como se fazia e ele esclareceu-me resumidamente, “despimo-nos e eu ponho-me em cima de ti”. A coisa não me pareceu muito ortodoxa, “despirmo-nos”, “em cima de”, mas aceitei sem problemas. Tinha curiosidade, e não só. Pressenti ser algo que não podia fazer, portanto devia ser bestial e queria experimentar. Era curiosa, aventureira, era uma miúda sozinha que brincava com formigas. (FIGUEIREDO, 2011, p. 29)

Ao iniciarem a brincadeira, a menina percebe a presença de seu pai que observava a cena dela deitada sobre a terra, com “com pernas e braços bem direitinhos” (FIGUEIREDO, 2011, p. 30) e o menino sobre ela nuzinho numa “posição de difícil equilíbrio, conversando e ‘fodendo’” (FIGUEIREDO, 2011, p. 30). Ao presenciar aquela cena, seu pai entrou no local onde estavam a brincar e antes mesmo de agredi-la, a menina “tinha já a certeza absoluta que foder era proibidíssimo” (FIGUEIREDO, 2011, p. 30). Segundo a narradora, a partir desse dia, ela perdeu a inocência e começou a ter desejos sexuais, como afirma: “Nesse dia longínquo de 1970 perdia a inocência, descobri o sexo, e comecei a sonhar que fodia com Gianni Morandi enquanto ele me cantava *Non son degno di te, / non ti mérito più.*” (FIGUEIREDO, 2011, p. 31).

Falar sobre os acontecimentos daquele dia ou falar sobre sexo tornou-se um tabu para seus pais. Conforme narra: “nunca, no resto da minha infância, da minha vida, qualquer um deles falou comigo sobre o acontecido. É algo que não existiu” (FIGUEIREDO, 2011, p. 31). Geralmente, durante o processo de formação da criança, em especial, da menina, o tema sexo e/ou sexualidade traz “um sentido de algo inabordável, sendo principalmente, expresso em proibições e restrições” (FREUD, 1999, p. 28) retomando uma das acepções da noção de tabu proposta por Freud. Essas proibições e restrições estão relacionadas “contra a liberdade de prazer e contra a

liberdade de movimento e comunicação” (FREUD, 1999, p. 31). Apesar de toda essa interdição sobre o tema, a narradora mostra-se consciente dos fatos.

Para Beauvoir, “durante toda a infância foi a menina reprimida e mutilada; entretanto, percebia-se como um indivíduo autônomo” (BEAUVOIR, 1967, p. 66). Observa-se que a narradora desde criança se vê como um ser consciente de sua sexualidade e da sua libido, muito antes da sua entrada na puberdade, cujo período é marcado pela transição para a fase adulta.

Apesar da aparente consciência que a narradora apresenta em relação ao sexo, ela ainda desconhecia o funcionamento do ato sexual, bem como a gravidez. Acreditava que apenas gostando de uma pessoa, ela engravidaria o que lhe causava temor. Presa ao domínio absoluto do pai, a narradora tem na figura do pai a lei, a repressão e a opressão, que não podia ser quebrada, sendo cabíveis punições. Para Freud, “a lei apenas proíbe os homens de fazer aquilo a que seus instintos os inclinam” (FREUD, 1999, p. 128). Logo, não reprimir os sentimentos que nutria pelo seu vizinho preto era um desafio a lei patriarcal. Estava duplamente aterrorizada, em relação a manter o contato com o negro e estar grávida dele, e conta que quando tinha dez anos “o medo pôs-me de cama” (FIGUEIREDO, 2011, p. 31). Mas do que o medo pela gravidez, o que temia eram as punições que seriam aplicadas, como sendo um direito paterno, conforme o excerto:

Eu tinha medo do filho mulato que já devia estar a crescer na minha barriga, de certezinha. Agradava-me o rapaz, e já tinha percebido que quando um homem e uma mulher gostavam um do outro, nascia uma criança. Se eu estivesse grávida do preto, o meu pai podia matar-me, se quisesse. Podia espancar-me até ao aviltamento, até não ter conserto. Podia expulsar-me de casa e eu não seria jamais uma mulher aceite por ninguém. Havia de ser a mulher dos pretos. E eu tinha medo do meu pai. Desse poder do meu pai. (FIGUEIREDO, 2011, pp. 43-44)

Embora no decorrer da narrativa a narradora apresente um olhar “benevolente” com a situação dos pretos durante o regime colonial e de como os brancos agiam em relação aos pretos, ela não se esquiva de sua condição de branca para agredir uma companheira de escola, uma vez que ela “era mulata e não podia bater-me” (FIGUEIREDO, 2011, p. 55). Toda sua ação foi premeditada visto que sabia que não haveria retaliações ou punição por estar batendo naquela garota. Entretanto, já não se lembrava o motivo de agredi-la, só estava “absolutamente consciente da infâmia que tinha cometido” (FIGUEIREDO, 2011, p. 55). Segundo a narradora, não compreendia, naquela época, como funcionava das relações de poder, apenas exerceu um “direito natural” que lhe fora dado naquela conjuntura. Assim, ela descreve toda a ação:

Nunca tinha batido em ninguém, mas dei-lhe uma bofetada, porque ela me irritou, porque não concordou comigo, porque eu é que sabia e mandava e estava certa, porque ela tinha dito uma mentira, porque me tinha roubado uma borracha, sei lá agora por que dei a maldita bofetada! [...]

Foi premeditado. Tinha pensado antes, se ela voltava a irritar-me, bato-lhe. Podia perfeitamente e impunemente bater-lhe. Era mulata. E a rapariga comeu e continuou em pé, sem se mexer, com a mão na cara, sem nada dizer, fitando-me com um estranho olhar magoado, sem um gesto de retaliação. (FIGUEIREDO, 2011, p. 55)

Com o passar o tempo, a narradora demonstra uma consciência que deveria ser diferente das outras mulheres, desejava tornar-se forte, lutando contra “as restrições que a educação e os costumes impõem à mulher limitam seu domínio sobre o universo” (BEAUVOIR, 2008, p. 91). Ela acreditava que deveria tornar-se forte como seu pai, pois só assim poderia enfrentar e superar as condições do mundo, principalmente, enfrentar o mundo dos homens, não só como um desejo pessoal, mas como seu pai desejava que ela fosse.

Havia de resistir a tudo, não desistindo. Havia que ser como a Hellen Keller. Como meu pai. Como os pretos. A vida não haveria de me apanhar desprevenida. Havia de viver tudo, viver melhor e bem. Não havia de ser um pau-mandado como as outras mulheres. Eu cá não dobraria. Havia de ser como a Helen Keller. Ou meu pai. Nesta parte já não entravam os pretos. Lembro-me: era preciso vencer o fogo e a dor. (FIGUEIREDO, 2011, p. 55)

A educação inicial da criança estimula da desigualdade entre meninos e meninas de forma que a menina é sempre vista de modo inferior. Essa distinção é marcada, principalmente, pela experiência familiar, como afirma Beauvoir. Apesar da figura feminina (mãe) reinar absoluta no ambiente doméstico, as vontades paternas permanecem a frente da rotina da casa. Para Beauvoir, é em nome dele, que em “momentos importantes... que [se] exige, recompensa ou pune” (BEAUVOIR, 1967, pp. 28-29). A criança observa a vida do pai cercada de prestígio uma vez que mantém o contato entre o mundo exterior e a casa. “Ele é a encarnação desse mundo aventureiro, imenso, difícil, maravilhoso; ele é a transcendência; ele é Deus” (BEAUVOIR, 1967, p. 29). Enquanto a imagem da mãe é marcada pelo sacrifício, pela reclusão ao ambiente doméstico. A menina desde nova tem seu destino marcado, ela “será esposa, mãe, avó; tratará da casa, exatamente como fez sua mãe, cuidará dos filhos como foi cuidada” (BEAUVOIR, 1967, p. 40).

No entanto, a narradora não deseja ser dependente de ninguém. Ela vislumbra na imagem de outras mulheres os caminhos para se tornar livre desse determinismo imposto pelo seu sexo. Não mais através dos olhos masculinos que ela deseja ter acesso ao mundo, ela “rende culto às mulheres que escaparam à servidão feminina: atrizes, escritoras, professoras” (BEAUVOIR, 1967, p. 37), ressalta Beauvoir sobre a luta das meninas por se tornarem independentes. Não só através da resistência física como comedora de piri-piris sem “engasgamentos ou trejeitos faciais” (FIGUEIREDO, 2011, p. 57), como os homens ou negros eram capazes de fazer, mas ela descobre que a partir do empoderamento da linguagem ela foi capaz de resistir e de libertar-se do domínio que foi imposto pelo domínio de seu pai. Segundo ela, é a partir da entrada do mundo das palavras que ela se torna o maior inimigo de seu pai, como afirma:

Esse milagre de ler, essa magia tão rápida no meu cérebro, como se alguém movesse uma varinha à distância ou soletrasse palavras misteriosas, desfeitiçaram-me.

A partir dessa tarde de sábado, embora minha prisão física não se alterasse, e os muros e as grades de ferro continuassem altos à minha volta, em todos os lugares, tornei-me mais livre. (...)

Foi quando, devagar, comecei a tornar-me a pior inimiga do meu pai. A inimiga lá dentro, calada. Que vê, e escuta e nem pediu autorização. Foi quando comecei a tornar-me a toupeira.

Só muitos anos mais tarde, muitos, muitos, compreendi que saber ler, o acesso a essa chave para descodificação do segredo, me transformara, contra todas as vontades, na toupeira que lhes havia de roer todas as raízes, devagar, uma de cada vez, até restar pó.

O meu pai tinha a camisa branca e eu, o seu tesouro, a sua vida, sujei-lha de terra para sempre. (FIGUEIREDO, 2011, pp. 61-62)

Embora ainda não tenha alcançado a liberdade financeira, elemento fundamental para libertação da mulher segundo Virgínia Woolf e Beauvoir, a narradora inicia o processo de libertação do jugo masculino com a tomada de consciência de sua situação. Ela passa enfrentar e a resistir ao controle do seu pai através da linguagem. Para Beauvoir, “a arte, a literatura, a filosofia são tentativas de fundar de novo o mundo sobre uma liberdade humana: a do criador” (BEAUVOIR, 2008, p. 91). Como é criada a sombra do homem, a mulher que almeja tornar-se independente, “deve incessantemente conquistar uma confiança que não lhe é de início concedida: no princípio ela é suspeita, precisa dar provas de si” (BEAUVOIR, 2008, p. 91), afirma Beauvoir sobre o complexo de inferioridade que a mulher enfrenta, mesmo buscando e/ou tornando-se liberta.

Mesmo consciente de sua liberdade e seu poder, havia muito que superar para a narradora, principalmente, quando as agitações políticas decorrentes da Revolução dos Cravos, em abril de 1974 refletiam em Moçambique. Ela por mais crescida e consciente do que estava acontecendo, ou mesmo querendo compreender toda a aflição que os tomavam, ela era vista como um corpo estranho em meio ao mundo masculino. Transitava por este como a filha do electricista. Suas lembranças demonstram como era vista com desconfiança entre os pares de seu pai.

Lembro-me de uma outra conversa sobre o 25 de Abril, também ao final da tarde, na Baixa, do lado esquerdo do edifício do bazar, e cá fora. Um grupo de homens, como sempre, eu a única rapariga, apenas porque acompanhava o meu pai, e participava como testemunha irrelevante nos seus actos públicos. Era a filha do electricista. Está crescida a tua filha. Andas em que classe? E pouco mais. Ouvia. (FIGUEIREDO, 2011, p. 76)

Ao mesmo tempo em que as outras pessoas viam a narradora como uma intrusa em assuntos masculinos, como a política, seu pai percebeu que o cenário mais otimista que esperavam, Moçambique sobre o domínio dos brancos, não ocorreria e ele não poderia estar por perto para protegê-la mais. Ele a incentiva pensar no futuro, um futuro

em que ela fosse independente e não necessitasse de homem algum para sobreviver. A lógica de seu pai segue um rumo contrário do que Beauvoir observa sobre a busca de um futuro para as mulheres. Ela destaca que no final da primeira metade do século XX, a conquista de um marido, como protetor, através do casamento era “uma carreira honrosa e menos cansativa do que muitas outras: só ele permite à mulher atingir sua dignidade social integral e realizar-se sexualmente como amante e mãe” (BEAUVOIR, 1967, p. 67). Esse pensamento liga a realização pessoal feminina aos papéis de amante e mãe, ambos se inserem ao ambiente privado da casa. Por outro lado, o pai da narradora a orientou que ela explorasse o mundo, estudando e frequentando uma universidade, mundo muitas vezes interdito.

Na descida até à Baixa, nesse dia, perguntou-me o que queria ser. Dactilógrafa, talvez, respondi. Gostava de máquinas de escrever. O meu pai explicou-me que isso não garantia a sobrevivência. Que poderia ser engenheira agrônoma. Que ganhava dinheiro; Moçambique era uma terra fértil onde crescia o que se plantasse, e iria precisar de engenheiros agrônomos no futuro. (...)

Para o meu pai, o mais importante era a minha autonomia. Tinha de pensar e garantir minha independência. Ter meio de sobrevivência sem depender de um homem.

Esta conversa é muito clara para mim. Travou-a comigo junto ao jardim Vasco da Gama. “Tens de ter uma profissão que te permita viver tua vida, com os seus filhos, ou não, sem depender de nenhum homem! Sem estares às custas de ninguém. Tens de ser dona de tua vida. Tens de ser livre. Compreendes?” (FIGUEIREDO, 2011, p. 82)

A fala do pai é bastante significativa, visto que nos mostra que o caminho para a liberdade da mulher é composto de escolhas, como a maternidade, a qual a mulher pode optar por ela ou não. Para ele, o mais importante é que ela fosse capaz de sustentar-se sozinha. No entanto, “a mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem” (BEAUVOIR, 2008, p. 50), adverte Beauvoir sobre as consequências da libertação da mulher. Ela destaca, também, que as mulheres que se emancipam sofrem em manter um equilíbrio interno, contudo mantêm suas reivindicações de sujeitos soberanos.

Com o passar dos tempos, a vida na colônia tornou-se impossível. “Ou se era colono, ou se era colonizado” (FIGUEIREDO, 2011, p. 104), os pais da narradora optaram em enviá-la a Portugal para casa de parentes, na tentativa mantê-la segura. Agora, ela assumia outra função social: de silenciada por ser mulher e criança, ela chegou à metrópole como portadora da história que deveria ser contada além-mar. Sua voz seria ouvida, porém, subverteria a história, uma vez que não contaria a história através dos olhos de outrem, mas a partir de sua experiência, já que trazia aquela terra manchada ao seu corpo.

Acho que foi a última vez que estive no meio deles. Entre eles.

Nesse silêncio revia a matéria.

Era a portadora da mensagem; levava comigo a verdade. A deles.

A minha, também, mas eles não imaginariam que eu pudesse ter uma verdade só minha, sem a sombra das suas mãos.

E revi a matéria (FIGUEIREDO, 2011, p. 100)

Ainda no aeroporto, momento antes de embarcar para Portugal seu pai lhe disse: “não te esqueças, rapariga; vais estudar para seres uma mulher” (FIGUEIREDO, 2011, p. 109). Novamente, o pai reafirma que o caminho para a libertação da mulher pelo estudo. Como ela estava privada da proteção de seu pai, tornava-se livre, tornava-se mulher e como toda mulher: “Peguei a pequena malinha de mão, um *necessary* creme, porque todas as mulheres tinham um *necessary*, e eu, diziam, já era uma mulher, voltei-me, parei de chorar, e parti” (FIGUEIREDO, 2011, p. 110).

Ao chegar a Portugal, a narradora passou por um intenso processo de adaptação a sua nova realidade e sofreu com a hostilidade manifestada por desconhecidos e familiares. Em casa de seus familiares era tratada “com a mesma emoção com que se trata um electrodoméstico” (FIGUEIREDO, 2011, p. 128). Já tinha quase seus 13 anos e o seu corpo já sofria as transformações da idade. Sentia-se estranha e mantinha uma luta constante com o seu corpo, entretanto, possuía pouca liberdade para conversar sobre o assunto com alguém. Ao falar sobre essa metamorfose que o corpo feminino passa na transformação de criança para mulher, Beauvoir afirma que:

A menina não lhe percebe o sentido, mas percebe que em suas relações com o mundo e com o próprio corpo alguma coisa vai mudando sutilmente: é sensível a contatos, gostos, odores que antes a deixavam indiferente; imagens barrocas sobem-lhe à cabeça; nos espelhos ela mal se reconhece; sente-se ‘estranha’, as coisas parecem-lhe ‘estranhas’. (BEAUVOIR, 1967, p. 46)

Não compreendendo as transformações que começavam em seu mundo, em um dia, quando acabara de chegar à metrópole, enquanto caminha pela estrada um grupo de homens mexeu com ela, usando termos sexuais que ainda não entendiam perfeitamente o porquê:

Quando passava frente ao portão, três homens atarracados, com mãos e roupas sujas do trabalho, gritavam-me comentários sexuais que me esforçava por não ouvir. Colava o pescoço aos ombros, comprimia as paredes dos ouvidos, fechava os olhos, fechava-me, e mesmo sem querer escutava mamas, cona, rabo, palavras que vinham adornadas com advérbios ou verbos de péssima expressão. Insultos. Tinha 12 anos, quase 13, e insultavam-me por evidenciar manas, cona e rabo, não percebendo eu o desmerecimento. Insultavam-me por já ser uma mulher. Isso bastava. (FIGUEIREDO, 2011, p.121)

Ao relatar o fato com sua avó, sobre o comportamento dos homens, ela a advertiu que “mulheres honradas tinham orelhas moucas⁵⁹” (FIGUEIREDO, 2011, p. 122). Nesse exemplo, o que mais incomodava a narradora não eram os insultos por ser uma retornada, mas a conotação que eles possuíam por ser mulher. Beauvoir estabelece que nessa fase de (trans)formação da menina, sentir-se estranha em relação ao corpo ou aos olhares para ele lançados faz parte desse período conturbado que está enfrentando. A menina o enfrenta com inquietações e desprazeres. Ela sente que:

⁵⁹ Fazer de conta que não se ouviu; não dar importância ao que se ouviu; fazer-se de surdo.

O corpo lhe escapa, não mais a expressão clara de sua individualidade; torná-se-lhe estranho; e, no mesmo momento, ela é encarada por outrem como uma coisa na rua, acompanham-na com o olhar, comentam-lhe a anatomia; ela gostaria de ficar invisível; tem medo de tornar-se carne e medo de mostrar essa carne. (BEAUVOIR, 1967, p. 48)

A narradora começou a enfrentar a adaptação àquele país que não era seu, mas apesar de terem cortados os vínculos legais com a terra em que nascera, os afetivos se fortaleceram a cada dia que se passava. Como mesmo afirma “a terra onde nasci existe em mim como uma mácula impossível de apagar” (FIGUEIREDO, 2011, p. 133). Além dessa adaptação ao lugar, ela enfrentou as transformações do seu corpo, mas alimentava também, a saudade daqueles tempos em que era uma “menina ao sol, com tranças louras impecavelmente penteadas” (FIGUEIREDO, 2011, p. 134). Já era uma mulher em um país livre, longe do protetorado de seu pai, mas “tinha saudades. Confessas para ti própria, tinha saudades disto. A liberdade.” (FIGUEIREDO, 2011, pp. 135-136). Liberdade que possuía em Moçambique, de subir em árvores, de pisar com os pés descalços sobre a terra, de voar entre os pés de fruta, de quando era criança. Agora era uma mulher e liberdade tornara-se outra coisa.

Conclusão

“Não desejei ter estas memórias, mas o problema é que também não consigo evitá-las. E a certa altura achei que não tinha que as evitar. Precisava de viver com isto o melhor possível, de assumi-lo. (...) Temos realmente de ultrapassar o passado, mas só podemos fazê-lo depois de o enfrentar. É preciso admitir ‘eu fiz isto’, ‘eu sou isto’ e depois, sim avançar”.

(Isto é a sério – Isabela Figueiredo)

Em um livro sem meias palavras Isabel Figueiredo releva o lado ocultado da colonização portuguesa em Moçambique, fatos que ela deveria revelar, mesmo a contra gosto de seu pai. Ela desvela a sua verdade e esta faz parte de formação enquanto sujeito consciente. Além da História que preenche suas páginas, nota-se como a narradora fora criada naquele país. O papel, principalmente, de seu pai na construção da sua identidade. Embora muitos acreditem que ela traiu a memória de seu pai, ela acredita que por meio do livro, tenha arranjado uma forma de confessar todos os pecados por ele cometido. Como a própria afirma a respeito do livro, este “serve para lhe dizer isso: ok, vai em paz, está absolvido! Agora, cá me arranjo eu com o resto!” (FIGUEIREDO in FIGUEIREDO, 2011, p. 19).

Observa-se que a formação da identidade feminina é um constructo social baseado em repressões e opressões por parte da cultura masculina em que as sociedades contemporâneas, ainda, estão inseridas. No entanto, seu pai, a contrapelo da história cultural, incentiva a narradora a tornar-se livre do domínio masculino. Para ele, sua filha

deveria ser independente e sustentar-se sem depender de um marido, como muitas mulheres eram criadas. Talvez, seu pai conhecendo o espírito livre da narradora, não desejasse que ela se aprisionasse nos padrões que a sociedade impunha. Essa deve ter sido a forma de emancipá-la dessas correntes sociais que há tempos enclausuram as mulheres no ambiente privado.

Liberta hoje, ela é capaz de assumir suas memórias, seu passado, admitindo suas ações, seus pensamentos como uma forma de seguir em frente na vida. Não teme mais a autoridade paterna, mas acredita que “medo” que por ele tinha, foi uma forma de prepará-la para encarar o mundo de cabeça erguida. Regressa a sua primeira casa em busca de compreender por que caminhos ainda terá que percorrer.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BAMISILE, Sunday Adetunji. *Questões de gênero e da escrita no feminino na literatura africana contemporânea e da diáspora africana*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa. p. 519.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. Trad. Sérgio Millet. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. *A mulher independente*. Trad. Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. 5.ed. Coimbra: Angelus Novus, 2011.

_____. Adenda. In: FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. 5.ed. Coimbra: Angelus Novus, 2011.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*. Trad. Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *África no feminino: as mulheres portuguesas e a guerra colonial*. Porto: Afrontamento, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

***“NOW YOU ARE A WOMAN. ALREADY A WOMAN”: THE CONSTRUCTION OF FEMALE IDENTITY
IN CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS***

Abstract: In her *Cadernos de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo brings a portrait of the colonial process in Mozambique, with the figure of her father as the embodiment of Portuguese colonialist thought in Africa. Besides the colonial questions, Figueiredo approaches, in an autobiographical and cathartic manner, her formation as a woman in that scenario. However, she subverts the colonial discourse by presenting a story told to the contrary. Thus, the purpose of this article is to make a reading of the process of formation / construction of the feminine identity in the work by a theoretical thought reading Simone de Beauvoir, showing how the Narrator breaks the chains of determinism imposed by being a woman.

Key-words: Female identity. Body. Sexuality. Memories. Freedom.

Data de envio: 15 de outubro de 2020.
Data de Aceite: 02 de dezembro de 2020.

Rompendo o Silêncio d'A Escrava: Vociferando a História

Laura Henriques de Almeida Demarque⁶⁰

Lucas Esperança da Costa⁶¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar a visão do negro sobre a escravidão, utilizando o conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis. Em seu texto, Maria Firmina dá voz a uma escrava que narra todos os sofrimentos em que uma mulher negra escravizada passou e passa: desde sua saída forçada de África até a sua maternidade não permitida. Este conto é um pequeno retrato das condições de vida desses “seres-objetos” que foram fundamentais na construção do Brasil.

Palavras-chave: História. Literatura. Escravidão. Maria Firmina dos Reis.

Introdução

Às vésperas da abolição da escravatura ser consolidada pela lei Áurea, Maria Firmina dos Reis nos traz uma narrativa com uma temática extremamente ousada, profunda e repleta de singularidades. O conto “A Escrava” relata da perspectiva do ser escravizado, todo o episódio sofrido pelo negro no processo de escravidão, com um olhar especial para a questão da mulher, mãe e escrava.

Ao longo da narrativa, Firmina caracteriza a má personalidade do escravocrata, caracterizado como opressor e desleal e dá voz ao sujeito escravo, na figura de Joana e de seu filho Gabriel. Joana, a personagem principal do conto, relata sua triste trajetória como escrava e a perda de seus filhos Carlos e Urbano que, ainda crianças, são vendidos para outro senhor, fato que a torna completamente transtornada. Outro ponto importante é a objetificação do negro na visão do branco, representada na figura do senhor Tavares.

O fato de toda a narrativa ser construída da perspectiva do negro e do conto ser de autoria negra, torna a obra um verdadeiro achado, estabelecendo a Literatura como artefato histórico, visto a necessidade de se recontar a História do ponto de vista do vencido.

Desse modo, este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas acerca da vida da autora Maria Firmina dos Reis e as peculiaridades de sua escrita, buscando estabelecer seu lugar de importância no cenário da literatura negra brasileira, bem como a necessidade de se discutir a representatividade do negro por meio da literatura. Além disso, a análise do conto, ao destacar pontos importantes sobre a vida da mulher escravizada é estruturado de forma preencher lacunas deixadas pela história oficial, estabelecendo um forte diálogo entre as ciências Literárias e Históricas.

⁶⁰ Graduada em Letras pela Faculdade Santa Marcelina Muriaé e autora da pesquisa “Rompendo o silêncio d'A Escrava: Vociferando a História”

⁶¹ Doutor em Letras: Estudos Literários (UFJF). Professor de Literatura Brasileira da Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Email: l.esperanca@yahoo.com.br.

Por uma literatura negra

Sabe-se que a produção literária ultrapassa os limites impostos pela localização geográfica, nacionalidade, gênero ou cultura. A partir disso, surgem possíveis questionamentos como o porquê dessa distinção, o motivo de uma literatura autêntica negra. Por outro lado, é perceptível uma incansável busca por uma autoproclamação de determinados grupos, fazendo do termo literatura negra necessário, pela busca do negro em se auto inventar e, da sua escrita, algo particular, com suas próprias características, contando a sua própria história. Dessa maneira, o fazer literário, torna-se uma forma de se reencontrar, em uma composição de um sistema particular de representação alimentado pelo desejo do negro em criar sua própria interpretação acerca do seu próprio mundo. Ao buscar por um conceito para essa literatura, Luíza Lobo (2007), em **Crítica sem juízo**, afirma:

A literatura negra é aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreva sobre sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, de forma assumida discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem que se assumir negro. (LOBO, 2007, p. 266).

A literatura brasileira, por sua vez, possui uma forte ligação com as tradições europeias, já que a maioria de seus escritores foram educados pelo velho mundo. Mas seria essa a realidade do negro brasileiro? Os autores afro-brasileiros são considerados porta-vozes do grupo a que pertencem, escrevendo com a sua originalidade cultural e exercendo, com louvor, a libertação de seu povo, não apenas política, mas também da mente.

Essa corrente da literatura possui um forte apelo às lutas do negro, tornando-se uma literatura de resistência, visto que essas temáticas se tornam, constantemente, necessárias. Mas essa não foi a única temática utilizada por seus escritores. Tendo como principais gêneros textuais a poesia e o romance, as temáticas escolhidas para representar a história de um povo são: a dominação da cultura ocidental, a luta pela conquista da liberdade e um resgate da cultura tradicional africana. Eduardo Assis Duarte (2011), em **Literatura e afro descendência no Brasil**, pontua:

Existe uma voz autoral interna à afro descendência, explícita ou não no discurso e que enuncia o universo deste coletivo; são abordados temas afro-brasileiros, africanos ou diaspóricos; há recorrentes construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade no tom, ritmo, sintaxe ou sentido; há notório projeto de intervenção social pelos autores. (apud OLIVEIRA, 2019, p. 657).

Ainda com relação aos aspectos da linguagem, Luiz Henrique de Oliveira (2019), em **A Razão Negra e o Projeto Romântico**, afirma:

O trabalho com a linguagem é de fundamental relevância. Os autores “torcem” a língua portuguesa no intuito de melhor expressar o universo afro-brasileiro. Tenta-se a recuperação de referências culturais do imaginário afrodescendente muitas vezes subvertendo sentidos cristalizados, responsáveis por veicular estereótipos. (OLIVEIRA, 2019, p. 658).

Mas o grande problema que envolve essa literatura, atualmente, é a presença de escritores silenciados, ao longo dos anos. Nesse sentido, torna-se compreensível o fato de Maria Firmina dos Reis, apesar do seu reconhecimento em vida, ser marginalizada em relação ao cânone literário. Reis, em sua obra, não se preocupa em transmitir harmonia entre Brasil e África.

Percebe-se então, que há um terrível processo de manipulação em que sofrem os textos literários, de forma que seu sucesso ou esquecimento podem ser forjados de acordo com determinados interesses. Nesse contexto, a qualidade estética da obra não é levada em consideração. Assim, acontece com Maria Firmina dos Reis, apesar das suas grandes publicações em jornais e sua notável importância à comunidade maranhense, tais feitos não foram suficientes para o seu reconhecimento no cenário cultural brasileiro. Autores como Silvio Romero, José Veríssimo, Antônio Candido e Nelson Werneck Sodré, em suas historiografias da literatura brasileira, não mencionam a autora ou outros escritores negros como Auta de Souza e Luís Gama. Oliveira destaca que:

Os pioneiros na escrita da história da literatura brasileira, por exemplo, como Silvio Romero e José Veríssimo, não reconhecem Firmina como escritora, lamentável fato também notado em trabalhos de Antônio Candido, Nelson Werneck Sodré e tantos outros. (OLIVEIRA, 2019, p. 656).

Ele ressalta também, o incansável esforço dos pesquisadores em lançar novamente, a rica obra produzida por essa grande mulher, no cenário da literatura atual:

Arrisco dizer que apenas nas últimas décadas a escrita de Maria Firmina dos Reis tem recebido reconhecimento que lhe é devido, graça ao trabalho incansável de pesquisadores nas áreas dos estudos de gênero e estudos afro-brasileiros. (OLIVEIRA, 2019, p. 656).

O reconhecimento desses grandes nomes da literatura torna-se urgente, visto que as contribuições para o acervo cultural brasileiro são imensas. Além da forte resistência do povo negro presente em cada linha que é escrita, com suor, lágrimas e uma imensa satisfação e orgulho de ser quem é.

Uma escritora fora do eixo

A escola Romântica brasileira é marcada por uma série de eventos importantes na história do país. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, defendidos durante a Revolução Francesa em 1789 e a Independência Brasileira em 1822, trouxeram para a nossa elite intelectual uma necessidade de uma literatura tipicamente brasileira. O Romantismo apareceu, vagarosamente, como um caminho que favorecia a expressão própria nacional, já que fornecia modelos capazes de afirmar as particularidades brasileiras e, principalmente, opostas à sua metrópole, identificada com as tradições clássicas. Antônio Candido, em seu livro **O Romantismo no Brasil** (2002), afirma que

durante esse período de mudanças, os brasileiros deviriam concentrar-se em descrever sua natureza e costumes, trazendo sua representação mais primitiva, portanto, mais autêntica. Ainda nas palavras do autor:

O nome romantismo simplifica uma realidade bem mais complexa, como é sempre o caso nas nomenclaturas de períodos literários. No Brasil, ele designa um conjunto compósito, no qual há pelo menos três veios que se interpenetram: (1) os traços que prolongam o período anteriores; (2) os traços heterodoxos; (3) finalmente, os que se podem considerar específicos, e são os que em geral o crítico e o historiador isolam do conjunto. (CANDIDO, 2002, p. 85).

Sendo assim, o Romantismo brasileiro vem trazer suas temáticas divididas em três fases: a nacionalista, que trabalha a autenticidade do nosso herói, o índio, e as belezas brasileiras como o que o Brasil tem de melhor. Já a segunda geração, chamada Ultrarromântica, fala do amor intenso, inspirado nos moldes europeus, enquanto a terceira geração denuncia as mazelas dessa sociedade em formação, sendo o seu principal tema a abolição.

Com tantas mudanças na política mundial e no pensamento, é inevitável que as artes e a literatura sofram com esse impacto. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo foram responsáveis por consagrar grandes nomes da nossa literatura, nesse período e, até atualmente, a região sudeste ainda é o grande e principal cenário da cultura brasileira. Porém, fora da Corte, também apareceram grandes nomes, muitos deles lembrados até nos dias de hoje. Mesmo produzindo “fora do eixo”, o estado do Maranhão consagrou grandes artistas.

É durante a fase de ouro que a capital maranhense, São Luiz, viveu uma grande efervescência em seu aspecto cultural. A cidade mantinha fortes ligações com a metrópole. Era na universidade de Coimbra que os maranhenses convergiam em busca de novos conhecimentos. Com o Romantismo aflorando novas temáticas na literatura, surgiu o chamado Grupo Maranhense destacando-se entre eles Gonçalves Dias, Francisco Sotero dos Reis, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, sendo que os dois últimos ocupavam importantes cargos burocráticos na cidade. Tantas possibilidades proporcionaram a criação literária da chamada Atenas Brasileira. Alguns teóricos discordam da possibilidade de existência da Atenas Brasileira, mas o que importa é que esses grandes nomes fizeram parte do contexto Romântico brasileiro e, principalmente maranhense, lugar onde nasceu Maria Firmina dos Reis.

Juntamente com a Independência do Brasil, Maria Firmina dos Reis, filha da escrava alforriada Leonor Felipa dos Reis e, possivelmente, de João Pedro Esteves, nasceu em 11 de março de 1822. Em 1830, mudou-se com a família para a vila de São José de Guimarães. Lá viveu parte de sua vida na casa de uma tia materna, que bem situada economicamente, teria lhe permitido o acesso à educação de qualidade, mesmo que de maneira informal. Além disso, acredita-se que Firmina seria prima do escritor maranhense Francisco Sotero dos Reis, por parte da mãe, embora se desconheça com que fundamento e em que grau.

Em 1847, concorreu à cadeira de Instrução Primária nessa localidade e, sendo aprovada, ali mesmo exerceu a profissão, como professora de primeiras letras. Aos 54 anos de idade, fundou em Maricó, uma espécie de escola mista em que lecionava para alunos que não podiam pagar.

Maria Firmina dos Reis nunca se casou. Uma mulher totalmente oposta ao contexto patriarcal em que nasceu, decidiu romper com as barreiras impostas às mulheres daquela época. Como se não bastasse ser resistência na luta feminina, Firmina também decide abraçar a causa abolicionista. Participou de importantes grupos da cidade, buscando discutir as causas políticas e a questão da abolição.

Em sua obra, destaca-se também os poemas publicados nos importantes jornais de São Luiz com o heterônimo Uma Maranhense, ou com as suas iniciais M. F. R. A rica obra produzida por Firmina se encaixa nas três fases do Romantismo. A obra **Gupeva** (1861-1865), possui um caráter extremamente nacionalista; já o romance **Úrsula** (1859) aborda também os aspectos ufanistas da primeira geração, o ultrarromantismo, representado pela temática da morte, e principalmente, o abolicionismo. O conto **A escrava** (1887) vem representar a fase madura da obra da escritora, trazendo voz ao negro. No conto, Firmina descreve as personagens escravizadas como pessoas dotadas de grandes virtudes e denuncia, de forma chocante, todo o processo da escravidão, como afirma Maria Lúcia de Barros Mott, em sua pesquisa sobre escritoras negras:

[Maria Firmina] denuncia a violência do sistema escravista e questiona sua legitimidade. Os escravos eram arrancados da terra natal, transportados como animais nos navios negreiros, reprimidos sadicamente em caso de justa revolta e separados de suas famílias sem respeito algum aos seus sentimentos. Trabalhavam sem descanso nem alimentação, roupas ou moradias adequadas. O já difícil cotidiano vivido pelo escravo torna-se pior devido às arbitrariedades sem limites praticadas pelos proprietários. (MOTT, 2010, p. 247).

A escritora ficou esquecida por um longo período, esse silenciamento ocorreu por conta de questões ideológicas vindas das elites condutoras da vida intelectual brasileira. Morreu cega e sem nenhuma honraria, o que resultou em “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 265)

Mas, ao contrário do que muitos pensam, Reis não foi uma escritora que viveu em anonimato. Ela foi uma importante mulher para aquela sociedade e, mesmo remando contra a corrente, obteve certo reconhecimento. Mott afirma que “é preciso lembrar a posição corajosa de Firmina ao denunciar a legitimidade e violência da escravidão justamente na província do Maranhão, província que era considerada como sendo fortemente escravista” (MOTT, 2010, p. 247). Infelizmente, muito do que foi escrito por ela acabou sendo perdido em um assalto na casa onde morava em São Luiz. No entanto, a luta incansável de pesquisadores da literatura brasileira e, em especial de literatura afro-brasileira, tem preenchido algumas lacunas de sua biografia e suas obras ganhando o destaque merecido.

Entre literatura e História: um possível diálogo

A discussão a respeito da possível união entre a Literatura e a História não é uma marca dos tempos presentes. Desde a Antiguidade Clássica, essa linha tênue que divide as ciências históricas e literárias é questionada, buscando apontar suas proximidades e diferenças.

Lucas Esperança da Costa, ao fazer um estudo sobre escritores portugueses que viveram em colônias africanas, traz em seu trabalho, uma rica leitura a respeito do diálogo entre essas duas ciências que trabalham intensamente, com a linguagem. A partir do trabalho do autor, faremos uma rápida leitura dos grandes pensadores que discutiam essa questão. Costa, em **O que estamos a fazer aqui?** (2019), afirma que “o casamento entre história e literatura sempre esteve presente de maneira mais sistemática, apresentando diversas obras em diferentes aspectos de como fazer essa comunhão” (COSTA, 2019, p. 68). Porém, Aristóteles e Platão já traziam discussões a respeito da ficcionalidade.

Para Aristóteles, não é função do poeta a narração de fatos históricos como realmente aconteceram, mas sim, mostrar o que possivelmente, poderia acontecer. Para ele, não cabe ao poeta buscar pela verdade, cabe a ele apenas narrar os fatos respeitando uma verossimilhança. Sendo assim, segundo o pensamento do filósofo, a verdade deve ser encontrada no mundo real e a mimese seria uma versão que poderia permitir o conhecimento da realidade.

Diferentemente do pensamento aristotélico, Platão não foi um apreciador da poesia de caráter mimético. Ele recusava por completo as artes imitativas, preocupando-se com a verdade absoluta. Para ele, o escritor não conseguiria imitar a partir do real e, sim, a partir daquilo que sua imaginação produz.

Portanto, trata-se de uma discussão de tempos antigos, não apenas pelo fato de a história contar de forma racional e a literatura utilizar da emoção para construir sua narrativa. A discussão vai além da subjetividade e a objetividade. É certo que a História, enquanto ciência, produz seu discurso baseando-se em fontes históricas e documentos, mas o fato de esses recursos serem o suficiente para esclarecer todo um acontecimento torna-se questionável.

Costa, ao discutir a obra **Poética do pós-modernismo**, de Linda Hutcheon, (1991), afirma que as duas ciências, Literatura e História, são construções linguísticas convencionadas, não transparentes e igualmente intertextuais. A autora questiona a transparência dessas duas áreas, que igualmente, trabalham com a linguagem, com a narração dos fatos, ou dos possíveis fatos.

Além disso, de acordo com a análise de Costa, Walter Benjamin, em seu texto **Alarme de incêndio** (2011), mostra que a história foi escrita por grupos dominantes e o seu materialismo ignora os horrores praticados no passado principalmente, durante movimentos de dominação, seja no aspecto cultural ou político. Ele destaca também que a preocupação com o passado só se apresenta quando o perigo do esquecimento do sujeito histórico torna-se iminente. Sendo assim, a literatura tem-se voltado para um

caráter testemunhal, como afirma Costa:

Possibilitando que outras histórias possam surgir, principalmente quando falamos de grupos que ficaram silenciados em algum momento do passado ou de acontecimentos que merecem um novo olhar, não mais sob a perspectiva dos vencedores, mas daqueles que foram vencidos. (COSTA, 2019, p. 61).

É necessário ir além dos registros históricos questionando e preenchendo as possíveis lacunas que a história nos deixou. Como afirma Jacques Le Goff, em **História e Memória** (2006), citado por Costa, “devemos fazer um inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência dos documentos”. (apud COSTA, 2019, p. 62)

Por tanto, essa separação radical entre a História e a Literatura propondo que ambos os pensamentos são meios distintos de compreensão de mundo, não é mais aceita por muitos pensadores. Deve levar-se em consideração o fato de que tanto a Literatura como a História trabalham com a linguagem. A diferença entre essas ciências é que a Literatura busca mexer com a emoção humana, possibilitando uma possível versão mais subjetiva que envolve o sentimento do sujeito histórico, enquanto a História, ao trabalhar com suas fontes, deve ser a base para que todas as lacunas do passado sejam devidamente preenchidas.

O relato de um passado negro na obra de Maria Firmina dos Reis

O conto escrito por Maria Firmina dos Reis, “A Escrava”, narra importantes aspectos sobre a realidade da escravidão no Brasil. Foi publicado em 1887, pouco tempo antes da promulgação da Lei Áurea, quando rumores abolicionistas corriam pela sociedade brasileira. Firmina tornou-se uma forte representante da literatura negra e o texto a ser analisado representa o auge de sua maturidade intelectual, pois a trama apresenta um organizado encaixe entre as personagens e as posições sociais em que elas representam, como afirma José Gomes Pereira, em **Escravidão e Loucura, uma leitura do conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis**, (2017) que:

Há um organizado encaixe entre as personagens e os papéis sociais no contexto em que elas estão inseridas, distribuídas num plano tripartite: a) o dominador, que aparece na figura do senhor Tavares, representando, em termos ideológicos, o colonizador, além do feitor Antônio, seu subordinado; b) o dominado, que ganha voz com a escrava Joana, representando o colonizado, juntamente com Gabriel, seu filho; c) o abolicionista, no papel da personagem-narrador, assumindo a dupla função de denunciante e conciliadora de conflitos. (PEREIRA, 2017, p. 1135).

O texto inicia-se contando sobre uma reunião com pessoas definidas como “bem colocadas na sociedade” (REIS, 2018, p. 169) quando uma mulher, com sinceros sentimentos abolicionistas toma a palavra e começa a narrar uma situação que presenciou.

A mulher, que não tem seu nome identificado no conto, inicia sua fala questionando a razão do sacrifício divino, confrontando diretamente a religiosidade dos escravocratas, que em sua maioria, seguiam o catolicismo. Firmina utiliza a questão da religião como um forte argumento, já que a Igreja Católica, nesse período, apoiava o uso da mão de obra escrava, sendo contraditória aos princípios cristãos.

Em seguida, inicia sua narração dizendo que, em uma tarde de agosto, deparou-se com gritos lastimosos de uma desditosa mulher que corria, desalinhada a esconder-se em uma moita de murta. Pensando em socorrê-la, a boa mulher depara com um homem descrito como uma figura sinistra praguejando a negra com sua voz rouca. Ao interrogar aquele senhor, a narradora pode compreender a origem dos gritos daquela mulher. Aquele homem era o algoz da pobre negra que a boa senhora tratou logo de distrair indicando-lhe outra direção como o paradeiro da escrava.

Ao certificar-se de que ninguém a observava naquele momento, depara-se com outra figura descrita da seguinte forma:

Era quase uma ofensa ao pudor fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua infeliz fisionomia era franca e agradável. O rosto negro, e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofarado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora deferindo luz errante, ora trêmula, agitada, e incerta traduzindo a excitação, e o terror tinham um quê de altamente interessante. (REIS, 2004, p.168).

A boa senhora, tomada por um sentimento de compaixão, inicia um diálogo com jovem por nome Gabriel, que relata com desespero, do que se tratava toda aquela situação e os castigos que receberia ao retornar à fazenda de seu senhor:

Ao ser interrogado com interesse e percebendo que aquela senhora não o faria mal, o jovem começa a narrar-lhe a terrível situação em que viviam ele e sua mãe, e o motivo de tanto pavor: “Amanhã, - continuou ele, - hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes de seis horas, hei de ter trezentos açoites, mas minha mãe morrerá se ele a encontrar”. (REIS, 2004, p. 168).

Comovida, a senhora decide levar os escravos até sua casa, a fim de prestar-lhes algum socorro. Chegando ao local, Joana, a escrava moribunda, retomando alguma consciência, decide contar sua vida. Assim, inicia-se a segunda narrativa do conto. Joana narra com riqueza de detalhes sua triste história, que representa a história de milhares de mulheres negras que foram escravizadas. Na figura de Joana, Firmina revela os fatos de um passado sofrido, que se repetiu por inúmeras vezes, com inúmeras mulheres que sofreram com a escravidão.

Sendo essa uma peculiaridade da obra de Maria Firmina dos Reis, a própria escrava é quem vai narrar sua história. Dessa maneira, Firmina dá voz a personagens que geralmente, não são ouvidos. Isso faz com que a visão acerca do tema da escravidão seja debatida a partir do ponto de vista do indivíduo escravizado. Mirian Cristina do Santos, em **Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea**, ao debater sobre

a escrita/fala das mulheres negras, cita Cristiane Côrtes que afirma que as “experiências pessoais são convertidas numa perspectiva comunitária. O seu discurso sabota o oficial porque cria um dever mais justos e coerente como o povo que quer representar” (apud Santos, 2018, p. 35). Sendo assim, mesmo sendo um discurso ficcional a fala de Joana, ela não deixa de ser importante para a discussão sobre as questões suscitadas na obra.

Joana fala sobre seu senhor, Tavares e sobre seus pais. Era filha de escrava e de um indígena, ambos analfabetos. O senhor castigava sua mãe e lhe dava inúmeras tarefas as quais seu pai a auxiliava a fim de minimizar sua triste condição. Um dia, seu pai decidiu comprar a liberdade de Joana, entregando ao seu senhor uma considerável quantia de dinheiro. Porém, sendo grande a deslealdade do homem branco, este nunca lhe deu a carta de alforria e, morrendo seu pai, Joana é escravizada e obrigada a presenciar o triste fim de sua pobre mãe.

Além disso, não bastando o trauma de perder sua mãe e achar-se sozinha no opressor mundo da escravidão, Joana fala sobre a perda de seus filhos, Carlos e Urbano.

- Ah! Se pudesse, nesta hora extrema ver meus filhos Carlos e Urbano...
Nunca mais os verei!
Tinham oito anos.
Um homem apeou-se à porta do engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos - era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem os soluços de um inocente. (REIS, 2004, p. 173).

No livro **Mulher escrava**, Sônia Giacomini (1988) traz aspectos históricos a respeito da formação da família entre os escravos. A família escrava é um termo que não aparece em nenhuma fonte de pesquisa. A única relação de família presente na história é a relação mulher-filhos. As relações como casamento entre escravos não eram estimuladas diante da condição, visto que poderia ocorrer separação do casal ou dos filhos para atender os interesses, até mesmo sexuais do senhor. Logo, a palavra mãe, também, não era um termo utilizado para referir-se à mãe escrava. Quando a mulher escrava é mãe, o termo usado é mãe preta. Diante disto, há poucos relatos na história em que o filho vai acompanhado da mãe, entre esses poucos, encontram-se anúncios de escravas que são vendidas por menor preço, já que o filho deve acompanhar a mãe. Assim, é caso de Carlos e Urbano narrados no conto. As crianças são vendidas e forçadas a deixar a mãe ainda muito jovens.

A dolorosa separação, fez com que Joana ficasse completamente transtornada, tendo por única companhia seu filho, Gabriel. Dessa forma, o seu algoz se utiliza do argumento de que a escrava se fazia de doida para não cumprir com seu trabalho, atitude muito comum por parte dos senhores, como afirma a autora Zilá Bernd, em **Negritude e literatura na América Latina** (1994):

Essa é a mecânica do racismo: encontrar ou inventar “culpados”, bani-los, marginalizá-los, para tentar assim aplacar a cólera da comunidade. É mais fácil atribuir a culpa a um determinado grupo do que tentar encontrar as reais causas

do problema, que na maioria das vezes está no acúmulo excessivo de privilégios por parte das classes dominantes. Como estas não querem abrir mão de tais privilégios, então elas criam os culpados sobre os quais projetam sua própria culpabilidade. (apud Pereira, 2017, p. 1138).

É perceptível que a palavra loucura possui um forte valor semântico dentro do texto, pois a todo momento essa palavra é trazida à consciência do leitor que entende o processo de escravidão como o culpado por toda essa situação, como afirma Pereira (2017, p. 1141), “o processo colonial gerou indivíduos doentes, a fragilidade dos argumentos coloniais só se sustentou a partir da brutalidade do regime, provocando a loucura”.

Ao término dessa triste história, Joana morre, e pouco depois, o feitor Antônio aparece procurando os pobres escravos. Em seguida, aparece também o senhor Tavares, que não mediu sua cólera em afirmar que a negra que acabara de falecer não lhe valia nada, mas que desejava ardentemente corrigir a Gabriel, sem o menor respeito por seu desespero e sua dor. A objetificação do escravo é vista no texto, ao observar a fala de Tavares, quando afirma que a escrava, estando morta ou mesmo doente, não lhe valia nada.

Esta negra, continuou olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. (REIS, 2004, p. 260).

Este trecho vem representar a figura do colonizador e seu papel na sociedade, com um discurso de desvalorização do negro e supervalorização do branco, como afirma Pereira:

No fragmento acima, desvela-se a visão que o colonizador tem do colonizado, sustentada pela manutenção de um discurso depreciativo da pessoa humana, uma vez que o ponto de vista sobre o corpo da mulher escravizada visava apenas sua utilidade, sua condição para o trabalho, tornando-se inútil ao se alienar. Inversamente proporcional está a exaltação das qualidades morais do branco, na pessoa do feitor Antônio, cujo valor representa o exercício do poder do colonizador. (PEREIRA, 2017, p. 1136).

Ao término do texto, a boa senhora entrega a Tavares alguns papéis subscritos e completamente selados. Ali era garantida de liberdade de Gabriel. “Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre! Gabriel, ergue a fronte, Gabriel é livre! O Senhor Tavares cumprimentou e retrocedeu no seu feroso alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre”. (REIS, 2009, p. 262)

A história encerra-se não apenas com o filho de Joana livre, mas também o leitor, que comovido pelas ideias da autora passa a propagar os ideais abolicionistas. A visão de Maria Firmina dos Reis pode ser completamente entendida, pois ela expressa valores humanitários através de uma mensagem de tolerância e solidariedade, destacando a liberdade como um direito e propriedade da própria essência humana.

Considerações finais

Ao pensar a Literatura e a História enquanto ciências, é perceptível que ambas trabalham com a linguagem abordando, por diversas vezes, o mesmo assunto, porém, a partir de visões diferentes. As fontes históricas nos trazem ricas informações acerca do passado, mas o fato de esses recursos serem o suficiente para esclarecer todo um acontecimento torna-se questionável. Seria possível que somente os artefatos históricos tenham uma visão sobre o todo?

A subjetividade apresentada em textos literários, desperta o olhar humano para alguns detalhes importantes, que não são enxergados nas narrações históricas. Essa visão envolve o sentimento do sujeito histórico, e, conseqüentemente, preenchem as possíveis lacunas deixadas de lado.

O texto “A Escrava”, escrito por Maria Firmina dos Reis, apresenta características únicas como: o fato de ser escrito por uma mulher, filha de uma escrava alforriada; o fato de apresentar uma narrativa da perspectiva do negro; e, principalmente, o olhar para as conseqüências psicológicas causadas pelos horrores da escravidão. Todas essas singularidades tornam o texto um verdadeiro achado histórico, que complementa o nosso entendimento a respeito de todo o processo de escravidão ocorrido no Brasil. A partir dele, é possível compreender o fato histórico pela visão do vencido, evitando o perigo de uma única história.

Dessa forma, podemos perceber a Literatura e a História como campos da ciência que trabalham diretamente com a linguagem podendo não ser totalmente transparentes, mas que são igualmente intertextuais. Cada um de seus elementos devem se completar a fim de que todas as perspectivas sejam devidamente analisadas.

Portanto, torna-se extremamente necessário irmos além dos registros históricos, ampliando nossas leituras de mundo questionando e preenchendo as possíveis lacunas que a História nos deixou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Alarme de incêndio. In: _____. **Obras escolhidas II**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa V. II. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BERND, Z. **Introdução à literatura Negra**. Brasiliense, São Paulo, 1988.

CANDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. Humanistas FFLCH/USP São Paulo, 2002.

COSTA, Lucas Esperança. **O que estamos a fazer aqui? A relação com o lugar para os “Retornados”**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Literários). PPG-Letras: Estudos Literários: Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

DUARTE, Eduardo Assis. **Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-**

brasileira. Posfácio. In: Reis, Maria Firmina (dos). **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Florianópolis: Mulheres/ Belo Horizonte: PUC Minas , 2019, p. 263-267.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, v. 4, p. 375-403.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher Escrava Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: São Paulo: Unicamp, 2006.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. 2 ed. revista. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras: resgatando nossa história**. In: Pereira Edimilson de Almeida. (Org.) **Um tigre na floresta de signos: Estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Mzza, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Silva. **A razão e o projeto romântico: dupla face do romance Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis**. Matranga, Rio de Janeiro, v. 26 n.48, p.654-671, set./dez. 2019.

PEREIRA, José Gomes. **Escravidão e loucura: uma leitura do conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis**. ESTUDOS LINGUÍSTICOS, São Paulo, 46 (3): p. 1134-1144, 2017.

SANTOS, Mirian Cristina dos. **Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

SIMÕES, Barbara. **Firmina. 1.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2019**.

Breaking the Silence of the Slave: Vociferating History

Abstract: The present work seeks to analyze the vision of the negro about slavery, using the short story "The slave" by Maria Firmina dos Reis. In her text, Maria Firmina gives voice to a slave who narrates all the sufferings in which an enslaved black woman passed and passed: from her forced departure from Africa to her unpermitted motherhood. This tale is a small portrait of the living conditions of these "object-beings" that were fundamental in the construction of Brazil.

Keywords: History. Literature. Slavery. Maria Firmina dos Reis.

Data de envio: 29 de novembro de 2020.

Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.

Não existe lápis cor de pele! A construção da identidade negra na literatura infantil

Cristiane Veloso de Araujo Pestana⁶²

RESUMO: O referente artigo discute a construção identitária de crianças negras com o recurso da literatura infantil. Para este fim, foram selecionados dois livros que apresentam personagens negras em situações de confronto étnico e identitário a partir da cor da pele. Através de tais narrativas os pequenos leitores são levados a refletir sobre suas próprias identidades e a desenvolver estratégias de enfrentamento ao racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil. Identidade. Racismo. Personagens negras.

Introdução

Um dos maiores desafios da contemporaneidade é despertar nas crianças negras uma identidade racial positiva, sobretudo numa sociedade onde o racismo estrutural permeia os comportamentos, os discursos e o imaginário da população. Felizmente, nos últimos anos temos acompanhado um movimento forte e contínuo de promoção dessa representatividade, seja através de mais espaços na mídia, mais visibilidade nos mercados da beleza, de uma politização das famílias mas, sobretudo, através da variedade de livros de literatura infantil com temática étnico racial.

Acreditamos que uma identidade racial positiva é construída a partir do conhecimento de sua história e sua ancestralidade, e a partir do momento em que as crianças adquirem condições para enfrentar o preconceito por meio da aceitação e do empoderamento. E a literatura tem se mostrado um meio favorável para contemplar essa demanda, pois através da sua ludicidade e a possibilidade de interação com as representações, as crianças leitoras ampliam sua capacidade de entendimento e construção do mundo.

Porém, mais do que fornecer suporte ao público que sofre o racismo, ou seja, as crianças negras, é essencial trabalhar tais questões com a população que, em tese, comete o racismo, as crianças não negras. Como defendido por autoras como Nilma Lino Gomes, Eliane Debus, entre outras, a literatura pode ser uma forte aliada nesta batalha que visa promover identidade e respeito entre nossas crianças.

Nesta perspectiva, este estudo analisa as obras *Cor de Pele*, de Elisabete da Cruz e *Lápis cor de pele*, de Sueli Ferreira, cujas temáticas centrais são a reflexão racial e identitária das crianças negras, a promoção da autoestima e a valorização da diferença.

⁶² Doutoranda em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora da Rede Municipal de Juiz de Fora, MG, Brasil. cristianeveloso.78@gmail.com.

Levando em consideração nossas experiências em sala de aula, podemos perceber os impactos do “branqueamento” em nossa sociedade, em que o negro se torna invisibilizado e/ou estigmatizado, inclusive nos livros de literatura infantil. Esta questão do lápis cor de pele, que na verdade é um lápis rosa claro, permeia várias salas de aula em todo o país. O uso do lápis rosa como sendo o mais indicado para colorir a pele das pessoas está no imaginário coletivo adulto e acaba influenciando o imaginário infantil também, pois nenhuma criança inventou isso, com certeza é algo que lhes foi ensinado por um adulto.

Além de ser um tema relevante e urgente, a promoção da identidade e o combate ao racismo é dever de todo educador, que pode utilizar o poder lúdico e transformador da Literatura Infantil como aliado nesta tarefa.

Pensando o racismo

O racismo até bem pouco tempo era um tabu, algo que ninguém queria discutir, ou melhor, algo que muitos acreditavam não existir na sociedade brasileira. De um certo modo, ainda, percebemos numa boa parcela da população uma resistência e reconhecer seus privilégios e aceitar que o racismo está impregnado em nossa construção humana, talvez movidos por uma onda de “orgulho nacional” que fornece aos brasileiros um status de povo civilizado, assim como afirma o pesquisador Antônio Sérgio Guimarães (2009). De fato, o Brasil sempre defendeu o Mito da democracia racial como realidade fundadora e mantenedora de nossa população, porém o que se viu ao longo dos anos, e ainda hoje pode ser facilmente detectado é o oposto disso, uma sociedade que pratica o racismo de forma tão natural que não o percebe, ao mesmo tempo que, tomados por um sentimento de poder e superioridade têm total consciência de suas atitudes.

Para Silvio Almeida, a democracia racial é uma ideologia que se instalou de forma profunda no imaginário social brasileiro de tal modo que se tornou um elemento central da identidade brasileira. No entanto, o autor alerta para o fato de que “trata-se de um esquema muito mais complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica e racial adaptadas a circunstâncias históricas específicas.” (ALMEIDA, 2019, p.110)

De acordo com Guimarães (2009), a nação brasileira foi formada por um entrelaçamento étnico e racial cuja origem foi esquecida, para o autor, “a nação permitiu que uma penumbra cúmplice encobrisse ancestralidades desconfortáveis” (GUIMARAES, 2009, p. 48), fazendo com que a “cor” passasse a ser uma marca dessa origem. Em outras palavras, o indivíduo negro é a prova do que se tenta esconder. Portanto, é a partir de condutas que visam esconder ou apagar as referências culturais e físicas da população negra, que surge uma espécie de exaltação à mestiçagem. O sujeito de pele mais clara e traços menos negroides é mais aceito na sociedade e, por muitas vezes considerados mais belos, sobretudo nas representações imagéticas da literatura.

O indivíduo “crioulo” ou “mulato”, o que conhecemos comumente por “moreno” ou “pardo” é uma forma de atenuante do processo colonizador, pois carrega em sua biologia uma parte genética branca, ou seja, este indivíduo é, em parte, branco. Se levarmos em conta o processo de branqueamento da população negra, o moreno é

considerado cada vez mais próximo da branquitude do que da negritude, porém isso revela um ponto de vista politicamente bem definido de apagamento da cultura negra, fato que se observa, inegavelmente, como uma prática racista. Atualmente, enfrentamos em nossa sociedade um processo similar chamado de colorismo, em que os negros retintos, ou seja, os de pele mais escura, sofrem o racismo de forma mais enfática que os negros de pele mais clara.

Tal fato nos remete a uma outra corrente teórica, se é que podemos chamá-la assim, que é a “Passabilidade”. De acordo com os defensores desta ideia, os negros de pele mais clara passam mais despercebidos na sociedade do que os negros de pele escura. Em certo ponto, podemos dizer que, podem até se passar por brancos dependendo de como manipulam aspectos físicos como cabelo e nariz. Hoje é possível mudar a aparência física com recursos pouco invasivos como alisamento capilar e maquiagem para afinar lábios e nariz.

Para entendermos melhor o racismo e como ele se apresenta na sociedade, trouxemos uma explicação bem didática e sintética advinda do pensamento da educadora e pesquisadora Nilma Lino Gomes:

O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos, baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial [...] A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos “cor da pele”, “tipos de cabelo”, “formato do nariz”, “formato do corpo” o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando-os (sobretudo a cor da pele) nos principais ícones classificatórios dos negros e brancos no Brasil. (GOMES, 2017, p. 98)

Partindo da ideia de que o racismo está indiscutivelmente ligado a aspectos fenotípicos como tipo de cabelo e cor da pele, podemos concluir que a tentativa de mascarar, esconder ou embranquecer qualquer sinal de pertença da negritude, é sim uma prática racista. Prática esta encontrada de forma sutil em várias condutas e discursos escolares, uma delas é recorrência em determinar que a cor ideal para colorir as figuras humanas, ou melhor, o lápis mais adequado é um lápis rosa claro, comumente chamado por todos no espaço escolar de lápis cor de pele. Não é possível demarcar o momento exato ou a razão que levou o senso comum a denominar o lápis rosa claro como lápis cor de pele, o fato é que agora não podemos continuar naturalizando um costume que, de forma alguma, é natural.

As cores do lápis cor de pele

Quando iniciamos nossa prática docente, por volta do ano de 2003, ainda era possível verificar a existência do lápis bege, como sendo o mais utilizado para colorir as figuras humanas, mesmo já havendo nas caixas o lápis rosa claro (fig.1). Como só havia esta opção de cor de rosa nas caixinhas, geralmente eles eram utilizados pelas crianças somente para colorir objetos que fossem da cor rosa, ficando para as peles o uso mais comum do lápis bege, aquele da história *Flicts*, escrita pelo Ziraldo.

No entanto, nos últimos anos o tal lápis bege vem sumindo das caixas de lápis de cor. Hoje é raro encontrar um caixinha com esta opção. Enquanto isso, o lápis rosa se multiplicou, agora existem duas tonalidades de rosa nas caixas (fig.2), o rosa claro (chamado de cor de pele) e um rosa mais escuro (rosa *pink*). Outros materiais trazem a cor roxa como segunda opção ao rosa escuro (fig.3). Algumas outras marcas mais conhecidas no mercado, substituíram o lápis bege pelo branco ou pelo cinza.

E a gente se pergunta: como isso aconteceu sem que nos déssemos conta? E mais ainda, por que o lápis rosa claro se tornou o protagonista na hora de colorir a pele humana? Uma resposta possível seria o reflexo do racismo. Esse racismo estrutural que teima em segregar e excluir as pessoas negras da sociedade, que não enxerga a beleza da ancestralidade africana e que teima em seguir um padrão eurocêntrico de beleza que considera apenas o colonizador.

Figura 1: Caixa de lápis de cor com o bege de cor sem o bege



Figura 2: Caixa de lápis



Fonte: Imagens do Google

Figura 3: Caixa de lápis de cor sem bege e com roxo



Fonte: Imagem do Google

A Uniafro (Programa de Ações Afirmativas para a População Negra) em parceria com uma marca brasileira de produtos de arte, desenvolveu uma caixa de giz de cera com 12 cores da pele (fig.4), com isso a paleta se ampliou ficando mais próxima da realidade brasileira. No rastro desta iniciativa, outras marcas começaram a inserir novas opções de lápis de cor que fogem do rosa, geralmente com tons de marrom (fig.5). Inclusive criaram uma caixa de cores específicas para os variados tons de pele brasileira (fig.6).

Figura 4: giz de cera do Uniafro Figura 5: Caixas especiais com cores extras



Fonte: Arquivo pessoal e Imagem do Google
Google



Fonte: Imagem do Google

Figura 6: caixa exclusiva para tons de pele



Fonte: Arquivo pessoal

O racismo pode ser tão dissimulado e ao mesmo tempo tão cruel. Imaginemos o que esse “simples” detalhe pode acarretar a construção identitária de uma criança. O que um lápis de colorir pode provocar de bom ou ruim na forma como uma criança se vê e é vista por seus colegas? Podemos ter alguma ideia ao recorrermos às narrativas infantis que envolvem este fato.

Lápis cor de pele – uma história de Sueli Ferreira

O livro *Lápis cor de pele* produzido por Sueli Ferreira de Oliveira se enquadra na categoria de livro ilustrado, o que também se poderia chamar de livro de imagens. Em suas vinte e quatro páginas, somente quatro delas possuem diálogos entre os

personagens, sem contar a última que traz uma atividade a ser realizada pela criança dona do livro.

O livro ilustrado, segundo a crítica francesa Sophie Van der Linden (2018), difere do livro com ilustração uma vez que, no primeiro tipo, as imagens são responsáveis por contar a história junto com o texto verbal ou até sem ele. Já o livro com ilustração é aquele em que as imagens não interferem diretamente na compreensão narrativa do texto verbal, sendo este último autônomo.

Neste ponto, gostaríamos de trazer uma reflexão sobre a criança que ainda não está alfabetizada, fato que ainda é muito recorrente em nosso país, sobretudo nas localidades mais carentes. A criança que ainda não desenvolveu plenamente a habilidade de ler o texto verbal, não terá condições de fazer uma distinção ou relacionar palavras e imagens. Neste caso, para ela as imagens estarão em primeiro plano sempre, mesmo que em certo ponto não corresponda diretamente ao que foi descrito no texto verbal. E será a partir destas imagens que a história tomará forma e fará sentido em sua mente.

Independentemente de uma obra literária infantil ser considerada um livro ilustrado ou um livro com ilustrações, é importante salientar que toda compreensão da narrativa será atravessada pelas experiências do leitor. De acordo com as professoras e pesquisadoras Maria Nikolajeva e Carole Scott (2011), num estudo feito sobre a relação palavras e imagens, tanto o texto verbal quanto o texto visual possuem lacunas que são preenchidas entre si, mas sobretudo, podem ser preenchidas pelo leitor/espectador através de seus conhecimentos prévios, expectativas e experiências anteriores. E é justamente essa relação que cria infinitas possibilidades de interpretação como veremos na história de Sueli Ferreira.

O enredo da narrativa se passa no contexto de uma sala de aula onde todas as crianças são brancas, exceto uma, a personagem central da história, não nomeada pela autora. A professora também branca, solicita aos alunos que façam um desenho. Neste ponto acontece o primeiro dos únicos dois diálogos no texto verbal, dois alunos comentam entre si que gostam muito de desenhar. A partir das ilustrações percebemos que a professora percorre as mesinhas da sala a fim de orientar melhor a proposta e sanar possíveis dúvidas dos alunos.

O que nos chamou a atenção logo de início foi a imagem da menina negra em primeiro plano, aparentemente isolada dos demais colegas, sabe-se que a segregação e o isolamento de crianças negras nos espaços escolares é algo mais comum do que se imagina. Porém, tal crença mais a frente não se confirma, pois a menina já aparece junto com outros dois colegas. Outro ponto que nos tocou foi a expressão da menina enquanto aguardava as orientações da professora, era uma expressão de tensão, talvez desconforto, enquanto a expressão das demais crianças era de alegria e contentamento (fig.7).

Figura 7: a menina aguarda instruções da professora



Fonte: Oliveira, 2017.

Uma outra imagem que selecionamos está acompanhada do segundo diálogo, que se dá entre a menina negra e a professora. A menina pergunta que cor deve usar em determinada parte do desenho e a professora responde: “- Você pode pintar o rosto com o lápis cor de PELE”. Observamos que a palavra pele vem em caixa alta e em negrito. Imediatamente, vemos um lápis cor de rosa na mão da menina. Devido ao diálogo e as instruções da professora, nos colocamos a imaginar se a criança pegou aquele lápis sozinha ou ele lhe fora indicado pela professora. (fig.8). A palavra pele em destaque confronta a cor do lápis e a cor da menina.

Figura 8: a professora fala para a menina usar o lápis cor de PELE



Fonte: Oliveira, 2017.

Na página seguinte, teremos a menina com olhar de espanto para quatro lápis de tonalidades diferentes em sua mão, o que nos leva a crer que ela está confusa quanto ao tal lápis cor de pele mencionado pela professora. Por se tratar de um livro predominante imagético, a construção narrativa se desenvolve a partir das inferências do leitor (fig.9).

Figura 9: a menina escolhendo que cor vai usar



Fonte: Oliveira, 2017.

O livro não traz a imagem da menina desenhando. A próxima página já nos mostra as crianças entregando seus desenhos para a professora. O que nos chama atenção aqui são as ilustrações discrepantes entre uma menina branca entregando seu desenho com um ar de satisfação (uma menina loirinha como ela, com o rosto pintado de rosa e um sol) e a menina negra que, na página seguinte, entrega à professora uma página em branco (fig.10). Entendemos esta ilustração como a mais sugestiva de interpretações possíveis: Será que a menina não desenhou nada e entregou a folha em branco mesmo? O mistério é revelado nas páginas seguintes. Primeiramente, a professora fixando a folha com um olhar de alegria e por último a imagem de um desenho (deduzimos que seja o desenho da menina negra). Neste desenho aparece também um sol e uma menina feliz com flores e borboletas pintada com a cor marrom (fig.11).

Figura 10: a menina entrega a folha desenho



Fonte: Oliveira, 2017.

Figura 11: a professora vê o da menina



Fonte: Oliveira, 2017.

O que podemos concluir a partir desta história, é que o meio escolar estimula a utilização do lápis rosa como sendo o lápis cor de pele, sem fazer nenhuma questão de quebrar este imaginário. A própria menina parece deduzir que algo está errado e entra em conflito ao se deparar com outras possibilidades. A atitude da menina em escolher o lápis marrom para pintar o rosto no desenho mostra nitidamente que ela possui, ou

está construindo, uma noção própria de identidade. A menina se desenha como ela se vê e se percebe no mundo, ou seja, como uma menina negra.

Parece algo lógico para quem não pesquisa as relações raciais na infância, porém o conflito identitário e a necessidade de se enquadrar num grupo socialmente diferente do seu é uma realidade cruel de muitas de nossas crianças negras, o que nos leva a questionar se o fato da menina ter entregue seu desenho de cabeça para baixo, sem exibi-lo com orgulho como fez a menina branca, estaria ligado a um sentimento de vergonha de ser negra, ou se trata apenas de uma escolha da autora para criar um momento de clímax na narrativa.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2017), o processo de construção da identidade se dá de forma coletiva por mais que se anuncie como individual. É a partir do olhar do outro sobre o corpo negro, que este corpo vai se perceber, se colocar, desenvolver uma aceitação ou uma autorrejeição. Trazendo as argumentações teóricas para a análise literária da obra *Lápis cor de pele* é possível levantar a hipótese de que a personagem central da história, ou seja, a menina negra, possui um grau satisfatório de aceitação ao se pintar de marrom e não de rosa claro, mas também, nos traz uma reflexão sobre essa aceitação estar ou não bem solidificada levando em consideração todo o enredo narrativo.

Enfim, considerando a relação entre palavras e imagens e o desfecho da história, o que queremos deixar como uma possível leitura analítica da obra é que se trata de uma excelente oportunidade de discutir a temática com as crianças, propor ações que as levem a compreender como elas se percebem no mundo, como enxergam os outros e, buscar entender como vem sendo construída as identidades de nossas crianças negras.

***Cor de pele* – a história de Elisabete da Cruz**

Tendo em vista o objetivo de entender como se dá a construção da identidade de crianças negras a partir da literatura infantil, selecionamos a obra escrita por Elisabete da Cruz e ilustrada por Rafael Duque. Ao contrário do primeiro livro em que a narrativa se dá, predominantemente, a partir das imagens, o livro *Cor de pele* traz um amplo texto verbal e um texto visual muito elogiado por adultos e crianças devido à sua qualidade estética.

A história começa com a protagonista se apresentando e falando da relação especial que tem com seus amigos. Zaila, como é chamada, está muito feliz pois na escola irão trabalhar com o tema da identidade. Ela explica que não se trata do documento, mas que identidade é de quem somos e de onde viemos. As ilustrações mostram um quarto muito bem arrumado, material escolar e tênis que nos remetem à ideia de que não se trata de uma menina pobre (fig.12). Zaila está muito bem vestida, usa brincos e uma espécie de turbante como adorno em seu cabelo (fig.13).

Figura 12: Zaila em seu quarto



Fonte: Cruz, 2018.

Figura 13: Zaila indo para a escola



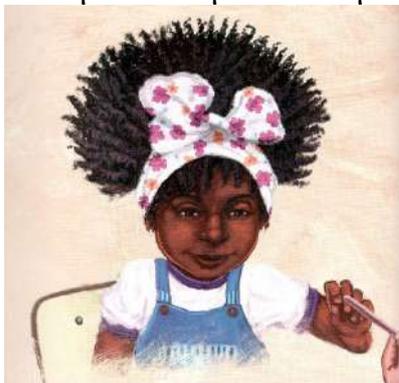
Fonte: Cruz, 2018.

Logo na primeira representação da menina, temos uma ideia bem definida que Zaila tem uma identidade bem construída, pois usa seu cabelo crespo de forma livre e parece feliz com ele. Recorrendo novamente às pesquisas de Nilma Lino Gomes, podemos compreender que o cabelo é um elemento identitário muito forte, um marcador étnico, principalmente para as mulheres negras. Usar o cabelo natural pressupõe uma aceitação da sua negritude e da sua herança ancestral africana, o que, politicamente, também é uma forma de contrariar toda tentativa de embranquecimento proposta a todo tempo pela sociedade.

No entanto, ao longo da narrativa, é nítido que texto e imagem não dialogam entre si. Enquanto as ilustrações trazem a representação de uma menina negra feliz com sua identidade negra, o texto escrito conta a história de uma menina que se desenha e se colore com o lápis rosa claro, uma cor utilizada para pintar pessoas brancas.

Zaila não parece ter dúvidas quanto ao modo de se auto representar, observemos no trecho: “- Empresta para mim o cor de pele? – pedi em voz alta. Stefany me entregou um lápis de cor rosada, bem clarinha. Adorei! E empolgada continuei a colorir meu desenho.” (CRUZ, 2018, p. 12). Esta passagem nos faz refletir e questionar como uma menina negra, aparentemente consciente de sua identidade, se vê e se desenha de forma embranquecida, utilizando um lápis de cor rosa “bem clarinha” como ela mesma faz questão de afirmar. Não faz sentido. (fig. 14)

Figura 14: Zaila pede o lápis cor de pele a Stefany



Fonte: Cruz, 2018.

Tal fato é tão desconexo que os próprios colegas de Zaila riram do seu desenho e lhes disseram que aquele lápis não era de sua cor. Neste momento, a menina se entristece (fig.15). Os colegas então começam a lhe apresentar novas possibilidades a partir dos lápis de cor preto, marrom e cor de mel, porém a menina afirma que também não é daquelas cores. (fig.16)

Figura 15: Zaila fica triste com os risos dos colegas



Fonte: Cruz, 2018.

Figura 16: Zaila não se identifica com as outras cores



Fonte: Cruz, 2018.

Foi a partir da interferência da professora, que lhe oferece um espelho e lhe faz refletir sobre sua aparência, que a personagem chega a uma conclusão: “Nenhum lápis da caixinha tinha a cor de alguém, era apenas uma forma de representar as misturas de cores de que fazemos parte” (CRUZ, 2018, p. 19).

A partir daí, a menina faz vários testes com cores e misturas diferentes para tentar descobrir qual é o seu tom exato de cor de pele, mas não o encontra. Neste momento, a personagem faz uma observação, plenamente possível e justificável entre as crianças negras que é o sentimento de não pertencimento e a negação de sua cor, principalmente quando ela percebe que sua cor não é igual à cor de sua família. “Minha cor era diferente da dos meus pais. E nenhuma mistura se aproximava à da minha pele. - Acho que não tenho família, porque ninguém é da minha cor. Posso trocar? Não quero mais ter esta cor então!” (CRUZ, 2018, p. 22).

No entanto, mesmo sabendo que muitas crianças negras passam por este tipo de sofrimento e não reconhecimento, voltamos a questionar a ilustração, que traz a imagem de uma menina que não parece ter este tipo de conflito étnico e identitário. O texto visual parece contar uma história diferente do texto verbal.

Novamente, é a professora que precisa mediar os conflitos de Zaila. Junto com toda a classe, a professora explica que o que nos torna parte de uma família são os laços afetivos e o amor que os une e que isso não tem cor. Também explica que não são as cores que mostram nossa identidade elas apenas colorem o mundo e o fazem ficar mais alegre. (fig.17)

Figura 17: a professora conversa com Zaila e os colegas



Fonte: Cruz, 2018.

A história termina com as crianças apresentando o desenho que fizeram de si junto de suas famílias, e então entendemos, a partir das ilustrações que Zaila é uma menina negra que fora adotada por uma família branca, o que poderia explicar seu conflito na forma de ser perceber e se retratar. Ao final do texto, ela está sorrindo e feliz em perceber como o mundo e as pessoas são mais belos por serem coloridos e que, ela não possui uma cor definida na caixinha de lápis para colorir, ela possui uma mistura que é só dela. (fig.18)

Figura 18: Zaila apresenta seu desenho para a classe



Fonte: Cruz, 2018.

Este livro não é um livro de fácil circulação nas escolas. É um livro bem confeccionado e com valor pouco acessível. As crianças que tiveram contato com ele, por nosso intermédio, apenas se fixaram nas imagens e não tiveram interesse em ler o texto o verbal. A reação foi de entusiasmo com as ilustrações, todos sem exceção, acharam Zaila muito linda. Desta forma, deixamos que o contato inicial com a obra findasse por aí, não quisemos quebrar a magia do deslumbramento imagético com debates e questionamentos identitários naquele momento. Porém, julgamos necessário refletir teoricamente sobre estes aspectos que foram observados.

Considerações finais

O racismo estrutural é um problema muito grave que precisa ser combatido todos os dias, em cada episódio de conflito, em cada negacionismo étnico e processos de exclusão. O racismo estrutural interfere na forma como as pessoas se enxergam, se definem e se classificam, mas também, como o indivíduo negro é percebido pelo outro. É uma questão tão enraizada na nossa formação enquanto sociedade que até mesmo as pessoas negras não estão isentas desse confronto identitário, como foi o caso da personagem Zaila.

Este tipo de racismo permeia nossas relações, nossas condutas e decisões, coloca a população negra em posições desfavorecidas e desprivilegiadas, lhes roubando a dignidade, o direito à vida e à liberdade, ou seja, lhes negando uma identidade. Portanto, é necessário que essa discussão seja feita nas escolas e nos lares em geral, para que as crianças possam crescer com condições de enfrentar os desafios que o racismo nos impõe e, talvez, no futuro sejam capazes de construir uma nova sociedade mais justa e igualitária.

A literatura infantil pode e deve ser utilizada como recurso para nortear as discussões, mas também para construir associações positivas nas crianças negras. Através do seu caráter lúdico e de seus elementos simbólicos, a literatura pode despertar sonhos, deslumbramento, coragem e empoderamento. No entanto, a mediação é parte essencial neste processo. Nem sempre a criança vai conseguir descobrir tudo o que precisa sozinha. É necessário que pais e professores, munidos de conhecimento sobre o tema, possam fazer as inferências e as ponderações necessárias para que as crianças, em especial as de pele negra, possam construir uma identidade racial positiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRUZ, Elisabete. *Cor de Pele*. Ilustrado por Rafael Duque. São Paulo: Suinara, 2018.
- GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LINDEN, Sophie Van der. *Para ler o livro ilustrado*. São Paulo: SESI-SP, 2018.
- NIKOLAJEVA, Maria; SCOTT, Carole. *Livro Ilustrado: palavras e imagens*. Tradução Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- OLIVEIRA, Sueli Ferreira. *Lápis cor de pele*. Ilustrado Gilmar e Fernandes. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2017.

There is no skin colored pencil! The construction of black identity in children´s literature

ABSTRACT: This article discusses the identity construction of black children using children´s literature. Therefore two books were selected that feature black characters in situations of ethnic and identity confrontation based on their skin color. Through such narratives, small readers are led to reflect on their own identities and to develop strategies to fight racism.

KEYWORDS: Children´s literature. Identity. Racism. Black characters.

Data de envio: 30 de novembro de 2020.

Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.

Por um sol que ainda não brilha: uma entrevista com Anthony Ray Hinton e Lara Love Hardin

Larissa Amaral Souza⁶³
Lucas Esperança da Costa⁶⁴

“O racismo é uma ignorância nascida do medo. É algo que uma pessoa aprende, não algo com que ela nasceu. O mundo está mudando e tenho esperança de que as pessoas aprendam a viver em um lugar de amor em vez de medo.” (Anthony Ray Hinton)

O que você diria após trinta anos presos no corredor da morte sendo inocente?

Essa é a história de Anthony Ray Hinton contada em seu relato “*The Sun Does Shine: How I Found Life and Freedom on Death Row*” (2018), cuja edição brasileira foi publicada pela editora Vertigo, com o nome “O sol ainda brilha”.

Nesse relato emocionante e angustiante, Hinton expõe a sua experiência e a sua luta contra o sistema judiciária estadunidense na tentativa de provar a sua inocência. Em um processo cheio de falhas e contradições, o autor descreve o quão racista é a polícia e o judiciário, sendo ele condenado, como várias vezes afirma, pela cor de sua pele. Além disso, o relato permite aos leitores as experiências do/no corredor da morte. Sensações, sofrimentos, arrependimentos, solidão, companheirismo, esperança, amizade e fé são alguns dos temas abordados na obra.

Durante esses trinta anos, Hinton passou por diversos momentos, no entanto destaca a amizade Lester Bailey, que o visitou durante todo esse tempo, acreditando em sua inocência e a perseverança de Bryan Steveson, do *Equal Justice Initiative*, que o defendeu durante dezesseis anos até que em uma apelação na Suprema Corte dos Estados Unidos, considerou que houve negligência na investigação e em seu julgamento. O processo retornou a Corte do Alabama que o exonerou de todas as acusações.

Hoje, Hinton tenta se reinserir na sociedade e ministra palestras. Tornou-se ativista contra o sistema judiciário e o sistema prisional. Em breve, sua história será contada no cinema, mas já se pode conferir a história de Bryan Steveson e do *Equal Justice Initiative* no filme *Just Mercy* (2019).

Durante o processo de pesquisa, Larissa Amaral Souza teve a oportunidade de conversar via e-mail com Hinton e com Lara Love Hardin que o auxiliou na produção do livro. Essas entrevistas podem ser lidas a seguir.

⁶³ Graduada em Letras pela Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Autora da pesquisa “Por um sol que ainda não brilha: a escrita de Anthony Ray Hilton”. E-mail: larissasouzamirai@hotmail.com

⁶⁴ Doutor em Letras: Estudos Literários (UFJF). Professor de Literatura Brasileira da Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Email: l.esperanca@yahoo.com.br.

Entrevista com Anthony Ray Hinton

Larissa Souza: Como foi o processo de redação do seu livro?

Anthony Ray Hinton: Foi um processo maravilhoso, mas também muito doloroso reviver tantas memórias difíceis. Felizmente, eu tinha uma equipe de apoio para me ajudar em cada etapa do caminho e uma escritora incrível a Lara Love Hardin.

Larissa Souza: Mesmo quando você ainda estava na prisão, você já pensou em escrever sobre sua história?

Anthony Ray Hinton: É difícil pensar além do dia a dia quando você está no corredor da morte, mas eu sabia que, quando saísse, queria trabalhar duro para garantir que o que aconteceu comigo não acontecesse com ninguém e para acabar um sistema quebrado que pode condenar um homem inocente à morte.

Larissa Souza: Escrever sua autobiografia de alguma forma serviu como um ajuste de contas com seu passado?

Anthony Ray Hinton: Eu não acho que precisei levar em conta meu passado, mas sim dar sentido ao sofrimento. Quando passamos por tempos difíceis, eles podem nos deixar mais amargos ou melhores. Eles nos tornam melhores quando usamos nossos momentos difíceis para ajudar os outros.

Larissa Souza: Você lê autobiografias no seu dia a dia? Qual você gostou mais?

Anthony Ray Hinton: Nós líamos livros sobre corredor da morte enquanto tínhamos o clube do livro, mas agora que estou livre, todo o meu tempo é gasto conversando com outras pessoas, compartilhando minha história e trabalhando como um líder comunitário com a *Equal Justice Initiative*. Não tenho muito tempo livre para ler hoje em dia.

Larissa Souza: Como você descreveria o sistema judicial e penitenciário americano?

Anthony Ray Hinton: Quebrado e racista, e focado muito mais na punição do que na justiça restaurativa.

Larissa Souza: Para escrever sua autobiografia você teve que voltar ao passado e relembrar acontecimentos alegres e tristes, entre outros. Você poderia me dizer como lidou com os diferentes sentimentos que sentiu ao escrever sua história?

Anthony Ray Hinton: Houve dias em que chorei, especialmente revivendo as histórias de minha mãe e seu amor por mim e de perdê-la enquanto eu estava no corredor da morte. Alguns dias eu estava com raiva e outros dias eu ria. Lidei com todos os sentimentos, sentindo-os, falando sobre eles e, em seguida, deixando-os ir para me concentrar no que é belo neste mundo. Eu sou abençoado por ter meu melhor amigo, Lester, em minha vida, e ele está sempre lá para eu conversar e me apoiar, assim como

ele estava quando eu estava preso. Acho que ajudar os outros me ajuda a sair da minha própria tristeza. Caminhar na bela natureza do Alabama me ajuda. Escrever minha história foi mais doloroso do que eu pensei que seria e mais curativo do que eu imaginava que poderia ser.

Larissa Souza: Anthony que dica ou ideia você daria para alguém que sonha ou quer escrever sua autobiografia?

Anthony Ray Hinton: Eu acredito que você deve sempre seguir seus sonhos, não importa quão grandes ou loucos sejam. E nunca é tarde para segui-los. Não acredito em perder tempo, porque perdi muito tempo, valorizo cada segundo de liberdade. Se você quiser escrever um livro, escreva um livro!

Larissa Souza: No meu trabalho contextualizo a história negra americana, escolhi o seu livro para analisar porque é um relato real de como é o racismo no país. Você está ciente de mais trabalhos acadêmicos feitos com o seu livro?

Anthony Ray Hinton: Estou muito feliz e orgulhoso por meu livro estar sendo adotado por muitas faculdades nos Estados Unidos como leitura obrigatória. Acredito que são os jovens que vão mudar o mundo.

Larissa Souza: O que você acha de se tornar uma referência negra? Tenho certeza de que muitas pessoas que se sentem oprimidas pela sociedade e pela justiça se inspiram em você.

Anthony Ray Hinton: Adoro inspirar pessoas - negros, brancos, jovens, velhos, encarcerados e livres - sou apenas uma história de um homem cuja vida era descartável - existem milhares de histórias como a minha. As pessoas podem oprimir seu corpo, mas nunca podem oprimir sua mente. As pessoas podem trancar seu corpo, mas nunca podem trancar sua mente ou alma. A liberdade está na mente e na alma, e ninguém pode tirar isso de sua imaginação ou sua esperança.

Larissa Souza: Para encerrar nossa entrevista, você poderia deixar um recado para quem infelizmente ainda tem pensamentos e atitudes racistas?

Anthony Ray Hinton: O racismo é uma ignorância nascida do medo. É algo que uma pessoa aprende, não algo com que ela nasceu. O mundo está mudando e tenho esperança de que as pessoas aprendam a viver em um lugar de amor em vez de medo. Somos todos muito mais parecidos do que diferentes. Se o racismo é aprendido, pode ser desaprendido. Mas cabe a todos enfrentar o racismo em todas as suas formas e denunciá-lo quando o ouvimos. É assim que a mudança acontece. É assim que o amor vence.

Entrevista com Lara Love Hardin coautora do livro

Larissa Souza: Como você conheceu Anthony?

Lara Love Hardin: Bryan Stevenson, que nossa agência representou para seu livro JUST MERCY, ligou e pediu a Doug Abrams e eu que voássemos para o Alabama e nos encontrássemos com o Sr. Hinton para discutir a possibilidade de trabalhar com ele em um livro. Ele havia sido libertado do corredor da morte um ano antes. O Sr. Stevenson, seu advogado, sentiu que a história do Sr. Hinton era especial e ele era um ser humano notável cuja Fé, perdão e mensagem de esperança ressoariam no mundo. Nós nos encontramos e concordamos.

Larissa Souza: Como foi ser coautora do livro "O sol ainda brilha"?

Lara Love Hardin: Eu colaborei em 12 livros de não ficção, mas este foi muito especial para mim. O Sr. Hinton e eu nos tornamos amigos íntimos e nos consideramos uma família. Nós nos entendemos imediatamente e sentimos uma conexão instantânea que só cresceu à medida que trabalhamos juntos por mais de dois anos para deixar o livro pronto para ser publicado.

Larissa Souza: Como foi ajudar a escrever uma autobiografia tão particular quanto a de Anthony?

Lara Love Hardin: Foi comovente e doloroso e também profundamente lindo. Para ser o Sr. Hinton na página, é necessário que eu veja o mundo através de seus olhos e experimente a injustiça que ele experimentou. Fiquei honrada por ele confiar em mim sua história e sua capacidade de ser vulnerável e reviver a dor e o trauma para que pudesse ajudar outros em um livro.

Larissa Souza: Você contribuiu para a criação de vários livros, alguns deles muito famosos e premiados por sinal, já pensou em escrever sua própria autobiografia?

Lara Love Hardin: No momento, estou trabalhando em minhas próprias memórias e este será o primeiro livro que publicarei com meu próprio nome. Estou animada e, embora tenha conseguido capturar muitas outras vozes na página, foi um desafio descobrir o que é minha própria voz.

Larissa Souza: Depois de ajudar a escrever um livro que fala sobre o sistema penitenciário e judicial americano e ter vivido na pele a prisão e leis americanas, como você descreveria o sistema judicial e penitenciário americano?

Lara Love Hardin: Eu o descreveria como profundamente quebrado e muito focado na punição ao invés da justiça restaurativa. É um sistema racista e um sistema que visa injustamente pessoas de cor e pessoas que não são ricas. É um sistema que precisa de uma correção massiva de curso. Pessoas inocentes não devem ir para a prisão ou serem condenadas à morte, e pessoas que são culpadas devem ser reabilitadas e ajudadas a superar o trauma que as levou a fazer as escolhas erradas que fizeram. Nos Estados Unidos, há 12 milhões de pessoas presas a cada ano, há mais de 2 milhões de pessoas na prisão ou cadeia e, uma vez que cumpram a pena, as barreiras para superar o estigma de estar encarcerado são quase intransponíveis.

Larissa Souza: O que o livro contribui para a escritora Lara e também para o ser humano Lara?

Lara Love Hardin: A história de Anthony Ray Hinton me fez aspirar a ser um ser humano melhor, a ver o mundo com perdão, graça e humor como o Sr. Hinton faz. Como escritor, isso me mostrou que não há melhor maneira de entender a vida de outra pessoa do que olhar o mundo através dos olhos dela. A história e as lições de vida do Sr. Hinton me tornaram uma mãe melhor, uma amiga melhor e uma escritora melhor. Eu sou um ser humano melhor por conhecê-lo.

A adaptação literária como recurso pedagógico para formação do leitor

Ione Silva Vilela Pícoli⁶⁵
Rogério de Souza Sergio Ferreira⁶⁶

RESUMO: O presente estudo busca analisar como a utilização das adaptações de obras literárias para os quadrinhos podem auxiliar o professor em sua prática pedagógica. Para isso, pretende traçar um breve panorama sobre os quadrinhos, sua legitimação pela legislação brasileira no espaço escolar e a adaptação de obras literárias para sua linguagem. A reflexão apresentada se orienta no sentido de apontar o uso das obras adaptadas como um recurso didático literário importante para a formação do leitor.

PALAVRAS-CHAVE: Quadrinhos. Adaptação. Leitor.

Introdução

Considerada uma forma de expressão e de arte, as Histórias em Quadrinhos têm a cultura e a sociedade como matérias-primas. Através da junção de elementos visuais e textuais, vêm traduzindo as concepções de mundo e as práticas sociais. Também chamados de gibis, *comics*, *comic book*, arte sequencial, entre outros, os quadrinhos têm muitas caras e formatos. Suas narrativas proporcionam ao leitor momentos de críticas ao sistema social ou de entretenimento, capaz de o transportar para um universo lúdico que pode conter ironias, questionamentos, aventuras e fantasias, uma vez que atingem leitores de todas as idades e gostos. Entre educativos, literários, cômicos, aventuras, humor e romance, as narrativas quadrinizadas se apresentam sob formas diversas que indicam, de uma maneira ou de outra, a perspectiva sob a qual os assuntos serão abordados.

Os formatos mais conhecidos são tira, página dominical, *fanzine*, revista em quadrinhos, novela gráfica e *webcomics*. Essas são as formas mais comuns de reconhecimento dos quadrinhos, porém, não são as únicas, pois eles podem ser encontrados por toda parte, das prateleiras dos supermercados às estampas de roupas, das tiras dos jornais à tela dos aparelhos digitais. Assim sendo, o acesso a eles se dá de forma democrática.

Diferentemente do que já se acreditou, não se trata apenas de publicações voltadas para o entretenimento do universo infantil, e sim de uma forma de arte que vem atraindo a cada dia mais leitores de todas as idades. A sedução por essa nova forma de comunicar ideias inspirou muitos artistas, dentre eles brasileiros que, por meio da união entre imagem e texto, vêm representando desde o cotidiano da vida em

⁶⁵ Doutoranda em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. *E-mail:* < ionevilelap@gmail.com >.

⁶⁶ Doutor em Ciência da Literatura (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras (Estudos Literários) da Universidade Federal de Juiz de Fora. *E-mail:* < rogeriosferreira@gmail.com >.

sociedade, à criação de uma infinidade de mundos e de realidades fictícias.

O gênero com linguagem híbrida (visual + textual) adentra a segunda metade do século XX em espaços antes restritos a outras modalidades de artes. Will Eisner, em entrevista para o jornal Folha de São Paulo, disse que as “as HQs são a mídia do mundo moderno” com objetivo de contar histórias, sendo o conteúdo o seu elemento mais importante. Nos EUA, muitos pesquisadores atribuem à quebra do paradigma que rompe com a visão de um objeto desprivilegiado culturalmente, à inovação do termo proposto por Eisner (2006), o qual inseria as HQs no campo das artes. O autor foi o responsável por criar o termo *Arte sequencial* para designar as HQs.

No Brasil, a conquista desses espaços antes consagrados a determinadas obras literárias demandou de precursores e importantes pesquisadores da área (VERGUEIRO; RAMOS; CHINEN, 2013) o enfrentamento do preconceito e da resistência no meio acadêmico que refutavam tais manifestações enquanto objetos de ensino e pesquisa, contaminados pela ideia de que além de não possuírem valor artístico, influenciavam negativamente os educandos. Dessa forma, as HQs foram “relegadas ao esquecimento pelos historiadores politicamente corretos, a Guerra dos Gibis quase foi banida das narrativas sobre nossa indústria cultural” (MELO, 2013, p. 13). Segundo Mário Feijó, “o preconceito que contaminou o julgamento de professores e críticos lá na origem se estendeu por décadas” (FEIJÓ, 2010, p. 143). José Marques de Melo, considerado pioneiro nos estudos acadêmicos direcionados às HQs, iniciou, no final dos anos de 1960, a mudança do paradigma que considerava tal gênero como um objeto de estudo desqualificado, “mesmo desestimulado pelo meu entorno sócio-cultural (sic), preservei sempre uma atitude não apocalíptica frente ao objeto que iria privilegiar na minha alvorada como pesquisador” (MELO, 2013, p. 14). Melo fundou a primeira Gibiteca e instituiu, em 1989, o primeiro núcleo de pesquisas sobre a matéria na Universidade de São Paulo. Além dele, nomes como Álvaro de Moya, Antonio Luiz Cagnin, Moacyr Cirne, Sonia Luyten e Waldomiro Vergueiro militaram no meio acadêmico para combater o preconceito e se dedicaram ao estudo dos quadrinhos durante os anos de 1970. A partir desse movimento, os quadrinhos vêm conquistando na academia o *status* de um objeto cultural digno de análise e problematização.

No que diz respeito à introdução das HQs no âmbito da escola básica, a prática ocorreu de forma bastante restrita, utilizadas inicialmente nos livros didáticos para ilustrar textos complexos, pois “o quadrinho torna mais interessante o conteúdo a ser estudado, e mais: exige do aluno uma percepção maior do meio empregado” (SANTOS, 2003). Um dos entendimentos para a mudança de concepção em relação ao hipergênero se deve ao fato de que, ao juntar duas linguagens, a visual e a textual, elas tornam o texto mais acessível, estimulando o jovem leitor a ler, uma vez que “ao casar palavra e imagem, os quadrinhos complexificam o ato da leitura, mas o aproximam das competências do leitor contemporâneo, acostumado ao ambiente virtual, à visualidade da cultura em nosso século XXI” (PINA, 2014, p. 214). A adaptação da linguagem literária pelos quadrinhos, por exemplo, é um recurso muito utilizado atualmente nas escolas e foi amplamente estimulada pelas políticas educacionais na primeira década do século.

Para compreender melhor sobre o percurso da inserção das HQs na legislação educacional que legitimou e estimulou seu uso no cenário escolar, discorreremos a seguir um pouco deste processo.

A legislação educacional e a linguagem dos quadrinhos

Em termos de Legislação, um marco legal importante dos anos de 1990 foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96). A referida Lei preconizava a diversificação no uso de linguagens na educação, e com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (MEC, 1997, 1998) foi instituído um trabalho com os gêneros textuais para o ensino da Língua Portuguesa até o 9º Ano do Ensino Fundamental. Nos PCNs – fundamentados na concepção de gêneros de Bakhtin (1997) –, as HQs passam a constar, pela primeira vez, em texto legal que orienta a educação formal de crianças e jovens.

Com o intuito de proporcionar variados métodos de incentivo à leitura, as mídias com a linguagem híbrida se tornaram grandes aliadas, contribuindo com a incorporação de novas possibilidades didáticas no ambiente escolar. Nos últimos anos, uma modalidade ganhou destaque dentre os formatos: a quadrinização de obras literárias. O fato ocorreu em virtude da seleção de títulos em quadrinhos para o Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE. Criado em 1997 pelo Governo Federal, o Programa tem por objetivo distribuir obras literárias e demais materiais de apoio à prática em todos os segmentos da educação básica nas escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Compõe o programa os seguintes gêneros literários: obras clássicas da literatura universal: poema, conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular, romance, memória, diário, biografia, relatos de experiências, livros de imagens e a partir do ano de 2006, as HQs.

Com a inclusão de obras quadrinizadas no referido programa, a publicação de literatura adaptada pela linguagem quadrinística mobilizou as editoras que passaram a publicar mais títulos visando adentrar o novo mercado. Por meio de editais, o Programa selecionou, no ano de 2009, um total de 600 títulos, “sendo 300 destinados às séries finais do ensino fundamental e 300 às séries do ensino médio das redes públicas de todo o país, cuja escolha obedeceu às normas específicas do edital” (GALO, 2010, p. 3).

No início da distribuição, o Governo Federal priorizava a composição do acervo escolar HQs cujas narrativas eram adaptações de textos literários, fato que foi, aos poucos, cedendo lugar a outras narrativas. Segundo a pesquisadora Regina Arana Galo:

Do total de títulos selecionados para a distribuição ano de 2009, 23 títulos são quadrinhos, mas apenas 6 são obras clássicas da literatura que possuem o texto em prosa como original, ou seja, somente após serem conhecidas como tal é que foram transpostas para a linguagem sequencial (GALO, 2010, p. 3).

O potencial da linguagem dos quadrinhos, enquanto recurso pedagógico, novamente será reconhecido na Base Nacional Curricular Comum (BNCC/17), o qual

normatiza esta expressão artística como um gênero adequado à diversidade de manifestações linguísticas que o currículo deve oportunizar ao educando. A exploração das narrativas, para Vergueiro (2009), no entanto, depende do discente, uma vez que

[...] não existem regras. No caso dos quadrinhos, pode-se dizer que o único limite para o aproveitamento em qualquer sala de aula é a criatividade do professor e sua capacidade de bem utilizá-los para atingir seus objetivos de ensino. Eles tanto podem ser utilizados para introduzir um tema que será desenvolvido por outros meios, para aprofundar um conceito já apresentado, para gerar uma discussão a respeito de um assunto, para ilustrar uma ideia, como uma forma lúdica para tratamento de um tema árido ou como contraponto ao enfoque dado por outro meio de comunicação (VERGUEIRO, 2009, p. 42).

Portanto, inserido no campo artístico-literário pela BNCC/17, onde se lê: “alguns gêneros deste campo: lendas, mitos, fábulas, contos, crônicas, canção, poemas, poemas visuais, cordéis, quadrinhos, tirinhas, charge/cartum, dentre outros” (BRASIL, 2017) se torna um gênero importante no contexto escolar. As HQs, antes uma leitura depreciada por educadores, foram, desta forma, legitimadas nesse espaço devido à uma nova concepção de educação que contempla a diversificação de linguagem no desenvolvimento linguístico do educando. A utilização de quadrinhos como recurso pedagógico legitimado nas normas educacionais desbravou o caminho para que as adaptações literárias conquistassem seu espaço. De acordo com as contribuições de Rama e Vergueiro

[...] não existe qualquer barreira para o aproveitamento das histórias em quadrinhos nos anos escolares iniciais e tampouco para sua utilização em séries mais avançadas mesmo em nível universitário. A grande variedade de títulos, temas e histórias existentes permite que qualquer professor possa identificar materiais apropriados para sua classe de alunos, sejam de qualquer nível ou faixa etária, seja qual for o assunto que deseje desenvolver com eles (RAMA; VERGUEIRO, 2007, p. 24-25).

Em se tratando da adaptação dos grandes clássicos nacionais e internacionais, ou seja, a quadrinização da Literatura, muitos estudos como veremos a seguir apontam as experiências que o gênero possibilita para a formação do jovem leitor no contexto escolar.

A adaptação quadrinizada de obras literárias e a formação do leitor

Desde seu surgimento, datado do final do século XIX, as HQs sempre estabeleceram diálogos com outras formas de artes, inclusive com a Literatura. Como bem sabemos, a Literatura pertenceu desde a Antiguidade Clássica aos segmentos privilegiados da sociedade e, assim como outros bens culturais, inicialmente alcançou um público restrito. A sociedade capitalista, da qual se originou as HQs, a partir da revolução tecnológica contribuiu para que houvesse uma brusca mudança nesse cenário,

possibilitando a reprodução de um número maior de exemplares de uma mesma obra, fato que fez com que seu alcance em relação ao público se tornasse ainda maior.

Na atualidade, apesar da facilidade do acesso às obras clássicas, elas, por vezes, não chamam a atenção do leitor, pois muitas apresentam uma linguagem rebuscada e um contexto social muito distante das sociedades contemporâneas. Na primeira década do século XXI, aponta o pesquisador Lielson Zeni (2014), os leitores e o mercado editorial brasileiro “viram surgir um grande número de publicações de histórias em quadrinhos adaptadas da literatura” (ZENI, 2014, p. 112). Para o autor, não se trata de uma novidade, na consideração de que o fenômeno já havia ocorrido anteriormente, no começo do século XX. Zeni atribui duas razões para as adaptações terem voltado a agitar o mercado quase um século depois. A primeira razão seria que, por se tratar de um elemento novo no campo dos bens culturais, as HQs teriam um maior reconhecimento quando atrelada à Literatura, já legitimada nesse campo. A segunda razão reside no incentivo da política governamental PNBE, supracitada.

O autor nos apresenta um conceito interessante sobre o que seriam as adaptações. Em sua perspectiva, “é possível pensar a adaptação como um tipo de tradução” (ZENI, 2014, p.113), uma vez que o primeiro pensamento que nos vem à mente quando estamos frente a essa palavra seria transposição de um texto verbal para outra língua. Ao traçar suas considerações acerca das discussões nos campos de estudo sobre tradução, entre elas, as concepções de originalidade do texto traduzido, o autor finaliza suas considerações enfatizando sobre a possibilidade de ser traduzida também a linguagem icônica. Em sua concepção torna-se “possível transformar palavras em imagens e vice-versa” (ZENI, 2014, p. 115). O autor ressalta em suas teorizações que a forma e o meio que se usa para transmitir a mensagem também podem ser traduzidos. Que nesse processo o novo meio influencia a própria mensagem, como já havia sinalizado Marshall McLuhan (2001). Quando se traduz de um meio para o outro, no nosso caso da linguagem literária para a linguagem quadrinística, com a intenção de manter a mensagem, estamos diante do processo descrito por Júlio Plaza (2003) como tradução intersemiótica.

A tradução intersemiótica, portanto, se refere em nosso caso na adaptação de obras literárias para os quadrinhos. Mas, por qual motivo utilizar no meio escolar a adaptação de uma obra que já tem seu texto original disponível na linguagem literária? Ou seja, quais seriam os benefícios de uma linguagem em relação à outra?

Pesquisadores como Patrícia Pina (2014) apontam que, por ser a quadrinização literária formada pelos mesmos elementos gráficos que os quadrinhos tradicionais, elas tornam as leituras das obras adaptadas mais agradáveis ao leitor jovem acostumado com a linguagem icônica. Tal fato permite que ele assimile melhor o texto, ampliando sua capacidade de análise, interpretação e reflexão. A nova linguagem possibilita que o jovem leitor seja “capaz de permitir a ampliação de seus conhecimentos sobre o mundo, incentivando sua criatividade e aguçando sua imaginação, além de tornar o ensino mais lúdico[...]” (AMARAL, 2008, p. 24).

Enquanto alguns estudiosos, como Rama e Vergueiro (2007), Amaral (2008) e Pina (2014) consideraram desde o início do movimento pela utilização das adaptações literárias no contexto educacional como um facilitador de acesso aos grandes clássicos, outros se posicionavam de maneira contrária. Em suas ponderações, compreendiam que

as adaptações de clássicos para os quadrinhos “prestavam um desserviço à educação e à cultura de crianças e adolescentes” (GONÇALO JÚNIOR, 2004, p. 284). Esses teóricos, aqui representados por Gonçalo Júnior, alegavam que as obras desestimulavam a leitura dos originais.

Neste sentido, o cenário brasileiro repete o corrido em outros países onde as HQs foram inicialmente rechaçadas por familiares e educadores, sendo vedadas o seu uso no espaço escolar. Nos Estados Unidos, por exemplo, na década dos anos de 1950, foi muito divulgado o *Comics Code Authority*. O código era um mecanismo de autocensura criado pelas editoras americanas em 1954, como uma forma de acompanhamento e restrição no conteúdo dos quadrinhos americanos. Ele surgiu em resposta a uma recomendação do Congresso e ao clamor moralista da sociedade insuflado pelo psiquiatra Fredric Wertham, estudiosos e autor do livro *Seduction of the Innocent*. O receio da má influência dos quadrinhos para os jovens leitores foi, portanto, um dos maiores responsáveis pelo preconceito em relação ao gênero, contaminando também as adaptações literárias. O preconceito se estendeu por décadas, tanto em solo americano, quanto no brasileiro.

No intuito de reverter a má fama, muitas estratégias foram utilizadas por quadrinistas e editoras. Uma das pioneiras, o editorial *Classics Illustrated* do editor Albert L. Kanter, investiu na quadrinização da Literatura. Waldomiro Vergueiro, importante pesquisador no campo dos quadrinhos, a respeito da publicação da *Classics Illustrated*, nos diz que ela:

[...] buscava aproximar as histórias em quadrinhos das grandes produções literárias, passando para a linguagem quadrinística as obras dos maiores autores da literatura mundial, como Charles Dickens, Daniel Defoe, William Shakespeare, Victor Hugo, Jonathan Swift, Edgar Allan Poe, entre outros. (VERGUEIRO, 2007, p.3)

O projeto obteve êxito, desbravando caminhos para que o novo formato fosse também adotado por outros países, inclusive pelo Brasil. A experiência brasileira se inicia com a quadrinização do romance de autoria de José de Alencar, *O Guarani*, por meio de tiras diárias, encartadas no jornal *Diário da Noite* de São Paulo, no ano de 1947. Com o sucesso das tiras, elas foram posteriormente compiladas em um livro. Na esteira do sucesso das tirinhas, o formato foi invadindo projetos de grandes editoras, como a EBAL, com sua série *Edição Maravilhosa*. Foi ela a responsável pela primeira publicação em terras tupiniquins do clássico *Os Três Mosqueteiros*, em 1948. Em relação às obras nacionais, somente em 1950 foi publicada a adaptação de *O Guarani*, de José Alencar. Nesse contexto, a *Rio Gráfica Editora* de Roberto Marinho lançou em 1956 a série *Romance em Quadrinhos*. Porém, o verdadeiro *boom* das adaptações e consequentemente sua legitimidade no espaço escolar brasileiro, como já anunciamos acima em nossas reflexões, aconteceu a partir de 2006 por meio do investimento das políticas públicas educacionais. A partir de então, muitos livros foram adaptados sendo boa parte deles obras de Machado de Assis. Algumas delas foram premiadas, como *O Alienista*, adaptado por Fabio Moon e Gabriel Bá (2007), grande vencedora do prêmio

Jabuti em 2008. Essa narrativa foi objeto de outras três adaptações realizadas por Francisco Vilachã e Fernando Rodrigues (2006), César Lobo e Luiz Aguiar (2008) e ainda no mesmo ano por Lailson Cavalcanti. Esse período, portanto, pode ser considerado a “virada da chave” que ajudou a minimizar o preconceito com as HQs pela compreensão de que, por meio dos quadrinhos, o público jovem leitor poderia ser atraído para a leitura das obras clássicas.

Atualmente, as publicações perderam a intensidade do período de 2006 a 2012. Um dos motivos pode ser por causa das mudanças no edital para compras do PNBE, sendo as últimas chamadas motivos de descontentamento por parte das editoras. E em relação aos preconceitos que a adaptação dos grandes clássicos, como as acima citadas, pela linguagem híbrida dos quadrinhos, eles ainda promovem alguns ruídos. Os detratores consideram que adaptação das HQs mais afastam o leitor do que a aproximam das obras canônicas. Eles alegam como principal motivo o fato de a adaptação simplificar demais a obra, a ponto de empobrecer uma possível leitura, o que pode gerar frustrações caso o leitor venha a conhecer a versão original.

Em entrevista para a jornalista Lygia Calil, do jornal *O Tempo*, o editor Ivan Pinheiro Machado ressalta que nada substitui ou empobrece a leitura do próprio livro, uma vez que

são experiências diferentes, igualmente válidas. Ler o quadrinho de ‘Guerra e Paz’ (Tolstói), por exemplo, não é o mesmo que ler suas mais de 700 páginas. Ainda assim, pode ser um caminho para apresentar aquela história para quem ainda não leu (MACHADO, 2015).

Uma adaptação aguardada pelos fãs do formato foi da obra *Dois irmãos* de Milton Hatoum, mais uma criação dos quadrinistas ganhadores do prêmio Jabuti 2008. O romance lançado pela editora *Quadrinhos na Cia*, do grupo *Companhia das Letras*, narra a conflituosa relação dos irmãos gêmeos Yaqub e Omar. Na entrevista acima citada, o quadrinista Gabriel Bá, um dos responsáveis pela adaptação, nos diz que a linguagem icônica favorece a compreensão de determinadas passagens do texto, simplificando o entendimento do leitor, pois “O livro traz várias camadas de informação, e procuramos contá-las de outra forma no quadrinho. Existem coisas sugeridas na história que ficam mais claras no desenho, por exemplo”, porém sem perder sua ‘intensidade’” (BÁ, 2015).

Para o processo criativo da adaptação, os autores fizeram pesquisas sobre lugares destruídos pelo tempo e visitaram Manaus, lugar onde a trama se passa. A obra adaptada foi traduzida para o Francês e Inglês, idioma que fez dos irmãos quadrinistas, que também são gêmeos, os grandes vencedores do prêmio *Eisner Awards* 2016, maior premiação de HQs dos Estados Unidos, na categoria de Melhor Adaptação de Outra Mídia. A dificuldade no processo da adaptação, comenta Fábio Moon à jornalista, ocorreu na criação do rosto dos irmãos gêmeos, popularizados no trabalho realizado pela Rede Globo, no ano de 2017, pelo ator Cauã Reymond:

O livro não descreve fisicamente os personagens, então o processo foi um pouco subjetivo. Foi uma das coisas que o Milton (Hatoum) ajudou muito,

porque fomos lá mostrar se era algo que ele imaginava. Ele nos recebeu muito bem (MOON, 2015).

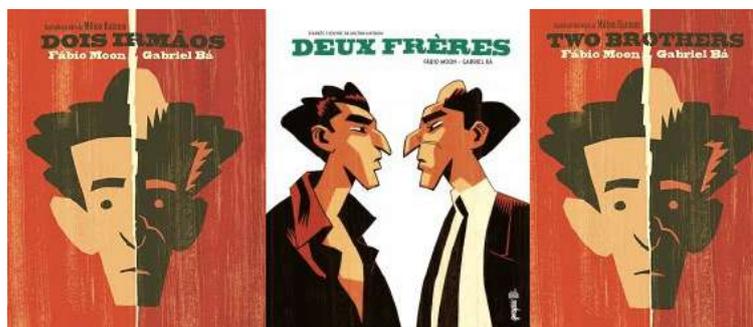


Fig 1. Capa original da obra em Português, Francês e Inglês
 Fonte: <https://conexoesitaucultural.org.br/noticias/quadrinhos-de-ba-e-moon-levam-romance-de-hatoum-a-franca-e-aos-eua>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Situação contrária aconteceu na adaptação da renomada obra “Grande Sertão: Veredas”. A transposição do primoroso texto de Guimarães Rosa concretizou-se pelo quadrinista Eloar Guazzelli e a ilustração coube a Rodrigo Rosa. O ilustrador relata que o dificultador no processo era o excesso de descrição da personagem Diadorim no texto de Guimarães Rosa. Os familiares, que detém os direitos sobre a obra, solicitaram ao artista que os traços desconstruíssem o imaginário criado a partir das características da atriz Bruna Lombardi, na minissérie veiculada também pela Rede Globo, no ano de 1985:

A dificuldade é que, pelo livro, Diadorim era exatamente como a Bruna Lombardi – traços finos, olhos verdes e tudo mais. Tive de refazer algumas vezes até a família se convencer. Até hoje acho um pouco parecida com a Bruna (ROSA, 2015).

Como vimos, importantes obras nacionais foram adaptadas para os quadrinhos. No entanto, as discussões sobre esta prática no campo dos quadrinhos são pouco exploradas pelos teóricos, o que dificulta pesquisas na área. Linda Hutcheon, importante pesquisadora da adaptação literária para diferentes linguagens, pouco se ocupou sobre este processo para a linguagem das HQs. A partir de suas análises sobre adaptações entre diferentes linguagens, nos apropriamos de seu pensamento e o estendemos para os quadrinhos quando nos explica que “[...] há diferentes motivos por trás das adaptações, e poucas envolvem a questão da fidelidade... As diversas versões existem lateralmente, e não de modo vertical” (HUTCHEON, 2013, p. 13-14). A estudiosa, assim, toca num ponto importante sobre os estudos que criticam as traduções: a fidelidade ao texto original.

Bakhtin (1981) compreende que os textos são sempre dialógicos e intertextuais, ou seja, todo texto é absorção e transformação de outro texto. No mesmo sentido, Patrícia Pina (2014) afirma que cada narrativa ou até mesmo o poema,

[...] é em certa medida, adaptação de outras narrativas e diferentes poemas que componham o repertório autoral e desenhem pertinências culturais. A escrita literária – e suas conseqüentes leituras – é assim, uma tessitura construída a partir de releituras e apropriações que viabilizam a sobrevivência da tradição, das obras canônicas, modelares (PINA, 2014, p. 213).

A autora nos chama a atenção para a sobrevivência da tradição das obras canônicas. Mas devido às exigências curriculares, como os alunos na atualidade podem ler esses clássicos? Como podem se interessar pelas aventuras de personagens que viviam num contexto cultural tão diferente do seu, onde os livros dividem espaço com os aparelhos digitais e filmes, ou como nos diz Canclini (2008), com as conversas familiares que giram em torno de novelas, das polêmicas no *Facebook*, e agora, *WhatsApp*? Se muitos deles apresentam uma linguagem construída a partir de pertencimentos históricos e culturais de difícil acesso por estarem tão distantes dos jovens leitores, como terão acesso a ela? Pina (2014) enfatiza que a dificuldade posta para essa leitura se refere às competências leitoras que são muito diferentes daquelas exigidas anteriormente, uma vez que o jovem leitor contemporâneo está “acostumado ao ambiente virtual, à visualidade da cultura em nosso século XXI” (PINA, 2014, p. 214). E ainda, de acordo com a autora,

[...] as adaptações quadrinísticas de textos literários tornam-nos divertidos, acessíveis, aproximando-os das possibilidades de compreensão e produção de sentidos das crianças e jovens estudantes de hoje. Os textos adaptantes, resultam do processo dialógico, não deixam os textos adaptados serem esquecidos e se apresentam como uma forma artísticas inovadoras (PINA, 2014, p. 218).

A adaptação dos clássicos para a linguagem dos quadrinhos, portanto, vem atender a esse novo perfil de leitor, tornando-se uma opção adequada, pois contempla as competências construídas pelos novos padrões culturais estabelecidos a partir do século XX. Ao adaptar o que não pertence ao tempo presente, possibilita sua atualização, viabiliza a leitura, intermediando a relação com o novo leitor (PINA, 2014). Para Vergueiro (2010), além de atualizar e manter viva a literatura canônica brasileira e mundial, a linguagem híbrida dos quadrinhos se tornou um estimulador da leitura entre os jovens e as pesquisas mostraram benefícios de seu uso como apoio pedagógico às diversas disciplinas.

Considerações finais

As mudanças nas concepções e expectativas do jovem leitor da atualidade promoveram a inserção nas políticas nacionais da Educação de novos gêneros textuais. O intuito objetivava auxiliar o professor em sua prática pedagógica e promover a formação do jovem leitor. Neste sentido, os quadrinhos se tornaram um recurso importante, pois contempla, com sua linguagem híbrida (visual + textual), a cultura visual da contemporaneidade. Rompendo com paradigmas e preconceitos, os quadrinhos se converteram também em material de apoio nas aulas de Literatura. Com as adaptações de obras literárias, o professor tem em mãos, portanto, um grande aliado

em virtude dos apelos visuais que compõe o meio, possibilitando a interação do aluno com o conteúdo literário proposto de maneira mais instigante.

O professor, porém, deve estar atento à qualidade das obras adaptadas, uma vez que essas adaptações não podem ser compreendidas como uma leitura que substitui o conteúdo das obras originais, visto que, no processo da adaptação, há perdas e ganhos em relação ao texto trabalhado. Assim, como refletimos ao longo de nossas ponderações, as adaptações podem ser consideradas facilitadoras dos textos originais, pelas particularidades que sua linguagem possui e que dialoga com as competências do jovem leitor da atualidade. Neste cenário, consideramos a adaptação literária para os quadrinhos uma proposta pertinente, na consideração de que se trata de um recurso de incentivo à leitura dos grandes clássicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. C. O uso de histórias em quadrinhos como recurso pedagógico. *In: Discutindo literatura. Especial quadrinhos.* São Paulo: Escala Educacional, n. 5, 2008, p.22-25.

BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski.* Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional.* Nº 9394/96. Brasília: 1996.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1996.*

_____. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC).* Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

CANCLINI, N. G. *Leitores, espectadores e internautas.* São Paulo: Iluminuras, 2008.

EISNER, W. *Quadrinhos e arte sequencial.* São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FEIJÓ, M. *Quadrinhos em ação: um século de história.* São Paulo: Moderna, 1997.

GALO, R. A. da C.. Dos livros para os quadrinhos: as quadrinizações de obras literárias na sala de aula. *UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 33-41, out., 2010.

GONÇALO J. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HUTCHEON, L. *Uma nova teoria da adaptação.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem.* 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MELO, J. M. de. Da gibimania à quadrinhologia. *In*: VERGUEIRO, W.; RAMOS, P.; CHINEN, N. *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*. São Paulo: Criativo, 2013.

PINA, P. K. da C. A literatura em quadrinhos e a formação do leitor hoje. *In*: RAMOS, P.; VERGUEIRO, W.; FIGUEIRA, D. *Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis*. São Paulo: Criativo, 2014.

PLAZA, J. *A tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

RAMA, Â.; VERGUEIRO, W. (org.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 155 p.

SANTOS, R. E. A história em quadrinhos na sala de aula. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais Itercom*, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/index_indice_autor.htm Acesso em: 25 out. 2020.

VERGUEIRO, W. *et al.* (orgs). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *A atualidade das histórias em quadrinhos no Brasil: a busca de um novo público*. 2007. Disponível em: http://www.academia.edu/9240544/A_atualidade_das_hist%C3%B3rias_em_quadrinhos_no_Brasil_a_busca_de_um_novo_p%C3%ABlico. Acesso em: 20 out. 2020.

_____; RAMOS, P.; CHINEN, N. *Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Criativo, 2013.

VERGUEIRO, W.; RAMOS, P. *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

ZENI, L. Adaptação em quadrinhos como tradução. *In*: RAMOS, P.; VERGUEIRO, W.; FIGUEIRA, D. *Quadrinhos e literatura: diálogos possíveis*. São Paulo: Criativo, 2014.

Data de envio: 20 de novembro de 2020.

Data de aceite: 22 de dezembro de 2020.